

O *GHARB AL-ANDALUS AL-AQSÁ* NA GEOGRAFIA ÁRABE

(séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)

APRESENTAÇÃO, TRADUÇÃO E EDIÇÃO

António Rei



O *Gharb al-Andalus al-Aqsâ*
na Geografia Árabe

(séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)

IEM - Instituto de Estudos Medievais

Coleção DOCUMENTOS 3

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa é financiado
pela Fundação para a Ciência e Tecnologia

FICHA TÉCNICA

Título: O *Gharb al-Andalus al-Aqsâ* na Geografia Árabe
(séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)

Autor: António Rei

Prefácios: Bernardo Vasconcelos e Sousa
e Santiago Macias

Edição: IEM - Instituto de Estudos Medievais

Coleção: DOCUMENTOS 3

Data: Outubro 2012

Tiragem: 200 exemplares

Paginação: Gráfica Eborense

ISBN: 978-989-97066-6-8

O Gharb *al-Andalus al-Aqsâ*,
na Geografia Árabe

(séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)

ANTÓNIO REI

IEM / FCSH – UNL e DEAI / FF – UCM
Bolseiro FCT (SFRH / BPD / 36484 / 2007)

Índice

Prefácio de Bernardo Vasconcelos e Sousa.....	9
Prefácio de Santiago Macias.....	11
Agradecimento	15
0. Ponto de situação.....	19
1. Introdução	25
1.1. Limites	25
1.2. Breve ponto de situação em Portugal.....	26
1.3. Título desta colectânea	26
2. Geografia: a Imagem da Terra.....	29
3. Os primórdios da geografia islâmica	31
4. A Geografia sobre al-Andalus	33
5. A geografia andalusi no Norte de África e no Oriente	35
6. A escrita geográfica sobre al-Andalus	37
6.1. Datas e Origens (sécs. III h. / IX d.C. – X-XI h.? / XVII d.C.)	37
6.2. Tipologias literárias.....	38
6.2.1. Colectâneas de notícias (akhbâr)	38
6.2.2. Textos politico-administrativos.....	39
6.2.3. Textos de geografia universal.....	41
6.2.4. Colectâneas literárias.....	42
6.2.5. Dicionários enciclopédicos.....	43
6.2.6. Colectâneas histórico-geográficas norte-africanas	43
6.2.7. Literatura do maravilhoso.....	44
6.2.8. Descrição espacial / itinerário	45
6.2.9. Comentário a tratado	45
6.2.10. Tratado de botânica	45

7. À sombra dos Al-Râzî. Estudos sobre a geografia hispano-árabe (1850-2010)	47
7.1. Introdução.....	47
7.2. O labor reconstitutivo.....	50
8. Geografia árabe sobre al-Andalus. Autores, obras, e contextos	73
8.1. Primórdios Orientais	74
8.2. Hispano-Árabes.....	80
8.3. Norte-Africanos	103
8.4. Orientais.....	107
9. Textos	113
9.1. Primórdios Orientais (sécs. IX-X)	113
9.1.1. YB.....	113
9.1.2. IS	114
9.1.3. MS	115
9.1.4. HQ.....	116
9.1.5. MD	117
9.2. Hispano-árabes (sécs. X-XIII)	120
9.2.1. RZ – Ahmad e ‘Îsâ	120
9.2.2. UD.....	122
9.2.3. BK.....	124
9.2.4. RU	126
9.2.5. AH	127
9.2.6. ID 1 e 2	127
9.2.7. ZU	141
9.2.8. UT	142
9.2.9. IG.....	144
9.2.10. SD 1 e 2.....	151
9.3. Norte-africanos (sécs. XIII-XVII)	161
9.3.1. SB.....	161
9.3.2. HM	162
9.3.3. DK.....	170
9.3.4. MQ.....	177
9.4. Orientais (sécs. XIII-XV)	181
9.4.1. YQ	181
9.4.2. QZ	193
9.4.3. AF.....	196
9.4.4. QL.....	202
9.4.5. IW	205
10. Conclusão	207
Fontes e Bibliografia	209

PREFÁCIO

Bernardo Vasconcelos e Sousa

O presente trabalho de António Rei foi realizado no âmbito da sua bolsa de pós-doutoramento, concedida pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e realizado ao longo do triénio 2008 – 2010. *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe* (Séculos III H. / IX D. C. – XI H. / XVII D. C.) constitui uma colectânea de autores muçulmanos que escreveram sobre a Península Ibérica, reunindo trechos que, mais especificamente, trataram a área que corresponde ao actual território português, abrangendo um amplo período que vai da Alta Idade Média até ao século XVII da Era Cristã (séculos III a XI da Hégira).

A tradução portuguesa dos trechos árabes torna-os acessíveis a um público mais alargado do que o reduzido número dos especialistas sobre a matéria existentes no nosso país. Constitui, portanto, um inestimável contributo para o reatamento e aprofundamento, entre nós, dos estudos sobre o Islão Peninsular e, neste caso concreto, sobre os modos de ver e sobre as representações da geografia do al-Andalus. A Introdução e as notas explicativas, nomeadamente as que se referem à biografia dos autores apresentados, fornecem elementos de grande importância para uma melhor compreensão dos textos e do contexto em que foram elaborados.

António Rei presta, assim, um relevante serviço a todos aqueles que querem integrar a história do Islão peninsular na história ibérica e, nomeadamente, na história medieval portuguesa. Para isso, pôde contar com a preciosa ajuda da Professora Maria Jesus Viguera Molins, do Departamento de Estudios Arabes e Islámicos da Facultad de Filologia da Universidad Complutense de Madrid, grande e prestigiada especialista do Islão peninsular medieval.

Ao acolher o projecto e ao proceder à divulgação desta colectânea, o Instituto de Estudos Medievais espera poder contribuir não só para a difusão de um útil instrumento de trabalho, mas também para um melhor conhecimento e para o incremento da investigação sobre a civilização do Islão peninsular, em Portugal.

Lisboa, Dezembro de 2011.

PREFÁCIO

Santiago Macias

Investigador do Programa Ciência 2008 da FCT

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto / Campo Arqueológico de Mértola

Há duas geografias no centro deste estudo de António Rei.

A primeira é uma geografia de sítios, de lugares marcados pela História ou de regiões cuja leitura é fundamental para a compreensão do Gharb al-Andalus. Na ausência quase total de edições portuguesas de fontes escritas árabes, António Rei lançou-se neste trabalho de pesquisa, que veio dar continuidade às suas dissertações de mestrado e de doutoramento. Dessa investigação resultou a recolha de 24 autores, distribuídos ao longo de 800 anos. Não se tratou, apenas, de fornecer os resultados ou de apresentar conclusões mas, sobretudo, de reconstituir o percurso mental dos autores e de tentar entender como apreendiam os territórios e como os comunicavam, depois, aos seus leitores.

O périplo traçado lança também luz sobre a historiografia portuguesa, incluindo a mais recente, e sobre a forma como foram utilizadas as fontes escritas da época árabe, lidas, quase sempre, a partir de traduções em língua espanhola ou francesa. Os estudos de António Rei neste domínio têm permitido sublinhar lacunas persistentes e, também, evidenciar a importância da recolha a que o autor se abalançou.

Trabalho de fôlego e bem documentado, tanto no que diz respeito à consulta e utilização de fontes, como no que respeita à sua interpretação, o livro que António Rei nos oferece é um ponto de situação fundamental, não só pela abordagem às fontes em si, como pelo facto de nos permitir lançar um novo olhar sobre a história desta região. O autor não faz uso das conclusões dos trabalhos arqueológicos, maioritariamente levados a cabo nos espaços urbanos, que o seu texto tantas vezes refere. Não são, seguramente, pertinentes para um contraste que têm nos textos geográficos o seu objeto. Mas as indicações sobre locais, caminhos e territórios que resultam desta abordagem de António Rei serão de grande utilidade para futuras intervenções de uma arqueologia preocupada com as leituras da paisagem e dos territórios.

A outra geografia que ocupa parte importante na investigação de António Rei é a das palavras e da construção das obras. A erudição do autor leva-o pelos caminhos da crítica textual e da matriz que esteve na origem de cada uma das obras que estudou. A direção que tomou leva-o ao estudo da história dos textos, mais do que a uma investigação histórica que conduza a novas interpretações da história do ocidente islâmico. Melhor dizendo, levará a esse resultado, mas de forma indireta, pelo manancial de dados que proporciona.

O ponto de partida foi, afinal, uma evidência surpreendente: não há, em Portugal, trabalhos recentes sobre os geógrafos árabes. Usam-se textos conhecidos desde há muito e continua a ter-se o imprescindível David Lopes como base geográfica para o conhecimento dos territórios. São, por isso, ajuda decisiva os inúmeros trabalhos que António Rei tem vindo a produzir e que começam agora a somar-se, contribuindo para um mapeamento do Gharb. O seu conhecimento da língua árabe tem-lhe permitido aprofundar uma pesquisa que tem sido intensa e com resultados de grande interesse, lançando novas perspetivas sobre a evolução da memória geográfica do sul.

Não se trata, ainda assim, apenas de uma abordagem de erudição filológica, mas também de uma comparação entre fontes e de propostas para as dúvidas, nomeadamente de ordem topográfica, que elas mesmas mais vezes levantam do que resolvem. Bem como de esclarecedoras discussões e clarificações sobre edições anteriores destas fontes. Particularmente útil se revela o capítulo referente à escrita geográfica sobre o al-Andalus, ao

mergulhar nas datas e nas origens dos textos e ao apresentar uma divisão em tipologias literárias.

Pode, pois, dizer-se, e em resumo, que este utilíssimo guia sobre fontes geográficas históricas do Gharb passa a ser obra de consulta indispensável e que vem preencher uma lacuna existente. Neste domínio de investigação, em que se cruzam os textos escritos, a arqueologia e a leitura e a interpretação das diferentes paisagens, a obra de António Rei é, simultaneamente, um marco, um momento de reflexão e um ponto de partida para novas investigações.

AGRADECIMENTOS

Aos Professores Doutores Bernardo Vasconcelos e Sousa (Instituto de Estudos Medievais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa) e Maria Jesus Viguera Molins (Departamento de Estudios Árabes e Islámicos/Facultad de Filologia – Universidad Complutense de Madrid), Investigadores responsáveis pelo enquadramento desta minha investigação de Pos-Doc, respectivamente em Lisboa e em Madrid, em períodos vários, ao longo de três anos, entre 1 de Janeiro de 2008 e 31 de Dezembro de 2010. Pela constante disponibilidade científica e amizade pessoal, que muito me honra e que fizeram o favor de ter comigo, as quais, já vindas de antes, ainda mais se consolidaram.

Agradeço ainda à Professora Maria Jesus Viguera a Avaliação Final que fez a este trabalho, e ao facto de ter expressado o seu Parecer sobre o mesmo, de forma institucional, ao IEM.

Ao Professor Bernardo Vasconcelos e Sousa e ao Professor Doutor Santiago Macias agradeço a redação dos dois Prefácios da obra. Duas claras e iluminadas “letras capitais” de um texto por começar.

À Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, coordenadora do Grupo de Investigação “Construir a História Medieval” do IEM, no âmbito do qual o meu Pos-Doc foi integrado, agradeço a amizade pessoal e o apoio institucional que tornaram possível a publicação deste trabalho.

Ainda uma palavra às duas instituições entre as quais e dentro das quais esta investigação se foi desenvolvendo, ganhando coerência, densidade e volume, até chegar àquilo que hoje é, e que se encontra nas vossas mãos.

Em primeiro lugar o Instituto de Estudos Medievais (IEM), ao qual me encontro ligado desde a sua génese, e que identifico como “o meu centro de investigação”. Durante o tempo que todo este processo tomou, desde o início da investigação em 2008, até esta publicação, a Direção do IEM teve

à sua frente, respetivamente, o Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa, a Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa e atualmente a Professora Doutora Amélia de Andrade. De todos, tive, e continuo tendo, apoio institucional e incentivos ao longo deste trajeto, assim como também dos demais Colegas, que me perdoarão não os nomear, para que não me esqueça de algum.

Ainda, no âmbito do IEM, mas não só, uma evocação àquele que considero o meu Mestre, a quem conheci num projeto de investigação em que ambos participávamos, depois me acompanhou ao longo do Mestrado e ainda nos primeiros anos da preparação do Doutoramento, mas a quem as Parcas, avaras, cedo, muito cedo, cortaram o cordão, afastando-o de nós. Afastando, não apagando! Refiro-me ao Professor Doutor Luís Krus, que foi também o mentor do próprio IEM, e seu primeiro Presidente. Com ele debati, desde o mesmo dia que nos conhecemos, as problemáticas da receção das fontes geográficas árabes pela cronística portuguesa baixo-medieval, nomeadamente no *Livro de Rasis* e na *Crónica de 1344*.

Quero deixar também um agradecimento ao Departamento de Estudos Árabes e Islâmicos (DEAI) da Facultad de Filologia da Universidade Complutense de Madrid, onde quero referir, especialmente, o Prof. Doutor Juan Martos Quesada, Director do Departamento durante o período em causa, a Prof.^a Doutora Teresa Garulo, e Doña Pilar Roche, então Secretária do DEAI e exemplo acabado de eficiência.

Não posso deixar de referir que toda a minha disponibilidade e exclusividade para este meu trabalho de investigação, as devo à Bolsa de Pos-Doutoramento que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia me concedeu em 2007 para o triénio 2008-2010. Tendo o trabalho dessa 1.^a fase, e que hoje está nesta publicação, sido avaliado em finais de 2010 e sido considerado como que tinha cumprido os objetivos propostos, foi-me prorrogado o apoio para mais um, último, triénio de Pos-Doc, no qual tenho outro projeto entre mãos.

Os últimos são os primeiros. Isabel, António e Fátima, vocês são as razões principais que me fazem sempre seguir em frente.

Mais uma vez, a todos, o meu Muito Obrigado!

António Rei

O *Gharb al-Andalus al-Aqsâ*
na Geografia Árabe

(séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)

**Norma de transcrição do árabe
para o português usada neste trabalho**

ا	---
ب	b
ت	t
ث	<u>th</u>
ج	j
ح	h
خ	<u>kh</u>
د	d
ذ	<u>dh</u>
ر	r
ز	z
س	s
ش	<u>sh</u>
ص	S
ض	D
ط	T
ظ	<u>Dh</u>
ع	'
غ	<u>gh</u>
ف	f
ق	q
ك	k
ل	l
م	m
ن	n
ه	h
ء	'
و	w
ي	y

A curto → a; A longo → â

I curto → i; I longo → î

U curto → u; U longo → û

0. Ponto de Situação

A geografia árabe não é muito conhecida em Portugal, mesmo quando se trata dos textos geográficos que descrevem a Península Ibérica e, ainda mais especificamente, as descrições árabes relativas ao espaço hoje português.

Desde finais do século XIX, e para além de algumas traduções parciais e pontuais do punho de David Lopes¹, e, mais recentemente, de José D. Garcia Domingues², apenas estiveram disponíveis, ao longo das últimas três décadas, os textos inseridos na antologia *Portugal na Espanha Árabe*, organizada por António Borges Coelho³.

Os dois primeiros foram arabistas e os seus textos têm a virtude de serem, portanto, traduções obtidas em primeira mão, directamente a partir dos textos árabes, e com a particularidade de terem por vezes traduzido alguns dos autores menos conhecidos e explorados até então.

António Borges Coelho, um dos grandes medievalistas portugueses da segunda metade do século XX e felizmente ainda vivo, coligiu naquela sua famosa e incontornável antologia, excertos das quatro principais e mais substanciais fontes geográficas árabes então conhecidas sobre o ocidente peninsular, e que eram as de Al-Idrîsî (ID), de Al-Himyarî (HM), de Al-Maqqarî (MQ) e também o texto tradicionalmente entendido como de Ahmad al-Râzî⁴.

¹ David de Melo Lopes (Sertã, 1867 - Lisboa, 1942), unanimemente reconhecido como o maior arabista português de sempre, não apenas pelos trabalhos que produziu, mas também pelo facto singular de ter criado “escola”, ou seja, de ter formado e deixado uma insigne geração de discípulos que continuaram trabalhando, alguns deles até aos primeiros anos do século XXI (sobre a sua vida e obra, v. David Lopes, *Páginas Olisiponenses* (introd., selec e notas F. Castelo-Branco), Lisboa, Publicações Culturais da CM Lisboa, 1968: informação biográfica, pp. 15-62).

² José Domingos Garcia Domingues (Silves, 1910 - Lisboa, 1989), um dos últimos alunos de David Lopes e que se destacou dos demais colegas, porque se dedicou mais à tradução e estudos de fontes historiográficas e geográficas árabes do que aos estudos linguísticos em volta da onomástica de origem árabe, vertente que caracterizou a maioria dos demais discípulos de David Lopes (sobre a sua vida e obra, v. José Garcia Domingues, *Portugal e o Al-Andalus*, Lisboa, Huguin Ed., 1997: informação biográfica, pp. 15-47).

³ António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* (doravante *PEA*), 1.ª ed., 4 vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975; 2.ª ed., 2 vols, Lisboa, Caminho, 1989; 3.ª ed., 1 vol., Lisboa, Caminho, 2008.

⁴ A. B. Coelho, *PEA*, vol. 1: RZ, pp. 47-51; ID, pp. 65-72; HM, pp. 43-45 e 53-63; e MQ, pp. 73-81. Para o texto entendido como dos Al-Râzî, A. B. Coelho baseou-se essencialmente na reconstrução que fizera E. Levi-Provençal (v “La «Description de l’Espagne» d’Ahmad al-Râzî - Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”, *Al-Andalus*, XVIII (1953), pp. 51-108), e que fora baseada na então recente edição da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, (doravante *C1344*) ed. L. F. Lindley CINTRA, III vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951-1961.

Mas o panorama relativo aos autores árabes que escreveram sobre al-Andalus alterou-se muito substancialmente desde os primórdios da década de 70 do século passado, tendo-se tornado, desde então, muito mais amplo. A dinâmica de edições e traduções no respeitante ao espaço ibérico, e que até então se repartira, principalmente, entre investigadores franceses e espanhóis, passou a partir daquela década a ser maioritariamente mais devedora aos investigadores de Espanha.

Mas acontece que, na maioria das traduções e dos estudos que acompanham ou posteriormente são elaborados sobre aquelas mesmas fontes, a atenção dos investigadores espanhóis acaba circunscrevendo-se ao espaço do actual estado espanhol e não à globalidade do espaço andalusi descrito nessas fontes. Existe, portanto, uma lacuna de novas descrições espaciais árabes, em idioma português e sobre o espaço português. Tal facto tem tornado, nesta área, o discurso científico português, porque parco em arabistas, um pouco gasto e repetitivo, sendo mesmo, por vezes, alheio a algumas novidades publicadas nas últimas décadas.

Considerámos, pois, ser necessário e mesmo urgente a tradução em língua portuguesa, completa, directa e criticamente anotada, do conjunto de fontes geográficas árabes que têm informações sobre o espaço de Portugal. Estas têm importância não apenas porque nos informam de como era então este nosso espaço, mas porque permitem que, finalmente, se integre o espaço em falta para que fique completa, na sua totalidade, a descrição do al-Andalus.

Assim, resolvemos organizar neste trabalho o produto da nossa investigação nesta área, na qual já vínhamos trabalhando, embora parcialmente, desde há mais de uma dezena de anos, e que, assentando sobre a tradução crítica de fontes geográficas árabes que apresentam informações relativas ao espaço hoje português, permitiu, através desse contacto com as mesmas, a obtenção de matéria de trabalho para as nossas Dissertações de Mestrado (2002)⁵ e de Doutoramento (2007)⁶, para além de alguns ar-

⁵ Mestrado em História Medieval, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Julho 2002), com a Tese de Mestrado intitulada “*Memória de Espaços e Espaços de Memória - de al-Râzi a D. Pedro de Barcelos*”, sob a orientação do Prof. Doutor Luís Filipe Llach Krus (1998-2002), com a classificação final de *Muito Bom*, por unanimidade. Foi arguente o Prof. Doutor António Dias Farinha (FLUL).

⁶ Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a Tese “*O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado geográfico da*

tigos em que tratámos de algum, ou alguns, dos geógrafos árabes e das suas respectivas obras. Noutros casos, as obras em causa estiveram na origem ou fizeram parte da bibliografia de outros estudos⁷.

Foi, assim, possível reunir um total de vinte e quatro autores que se distribuem entre o século III da Hégira (h.) / IX d.C. e o século X h. / XVII d. C., e a que corresponde um total de vinte e seis obras, pois dois daqueles autores deixaram-nos, no que se refere a esta temática, não uma, mas duas obras, cada um deles. Trata-se, portanto, de um conjunto de textos que se estende ao longo de cerca de oitocentos anos.

Crónica de 1344”, sob a orientação conjunta dos Profs. Doutores Luis Krus (2003-2005) e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2005-2007) (FCSH/UNL), e da Prof^a. Doutora Maria Jesús Viguera Molins (2003-2007), (Fac.Filologia / Univ. Complutense Madrid). Apresentada a 16/7/2007 na FCSH da UNL, tendo obtido, por unanimidade, a classificação de *Muito Bom, com distinção e louvor*. Foi arguente o Prof. Doutor Santiago Macias (CAM).

⁷ A. Rei, “O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes”, *Ibn Maruán*, n.º 8 (1998) Câmara Municipal de Marvão, pp. 247-250; A. Rei e Sidarus, Adel, “Lisboa e seu termo, nos Geógrafos Árabes”, *Actas do Colóquio «Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos» - Arqueologia Medieval n.º 7*, Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, 2001, pp. 37-72; IDEM, “Outros Espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqán* n.º 124 (2001), Loures, pp.18-19; IDEM, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol. 53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII-XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses / Colibri, 2001, pp. 35-43; IDEM, “Azóias / Arrábidas no Gharb al-Andalus e o Movimento dos Muridîn - subsídios para a sua identificação espacial”, *Rev. Xarajib* 2 (2002), CELAS - Silves, pp. 53-61; IDEM, “A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242) - novas visões da «Reconquista» a partir do «al-Mughrib...» de Ibn Sa’id de Granada ”, *Arqueologia Medieval n.º 8* (2003), Mértola/ Porto, CAM/ Afrontamento, pp. 29-41; IDEM, “Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal - o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 19 (2001), pp. 235-245; IDEM, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Ocupação Humana no Alfoz de Lisboa durante o período Islâmico (714 - 1147)”, *Actas do Encontro ‘A Nova Lisboa Medieval’*, Univ. Nova de Lisboa / NCEM - FCSH, 2004, pp. 25-42; IDEM, “O «Gharb al-Andalus» em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’id al-Maghribî”, *Medievalista online*, ano 1, n.º 1 (2005) IEM/FCSH – UNL, 22 pp. (> www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/pdf/); IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “A Legitimação Califal do Poder Almôada na ‘Geografia’ de Ibn Ghâlib”, *Rev. Xarajib* 5 (2006), CELAS - Silves, pp. 71-77; IDEM, “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, Lisboa, 2007, pp. 60-71; IDEM, “Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas”, *Arqueologia Medieval* 10 (2008), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 41-49; IDEM, “O Ms. LV e as suas problemáticas cronológicas e textuais. Estudo prévio à edição crítica”, in *Arqueólogo Português* n.º XXVI (2008) [Número especial comemorativo dos 150 anos do Nascimento de José Leite de Vasconcelos], pp. 355-374; IDEM, “Julumânya / Juromenha – memórias do período hispano-árabe (713 - 1230)”, in *Callipole* n.º 17 (2009), CM Vila Viçosa, pp. 15-21; IDEM, “Coimbra e a sua região nos geógrafos árabes” in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499; IDEM, “O actual norte alentejano no período hispano-árabe (711 - 1230)”, in *Callipole* n.º 18 (2010), C M Vila Viçosa, pp. 15-21.

Relativamente ao pressuposto tradicionalmente aceite de que as *Crónicas do Mouro Rasis (CMR)* e *Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, nos respectivos apartados geográficos, são repositórios, em romance, da obra geográfica de Ahmad al-Râzî, sublinhamos que, como principal conclusão da nossa Dissertação de Mestrado, tal pressuposto tem de ser posto em causa.

De facto, o texto árabe que serviu de matriz à tradução portuguesa dos séculos XIII-XIV, realizada na corte senhorial dos Aboim-Portel, trata-se, afinal, de um texto do século XII, seguramente posterior a 1085, ou mesmo a 1094⁸, e que refunde, pelo menos no apartado em causa, a obra geográfica dos Al-Râzî, Ahmad e ‘Îsâ, respectivamente pai e filho, e autores do século X, com a obra do geógrafo Al-Bakrî, este do século XI, todos três autores hispano-árabes.

A similitude do texto presente nas *Crónicas* com o único texto conhecido de Ibn Ghâlib, autor hispano-árabe do século XII, revela-nos semelhanças, quer na estruturação do texto quer nos conteúdos do mesmo. Tal constatação fez-nos aventar a possibilidade de que aqueles textos das *Crónicas* possam ser, afinal, os repositórios da grande obra perdida de Ibn Ghâlib, denominada *Farhat al-anfus*, obra para a qual este usou como fontes principais as obras daqueles outros autores hispano-árabes mencionados atrás⁹.

⁸ A primeira data, 1085, relaciona-se com a conquista de Toledo, pois o apartado geográfico das *CMR* e *C1344* referem Talavera, a actual Talavera de la Reina, como fortaleza de fronteira, após a conquista de Toledo; logo o texto árabe-matriz não poderia ter sido composto antes daquela data. A segunda, 1094, é a data de falecimento de Al-Bakrî (BK). Como os autores que usaram BK como fonte (IG, HM e YQ, este a partir de IG), além das *Crónicas*, *CMR* e *C1344*, todos redactam aquela passagem relativa à condição fronteiriça de Talavera, pelo que a mesma não poderia ter sido redigida após aquela data, por razão óbvia.

⁹ António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2008, pp. 129-135. Relativamente a toda esta problemática, abordá-la-emos mais profundamente, infra, nos capítulos relativos a RZ e IG.

Quadro de abreviaturas utilizadas neste estudo
Autores e fontes árabes

N.º de ordem	Autor	Abrev.	Título da Obra	Abrev.
			Primórdios orientais (sécs. IX-X)	
1	Al-Ya'qúbî	YB	<i>Kitâb al-Buldân</i>	KB
2	Al-Istakhrî	IS	<i>Masâlik wa-l-Mamâlik</i>	MMi
3	Al-Mas'ûdî	MS	<i>Murûj al-Dhahab</i>	MD
4	Ibn Hawqal	HQ	<i>Kitâb Sûrat al-Ard</i>	KS
5	Al-Muqaddasî	MD	<i>Ahsan al-Taqâsim</i>	AH
			Autores hispano-árabes (sécs. X-XIII)	
6	Al-Râzî	RZ	<i>Akhbâr Mulûk al-Andalus</i>	AA
7	Al-Udhri	UD	<i>Tarsi' al-Akhbâr</i>	TA
8	Al-Bakrî	BK	<i>Kitâb Masâlik wa-l-Mamâlik</i>	MMb
9	Al-Zuhri	ZU	<i>Kitâb Jarafiya</i>	KG
10	Abû Hâmid	AH	<i>Murib 'an ba'd 'aja'ib al-Maghrib</i>	MA
11	Al-Rushâtî	RU	<i>Iqtibas al-Anwâr</i>	IA
12	Al-Idrisî	ID1	<i>Nuzhat al-Mushdaq</i>	NM
12a	Al-Idrisî	ID2	<i>Uns al-Muhâj</i>	UM
13	Anónimo	---	<i>'Umdat al-Tabib</i>	UT
14	Ibn Ghâlib	IG	<i>Farhat al-anfus</i>	FA
14a	Ibn Sa'îd	SD1	<i>al-Mughrib fi hula-l-Maghrib</i>	MH
15	Ibn Sa'îd	SD2	<i>Kitâb Bast al-Ard</i>	KB
			Autores norte-africanos (sécs. XIII-XVII)	
16	Ibn al-Shabbât	SB	<i>Silat al-simt</i>	SS
17	Al-Himyarî	HM	<i>Kitâb Rawd al-Mi'târ</i>	RM
18	Anónimo	---	<i>Dhikr bilâd al-Andalus</i>	DK
19	Al-Maqqarî	MQ	<i>Nafh al-Tibb</i>	NT
			Autores orientais (sécs. XIII-XV)	
20	Yaqût	YQ	<i>Mu'jam al-buldân</i>	MB
21	Al-Qazwîni	QZ	<i>Athar al-bilâb</i>	AB
22	Abû l-Fidâ	AF	<i>Taqwim al-buldân</i>	TB
23	Al-Qalqashândî	QL	<i>Subh al-A'sha'</i>	SA
24	Ibn al-Wardî	IW	<i>Kharidat al 'ajâ'ib wa faridat al-gharâ'ib</i>	KA

1. Introdução

1.1. Limites

A área temática da Geografia de matriz árabe e relativa a al-Andalus estende-se ao longo de uma cronologia bastante dilatada. Prolongando-se por cerca de oito séculos, com os seus primórdios no século III *hégira* (h.) / IX *era cristã* (d.C.) e o seu final já em pleno século XI h. / XVII d.C., é, enquanto conjunto de textos, tipologicamente diversificado.

Nos seus limites extremos temos, a montante, os seus primeiros cultores, que foram letrados orientais dos séculos III h. / IX d.C. e IV h. / X d.C., e que eram, simultaneamente, geógrafos, mas também e principalmente altos funcionários do aparelho califal abássida. Estes primeiros 'geógrafos' foram anteriores, contemporâneos ou ligeiramente posteriores a Ahmad al-Râzî, o fundador, o iniciador, na Península Ibérica islâmica, desta área específica do conhecimento¹⁰. E a jusante, no seu término, já no século XI h. / XVII d.C. encontramos o último grande nome, que se pode identificar como pertencendo ainda a esta longa tradição, e que é o do norte-africano Al-Maqqarî¹¹.

¹⁰ Relativamente aos geógrafos orientais dos primeiros séculos: Georgette Cornu, "Les Géographes Orientaux des IXe. et Xe. Siècles et al-Andalus", in *Sharq al-Andalus* 3 (1986), p.11-18; Rachel Arié, "Al-Andalus vu par quelques lettrés orientaux au Moyen Âge", in *Andalucía Islámica*, II-III (1981-82), p.71-84; André Miquel, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du XI^e siècle*, 4 vols., Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Mouton, 1988, vol. I. Ver também os artigos na *Encyclopédie de l'Islam*, 2.^a ed., Leiden-Paris, 1960-... (E.I.²): M.Hadj-Sadock, «Ibn Khurradâdhbih», III, p. 863; H. Masse, «Ibn Fakîh», III, pp.784-785; Maqbul Ahmad, «Ibn Rusta», III, p.944-5; A. Miquel, «al-Istakhrî», IV, p.232; IDEM, «Ibn al-Hawqal», III, pp. 810-811; IDEM, «al-Muqaddasî», VII, pp. 492-493; Ch. Pellat, «al-Mas'ûdi», VI, pp. 773-778. Consultem-se de igual modo os estudos, antigos mas ainda com informações pertinentes, de J. Alemany Bolufer, e de J. Kratchkovsky, respectivamente: J. Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su Reino*, t.IX (1919), pp. 109-172; t.X (1920), pp. 121-124; t.XI (1921), pp.1-40; e J. Kratchkovsky, «Les géographes arabes des XI et XII siècles en occident». Trad. Française de M. Canard, *Annales de l'Institut d'Études Orientales* XVIII-XIX, Alger (1960-61).

¹¹ Al-Maqqarî (Tlemcen, 986 h./1577 d.C – Egipto, 1042 h./1632 d.C.), Vida: E. Levi-Provençal (/ Ch. Pellat), «Al-Makkarî», *E.I.2*, t.VI, pp.170-172; Obra: *Nafh al-Tib*, (ed. I. 'Abbas), 2.^a ed, 8 vols., Beirute, 1988; trad. parc. inglesa Pascual de Gayangos, *History of Mohammedan Dynasties in Spain*, Nova Iorque-Londres, 2 vols., 1964 (reimp. da ed. de 1840); trad. parc. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes", *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72, pp. 67-68; António Rei, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75, pp. 71-72; António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.1, pp. 73-81.

1.2. Breve ponto de situação em Portugal

Havendo em Espanha e em França um já extenso conjunto de edições e traduções de obras árabes e hispano-árabes sobre a temática geográfica, em Portugal o número de arabistas que tratou este género textual é muito pequeno¹² e os seus trabalhos, talvez também pelo facto de então ainda não existir o número de edições que existe hoje em dia, são algo esparsos e não muito numerosos, para além de geralmente pouco usados, citados e/ou divulgados. Damos como exemplo uma tradução, anotada, que José Pedro Machado fez em meados da década de 60, de extensa parte da obra de Al-Idrisí, em que se integra o espaço hoje português, e que é praticamente desconhecida¹³.

1.3. Título desta colectânea

Relativamente ao título desta colectânea, que estava inicialmente previsto como *O Gharb al-Andalus na Geografia Árabe*, resolvemos alterá-lo para *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe* ou seja “o ocidente mais afastado, mais longínquo, de al-Andalus”, pela razão de que apenas pretendemos tratar o espaço hoje português, e que, na realidade, o Gharb al-Andalus, mais precisamente, e de acordo as descrições espaciais árabes, era entendido como tratando-se de todo o espaço que se situava a ocidente da cidade de Sevilha.

Dentro deste conceito espacial, tudo o que medeia entre Sevilha e o curso final do Guadiana, onde este rio actualmente volta a marcar a fronteira entre os dois estados ibéricos, e onde, no período romano, marcou o limite entre a Lusitânia e a Bética, *grosso modo*, a parte ocidental da província de Sevilha e a província de Huelva, eram, portanto e também elas, partes integrantes do *Gharb al-Andalus*¹⁴.

¹² Os principais arabistas portugueses que se dedicaram também a traduzir fontes geográficas foram David Lopes, José Garcia Domingues (v. supra ns. 1 e 2) José Pedro Machado (1914-2005).

¹³ José Pedro Machado, “A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Séc. XII”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 13 (1964), pp. 1753.

¹⁴ José D. Garcia Domingues, “O Garb Extremo do Andaluz e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 78 (1960), pp. 327-362 (reed. em Idem, 1997, pp.79-116). Por existir aquela tradição de que o espaço a oeste de Sevilha ainda é parte do Al-Gharb, manteve-se até tarde no conjunto de titulações do monarca de Espanha, o título de “Rey del Algarbe”, sem que tal se refira ao actual espaço português do Algarve. Por este conjunto de razões acabámos por alterar o título deste nosso trabalho para *Gharb al-Andalus al-Aqsâ* (Extremo ocidente de Al-Andalus), para se circunscrever, com mais propriedade, ao espaço hoje português.

Assim, e porque aquelas áreas da actual Andaluzia foram tratadas por investigadores espanhóis¹⁵ e também porque não nos ocupam agora, já que nos restringiremos apenas e só ao espaço hoje português, resolvemos, portanto, adoptar aquela expressão, também usada na geografia árabe, e que se adequa de forma mais exacta e mais estrita ao espaço português.

Queremos ainda deixar aqui uma outra nota, já não relativa ao título, mas relacionada com a linguagem apresentada nos textos traduzidos. Procuramos que o texto, sem ser literal, se mantenha, no entanto, o mais perto possível do discurso da matriz árabe. Tal opção vai, por certo, originar algumas expressões e / ou construções que poderão soar pouco comuns no português idiomático de hoje, apesar de sabermos que outros poderiam fazer de outra forma. A modernização da linguagem comprometeria, obrigatoriamente, o objectivo proposto.

¹⁵ Fátima Roldan Castro, *Niebla musulmana (siglos VIII-XIII)*, Huelva, Diputación Provincial, 1993; Rafael Valencia, “La Cora de Sevilla en el «Tarsi‘ al-Ajbâr» de Ahmad b. ‘Umar al-‘Udhri”, *Andalvcia Islamica* IV-V (1983-86), p. 107-43. Sobre a questões relativas quer ao conceito de ‘Gharb al-Andalus’, quer aos limites espaciais do mesmo, v. Alejandro Garcia Sanjuan, “La caracterización geográfica del *Garb* al-Andalus en las fuentes árabes medievales”, in *Medievalista* [Em linha]. N.º 6, (Julho 2009), IEM / FCSH - UNL, <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>. Já há quase meio século, em Portugal, José Garcia Domingues abordara estas mesmas questões, em *Conceito e Limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas Árabes*, Sep.^a *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici - Ravello 1966*, Napoles, 1967.

2. Geografia: a Imagem da Terra

Queremos ainda deixar aqui uma informação acerca dos primórdios da própria Geografia, enquanto disciplina específica entre os árabes, ou talvez mais exactamente, da geografia em língua árabe. Estabelecemos esta diferença porque, em muitos casos, quem a tal se dedicava, aliás como a outras disciplinas, no oriente islâmico, não eram, regra geral, os árabes, havendo naturalmente excepções, mas eram sobretudo os persas, sendo estes os grandes cultores das disciplinas que estariam na origem das ciências modernas, embora já arabófonos¹⁶.

A partir do contacto com a cultura grega bizantina, os árabes traduziram literalmente a expressão que deu origem ao termo ‘geografia’: *geo* (terra) *graphos* (imagem). Assim, os textos mais antigos que versaram sobre matéria geográfica apareceram reiteradamente designados, por vários autores, como *Livro da Imagem da Terra (Kitâb Sûrat al-Ard)*¹⁷.

Só bastante mais tarde, já no século VI h. / XII d.C., aquela designação, aliás uma expressão traduzida, foi abandonada e substituída pela transcrição fonética aproximada da palavra grega, dando origem às divergentes *jaghrâfiyâ*, *jighrâfiyâ* ou *jughrâfiyâ*, e os seus cultores passaram a ser designados como *al-jaghrâfiyyûn*, ou seja, os geógrafos¹⁸.

A dificuldade de obter um designativo fácil e coerente para os membros daquela comunidade do saber, a partir da primeira expressão, terá sido, muito possivelmente, uma das razões que conduziram à adopção da segunda fórmula, que não traduz, pelo contrário, simplesmente transcreve a palavra grega.

Nos primórdios do cultivar do objecto geográfico entre os árabes, além do primitivo género geográfico, como vimos atrás, designado como *Kitâb Sûrat al-Ard*, também surgiram outras tipologias de obras nesta

¹⁶ Queremos clarificar esta nossa expressão, para que não haja equívocos: os persas, em geral, islamizaram-se, mas não se arabizaram; ou seja, não perderam a sua língua, o *farsî*, trocando-a pelo árabe. Quando dizemos ‘arabófonos’ estamos a referir-nos, neste caso concreto, aos funcionários das chancelarias que, mesmo que não usassem o árabe na sua vida privada e até socialmente, ao menos teriam de usar o idioma ‘oficial’, o idioma do poder, nos documentos que produziam e nos seus locais de trabalho.

¹⁷ Aquela expressão serviu de título a muitas obras geográficas dos primeiros séculos da civilização islâmica (V. Maqbul e Taeschner, “Djughrâfiyâ”, *E.I.*², t. II, pp. 590-605, p. 590).

¹⁸ IDEM, *idem*, p.599; e Maria Ángeles Pérez Álvarez, “La literatura geográfica”, in *Fuentes Árabes de Extremadura*, Cáceres, Univ. Extremadura / Caja Salamanca y Soria, 1992, pp. 15-19, p.17.

área, que foram designadas como *Kitâb al-Buldân* (Livro dos Países), *Sifât al-Dunyâ* (Atributos do Mundo), *Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik* (Livro dos Caminhos e dos Reinos), *‘Ilm al-Turûq* (Conhecimento das Vias), *‘Ilm al-Burûd* (Conhecimento das Paragens e das Estâncias), *‘Ilm al-Atwâl wa-l-‘Urûd* (Ciência das Longitudes e das Latitudes), *‘Ilm Taqwîm al-Buldân* (Ciência da Localização dos Países)¹⁹. É perceptível que as primeiras cinco expressões ainda identificam conhecimentos num estágio bastante empírico e não suficientemente sistematizados, enquanto as duas últimas apareceram mais tardiamente e já manifestam parâmetros de uma mais evidente cientificidade.

A literatura ‘geográfica’, ficando, na sua fase primeira, algures entre o relato e / ou o roteiro de viagens, servia não só funcionários e “homens de ciência”, com o sentido lato que esta última expressão então continha, mas também interessava o viajante, o mercador, o peregrino, ou aquele que, simplesmente, se entretinha lendo descrições, mais ou menos verdadeiras ou ficcionadas, de terras distantes de que se relatavam, geralmente, as coisas mais insólitas e extraordinárias, aquilo que se convencionou chamar ‘o maravilhoso’²⁰.

¹⁹ Maria Ángeles Pérez Álvarez, *ob. cit.*, p.17; J. Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su Reino*, t. IX (1919), p. 109-72, p. 111.

²⁰ Sobre o ‘maravilhoso’ na literatura geográfica árabe, v. C.E. Dubler, “‘Adjâ’ib”, *E.I.*², I, pp. 203-204. Mais especificamente sobre o ‘maravilhoso’ na literatura hispano-árabe, v. Rachel Arié, «Le Merveilleux dans la littérature hispano-musulmane au Bas Moyen-Âge », in *Actas do XII Congresso da UEAI*, Málaga, 1984, pp. 63-81.

3. Os primórdios da geografia islâmica

Os primeiros autores que, em árabe, trataram este tipo objecto, a descrição da Terra, não eram, como já referimos, geógrafos na completa acepção do termo, pelo menos dentro do âmbito que actualmente atribuímos àquele vocábulo.

A sua ocupação com este género de relatos, que terá sido anterior ao seu interesse pelos mesmos enquanto objectos em si mesmos, surgiu, na grande maioria dos casos, fruto de deveres profissionais. São, portanto, textos com preocupações mais de tipo pragmático do que de tipo “científico”.

É essa a razão pela qual os primeiros textos que incluíam descrições espaciais ostentaram diferentes designações, como vimos atrás, cada uma delas identificando um género de fontes das que contribuíram para a constituição do objecto geográfico, entre os falantes do idioma árabe.

A expansão geográfica que levou o Islão, em cerca de oito décadas, a estender-se da China aos Pirenéus, obrigou a reunir, compulsivamente, dados quer de geografia física, quer também de geografia humana. Pois não havia apenas que conhecer o espaço, as suas riquezas e produções, as suas vias e lugares estratégicos, havia também que conhecer quem ocupava esses espaços, e qual a sua condição relativamente ao Islão, quer como estrutura de poder, quer como religião. Era a sua condição que situava cada novo súbdito do Califa numa tabela que indicaria qual o montante de impostos que o mesmo teria de pagar, sendo muçulmano; ou, não sendo, o que caberia a cada um, no caso de ser hindu, ou budista, ou cristão, ou mazdeista, ou membro de qualquer outra crença.

Assim, as chancelarias de Damasco e, mais tarde, de Bagdade, tinham de estar informadas, actualizadas, sobre as novas conquistas e do que, em riquezas e em gentes, passava a integrar o espaço governado pelo Representante do Profeta, o Califa²¹.

Desta forma, os autores que primeiro descreveram, de forma mais ou menos sucinta, a Península Hispânica, designada desde então por “al-Andalus”, foram funcionários de chancelaria que tiveram acesso a

²¹ Sobre as causas pragmáticas que levaram à expansão dos conhecimentos geográficos na civilização islâmica, v. “Djuhrâfiya”, *E.I.*², t. II, pp. 590-605, em especial pp. 590-591.

recolhas de relatos ou notícias sobre os novos espaços integrados no *Dâr al-Islâm*, e daí extraíram matéria para os seus próprios textos descritivos. Aquelas recolhas e respectivas redacções deram origem a compilações que são geralmente designadas como *akhbâr*, ou seja, literalmente, “notícias”.

Curiosamente, poucos são os autores orientais, entre os que tratamos aqui, que tiveram genuíno interesse pela geografia em si mesma, enquanto matéria “científica”. Se uma significativa maioria de entre eles foram funcionários de chancelaria, mesmo alguns de épocas mais tardias, como nos séculos XIV e XV, e que referiremos mais adiante, outros, também mais tardios, com um desejo enciclopédico de precisão, atomizaram as descrições, até ao relato caso a caso, e por ordem alfabética, procurando fixar a exactidão linguística de todos os topónimos. A sua busca de precisão e análise é de tal ordem que, mercê da utilização de uma metodologia daquele tipo, o leitor acaba por perder, completamente, a noção de conjunto espacial.

4. A Geografia sobre al-Andalus

Entre os primeiros daqueles letrados orientais, dos quais chegou até nós informação sobre esta faixa extrema do ocidente de Al-Andalus, temos um ainda do século III / IX, conhecido como Al-Ya'qûbî, cuja obra foi terminada nos finais daquela centúria. Já no século IV / X há quatro autores com importância para o nosso espaço, designadamente e por ordem cronológica, al-Istakhrî, al-Mas'ûdî, Ibn Hawqal e al-Muqaddasî²².

Iniciada na primeira metade do século IV/X com a obra de Ahmad al-Râzî, a literatura geográfica árabe de autores hispânicos sobre al-Andalus, prolongou-se até ao século VII/XIII, em cujo extremo final encontramos os textos de Ibn Sa'îd²³.

Este saber hispano-árabe teve uma grande repercussão no mundo islâmico de então, com especial incidência no Norte de África e no Médio Oriente, pela razão de que todos comungavam das margens do Mediterrâneo. Aqueles conhecimentos foram recolhidos e continuados por vários geógrafos árabes não-peninsulares, que se tornaram tanto mais importantes quanto se tornaram depositários e difusores de um conjunto de informações que, tudo parece apontar, poderão remontar à obra perdida dos al-Râzî.

A origem e desenvolvimento desta matéria pragmatico-científica em al-Andalus coincidiu com o surgimento do Califado. Não apenas havia que saber que espaços estavam submetidos ao novo Príncipe dos Crentes e quais os seus bens naturais, cidades, fortalezas ou outras reali-

²² Relativamente aos primeiros geógrafos orientais que deixaram informações sobre o extremo ocidente hispânico, v. os artigos na *E.I.*²: A.Miquel, «al-Istakhrî», IV, p.232; Ch.Pellat, «al-Mas'ûdî», VI, p.773-8; A. Miquel, «Ibn al-Hawqal», III, p. 810-1; A.Miquel, «al-Muqaddasî», VII, p.492-3. Consultem-se ainda Georgette Cornu, «Les Géographes Orientaux des IX^e. et X^e. Siècles et al-Andalus», in *Sharq al-Andalus* 3 (1986), pp.11-18; Rachel Arié, «Al-Andalus vu par quelques lettrés orientaux au Moyen Âge», in *Andalvcia Islamica*, II-III (1981-82), pp.71-84; e de igual modo os estudos antigos, mas ainda com informações pertinentes, de J. Alemany Bolufer e de I. Kratchkovsky.

²³ Sobre os geógrafos hispano-árabes, e os limites cronológicos da produção geográfica 'andalusi', vejam-se E. Levi-Provençal, «La Vida Religiosa e Intelectual - Ojeada de conjunto a la historiografía califal», *HE-RMP*, V, pp. 321-323; Luis Molina, «Historiografía - Obras Geográficas», *HE-RMP*, VIII/1, pp.12-17; M.^a J. Viguera, «Historiografía - Obras Geográficas», *HE-RMP*, VIII/2, p.14-16; consultem-se ainda José Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península...», ed.cit., *passim*; I. Kratchkovsky, «Les Géographes Arabes des XI^e. et XII^e. Siècles en Occident», ed.cit., *passim*; Joaquín Vallvé, «Fuentes Latinas de los Geógrafos Arabes», *Al-Andalus* XXXII (1967), pp.241-260; e a excelente obra de Husayn Mu'nis, *Tarikh al-Jaghrafiyya wa l-Jaghra-fiyyîn fi-l-Andalus* (tex.ár.), IEEI, 1967.

dades dignas de menção, com interesse directo na cobrança fiscal, mas também havia que promover um discurso “hispânico” de legitimação do novo soberano.

Tal tarefa foi entregue a Ahmad al-Râzî (RZ), o primeiro e mais famoso cronista hispano-árabe, não só do período califal, mas também, e porque o período califal se tornou uma referência para poderes ulteriores, podemos dizer que se tratou mesmo do mais famoso historiador e geógrafo do al-Andalus, a Hispânia islâmica. Sucedeu-lhe seu filho, ‘Îsâ al-Râzî, que em determinadas passagens complementou a obra de seu pai.

No século XI surgiram os primeiros letrados que poderemos chamar realmente de geógrafos, mais do que cronistas. Tiveram um verdadeiro interesse pela matéria geográfica e não desenvolveram os seus trabalhos por iniciativa ou a mando de nenhum poder político então vigente. Al-‘Udhri (UD) e Al-Bakrî (BK) foram os principais autores, com evidentes diferenças entre eles, embora não tanto nos conteúdos sobre a Península, tanto mais que sobre esta BK usou a obra de UD, de quem foi discípulo.

Uma excepção foi Al-Rushâtî (RU), que, sendo um genealogista, ao tratar determinados personagens por vezes recorreu aos RZ para situar geograficamente as regiões de origem dos indivíduos em causa.

Também encontramos, no virar do século V / XI para o VI / XII, um autor que abordou a geografia andalusi como pano de fundo de uma literatura de viagens, como foi o caso de Abû Hâmid al-Gharnâtî (AH).

Já em pleno século VI / XII, outros autores apresentaram a geografia andalusi, em quadros mais amplos, como Al-Idrîsî (ID) ou mesmo Al-Zuhrî (ZU). No entanto, um outro caso, completamente diferente, é o que encontramos no tratado anónimo *‘Umdat al-Tabîb*, em que só subsidiariamente são usadas referências espaciais no seu texto de cariz botânico.

Na segunda metade do século VI / XII a figura de Ibn Ghâlib emerge, qual reedição do figurino raziano, também ele um homem comprometido com o poder político, só que este ligado à dinastia dos Almóadas, como aqueles estiveram à dos Omíadas.

Já no século VII / XIII surge a última grande figura de letrado andalusi que incorpora ainda referências aos textos dos Al-Râzî: Ibn Sa’îd (SD), conhecido como “Al-Maghribî”, por se ter exilado para o Oriente, onde veio a falecer.

5. A geografia andalusi no Norte de África e no Oriente

A partir deste mesmo século VII / XIII começaram a surgir no Norte de África, especialmente no Magrebe, mas também no Médio Oriente, autores que, com diferentes interesses iniciais, foram coligindo informações relativas ao espaço islâmico na Península Ibérica.

Quer fossem informações de autores mais antigos, quer de autores seus contemporâneos, nalguns casos estas últimas são também muito importantes porque já referem os diferentes reinos cristãos que entretanto se tinham criado no retrocesso dos limites do espaço islâmico.

Atendendo ao cenário de grande perda textual que atingiu estes manuscritos geográficos hispano-árabes, estas obras tardias são, em muitos casos, de grande importância tendo em vista possíveis futuras reconstituições daqueles textos perdidos ou fragmentários.

Entre estas figuras que receptaram as descrições andalusi, temos, no Magrebe, Ibn al-Shabbât (SB), Al-Himyarî (HM), I, o autor anónimo do *Dhikr* (DK), e, por último Al-Maqqarî (MQ).

Já no Médio Oriente, encontramos Yaqût (YQ), Al-Qazwîni (QZ), Abû-l-Fiddâ (AF), Al-Qalqashândî (QL), e, por último Ibn al-Wardî (IW).

Desde escritores a funcionários de chancelaria, a príncipes e a enciclopedistas, estes autores são o conjunto mais heteróclito de todo o panorama de autores relacionados com a geografia do extremo ocidental da Península Ibérica durante o período de domínio islâmico.

6. A escrita geográfica sobre al-Andalus

Nesta colectânea de textos geográficos que abordam o extremo ocidente do espaço peninsular vamos dividi-los em conjuntos menores, de acordo com dois critérios-base: em primeiro lugar, em função das épocas em que cada autor viveu e produziu, e também de acordo com as suas origens; e, no segundo momento, tomando em conta as tipologias literárias dos textos em que nos foram legadas aquelas informações espaciais.

6.1. *Datas e Origens (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*

Quanto a periodizações, este conjunto de autores, como vimos atrás no quadro de abreviaturas, dividimo-lo em quatro grupos, usando como critério preferencial a cronologia; embora o critério “origem” se tenha sobreposto aquele outro, no caso do último autor, Al-Maqqarî, pois incluïmo-lo no grupo de autores norte-africanos, e só depois tratamos os autores orientais tardios, embora bastante anteriores ao próprio Al-Maqqarî.

O primeiro grupo, *Primórdios orientais (sécs. IX-X)*, é uma espécie de pré-história ou pré-geografia da geografia hispano-árabe.

O segundo grupo, *Autores hispano-árabes (séculos X-XIII)*, teve o seu início na primeira metade do século IV/X com a obra de Ahmad al-Râzî (RZ).

A literatura geográfica árabe de autores hispânicos sobre al-Andalus, prolongou-se até ao século VII/XIII, em cujo extremo final encontramos os textos de Ibn Sa’îd²⁴.

Este saber hispano-árabe repercutiu-se pelo no mundo islâmico de então, com especial incidência nas regiões que também comungavam das margens do Mediterrâneo. O facto de muitos deles se terem tornado depositários e difusores de um conjunto de informações que, tudo parece

²⁴ Sobre os geógrafos hispano-árabes e os limites cronológicos da produção geográfica ‘andalusi’, vejam-se E.Levi-Provençal, «La Vida Religiosa e Intelectual - Ojeada de conjunto a la historiografia califal», *HE-RMP*, V, p. 321-323; Luis Molina, «Historiografia - Obras Geográficas», *HE-RMP*, VIII/1, pp.12-17; M.ª J. Viguera, «Historiografia - Obras Geográficas», *HE-RMP*, VIII/2, p.14-16; consultem-se ainda José Alemany Bolufer, “La Geografia de la Península...”, ed. cit.; I. Kratchkovsky, “Les Géographes Arabes des XIe. et XIIe. Siècles en Occident”, ed. cit.; Joaquín Vallvé, “Fuentes latinas de los geógrafos árabes”, ed.cit.; e a excelente obra de Husayn Mu’nis, *Tarikh al-Jahrafiyya wa l-Jahrafiyyîn fi-l-Andalus* (tex.ár.), ed.cit.

apontar, poderão remontar, directa ou indirectamente, à *obra perdida* dos dois al-Râzî, tornou as suas obras muito importantes tendo em vista eventuais reconstituições de textos com origem hispano-árabe, mas total ou parcialmente desaparecidos.

O terceiro grupo, *Autores norte-africanos* (sécs. XIII-XVII), reúne textos obtidos a partir de autores peninsulares, como repercussão de memórias andalusis, ou porque os autores eram de regiões que tinham estado submetidas aos califas Omíadas, ou porque os próprios autores tinham origem andalusi e já estavam emigrados no Magrebe.

O quarto e último grupo, inclui *Autores Orientais* (sécs. XIII-XV), e na sua grande maioria obras de cariz enciclopédico, que se valeram de obras andalusis, sem que os autores tenham quaisquer ligações pessoais a estas terras.

6.2. Tipologias literárias

6.2.1. Colectâneas de notícias (*akhbâr*)

O primeiro tipo, comum aliás à historiografia e à geografia, é o dos “*akhbâr*” (notícias). Essas obras eram colectâneas de recolhas de informações de proveniência oral, preferencialmente de testemunhas oculares, ou, à falta destas, a partir dos relatos de quem, com a maior proximidade possível do facto relatado, tinha obtido aquela informação.

Deste grupo de autores orientais, que formam, digamos, a pré-geografia hispano-árabe, só um deles esteve presencialmente na Península, pelo que no caso dos outros quatro (e quanto mais para trás, com maior certeza), as suas fontes terão sido mesmo, quase exclusivamente, os relatos orais. E muitos desses relatos privilegiavam os chamados episódios ou factos curiosos ou insólitos, aquilo que deu corpo e substância à chamada literatura do “maravilhoso”²⁵. Este tipo de relatos, pela sua natureza intrinsecamente fragmentária, não proporciona descrições espaciais consistentes; antes evoca episódios ou factos relativos a um local, sem que este local tenha de estar espacial e sistematicamente correlacionado quer com o que o antecede, quer com o que o sucede.

²⁵ C.E. Dubler, «Adjâ'ib», *E.I.*², t. I, pp. 203-204; Rachel Arié, “Le Merveilleux dans la littérature hispano-musulmane au Bas Moyen Age”, *Actas del XIIº Congreso de la UEAI* (1984), Málaga, pp. 63-81.

Entre os primeiros daqueles letrados orientais, dos quais chegou até nós informação sobre esta faixa extrema do ocidente de Al-Andalus, temos em primeiro lugar, e ainda do século III / IX, Al-Ya'qûbî (YB), cuja obra terá sido terminada nos finais daquele século.

Durante o século IV / X surgem-nos mais três autores com informações importantes para o nosso espaço, designadamente e por ordem cronológica, al-Istakhrî (IS), al-Mas'udî (MS) e al-Muqqadasî (MD)²⁶.

Com mais ou menos amplitude, todos eles, incluindo mesmo o mais antigo, YB, podem ser considerados como recolectores directos ou indirectos das notícias ou relatos (*akhbâr*) orais e primordiais que transmitiram no Oriente notícias acerca destes espaços.

6.2.2. Textos politico-administrativos

Os textos politico-administrativos andalusis estão, na sua origem, e em larga medida, ligados ao surgimento do Califado em al-Andalus, e ao que podemos designar como uma “cronística califal”.

Tornava-se necessário saber com a exactidão possível, que espaços estavam submetidos ao novo Príncipe dos Crentes. Quais eram os seus bens naturais, cidades, fortalezas ou outras realidades dignas de menção e com interesse directo na cobrança fiscal. Ou seja, eram textos com evidente interesse pragmático e programático, e que visavam produzir também um discurso de legitimação hispano-islâmica do recente Califa.

Este conjunto de autores encontra-se representado, para além dos RZ, Ahmad e 'Îsâ (séc.IV/X), também por UD (terceiro quartel do séc.V/XI) e por IG (terceiro quartel do séc.VI/XII), sendo este último geralmente considerado como o mais importante transmissor dos RZ²⁷.

²⁶Relativamente aos geógrafos orientais dos primeiros séculos: Georgette Cornu, “Les Géographes Orientaux des IX^e. et X^e. Siècles et al-Andalus”, in *Sharq al-Andalus* 3 (1986), p.11-18; Rachel ARIÉ, “Al-Andalus vu par quelques lettrés orientaux au Moyen Âge”, in *Andalucía Islámica*, II-III (1981-82), p.71-84; André Miquel, *La Géographie Humaine...*, t. I. Ver também os artigos na *E.I.*: A. Miquel, «al-Istakhrî», IV, p.232; Ch.Pellat, «al-Mas'ûdî», VI, p. 773-8; A. Miquel, «Ibn al-Hawqal», III, p. 810-1; A.Miquel, «al-Muqaddasî», VII, p. 492-3. Consultem-se de igual modo os estudos antigos, mas ainda com informações pertinentes, de J. Alemany Bolufer e de I. Kratchkovsky

²⁷Após Levi-Provençal ter publicado, em 1953, a sua ‘Tentativa de Reconstituição da Descrição Geográfica da Hispânia’ parecia encontrado ‘o texto raziano restaurado’. A edição de IG, em 1955, não escapou à influência dessa investigação, pelo que as semelhanças de estrutura e de conteúdos entre IG e o texto de Levi-Provençal transformaram de imediato IG no mais próximo testemunho árabe dos RZ. Depois, a recensão feita por E. Garcia Gómez a essa edição (1957) veio reafirmar e confirmar que

O seu agrupamento tornou-se evidente em resultado das confrontações textuais estabelecidas entre as obras de UD e de IG com a *CMR* e a *C1344*, estas como repositórios romances dos RZ e de BK, e da constatação das similitudes textuais entre elas. Com efeito, IG, *CMR* e *C1344*, apresentam o espaço ibérico dividido em unidades administrativas cuja origem remonta aos territórios das dioceses do período romano tardio²⁸, de acordo com um itinerário centrado em Córdova. De facto, todas elas começam por referir aquela cidade capital e o seu território, para só depois fazerem o périplo das regiões ibéricas.

No seu conjunto, RZ, UD e IG abordaram unicamente o espaço ibérico, sem qualquer tentativa da sua integração no mundo islâmico de então. Neste sentido, a geografia hispânica patente neste primeiro grupo de textos pode definir-se como um saber que considerava o espaço peninsular na qualidade de um território antes ocupado por sucessivos povos e poderes, sobretudo os romanos, dos quais os novos senhores muçulmanos se consideravam dignos e legítimos continuadores²⁹. Na verdade, em bora UD não reconheça na Hispânia islâmica do seu tempo, a das Taifas, qualquer poder islâmico suficientemente poderoso e prestigiado para poder reivindicar uma exclusiva e credível herança dos direitos romanos outrora exercidos na Península, o mesmo não sucede com RZ e IG. Tendo ambos pertencido às elites relacionadas com duas cortes califais que dominaram uma Hispânia islâmica unificada e politicamente centralizada, as, respectivamente, dos Omíadas e dos Almóadas³⁰, pers-

IG era muito importante para a reconstituição do texto árabe dos RZ. Husayn Mu'nis, no artigo da *E.I.*² e também na sua obra de fundo *Tarikh al-Jaghrâfiya...*, repetiu conclusões idênticas; contudo, apesar de na década de 60, na primeira metade da de 70 e na de 80, terem sido editados vários textos árabes de importância para os Estudos Razianos, nem IG, nem outras obras, foram devidamente reavaliados, nem o texto de Levi-Provençal teve o 'atualização' que se impunha. Sobre as novidades relativas à relação entre os textos dos RZ e IG, v. infra 9.2.1.RZ,AA e 9.2.9.IG,FA.

²⁸ Sobre a chamada 'divisão de Constantino', divisão diocesana do Baixo Império que a administração islâmica terá mantido, v. BK, ed. Ferré-Lewven, 1992, v. I, pp. 891-3 (trad. Vidal Beltrán, 1982, pp. 15-18). Consulte-se ainda o que sobre esta questão diz J. Vallvé, *La División Territorial...*, pp. 210-23.

²⁹ Da parte de todos estes geógrafos hispano-árabes a península constituiu-se como um espaço louvado em função de um devir diacrónico situado ao longo de uma Antiguidade mais ou menos mítica, e face à qual se posicionavam como merecidos herdeiros, detentores e continuadores. Vejam-se J. Vallvé, *La División Territorial...*, o cap. «División Administrativa de Hispania», pp. 180-223; Elisa R.P. Nunes Esteves, *A Crónica Geral de Espanha de 1344: Estudo Estético - Literário*, Évora, Pendor, 1997, nomeadamente o cap. «O 'Jardim das Delícias': Descrição Laudatória da Espanha», pp. 51-59.

³⁰ Cf. Infra, respectivamente, 9.2.1.RZ,AA e 9.2.9.IG,FA.

pectivaram o espaço ibérico como um território a inventariar para melhor o governar, proteger e mesmo expandir³¹.

6.2.3. Textos de geografia universal

Diferente desta geografia político-administrativa é a patente na obra de BK, intelectualmente activo no último quartel do século V/XI; em ID, que elaborou as suas duas obras em meados do século VI/XII; e numa das obras de SD, composta na segunda metade do século VII/XIII. Se estes autores estiveram ligados culturalmente a Al-Andalus, o primeiro e o terceiro porque eram andalusis e o segundo porque estudou na Península, vamos encontrar no Médio Oriente AF (sécs. VII / XIII - VIII / XIV) que tem, para o espaço andalusi, como principal fonte SD, e QL (sécs. VIII / XIV - IX / XV) que usou AF como sua fonte.

Todos eles com interesse para um saber geográfico de tipo universalista, apresentam uma diferença essencial: BK, ID e SD foram geógrafos, enquanto AF e QL foram políticos, respectivamente um príncipe ayyúbida e um alto funcionário da chancelaria mameluca, mas eivados de interesse pelo universal. Se as obras dos primeiros se poderão chamar “tratados geográficos”, as dos segundos serão mais “compêndios geográficos”.

No entanto, todos consideraram o al-Andalus como uma parte de um todo onde incluíam a totalidade do mundo então conhecido, tanto o integrado nos espaços islâmicos, como o situado fora deles³². Contudo, no interior do seu idêntico projecto de construção de uma geografia simultaneamente física e humana notam-se algumas diferenças, provenientes, em grande parte, das fontes utilizadas; BK descreve um espaço peninsular para o qual utilizou, para além dos RZ e UD, possivelmente mais o segundo, de quem foi discípulo directo, informações pessoais próprias de uma testemunha marcante de acontecimentos de que foi con-

³¹ Como é evidente, o conhecimento árabe do espaço apresentava também motivações práticas, sendo estreita a relação entre esse saber e as preocupações com a administração e defesa de um dado território. Já no período abássida, temos notícia de vários casos de letrados que foram simultaneamente geógrafos e funcionários oficiais, nomeadamente Ibn *Khurdadhbih* e *Ya'qûbî* (séc. IX) e *Qudâma ibn Ja'far al-Kâtib* (séc. X). Cf. S. Maqbul Ahmad, “Djughrâfiya”, *E.I.*², II, p.593-595; e Georgette Cornu, “Les Géographes Orientaux des IX^e. et Xe. Siècles et al-Andalus”, *SA* 3 (1986), pp. 11-8.

³² Sobre BK e ID, v., respectivamente, E.Lévi-Provençal, “Abû 'Ubayd al-Bakrî”, *E.I.*², t. I, pp.159-61, p.160; e S. Maqbul Ahmad, “Djughrâfiya”, *E.I.*², t. II, pp. 590-605, p. 599.

temporâneo³³. ID terá usado, por seu lado, a par de saberes recolhidos em fontes de matriz raziana, onde também se incluirá UD³⁴, e da utilização de várias informações presenciais próprias ou de terceiros³⁵, muitos outros e variados testemunhos escritos, revelando uma obra muito erudita.

Com efeito, ID revela-se bastante mais preciso, objectivo e prático, face às generalidades de BK. A sua obra distingue-se pela preocupação em introduzir a descrição dos eixos existentes entre os espaços considerados, pelo cuidado posto na vontade de precisar os limites de cada uma das zonas geográficas estudadas e também pela inovação de registar e caracterizar a identidade geográfica das zonas costeiras e dos espaços marítimos.

Da mesma forma procedeu SD, só que este procurou ainda uma maior precisão nas questões relativas à localização dos lugares descritos, pois não apenas os identificou nos respectivos “climas” como introduziu mesmo valores de latitude e de longitude para os mesmos lugares. Tendo SD sido a fonte directa de AF e indirecta de QL, aquelas especificidades introduzidas por SD foram recolhidas integralmente, pois aqueles valores de coordenadas são idênticos nas três obras. Ora, nenhuma destas componentes de busca de precisão se encontram em BK.

6.2.4. Colectâneas literárias

Um quarto tipo corresponde a obras que não são verdadeiramente ‘geográficas’, pois trata-se de antologias biográficas e literárias de personagens hispano-árabes cujas notícias são em geral introduzidas por informações geográficas respeitantes aos respectivos lugares de origem. Nesta categoria incluem-se a obra de RU, composta na primeira metade do século VI/XII; e a uma das obras de SD, escrita em meados do século VII/XIII.

Tanto um como o outro remetem por vezes para a autoridade dos RZ, sobretudo no que respeita a informações sobre a geografia do ocidente hispânico. No caso de RU, a sua cronologia possibilita que possa ter tido

³³ V. sobre este aspecto, António Rei, *Memória de Espaços...*, em especial pp. 97-125.

³⁴ V. António Rei, *Memória de Espaços...*, p. 56, nota 32.

³⁵ Sobre a questão de testemunhos directos ou por terceiros utilizados por ID, como por exemplo na notícia sobre Lisboa, consulte-se A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *AM* 7, 2001, p. 37-72.

acesso directo a um manuscrito raziano. Relativamente a SD, as mesmas razões fazem suspeitar de um mais indirecto conhecimento dos RZ³⁶.

6.2.5. Dicionários enciclopédicos

Englobaremos num quinto tipo YQ, do Médio Oriente, e que escreveu no início do século VII / XIII; QZ, do mesmo século, mas posterior àquele autor; e HM, norte-africano, que terá escrito ainda nesse mesmo século. Todos eles são autores de obras tipo ‘dicionários geográficos’, organizados alfabeticamente e, por isso, portadores de informações geográficas muito pontuais e localizadas, tornando-se assim difícil determinar a forma como percebiam o espaço global hispânico. Todos eles possibilitam, no entanto, devido a um frequente uso de fontes de matriz raziana, suprir alguns erros e omissões em outros textos provenientes da mesma matriz raziana e que estão em estado fragmentário. No caso de YQ, trata-se, sobretudo, de IG, do qual aproveita informações com paralelos nas encontradas nas *CMR* e *C1344*. Por sua vez, HM e QZ facultam-nos passagens de, respectivamente, BK e UD, que desta forma nos restituem informações sobre obras que, sendo importantes, se encontram, no entanto, em estado muito fragmentário. QZ usou também YQ.

Com mais propriedade, QZ acaba por se situar algures entre o dicionário enciclopédico e a literatura do maravilhoso, pois também deu grande destaque a este aspecto nas descrições que elaborou sobre regiões e localidades.

6.2.6. Colectâneas histórico-geográficas norte-africanas

Detectamos um outro tipo que apareceu no Norte de África, em consonância com alguns momentos de tensão entre as duas margens das Colunas de Hércules, quando os cristãos já dominavam na maior parte da Península.

A primeira obra, de SB, escrita no século VII / XIII, consiste numa descrição do espaço peninsular feita a partir de várias fontes árabes hispânicas, entre elas BK e RZ, embora a última o seja em terceira mão³⁷.

³⁶ Cf. *Infra* 9.2.10.SD, *MH*.

³⁷ SB terá usado BK directamente, mas RZ em terceira mão, visto ter-se baseado no *Resumo (Ikh̄tisâr)* que Ibn al-Kharrât fez da obra de RU, o qual teria, esse sim, usado RZ directamente: cf. A. Rei, *Memória...*, 3.1.9 (SB) e 3.1.4. (RU).

A sua elaboração coincidiu com o grande avanço cristão que levou os portugueses a terminarem a ‘reconquista’ do seu território e, simultaneamente, os castelhanos terem passado a dominar, definitivamente, a linha do Guadalquivir, com as conquistas de Córdova e de Sevilha.

O facto de as notícias inseridas na obra estarem de acordo com uma ordem textual que não respeita uma verdadeira sequência espacial entre elas revela uma geografia ibérica mais de tipo evocativo do que real, e sem resultar, portanto, de qualquer prévio e experiencial conhecimento efectivo. Não sabemos se SB, nascido na actual Tunísia, teria origens andalusis e teria escrito a obra como evocação dessas ligações familiares e afectivas, e / ou se a sua obra se destinaria a um objectivo de propaganda e de incentivo a uma acção guerreira de recuperação dos espaços antes conquistados pelos cristãos. Recordemos que nos finais do século anterior os Almóadas tinham feito, com sucesso, uma dessas acções de retaliação, com resultados positivos.

DK, por sua vez, também reflecte a mesma concepção evocativa do espaço peninsular, se bem que recordado e lembrado com fins propagandísticos, já que visaria servir de alento à organização de uma acção militar, destinada a auxiliar os muçulmanos de Granada, na guerra contra os cristãos peninsulares³⁸, algures durante o terceiro quartel do século VIII / XIV. Do ponto de vista das fontes utilizadas, revela-se, porém, uma obra indispensável para o conhecimento da matriz raziana da geografia ibérica, dado ter utilizado abundantemente informações provenientes de UD, e fazendo-o de uma forma muito mais extensa do que QZ.

Muito mais tarde, no século XI / XVII e numa época em que os mouriscos tinham acabado de ser expulsos da Península, o tema al-Andalus terias sido de novo reavivado. Foi nesta altura que MQ compôs a sua obra, a qual resulta de uma grande compilação, a partir de fontes historiográficas e geográficas de origem andalusi. O facto de nela ter usado no seu texto obras, que muitas das quais, são hoje dadas por perdidas, entre as quais os RZ, torna-a de uma importância textual inestimável.

6.2.7. Literatura do maravilhoso

Encontramos duas obras, separadas no tempo mas relativamente próximas nas motivações e nos objectivos. Designamo-las daquela forma

³⁸ A. Rei, *Memória de Espaços...*, p. 62, nota 56.

por serem essencialmente compilações literárias que contam relatos ou episódios incomuns ou extraordinários. AH do século V / XI, que registou, quais memórias, no final da vida, o que de mais maravilhoso, segundo ele, se poderia relatar da sua terra natal, uma vez que compôs a sua obra no Egipto, onde acabou por falecer.

O outro autor, mais tardio, IW, do século IX / XV, numa obra que, no respeitante a al-Andalus, é grandemente devedora de ID, extraiu deste os aspectos mais dignos de nota pelo seu cunho de extraordinário, e destacou-os no texto.

6.2.8. Descrição espacial / itinerário

HQ foi dos poucos autores que conheceram directamente a Península, sem ser um seu natural. Esteve aqui na segunda metade do século IV / X, segundo parece em missão política e não em viagem de cariz “científico”. A sua obra pode situar-se entre o itinerário e o livro de viagens. Embora um género de livro de viagens muito objectivo, que nos fornece informações claras e sucintas, e em que não há espaço para relatos “extraordinários”. É mais um “relatório” que se reporta aos itinerários seguidos pelo autor, tanto mais que houve regiões onde ele não esteve e sobre as quais nada disse.

6.2.9. Comentário a tratado

A obra de ZU, autor que viveu no século VI / XII, é também uma obra singular, que na realidade se trata de um comentário ao “*Mapa-mundi*” que tinha sido elaborado para o Califa abássida Al-Ma’mûn, filho e sucessor do famoso Califa Harûn al-Rashîd, no século III / IX.

6.2.10. Tratado de botânica

UT é um texto botânico em que o autor, que continua desconhecido, mas a quem já foram atribuídos diferentes rostos, descreve as plantas, os chamados “simples”, e, de forma geral, refere as regiões onde essas plantas podem ser encontradas, na Península e no Norte de África.

Também não tem havido unanimidade relativamente à época em que o tratado terá sido elaborado. Atendendo a algumas referências textuais, estamos em crer que o mesmo tenha sido composto durante o perío-

do almorávida (1094-1144), muito possivelmente antes de 1111, data a partir da qual a região de Lisboa, Sintra e Santarém voltou a estar sob o domínio islâmico³⁹, pois o autor, ou um seu informador, faz umas referências muito escassas e sucintas àquelas regiões, sem que faça qualquer alusão a regiões mais a norte, dentro do actual espaço português.

³⁹ Entre 1094 e 1111 aquela região pertenceu a Leão e Castela, tendo a mesma sido entregue por ‘Umar al-Mutawwaqil, Senhor de Badajoz, a Afonso VI, em troca de uma ajuda militar dos castelhanos aos de Badajoz, contra os Almorávidas. Afonso VI ficou com as praças e a região, mas não os ajudou militarmente, deixando os Senhores de Badajoz, os Aftássidas, entregues à sua sorte. Estes, vencidos pelos Almorávidas, acabaram pagando com a vida aquela aliança com os cristãos contra os seus irmãos de fé (v. A.REI, “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093). Novas leituras”, *Actas do Encontro Internacional «Nova Lisboa Medieval II»*, Lisboa, IEM / Livros Horizonte, 2007, pp.60-70, em especial pp. 66-67 e ns. 63 a 65).

7. À sombra dos Al-Râzî

Estudos sobre a geografia hispano-árabe (1850-2010)

7.1. Introdução

7.1.1. O nome / a designação

Podemos designar como “Estudos Razianos” as investigações que, desde meados do século XIX, mais precisamente a partir de 1850⁴⁰, tiveram por objecto a figura e a obra dos Al-Râzî, em especial do letrado hispano-árabe identificado em seu nome completo como Abû Bakr Ahmad ibn Muhammad ibn Mûsâ al-Râzî⁴¹, o fundador da historiografia e da geografia hispano-árabe.

Convém esclarecer previamente que a designação ‘Al-Râzî’ identifica especialmente aquele letrado, mas que existiu um outro Al-Râzî para além daquele, e que foi, concretamente, ‘Isâ al-Râzî, filho do anterior e sucessor de seu pai no cargo de Cronista do Califado de Córdova, e que foi, de alguma forma, continuador ou mesmo co-autor, com seu pai, da obra *Aḳhbâr Mulûk al-Andalus* (Notícias acerca dos Monarcas da Hispânia), quer no seu apartado geográfico, quer também nas partes propriamente historiográficas.

⁴⁰ Podemos mesmo referir uma certa Pré-História dos Estudos Razianos. Em Portugal André de Resende (séc. XVI) nas suas obras “*História da Antiguidade da Cidade de Évora*” e “*As Antiguidades da Lusitânia*”, e, posteriormente, Duarte Nunes de Leão (sécs. XVI-XVII) na sua “*Descripçam do Reino de Portugal*” usaram o LR como uma das fontes para as referidas obras. Durante o século XVII em Espanha ocorreu um labor reconstitutivo, do que entendiam tratar-se do texto da “*História del Moro Rasis*”. É possível que esse labor tenha tido o seu início nos estudos textuais de Ambrosio de Morales sobre aquela mesma obra, e ainda durante o século XVI. Os manuscritos castelhanos da *CMR* e da *C1344* foram considerados, nos respectivos apartados geográficos, como testemunhos daquele mesmo texto original que fora traduzido do árabe para o português e deste para o castelhano. Sobre os protagonismos de D. Pedro de Barcelos e de D. Juan Manuel em todo este percurso textual, e sobre o invulgar manuscrito *LV*, por nós editado, v. A. REI, *O Louvor ...*, “O ms. *LV*. Edição crítica e estudo”, pp. 297-382. Sobre os chamados “textos híbridos” castelhanos do século XVII, v. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XVII e n. 27.

⁴¹ Sobre a vida e a obra dos dois Al-Râzî, Ahmad e ‘Isâ, pai e filho, ver o mais recente ponto de situação em António Rei, *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344 (O Louvor ...)*, Dissertação de Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Medievais, FCSH – UNL, 2007, pp. 120-127.

Portanto, quando se fala em ‘Al-Râzî’ estamos realmente a falar de informações que provirão de um ou de outro, embora, tudo leva a crer, que o contributo mais substancial da obra é devedor, efectivamente, do pai.

Apesar de estudos nossos anteriores, que referiremos mais longamente no final deste capítulo, já terem demonstrado que o texto árabe traduzido para português entre os finais do século XIII e inícios do XIV não é dos Al-Râzî (se não completamente pelos conteúdos, ao menos, seguramente, pela autoria), por uma questão de facilidade e por tudo o que o nome “Al-Râzî” representou e, de alguma forma, continua representando, enquanto mito fundacional naquelas duas áreas irmãs do saber, a História e a Geografia, continuaremos, pois, a designar desta forma estes estudos.

7.1.2. O texto perdido

Há um factor de base em todos estes Estudos, que sempre despertou e ainda hoje continua a despertar grande atenção e, porque não dizê-lo, é um dos seus grandes atractivos, ou seja o facto de a obra dos Al-Râzî ser dada como perdida.

E se essa perda, relacionada com o texto matricial árabe, já coloca algumas questões e abre vários problemas, o que dizer de uma área científica que, do ponto de vista textual, é lacunar em alguns dos seus espécimes mais importantes e significativos? Esta temática padece de uma série de perdas textuais sucessivas, como se de uma quase ‘maldição’ se tratasse.

Não ocorreu apenas o desaparecimento do texto original árabe, mas também acabou por se perder o texto da primitiva tradução de árabe para português, que foi chamada *Livro de Rasis (LR)*; e, mais tarde, a primeira utilização do *LR* como fonte na crónica medieval lusa também não perdurou, pois igualmente se perdeu a versão original da *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*⁴².

Todos esses textos perdidos acabaram por criar, ou adensar, alguma penumbra de incógnitas e de dúvidas em torno dos Al-Râzî, mas, e principalmente, em volta da sua obra maior, a já referida *Aḳhḅâr Mulûk al-Andalus*, e da qual apenas se conhecem excertos que outros autores árabes posteriores recolheram nas suas próprias obras.

⁴² Sobre a perda das primitivas versões da *CMR* e da *C1344*, v. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos, (Memória...)* Lisboa, Colibri, 2008, pp. 21 - 26.

Se bem que tenham vindo a ser esclarecidas algumas daquelas questões textuais, progressivamente, desde meados do século XIX, o perdurar de algumas outras, que ainda hoje não foram satisfatoriamente respondidas, ou não foram respondidas de todo, contribuíram para associar aqueles letrados e os seus textos desaparecidos, todos eles participantes e divulgadores dos fastos califais de Córdoba, a uma imagem e a uma produção escrita que, mercê também daquela sina de desaparecimentos sucessivos, foram sendo algo mitificados, sempre à sombra daqueles nomes que se transformaram em inequívocas autoridades.

De qualquer forma, não será de estranhar que tal tenha ocorrido, vários séculos volvidos após a existência dos dois Al-Râzî, se, dentro da mesma cultura hispano-árabe, e muito menos tempo após o falecimento de ʿĪsâ al-Râzî, o último dos dois, já nos séculos XII e XIII, veio a acontecer algo de semelhante entre os letrados andalusis desses mesmos séculos⁴³.

De facto, os Estudos Razianos têm-se sempre caracterizado pela vontade de, qual meta última, ou objectivo ideal, reconstituir o *al-Râzî perdido*, entendido esse texto como uma procurada ‘pedra angular’ das posteriores historiografia e geografia hispano-árabes medievais, mas não só.

7.1.3. Contributos para uma reconstituição

Perdida a obra árabe dos Al-Râzî, um tal labor reconstitutivo acabou por se centrar em três tipos ou conjuntos de testemunhos textuais, correlacionáveis com aquele texto desaparecido. Em primeiro lugar, nos testemunhos do que teria sido a primitiva tradução romance, o *LR*; tradução essa que acabou, mais tarde, conhecida como *Crónica do Mouro Rasis (CMR)*; e da mesma forma também nos testemunhos da *C1344*, os quais, em conjunto, permitirão a eventual reconstituição da versão original daquela primeira tradução. Em segundo lugar, através dos textos árabes que, ao longo de vários séculos e de várias gerações de letrados, continuaram a transcrever passagens mais ou menos extensas dos Al-Râzî. E, em terceiro e último lugar, as obras de origem latina que Ahmad al-Râzî

⁴³Por exemplo Ibn Saʿid, um letrado hispano-árabe do século XIII, apesar de não ter usado directamente a obra dos Al-Râzî, utiliza com frequência a expressão “*do Livro de al-Râzî*”, para dar autoridade a informações que lhe chegaram através de textos já algo distanciados da sua suposta primeira fonte. Cf. A. Rei, *Memória ...*, pp. 58-59; e ainda sobre a descrição que vários letrados árabes peninsulares, dos séculos XI e XIII fizeram da obra geográfica de Al-Râzî, v. IDEM, *idem*, Anexo V, pp.189-190.

terá utilizado, directa ou indirectamente, como fontes para a composição do seu próprio texto⁴⁴. Ou seja, aqueles dois primeiros conjuntos a juzante da obra perdida; e este último, a montante da mesma.

De uma forma geral, os Estudos Razianos avançaram graças a investigadores provenientes de várias áreas do saber - tanto historiadores, como linguistas e arabistas -, e que foram usufruindo ao longo dos últimos 160 anos, de forma paralela ou coincidente, dos resultados obtidos por duas grandes linhas de investigação complementares. Uma delas, constituída pelos estudos e edições dos vários testemunhos subsistentes das atrás referidas crónicas romances medievais, a que, mais tarde, também se juntaram as contribuições relativas às fontes latinas dos Al-Râzî. E outra, formada pelos estudos e, principalmente, pelo sempre crescente número de edições e traduções de textos / testemunhos historiográficos e geográficos de autores árabes.

Por razões que se prendem com a natureza do presente trabalho, iremos sobretudo referir as contribuições que comportam algum tipo de informação sobre a vertente geográfica da obra dos Al-Râzî, ainda que a distinção entre aspecto historiográfico e aspecto geográfico não seja muito fácil de estabelecer para os Al-Râzî, como aliás para muitos outros autores hispano-árabes posteriores.

Importa, portanto, acentuar também que aquelas duas linhas de investigação nem sempre se encontram nitidamente separadas, nem foram tratadas isoladamente, bastando recordar como as confrontações textuais entre os testemunhos romances e os testemunhos árabes dos Al-Râzî tiveram o seu início na obra inaugural dos Estudos Razianos, a “Memória” de Pascual de Gayangos, que tratou, desde logo, ambos os apartados.

7.2. O labor reconstitutivo

Cronologicamente, dividiremos a nossa abordagem da evolução dos Estudos Razianos em três períodos: um primeiro, entre 1852 e 1951, marcado essencialmente por um labor de “identificação textual”; um segundo, que se estendeu entre 1951 e 1975, caracterizado por investigações de “fixação textual”; e um terceiro, a partir de 1975, em que se têm vindo a levantar

⁴⁴ Ver referências a autores, edições e estudos relativos às fontes latinas que estarão a montante da obra de Ahmad al-Râzî, *infra* nas notas 65, 90, 91, 92, 111, 112 e 113.

novas questões textuais tanto sobre as crónicas romances como sobre os diferentes textos árabes. Cada período encontra-se balizado por “pontos de viragem” constituídos por estudos e edições dos vários testemunhos cristãos medievais devedores a Al-Râzî: do primeiro para o segundo, a edição, em 1951, da *C1344*, da responsabilidade de Lindley Cintra⁴⁵. E do segundo para o terceiro, a edição, em 1975, de vários testemunhos castelhanos da *CMR*, levada a cabo por Diego Catalán e Maria Soledad de Andres⁴⁶.

7.2.1. 1852–1951 - Identificação textual

7.2.1.1. *Textos latinos e novilatinos*

A “*Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del Moro Rasis*”, apresentada à Real Academia de la Historia de Madrid, em 1852, por Pascual de Gayangos⁴⁷, não só relançou definitivamente o interesse pela vida e pela obra dos Al-Râzî, como também contribuiu para a consciencialização da importância dos testemunhos dos Al-Râzî que passaram à sociedade cristã da “Reconquista”, e, sobretudo, a forma como essa memória hispano-árabe foi sendo apropriada pela historiografia cristã peninsular⁴⁸.

Antes disso, Gayangos traduzira parcialmente para inglês a obra de al-Maqqarî⁴⁹, autor do século XI / XVII, (o autor mais tardio que trataremos neste estudo), e publicou-a em Londres, em idioma inglês, no ano de 1843⁵⁰. Foi, aliás, graças a esse trabalho, que Gayangos, através

⁴⁵ Luís Filipe Lindley Cintra, *Crónica Geral de Espanha de 1344*, IV vols., edição crítica e estudo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951 (vol. I), 1954 (vol. II), 1961 (vol. III) e 1990 (vol. IV). Esta edição e estudos constituíram a sua Tese de Doutoramento.

⁴⁶ *Cronica del Moro Rasis*, ed. pluritextual de Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, Madrid, Gredos, 1975.

⁴⁷ Pascual de Gayangos, “*Memoria sobre la autenticidad de la Cronica denominada del Moro Rasis*”, *Memorias de la Real Academia de la Historia*, VIII, 1852, pp. 1-100.

⁴⁸ Sobre a sobrevivência de memórias historiográficas e geográficas ‘razianas’, v. A. Rei, *Memória ...*, Anexo II “Diferentes cópias da *CMR original*”, pp.163-175. Para memórias literárias da mesma origem, por exemplo, a ‘Lenda do Rei Rodrigo’, que subsistiram até ao último quartel do século XIX, ver Joaquim C. Lavajo, “A *Crónica do Mouro Rasis* e a Historiografia Portuguesa Medieval”, in *Estudos Orientais - II, O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental, 1991, pp. 127-154, principalmente pp.148-149.

⁴⁹ Sobre a vida e a obra de Al-Maqqarî, v. E. Levi-Provençal [Ch. Pellat], “Al-Makkari”, *Encyclopédie de l’Islam*, 2ªed., Leiden-Paris, 1960-...; t.VI, p.170-172.

⁵⁰ ALL-Maqqarî, *Nafh al-Tib*, trad. parc. inglesa de Pascual de Gayangos, sob o título de *History of Mohammedan Dynasties in Spain*, II vols., Londres, 1843.

da confrontação dos testemunhos castelhanos da *CMR* com o texto de al-Maqqarí, uma obra onde se recolhem indirectamente algumas passagens dos Al-Râzî⁵¹, conseguiu identificar, em 1852, a origem raziana do texto da *CMR*⁵².

Contudo, para ele, das três partes em que se divide o texto da *CMR*, a “Descrição Geográfica da Península”, a “História Pré-Islâmica da Península”, e a “História Islâmica da Península”, desde 711 até ao início do reinado do Califa Hishâm II (o qual começou no ano de 976), apenas a primeira⁵³ e a última⁵⁴ remontariam ao texto árabe dos Al-Râzî. Quanto à segunda parte⁵⁵, considerou-a uma interpolação posterior, que seria da responsabilidade dos tradutores cristãos dos Al-Râzî⁵⁶, mais concretamente do redactor, recorrente e tradicionalmente identificado como “Gil Peres”⁵⁷, a quem critica, por o considerar responsável pelas principais alterações feitas ao que Gayangos entendia ser o discurso original da *CMR*⁵⁸.

⁵¹ Al-Maqqarí reteve indirectamente passagens de Al-Râzî através de “Ben Hayyán, Ben Baxcuál, Ben Sáid, Al-homaydí, Ben Alabbár de Valencia y Ben Al-jatib de Granada”, (Gayangos, “Memoria...”, p.18).

⁵² Al-Maqqarí “introduce en el lib.I, cap.I, de su historia vários fragmentos de la descripción de España de Ahmed, que cotejados con sus correspondientes párrafos de la Crónica castellana, hacen patente su identidad y confirman nuestro asierto” (*ibidem*).

⁵³ A “Descrição Geográfica da Península” integra o Apêndice I da “Memória...” de Gayangos, p.33-63.

⁵⁴ A “História Islâmica” está no Apêndice III, *idem*, p.67-100. Para o reinado de Hishâm II, cf. Robert Mantran, *As Grandes Datas do Islão*, pp. 41 e 287. Um sinal de que a fonte raziana da matriz árabe do *LR* ou *CMR* (*m/LR-CMR*) foi trabalho de dois autores, é o facto de o texto da História Islâmica se alongar até ao final do reinado de al-Hakam II, e referindo os inícios do reinado de Hishâm II. Tendo Ahmad al-Râzî falecido em 344/955, o cargo de Cronista oficial dos fastos califais passou para seu filho, ‘Isá al-Râzî, ao qual coube relatar os últimos seis anos do reinado de ‘Abd al-Rahmân III, morto em 350/961, todo o reinado de al-Hakam II, e ainda cerca de duas décadas do reinado de Hishâm II (Sobre os dois Al-Râzî, v. supra n. 2).

⁵⁵ Apenas referida em tópicos no Apêndice II (pp. 64-6) que Gayangos apensou à sua “Memória...”.

⁵⁶ *Idem*, p. 64. O mesmo ponto de vista de Gayangos foi também defendido pelo arabista holandês Reinhardt Dozy: *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XII.

⁵⁷ Sobre a identidade do redactor do “Livro de Rasis”, que terá sido afinal o tabelião Geraldo Peres e não o “capelão Gil Peres”, cuja identidade devemos, originalmente, a André de Resende, v. A. Rei, “O Redactor do Livro de Rasis ou Crónica do Mouro Rasis. Subsídios para a sua identificação”, *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, II vols., SPEM e SEEM, Campo Militar de S. Jorge / Porto de Mós / Alcobça / Batalha, 2009, vol. II, pp. 269-276. Sobre os conhecimentos de árabe da equipa tradutora, especialmente do leitor Muhammad Alarife, e da respectiva tradução para português, v. A. Rei, *Memória...*, p. 134 e n. 22.

⁵⁸ Na verdade Gayangos atribuiu ao redactor Geraldo Peres não só a interpolação da parte que contém a História Pré-Islâmica (“Memória...”, p.22) como também a redução da relativa à História Islâmica, a qual teria resumido ou copiado de um compêndio (*Idem*, p.26). Para Menéndez Pidal, na História Pré-Islâmica, cuja estrutura textual admitiu como raziana, terá ainda assim havido uma novelização da passagem sobre o rei Rodrigo, que ele atribuiu também a Geraldo Peres (*El Rey*

As problemáticas envolvendo a segunda e mais complexa parte do texto, a da “História Pré-Islâmica Peninsular”, prolongaram-se até ao presente. Datada de 1852, a rejeição por Gayangos da respectiva ‘autenticidade raziana’ desta parte só veio a sofrer a primeira contestação passadas quatro décadas, em 1892, quando Eduardo Saavedra quebrou a primeira lança pela defesa de uma tese oposta, no seu *Estudio sobre la invasión de los Árabes en España*⁵⁹.

O trabalho de Saavedra deu então início a um longo processo de reabilitação, sobretudo protagonizado pelos irmãos Menéndez Pidal, Ramón e Juan, os quais, nos últimos anos do século XIX, e no primeiro quartel da centúria seguinte, pugnaram pela aceitação da origem raziana dessa parte da *CMR*, sobretudo no tocante à narrativa do reinado de Rodrigo, o último monarca visigodo⁶⁰. De facto, a partir de 1925, o ano em que Ramón Menéndez Pidal publicou o seu estudo sobre *El Rey Rodrigo en la literatura*⁶¹, a origem raziana da matéria textual relativa ao derradeiro rei de Toledo parece ter ficado plenamente demonstrada, através da verificação de que toda a “História Pré-Islâmica” da *CMR* tivera um texto árabe como base.

Contudo, só em 1934 Cláudio Sanchez Albornoz conseguiu provar que tanto a segunda como a terceira partes da *CMR* seriam uma tradução, embora defeituosa, da considerada primitiva *História* dos Al-Râzi⁶², assim parecendo estar definitivamente resolvida uma questão, a qual só muito

Rodrigo en la literatura, Madrid, 1925, pp.27-34 e 58-64). Sanchez Albornoz, confirmando que na *CMR* está traduzida a História de RZ, admite que a tradução alterou todo o texto, e reduziu a parte da História Islâmica (*En torno a los orígenes...*, p.148 e n.167). A conclusão deste último investigador confirmará que a obra que foi traduzida não estava sendo escrita no século X, mas mais tarde, quando a mesma história islâmica de Al-Andalus no século X era apenas uma parte introdutória, um preâmbulo, à parte histórica que iria ser desenvolvida, a dos Almóadas, em meados do século XII, pela mão de Ibn Ghâlib. Ainda sobre esta questão, v. nota supra, no relativo aos conhecimentos de árabe do leitor que compunha a equipa de tradução.

⁵⁹ Eduardo Saavedra, *Estudio sobre la invasión de los Árabes en España*, Madrid, 1892.

⁶⁰ As posições de Ramón Menéndez Pidal começaram a esboçar-se nas *Crónicas Generales de España* (1892), e prosseguiram em *La Leyenda de los Infantes de Lara* (1896), *Catálogo de Crónicas Generales de España* (1898), *Primera Crónica General de España* (1906), *Cantar de mio Cid* (1906), *Discurso sobre la Crónica General* (1916), e “Sobre la Traducción Portuguesa de la «Crónica General de España de 1344»”, *Rev. Filología Española* (1921), pp. 391-9. Entretanto, em 1903, também Menéndez y Pelayo (*Tratado de los romances viejos. Antología de poetas líricos castellanos*, XI, cap. II, pp.133-175) assim como Juan Menéndez Pidal, em 1906 (*Leyendas del último rey godo*) e em 1920, Carolina Michaëlis de Vasconcelos (“André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis” in *O Archeologo Português* XXIV, pp.177-93), todos expressaram a mesma convicção.

⁶¹ Ramón Menéndez Pidal, *El Rey Rodrigo en la literatura*, Madrid, 1925.

⁶² Veja-se “La Crónica del Moro Rasis y la Continuatio Hispana”, in *Anales de la Universidad de Madrid*, III -*Letras*, 1934, p.229-65.

posteriormente, cerca de meio século volvido, em 1982-83, voltou a ser novamente questionada, por Luis Molina⁶³, conforme veremos.

Entretanto, o facto de Ramón Menéndez Pidal ter utilizado um texto da *C1344*, então considerada uma refundição castelhana da *Primeira Crónica* de Afonso X⁶⁴, para estabelecer a origem raziana do episódio do rei Rodrigo, contribuiu para os começos de um progressivo relacionamento daquela fonte com a *CMR*. Como é natural, essa dependência textual acabou por surgir amplamente demonstrada e explorada a partir do que se afirmou após esse estudo de Menéndez Pidal, e se confirmou no estudo e edição da *C1344* por Luís Filipe Lindley Cintra, sendo ela a partir de então definitivamente considerada como de origem portuguesa e não castelhana.

Por outro lado, os Estudos Razianos, também vieram a conhecer importantes avanços através das investigações de Claudio Sánchez Albornoz, nomeadamente as que abordaram o tema das fontes latinas da obra dos Al-Râzî. Este investigador foi o introdutor, em 1934, desta nova vertente dos Estudos Razianos com um primeiro estudo, a que deu seguimento com um segundo trabalho, em 1942⁶⁵. Com efeito, ao utilizar a metodologia da confrontação textual entre as fontes cristãs dependentes da *CMR*, os textos latinos, a montante da obra dos Al-Râzî, e vários textos árabes, localizados a jusante daquela, Sanchez Albornoz extraiu importantes conclusões. Por um lado, ao verificar que o que está na *CMR* é idêntico ao que vem em algumas fontes latinas, não só concluiu que Al-Râzî as utilizara na qualidade de fontes como demonstrou que a tradução portuguesa era bastante fidedigna. Por outro lado, ao encontrar passagens da *CMR* que também se encontravam em autores árabes posteriores a Al-Râzî, ainda reforçou, por dupla demonstração, as mesmas conclusões⁶⁶.

⁶³ “Sobre la Procedencia de la Historia Preislamica inserta en la Cronica del Moro Rasis”, in *Awrâq* 5-6 (1982-3), pp.133-39.

⁶⁴ Encontrando-se por ele referida pela primeira vez em 1896, em *La Leyenda de los Infantes de Lara* (cf. supra n.18), como texto refundido da *Crónica* de Afonso X (*C1344*, ed. Cintra, vol.I, p. XXIII-XXIV), ainda em 1921, era a portuguesa *C1344* referida por Ramón Menéndez Pidal como testemunho de uma tradução lusa do texto castelhano, conforme expressa o título “Sobre la Traducción Portuguesa de la «Crónica General de España de 1344»”, utilizado num dos seus artigos.

⁶⁵ Claudio Sanchez Albornoz, “La Crónica del Moro Rasis y la Continuatio Hispana”, *Anales de la Universidad de Madrid - Letras*, III.3 (1934), pp. 229-265; IDEM, “Las fuentes latinas de la historia romana de Rasis”, in *Publicaciones del Instituto Cultural Argentino-Hispano-Árabe*, vol. I, Buenos Aires, 1942.

⁶⁶ Sanchez Albornoz dá-nos os passos e os resultados destas suas investigações de crítica textual, na obra *En torno a los orígenes del feudalismo*, T.II, *Fuentes de la historia hispano-musulmana del siglo VIII*, 2.ª ed., Buenos Aires, 1977 (1.ª ed., Mendoza, 1942), em especial no cap.V, “Rasis y los Cronistas Hispano-Musulmanes”, pp. 115-158, mas principalmente entre as pp.139-153.

Por fim, nesta fase da crítica das fontes cristãs relacionadas com o legado dos Al-Râzî, importa referir que os investigadores e estudiosos portugueses anteriores a Cintra não deixaram de fornecer importantes contributos. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, por exemplo, quer por via das suas “Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas hispânicas”, publicadas em 1908⁶⁷, quer principalmente através do estudo “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, editado em 1920, trouxe preciosas achegas para o estudo global da *CMR* e para o caminho conducente à posterior e completa identificação da origem portuguesa da *C1344*⁶⁸.

Paralelamente, também José Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes deixaram observações que depois foram devidamente valorizadas e utilizadas. O primeiro através de notas apostas à publicação em 1908 e 1922 de excertos portugueses da *C1344*⁶⁹, e o segundo quer por via de idênticas anotações à edição do mesmo tipo de textos numa outra antologia de textos arcaicos portugueses, em 1919, quer em 1929,

⁶⁷ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas hispânicas”, *Rev. Lusitana* XI (1908), pp.1-62, onde apresentou e estudou alguns exemplos de palavras que, na versão castelhana da *C1344*, apresentavam clara origem portuguesa.

⁶⁸ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, *Archeologo Português* XXIV (1920), pp.177-93. Carolina Michaëlis aí estudou certas questões relativas aos excertos que Resende fez da *CMR*, assim como historiou o percurso da cópia utilizada por Resende, até ao seu posterior desaparecimento durante a destruição da biblioteca dos Condes do Vimieiro na voragem do Terramoto de 1755, sem deixar de proceder ao estudo comparativo dos vários testemunhos da *CMR* e da *C1344*, e também apresenta novos exemplos de termos de origem portuguesa detectados nos textos crónísticos castelhanos. A esse contributo de Carolina Michaëlis chamou Lindley CINTRA “valioso artigo”, (cf. *C1344*, ed. Cintra, vol. I, p. XXXII, n. 30).

⁶⁹ Na 2.^a edição dos seus *Textos Arcaicos*, Leite de Vasconcelos, introduziu vários excertos portugueses da *C1344*, intitulados, genericamente, por “Da «História Geral»”. Na introdução e nas respectivas notas apresenta então notícias sobre os mss. portugueses conhecidos da *C1344*; apontamentos sobre a origem histórica da mesma Crónica, e informações relativas à *CMR*... Na 3.^a edição da mesma obra, impressa em 1922, reformulou aquelas notas à luz dos então recentes estudos de Ramón Menéndez Pidal e de Carolina Michaëlis. Cf. José Leite de Vasconcelos, *Textos Arcaicos*, 5.^a ed., 1970 (ed.fac-símile da 3.^a ed., 1922), pp. 52-58 e respectivas notas. Ainda sobre a *CMR*, o autor refere (*Idem*, p.54, n.1) a aquisição que fizera, em Madrid, no ano de 1905, de um manuscrito (*ms.*) do século XVII, que ele pensava ser um testemunho da *CMR*, mas que se trata afinal de um testemunho, uma cópia do *ms. E*, da *C1344*. Sobre aquele *ms.*, que identificámos e recuperámos quando da investigação conducente ao nosso Mestrado, tínhamos introduzido um Anexo, o IV, na nossa Dissertação de Mestrado, intitulado “Manuscrito inédito atribuído à *CMR* em Portugal: o *ms. LV* do MNA - Lisboa”, (in IDEM, *Memória...*, pp. 183-187); e publicámos uma notícia de idêntico teor: IDEM, “Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal - o *ms. LV* do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa -”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 19 (2001), pp. 235-245. Fizemos a edição crítica desse *ms.*, que designámos de *ms. LV*, e integramo-la na nossa Dissertação de Doutoramento, (A. Rei, *Louvor...*, pp. 327-382).

através de uma colaboração ensaística inserida na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada*⁷⁰.

Do mesmo modo, em 1935, José de Bragança, voltou a enriquecer o conhecimento então disponível sobre os textos cronísticos cristãos relacionados com o legado dos Al-Râzi, em quatro artigos publicados no *Diário de Notícias*, sob o tema “Histórias da História”. Com efeito, ao neles tratar de questões ligadas à cronística portuguesa dos séculos XIV e XV, abordou, principalmente nos dois últimos artigos, problemáticas de grande importância relativas à C1344 que depois viriam a ser tidas na devida conta por Lindley Cintra, na sua definitiva demonstração das origens lusas da referida crónica⁷¹.

7.2.1.2. *Textos árabes*

Até 1852, apenas se encontravam estudadas e editadas três fontes árabes medievais com informação sobre o espaço peninsular e que poderiam contribuir para a análise textual da CMR: as de al-Idrîsî (ID)⁷², de al-Maqqarî⁷³, e de al-Qazwîni (QZ)⁷⁴. Na verdade, se exceptuarmos a publicação e tradução de Yâqût (YQ) entre 1866 e 1873⁷⁵, só nos anos 30 do século XX se alterou significativamente a

⁷⁰ José Joaquim Nunes inseriu uma «História de dom Rodrigo, último rei godo», nos seus “Textos Arcaicos Portugueses” (RL XXII (1919), pp.138-69). Aí admite que o ms. L da C1344 seria uma tradução da *Primeira Crónica Geral* de Afonso X. Em 1929, no artigo «Prosa medieval» que surge na *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (dir. Albino Forjaz de Sampaio), Lisboa, 1929, (vol.I, pp.126-127) já diz que os mss. então existentes em Portugal (L, Ev e Li), reproduziam a C1344.

⁷¹ José de Bragança, “Histórias da História”, *Diário de Notícias*, 14/01/1935 (*O mistério dos cronistas*); 26/01/1935, (*Aquém e além Fernão Lopes*); 20/02/1935, (*A “Crónica Geral de Espanha” da Biblioteca de Paris é uma recompilação, em parte original, do Condestável D. Pedro*); e 08/04/1935 (*É portuguesa a “Crónica Geral de Espanha” de 1344*). Foi nos dois últimos artigos que o autor avançou dois factos de grande importância sobre a transmissão textual da C1344: no penúltimo artigo relacionou o Condestável D. Pedro, filho do Infante D. Pedro, o Regente e Duque de Coimbra, com a versão da C1344, redigida cerca de 1460, e que se encontra em Paris (ms. P); e no último, e naquele momento, sem dúvida, o mais importante, avançou, pela primeira vez, a hipótese da origem portuguesa da C1344.

⁷² Cf. Al-Idrîsî (ID), *Nuzhat al-Mushtâq*, trad. parcial espanhola, José António Conde, *Descripción de España del Xerif Aledrís*, Madrid, 1799. A obra total fora editada e traduzida para francês por A. Jaubert, *Edrîsî. Geographie*, 2 vols., Paris, 1836-1840.

⁷³ A segunda, Al-Maqqarî, cf. supra n.º 8.

⁷⁴ Cf. al-Qazwîni (QZ), *Âthâr al-Bilâd*, foi editado por F. Wüstenfeld, *Kosmographie II*, Göttingen, 1848. Este autor apenas foi redescoberto e começou a ser traduzido em meados do século XX.

⁷⁵ Yâqût, *Mu‘jam al-buldân*, ed. F. Wüstenfeld, Leipzig, 1866-1873.

situação, com a edição e tradução de al-Himyarî (HM) em 1937-38, graças a E. Lévi-Provençal⁷⁶.

De facto, o conhecimento de HM revelou-se essencial para a prossecução dos Estudos Razianos, não só por disponibilizar uma obra completa, sobre a geografia específica da península ibérica, como por ter usado como fonte, profusamente e por vezes quase integralmente, Al-Bakrî (BK), um autor hispano-árabe do século XI e que então permanecia pouco conhecido⁷⁷. Ora, BK, geógrafo do século V/XI, revela-se como bastante devedor de RZ⁷⁸, permitindo, desse modo, a Lévi-Provençal encontrar semelhanças entre HM e a *C1344*, fazendo com que tivesse explorado essas similitudes num estudo publicado em 1953, onde tentou, tendo o texto da *C1344* como base, a reconstituição do texto perdido dos Al-Râzî⁷⁹.

Em suma, entre 1852 e 1951 assistiu-se à progressiva afirmação dos trabalhos relativos à identificação “da autenticidade” da *CMR* e também aos primeiros estudos sobre uma sua rigorosa análise textual, os quais, principalmente a partir dos inícios do século XX, com Ramón Menendez Pidal, tanto começaram a englobar a *C1344*, *per se*, como principiaram a ocupar-se do problema do grau de parentesco que a unia à *CMR*. Paralelamente, desde Gayangos, também se iniciaram as primeiras confrontações textuais entre as crónicas romances e os textos árabes medievais, mais ou menos devedores dos Al-Râzî, ainda que só a partir da década de 30 do século XX se começasse a proceder a uma desenvolvida

⁷⁶ Al-Himyarî (HM), *Al-Rawd al-Mi'târ*, ed. e trad.parcial francesa por E. Levi-Provençal, *Sifat Jazīra al-Andalus muntakhabat^(an) min Kitâb al-Rawd al- Mi'târ fî khabar al-aqtâr*, Cairo, 1937; e *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitâb al-Rawd al- Mi'târ fî khabar al-aqtâr d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarî*, Leiden, 1938.

⁷⁷ O relativo desconhecimento deste autor e da sua obra era ainda muito significativo no final da segunda década do século XX, pois Alemany Bolufer no seu extenso estudo “La Geografia de la Península Ibérica en los autores árabes”, *Rev. Centro de Estudios Historicos de Granada y su Reino.*, IX (1919), pp.109-172; X (1920), pp.121-184; XI (1921), pp.1-40, apenas dedica a BK uma escassa página e meia, quando, por exemplo, ID teve direito a 33 páginas, e YQ a 46 páginas. Sobre BK v.infra 4. “A geografia árabe sobre al-Andalus”.

⁷⁸ E. Levi-Provençal, na “Introdução” à sua tradução de HM, “La Péninsule Ibérique...”, faz prova da dupla dependência: de BK em relação a RZ, e de HM em relação a BK.

⁷⁹ E. Levi-Provençal, “La «Description de l’Espagne» d’Ahmad al-Râzî. Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”, *Al-Andalus* XVIII (1953), p. 51-108. Este estudo, rapidamente famoso, ainda hoje é bastante utilizado e citado, apesar de já estar pedindo uma revisão, pelo menos desde a edição da *CMR*, Catalán e Andres, em 1975, não apenas pelo facto de nela terem sido editados vários testemunhos da *Crónica*, como também devido ao número significativo de edições e traduções de autores árabes, que se iniciaram a partir de 1955: cf. infra “2.2.2. 1951 – 1975 - Fixação textual”.

crítica comparativa dessas fontes, devida em grande parte a Lévi-Provençal e a Sanchez Albornoz, e graças às prévias edições de novas fontes árabes. Ao mesmo tempo, aliás, em que, pela mão de Sanchez Albornoz, as fontes latinas dos Al-Râzî principiavam a ser tidas em conta no contexto ‘raziano’.

No seu conjunto, todos estes últimos avanços não deixaram de estar dependentes do paralelo surgimento de uma primeira e pioneira síntese sobre a geografia árabe medieval relativa à Península Ibérica. Referimo-nos ao trabalho publicado entre 1919 e 1921 pelo arabista José Alemany Bolufer⁸⁰, no qual se encontram abundantes notas sobre cada um desses geógrafos, fornecendo pistas de crítica que ainda hoje continuam a ser exploradas, e, através de algumas abordagens comparativas, dando importantes sugestões sobre o conteúdo e a dimensão das respectivas influências e dependências mútuas.

Não poderemos deixar também de referir a súpula de conhecimentos bio-bibliográficos sobre os letrados hispano-árabes, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, que Francisco Pons Boigues publicou no ano de 1898, e que ainda hoje nos proporciona importantes esclarecimentos⁸¹.

Entretanto, durante este período, em Portugal, e nos nossos meandros arabistas, demarca-se, sem qualquer dúvida, a figura do grande investigador que foi David de Melo Lopes. Tendo começado com um primeiro artigo, que saiu no primeiro número da Revista *O Archeologo Portuguez*, em 1895⁸², mas principalmente com o seu estudo “Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”, obra de vulto dada à estampa entre 1909 e 1911, David Lopes estudou e divulgou pela primeira vez, de forma sistematizada, informações geográficas de vários autores árabes sobre o espaço português⁸³.

⁸⁰ Sobre esta obra, cf. supra, n.º 38.

⁸¹ Francisco Pons Bigues, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, Madrid, 1898 (reimp. Amsterdam, Philo Press, 1972).

⁸² Nesta data David Lopes publicou a primeira tradução de SD em português, cf. IDEM, “Cousas arabico-portuguesas - 3. A geographia de Ibn Saïde”, *O Archeologo Portuguez* I (1895), pp. 276-279.

⁸³ David Lopes, “Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”, *Boletim de 2.ª Classe da Academia de Ciencias de Lisboa*, vols. III-IV, 1909-1911. A maioria da informação foi, mais tarde, retomada em *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, org. J. P. Machado, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

7.2.2. 1951–1975 - Fixação textual

7.2.2.1. *Textos latinos e novilatinos*

Em 1951, o estudo e edição da versão portuguesa da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (C1344p), por Luís Filipe Lindley Cintra, constituiu um decisivo ponto de viragem na evolução dos Estudos Razianos. Trata-se de uma investigação ainda hoje completamente incontornável, já que o rigor, a segurança e a exaustividade do trabalho efectuado, fazem desta obra uma imprescindível referência. Nele se procede à definitiva demonstração da origem portuguesa do texto e do autor da C1344, a qual então passou a integrar obrigatoriamente o lote de testemunhos a serem tidos em conta por qualquer eventual tentativa de reconstituição do texto perdido dos Al-Râzi⁸⁴.

Essa condição foi devidamente valorizada por Lévi-Provençal, como já foi referido. Para ele, o texto editado por Lindley Cintra passou a constituir o testemunho mais próximo da tradução original da *CMR*; pelo facto de se encontrar redigido em português, estava isento dos erros de tradução e interpretação patentes nos testemunhos castelhanos da *CMR*, o que, na sua óptica, garantia, à partida, uma sua maior fiabilidade e proximidade textual⁸⁵.

Depois de Cintra, foi só na primeira metade da década de 70 que surgiram dois grandes momentos editoriais susceptíveis de encerrar o segundo período de desenvolvimento dos Estudos Razianos, ou seja o que designamos por época da “fixação textual”. Com efeito, foi então que Diego Catalán Menéndez Pidal, um sobrinho de Ramón Menéndez Pidal, que já era autor de anteriores e ainda hoje valorizados estudos sobre a historiografia peninsular medieval⁸⁶, viu concretizada, em 1971, a ideia que o seu tio tanto acalentara⁸⁷, de uma edição crítica dos testemunhos castelhanos

⁸⁴ Testemunhos portugueses editados por Cintra (v. supra n. 45), e os testemunhos castelhanos editados por Catalán e Andres (*I edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso* (ed. Diego Catalán e Maria Soledad de Andres), Madrid, Gredos, 1971).

⁸⁵ E. Lévi-Provençal, “La «Description...»”, *Al-Andalus* XVIII (1953), pp.52-53.

⁸⁶ Diego Catalán Menéndez Pidal, *De Alfonso X al Conde de Barcelos - Cuatro Estudios sobre el nacimiento de la Historiografía Romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962. Nesta obra o autor colige e / ou refunde quatro estudos que realizara entre 1957 e 1961 (pp.11-12). Seguindo, em linhas gerais, as conclusões de Lindley Cintra, no último dos estudos afasta-se dele em certos pontos (p.12).

⁸⁷ Lindley Cintra refere o arrastamento do projecto de Menéndez Pidal, explicando como, devido a várias circunstâncias, lhe foi impossível aprontar em vida a tão desejada edição crítica da C1344: C1344p, vol.I, p.XXIV.

da *C1344*, graças à colaboração de Maria Soledad de Andres⁸⁸, sucedendo-se, quatro anos depois, em 1975, com a mesma equipa de investigadores, a publicação da edição também crítica, e sob forma pluri-textual, da *CMR*⁸⁹.

Outros investigadores, no seguimento das pistas lançadas por Sanchez Albornoz, começaram também a estudar e a editar textos latinos dos que estavam relacionados com a obra dos Al-Râzi. Em 1954, Ramón Menéndez Pidal publicou um contributo para a temática das fontes latinas, neste caso um estudo relativo à *Crónica Pseudo-Isidoriana*⁹⁰, obra que veio a ser editada, pela primeira vez, uns anos mais tarde, em 1961, por A. Benito Vidal⁹¹. Em 1967, Joaquín Vallvé Bermejo, mercê das várias edições de textos árabes e latinos que tinham tido lugar até então, articulou definitivamente as fontes latinas com os textos geográficos árabes, também através de confrontação textual⁹². As fontes latinas passaram, portanto, a pertencer, de pleno direito, aos meios científicos dos Estudos Razianos.

7.2.2.2. *Textos árabes*

No campo dos textos árabes, os Estudos Razianos tiveram um momento privilegiado em 1953, com a já referida tentativa feita por E. Lévi-Provençal para reconstituir a perdida Descrição Geográfica dos Al-Râzi⁹³.

Inicialmente, o projecto daquela reconstituição visava, partindo da *CMR*, editada por Gayangos, como base, e tendo em conta os textos dos autores árabes medievais que eram então conhecidos e identificados como devedores dos Al-Râzi, entre os quais se encontrava HM, cuja obra fora pouco antes editada e traduzida pelo próprio Lévi-Provençal. Contudo, em 1952, o conhecimento que E. Lévi-Provençal teve da obra de Lindley Cintra veio alterar e enriquecer a demanda da perdida Descrição Geográfica de

⁸⁸ Cf. supra, n. 45.

⁸⁹ Cf. supra, n. 7.

⁹⁰ Ramón Menéndez Pidal, "Sobre la *Crónica Pseudo-Isidoriana*", in *Cuadernos de Historia de España*, XXI-XXII, pp. 5-15.

⁹¹ A. Benito Vidal, *Crónica Pseudo-Isidoriana* (complementada com índices), Valencia, Anubar Ed., 1961.

⁹² Joaquín Vallvé Bermejo, "Fuentes latinas de los geógrafos árabes", *Al-Andalus* XXXII (1967), pp. 241-260.

⁹³ Após a edição e tradução de HM, contava Lévi-Provençal estabelecer uma edição crítica dos testemunhos geográficos de RZ, tanto em árabe, como em português e em castelhano, de parceria com Jaime Oliver Asín. O estudo sobre a "Description de l'Espagne d'Ahmad al-Râzi" (v. supra n.º 39), apresentava-se como uma investigação preliminar a essa edição crítica que acabou por nunca ter lugar (cf. *idem*, p.54).

RZ. No ano seguinte, com efeito, já o texto da *C1344*, editado por Lindley Cintra, figura como a principal fonte na tentativa de reconstituição então publicada por Lévi-Provençal⁹⁴.

Posteriormente, nas décadas de 50 e 60 do século passado, foram publicados os textos árabes de quatro importantes geógrafos da Hispânia islâmica: Ibn Ghâlib (IG), Ibn Sa'îd (SD), al-'Udhri (UD) e al-Bakrî (BK), em respectivamente 1955, 1964, 1965 e 1968; e aos quais se veio somar, em 1971, a edição, também em árabe, da obra geográfica de um letrado norte-africano, Ibn al-Shabbât (SB), que usou como fontes autores peninsulares anteriores⁹⁵. De resto, a partir de meados dos anos 60, também se começaram a suceder as traduções do árabe para o castelhano, possibilitando aos medievalistas não arabistas um melhor conhecimento de todos estes textos.

Ainda em 65, UD conheceu a primeira de uma série de traduções parciais que se estenderam até 1986, sob a responsabilidade de vários investigadores⁹⁶. Nos anos 70, por outro lado, surgiu, em 1974, por obra de Gamal 'Abd al-Karîm, a primeira, e também parcial, tradução para castelhano da obra de Yâqût, na qual se incluem quase todas as entradas relativas a al-Andalus, e no ano seguinte, em 1975, por iniciativa de Joaquín Vallvé Bermejo, foi levada a cabo uma idêntica tradução parcial de IG⁹⁷.

No seu conjunto, todos estes acontecimentos contribuíram para alterar o até então dominante panorama do conhecimento dos textos árabes devedores de RZ. No entanto, se a partir daqui se poderia ter melhor aperfeiçoado e reavaliado a tentativa de reconstituição da Descrição Geográfica proposta por Lévi-Provençal, tal não veio a acontecer, se bem que as fontes geográficas da Hispânia islâmica tivessem continuado a ser objecto de estudos cada vez mais aprofundados e interpretativos.

⁹⁴ O testemunho geográfico 'raziano' editado por Cintra foi considerado por Lévi-Provençal como o mais próximo do texto original da *CMR*, mais do que os testemunhos castelhanos, cf. Lévi-Provençal, "Description ...", p.53. Sobre as fontes, bibliografias e siglas usadas por Lévi-Provençal, veja-se *idem*, p.58.

⁹⁵ Relativamente a estes autores, suas obras e respectivas edições, v.infra 4. "A geografia árabe sobre al-Andalus".

⁹⁶ L. Seco de Lucena [1965-66], F. de la Granja [1967], E. Molina López [1972], M. Sánchez Martínez [1977], J.M. Ruiz Asensio [1986].

⁹⁷ Todas estas traduções vêm devidamente referidas em 4. "A geografia árabe sobre al-Andalus".

Entre eles conta-se o que I. Kratchkovsky publicou primeiro em russo, no ano de 1957, e depois foi, em 1961, traduzido para francês⁹⁸. Com efeito, sem possuir uma vasta e minuciosa informação como a que surge na obra anteriormente escrita por Alemany Bolufer, sobre a geografia da Península Ibérica nos autores árabes, o trabalho de Kratchkovsky possibilitava, no entanto, melhor conhecer e relacionar diversos aspectos que eram comuns aos textos dos diversos geógrafos árabes ocidentais dos séculos XI e XII.

Em 1967, por outro lado, surgiram mais dois interessantes e decisivos trabalhos para a prossecução dos Estudos Razianos. Um deles, de Joaquín Vallvé Bermejo, mais específico e circunscrito, permitiu uma melhor avaliação do tema, com base na elucidação das fontes latinas de RZ, que foram por ele transmitidas a sucessivas gerações de geógrafos árabes, tanto de origem peninsular como também norte-africanos e orientais⁹⁹. As respectivas filiações e dependências textuais, possibilitavam que se perspectivasse com maior nitidez o lugar desempenhado pela descrição raziana na evolução dos conhecimentos geográficos mediterrânicos, entre a Antiguidade, a Idade Média e o Renascimento. O outro trabalho, da autoria de Hussayn Mu'nis, centrou-se sobretudo, de forma mais global e sistemática, na questão da especificidade da geografia hispano-árabe, no contexto do saber islâmico do seu tempo. Tendo em conta a necessidade de posicionar a obra dos letrados recentemente editados no quadro geral do que até aí era conhecido, caracteriza-se pelas informações prestadas acerca de textos ainda em vias de edição, ou até inéditos, como aconteceu com o escrito anónimo *Dhikr Bilâd al-Andalus* (DK)¹⁰⁰, que só em 1983 foi editado e traduzido por Luis Molina¹⁰¹; ou ainda pela análise preliminar que fez ao texto árabe das *Histórias* de Orósio, o qual só veio a ser editado mais tarde, em dois momentos diferentes e por dois diferentes investigadores, respectivamente 'Abd al-Rahmân al-Badawî em 1982 e Mayte Penelas em 2001.

⁹⁸ I. Kratchkovsky, "Les Géographes Arabes des XI^e et XII^e siècles en Occident", trad. franc. M. Canard, in *Annales de l'Institut d'Études Orientales* XVIII-XIX (1960-1961), Université d'Alger, pp.1-72.

⁹⁹ Ver o estudo de Joaquín Vallvé Bermejo, "Fuentes Latinas de los Geógrafos Árabes", *Al-Andalus* XXXII (1967), pp. 241-260.

¹⁰⁰ Hussayn Mu'nis, *Tàrikh al-Jagh'râfiya wa-l-Jagh'râfiyyîn fî-l-Andalus / La Geografía y los Geógrafos en la España Musulmana*, Madrid, Instituto Egipcio de Estudios Islámicos, 1967 (tex. ár.), em especial as pp. 596-602.

¹⁰¹ Sobre o DK, v.infra "2.2.3. Desde 1975 - novos elementos e novas perspectivas", e em 4. "A geografia árabe sobre al-Andalus".

Ainda em 1967, mas sem a importância relativa dos estudos antes referidos, é de assinalar os começos da publicação por André Miquel da sua monumental *La géographie humaine du monde musulman jusqu'au milieu du 11.^e siècle*, que iria prosseguir por mais de duas décadas¹⁰². Pouco atenta, na verdade, à questão da obra geográfica de RZ¹⁰³, não deixou de passar a fornecer o completo e indispensável quadro analítico e tipológico do saber geográfico islâmico, em que os geógrafos árabes da Hispânia medieval podem e devem ser inseridos e problematizados.

Por fim, entre 1951 e 1975, o interesse pelo RZ geógrafo não eliminou o despertado pelo RZ historiador. De facto, em 1957, também ele mereceu uma necessária e complementar abordagem na síntese que Lévi-Provençal publicou sob a designação de ‘historiografia califal’, no volume V da *História de España - Ramón Menéndez Pidal (HE-RMP)*¹⁰⁴.

Em Portugal continuaram a surgir investigadores que foram, na medida das possibilidades existentes, divulgando textos dos geógrafos árabes. Entre eles citaremos José D. Garcia Domingues, José Pedro Machado e António Borges Coelho.

Aos dois primeiros devemos uma substancial soma de artigos onde publicaram outras tantas traduções e estudos sobre a geografia islâmica peninsular¹⁰⁵, enquanto ao último deles devemos a famosa e incontorná-

¹⁰² André Miquel, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du 11^e siècle*, IV vols., Haia/Paris, Mouton/ École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1973-1988.

¹⁰³ RZ apenas é citado a partir da Tentativa de Reconstituição de E. Lévi-Provençal (*Idem*, vol.I, pp. XXIX e 259-262). Quanto a UD e BK, considere-se que “*sont retenus seulement les auteurs dont l'œuvre est attesté comme ayant été composé avant les années 1050*” e que “*Telle est la raison, par exemple, de l'exclusion de «Udhri et de Bakri»*” (*Idem*, vol.I, p.XII e 269, n.1).

¹⁰⁴ E. Lévi-Provençal, “Ojeada de conjunto a la historiografia califal”, *História de España - Ramón Menéndez Pidal (HE-RMP)*, V, Madrid, Espasa-Calpe, 1957, pp. 321-323.

¹⁰⁵ J. D. Garcia Domingues publicou: “Aspectos geográficos da Lisboa Muçulmana”, *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 117-130; IDEM, *Novos aspectos da Silves arábica*, sept^a. Rev. *Gil Vicente*, Guimarães, 1956; IDEM, “O Alentejo árabe e a sua integração no Reino de Portugal”, *Independência XVIII/19*, (1958), p.37-61; IDEM, *Conceito e Limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas Árabes*, Sep^a. *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici - Ravello 1966*, Napoles, 1967; IDEM, “Ossónoba na época árabe”, *Anais do Município de Faro 3* (1971), p.179-229; IDEM, “Beja na época árabe”, *Arquivo de Beja*, II série, 2 (1983-5), p.21-31; IDEM, “O Garb extremo do Ândalus e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 79-116; IDEM, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 117-130; IDEM, “Descrições de Santarém nos historiadores e geógrafos árabes”, *Portugal e o al-Andalus*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 131-140. José Pedro Machado publicou “Évora Muçulmana” in *A Cidade de Évora 17-18* (1949), pp. 329-34, e a tradução de ID, “A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Séc. XII” (1964) no, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º1-3, 1964, pp. 17-53.

vel colectânea *Portugal na Espanha Árabe*, onde compilou as principais fontes árabes conhecidas nos inícios da década de 70 do século passado, portadoras de informações sobre o espaço actualmente português¹⁰⁶.

Em síntese, durante este período dos Estudos Razianos, que designámos por época da “fixação textual”, assistiu-se globalmente a uma autêntica ‘explosão bibliográfica’, sobretudo ao nível da edição de fontes, tanto romances como árabes, cujos conteúdos confluíam para os objectivos destes mesmos Estudos. Por um lado, os vários testemunhos cronísticos cristãos da perdida obra raziana, depois de devidamente analisados e identificados, começaram a ser objecto de edições críticas, por vezes em formato pluritextual. Por outro, entre 1955 e 1971, nuns escassos 16 anos, ocorreu um extraordinário ciclo de edição de fontes árabes, directa ou indirectamente devedoras de RZ, duplicando o número de textos disponíveis com informações sobre a geografia hispânica, e que logo começaram a ser traduzidos e disponibilizados ao conjunto dos medievalistas ibéricos.

Nunca a reconstituição do *al-Râzî perdido* parecera tão próxima. O meio científico exalava, então, um clima de entusiástica expectativa¹⁰⁷.

7.2.3. Desde 1975 - novos elementos e novas perspectivas

7.2.3.1. *Textos latinos e novilatinos*

Editadas as crónicas *CMR* e *C1344*, parecia que nada mais faltava para que uma nova Reconstituição do *al-Râzî perdido* fosse uma última e possível realidade. No entanto, em breve começaram a ser levantadas importantes questões sobre os textos componentes da *CMR*.

Em 1983, Luis Molina começou por contestar que a secção da História Pré-Islâmica da *CMR* fosse genuinamente raziana. Com base

¹⁰⁶ A colectânea de António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, (1.ª ed.: IV vols., Lisboa, Seara Nova, 1972-1975; 2.ª ed.: 2 vols., Lisboa, Ed. Caminho, 1989; 3.ª ed.: 1 vol., Lisboa, Ed. Caminho, 2008). Queremos ainda deixar uma referência a José H. Barata, que publicou “Santarém nos escritores árabes”, *Rev. Ribatejo* (1954), pp.1-6.

¹⁰⁷ Diego Catalán e Maria Soledad de Andres confidenciavam então que “Para la descripción geográfica de España tenemos la fortuna de poder confrontar tres familias de textos: La versión castellana de *Ca, Mo, Es* [da *CMR*] y las dos redacciones de la *Crónica de 1344*. Si a esto añadimos las frecuentes citas de *al-Râzî* en historiadores musulmanes posteriores (hoy en gran parte publicadas), las perspectivas de llegar a restaurar el texto de Gil Pérez (en versión castellana) son realmente brillantes, aunque la tarea sea, en verdad, bien compleja. A este respecto, conviene notar que en los raros casos en que conocemos las fuentes de *al-Râzî* su consulta resulta imprescindible” (cf. *CMR*, p. XXVI).

numa grande quantidade de textos / testemunhos então recentemente editados e traduzidos, e que, portanto, não tinham estado à disposição dos investigadores nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX; lançou então dúvidas pertinentes e perturbadoras sobre a filiação em RZ de narrativas que pareciam definitivamente aceites como tal¹⁰⁸.

No ano seguinte, o mesmo autor pronunciou-se sobre a identidade raziana da Descrição Geográfica de RZ¹⁰⁹. Confrontando a passagem relativa à descrição da forma triangular da Hispânia na *CMR*¹¹⁰, nas fontes latinas dos Al-Râzî e em várias obras de diversos autores árabes, dependentes de RZ e maioritariamente hispano-muçulmanos, teceu então problemáticas reflexões sobre a sua suposta origem raziana e, sobretudo, sobre a necessidade de se proceder ao esclarecimento do modo como ela, e toda a Descrição Geográfica, se articula com o texto da versão árabe de Orósio de Braga, o *Ûrûsiyûs* ou *Hurûshyûsh*, que tivera em 1982 a sua primeira edição, como já foi referido¹¹¹.

A versão árabe de Orósio, o *Kitâb Hurûshyûsh* (*O Livro de Orósio*), teve mais recentemente, em 2001 uma nova edição, tradução e estudo levado a cabo por Mayte Penelas. Esta investigadora, além de ter produzido uma edição que completou algumas lacunas ou lapsos da edição de Al-Badawî, no estudo prévio à edição trouxe-nos muita informação nova, quer

¹⁰⁸ Luis Molina, "Sobre la procedencia de la Historia Preislamica inserta en la Cronica del Moro Rasis", in *Awraq* 5-6 (1982-83), Madrid, IHAC, pp.133-139. Nesse artigo não só assinalou a necessidade de que fossem reanalisadas as relações entre a *CMR*, o texto de RZ e a *Crónica Pseudo-Isidoriana*, uma das fontes latinas de RZ (*idem*, p.137), como defendeu a pertinência da análise da influência que uma versão árabe da obra de Orósio terá tido na parte histórica tradicionalmente atribuída a RZ (*idem*, p.139).

¹⁰⁹ IDEM, "Orosio y los Geógrafos Hispanomusulmanes", in *Al-Qantara* V (1984), pp.63-92.

¹¹⁰ A passagem sobre a Espanha triangular também se encontra no ms. *M*, da 1.ª versão da *C1344*: *C1344e*, ed. Catalán e Andres, p. 32. Na 2.ª versão, de 1400, essa passagem foi substituída por um texto do género "Laude Spaniae", semelhante ao que consta na *Crónica* de Afonso X: sobre essa substituição, v. Lindley Cintra, *C1344*, vol. I, p. XXXVII.

¹¹¹ A mais recente edição, tradução castelhana e estudo sobre as *Histórias de Orósio* vertidas em árabe em al-Andalus, é: *Kitâb Hurûshyûsh*, edição e tradução castelhana de Mayte Penelas, Madrid / Granada, CSIC, 2001. Ver ainda sobre Orósio e a sua obra em árabe: *Ûrûsiyûs*, *Ta'rikh al-âlam*, ed. 'Abd al-Rahmân Al-Badawî, Beirute, 1982. Já se conhecia a existência de um ms. desta obra na Biblioteca da Universidade americana da Columbia, através de uma notícia publicada, em 1931, por I. Kratchkovsky no *Journal of the American Oriental Society*, vol. LI (1931), pp.171-2. Esse mesmo ms. foi depois estudado por G. Levi Della Vida, dando origem aos artigos «The 'Bronze Era' in Moslem Spain», *JAOS*, vol. LXIII (1943), 183-90 e «La traduzione araba delle Storie di Orosio», *Al-Andalus* XIX (1954), p.257- 93. Sobre a descoberta do ms., sobre os estudos a ele dedicados, e a edição referida, ver «Prólogo» da ed.de Al-Badawî, pp.16-17; *CMR*, ed. Catalán e Andres, p.XLVIII; e Luis Molina, "Orosio...", pp. 63-66, especialmente para a análise da edição.

sobre esta versão árabe das *Histórias de Orósio* e sobre o manuscrito que contém a obra, quer sobre o conhecimento da obra em causa nos meios cristãos moçárabes, acerca do meio cultural onde decorrera a tradução; teve mesmo a felicidade de conseguir identificar o tradutor da obra, facto importantíssimo numa literatura como é a moçárabe, que se caracteriza, muito especialmente, pela condição anónima dos seus autores, uma autêntica literatura sem rostos.

Os dados anteriormente aceites faziam do manuscrito árabe da obra de Orósio uma parte componente de uma prenda enviada pelo Imperador de Bizâncio ao califa de Córdoba. Mercê do estudo de Mayte Penelas aquela versão ficou posta de parte, bem como tudo o que se relacionava com o ou os autores da tradução daquela obra, de latim para árabe.

A obra de Orósio não viera de fora nem era estranha aos meios culturais hispânicos. A mesma, aliás obra de um hispânico de Braga, sempre existira e fora conhecida na Hispânia cristã, inclusivamente nos meios moçárabes, e a sua tradução para o idioma árabe, que é a prova dessa circulação textual, deu-se nos meios culturais cristãos da Córdoba califal. Aliás, entre outras possíveis, uma das razões que presidiu à tarefa da tradução da obra de latim para árabe foi precisamente para que a mesma continuasse a ser conhecida dos cristãos moçárabes, os quais, muitos deles, especialmente em meios urbanos, já não dominavam suficientemente o latim para poderem ler e entender uma obra como as *Histórias contra os Pagãos*, de Orósio.

Relativamente a uma outra fonte, que já Sanchez Albornoz referira, a chamada *Continuatio Hispana*, a mesma foi editada em 1980 por J. E. López Pereira, identificada não com aquela designação anterior, mas como *Crónica Moçárabe de 754*¹¹².

Também a *Crónica Pseudo-Isidoriana (CP-I)*, que já tivera uma edição em 1961, foi novamente editada, agora de uma forma mais completa, com edição crítica, tradução castelhana e um extenso estudo, tudo da responsabilidade de Fernando González Muñoz, sendo dada à estampa em 2000. Nesse estudo o autor revê em toda a extensão, a problemática textual que liga a *CP-I* à obra dos Al-Râzi, a *Akhbâr Mulûk al-Andalus*¹¹³.

¹¹² J. E. López Pereira, *Crónica mozárabe del 754 y Estudio crítico sobre la Crónica mozárabe de 754*, Saragoça, Anúbar Ed., 1980.

¹¹³ Fernando González Muñoz, *La Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana (ms. Paris BN 6113). Edición crítica, traducción y estudio*, A Coruña, Ed. Toxosoutos, 2000.

7.2.3.2. *Textos árabes*

Entretanto, foram sendo editados novos textos geográficos árabes, que se podem ainda considerar como de tradição raziana. O primeiro, já atrás mencionado, foi a obra árabe anónima norte-africana *Dhikr bilâd al-Andalus* (DK), publicada e traduzida em castelhano por Luis Molina, no ano de 1983. O segundo, impresso sete anos depois, em 1990, diz respeito a um texto de al-Rushâtî (RU), por iniciativa de Emilio Molina López e Jacinto Bosch Vilá¹¹⁴.

Contudo, se, comparativamente ao período anterior, não foram publicadas tantas novas fontes, o mesmo não se pode dizer do labor complementar que representam as traduções, já que progrediram de forma exponencial. Globalmente, correspondem à tradução castelhana quer de textos já parcialmente editados no período anterior, como sejam os de YQ e IG, devidos, em 1977 e 1986, a, respectivamente José Antonio Rodriguez Lozano e Joaquín Vallvé Bermejo, quer de obras que só mais recentemente e em parte o começaram a ser, sendo esse o caso das de SB, BK, RU, QZ e SD, por, segundo a ordem cronológica, Emilio Santiago Simón (1978), E. Vidal Beltrán (1982), Emilio Molina (1986-1987), Fátima Roldán Castro (1990) e Maria Jesús Viguera Molíns (1999).

Em 1986 Joaquín Vallvé publicou ainda um estudo de fundo chamado *La División Territorial de la España Musulmana* onde, utilizando as fontes árabes já então conhecidas, analisou não apenas o espaço peninsular no período islâmico, mas também a evolução da divisão territorial do espaço hispânico desde o período romano¹¹⁵.

Complementarmente, os anos 90 também assistiram ao aparecimento de várias sínteses e pontos de situação sobre diversas áreas sectoriais de todo este vasto tema que são os Estudos Razianos, tanto em Portugal como, e especialmente, em Espanha.

No caso luso, essa faceta encontra-se subjacente ao estudo que Joaquim C. Lavajo publicou em 1991, sobre “A *Crónica do Mouro Rasis* e a Historiografia Portuguesa Medieval”¹¹⁶, assim como as duas entradas do

¹¹⁴ Para mais informações sobre DK e RU, v.infra 4. “A geografia árabe sobre al-Andalus”.

¹¹⁵ Joaquín Vallvé, *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, CSIC, 1986.

¹¹⁶ Joaquim Chorão Lavajo, “A *Crónica do Mouro Rasis* e a Historiografia Portuguesa Medieval”, *Estudos Orientais - II, O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental, 1991, p.127-54.

Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa, editado em 1993, ou seja os artigos “Crónica do Mouro Rasis” e “Crónica Geral de Espanha de 1344”, da responsabilidade, respectivamente, de Teresa Amado e Luís Krus, onde se aliam preocupações de síntese, levantamento de problemáticas e fornecimento de completas bibliografias¹¹⁷.

Em 2001, da responsabilidade de Adel Sidarus e nossa, saiu um artigo denominado “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, onde se procedeu, para a região em causa, à reunião de todas as fontes então conhecidas, à respectiva tradução a partir dos textos árabes editados e à posterior análise textual de todas as notícias relativas a Lisboa e espaços envolventes¹¹⁸.

No país vizinho, as mesmas preocupações sobre uma sintética e informada apreciação global das obras e autores devedores de impulso raziano tiveram lugar nos capítulos dedicados à historiografia medieval em vários volumes da *História de España-Ramón Menéndez Pidal*. Em 1988 e 1995, respectivamente, surgiram duas sínteses: na primeira, Emilio Mitre Fernández dedicou-se à historiografia da baixa Idade Média, enquanto na segunda, Juan Gil abordou as velhas Crónicas dos séculos XI a XIII¹¹⁹. Depois, em 1994 e 1997, foram publicados por Luis Molina e Maria Jesús Viguera os capítulos respeitantes, respectivamente, à historiografia árabe desenvolvida durante as Taifas e à que se afirmou sob os domínios almorávida e almóada no al-Andalus¹²⁰.

Mais recentemente, em 2000, Emilio Molina López publicou um excelente artigo em que fez um ponto de situação sobre a historiografia e a geografia andalusis e sobre as suas respectivas fontes árabes. É um estudo de quase vinte páginas onde foi comentada a mais recente bibliografia àquela data, e a que se associam várias reflexões metodológicas¹²¹.

¹¹⁷ Teresa Amado, “Crónica do Mouro Rasis”, in *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, pp.188-9; Luís Krus, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, *idem*, pp.189-90.

¹¹⁸ Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, in *Actas do Colóquio “Lisboa, encruzilhada de muçulmanos, judeus e cristãos. 850.º aniversário da reconquista de Lisboa” / Arqueologia Medieval 7* (2001), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 37-72.

¹¹⁹ Emilio Mitre Fernández, “Un Sentimiento de Comunidad Hispánica? La Historiografía Peninsular”, *HE-RMP XVI*, 1988, pp.409-38; Juan Gil, “La Historiografía Tradicional”, *HE-RMP XI*, 1995, pp. 1-24.

¹²⁰ Luis Molina, “Historiografía”, *HE-RMP*, VIII/1, 1994, pp. 1-27; Maria Jesús Viguera, “Historiografía”, *HE-RMP VIII/2*, 1997, pp. 1-35.

¹²¹ Emilio Molina López, “La historiografía andalusí. Reflexiones, balance, perspectivas”, *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, Lisboa, IICT, 2000, pp. 35-53.

Posteriormente, em 2004, finalmente, após meio século de trabalho, viu a sua conclusão a segunda edição da obra múltipla e monumental que dá pelo nome de *Enciclopédia do Islão*, que foi editada em duas versões, uma francesa (*Encyclopédie de l'Islam*) e outra inglesa (*Encyclopaedia of Islam*). Começada a publicar em 1960, vira, no entanto, os seus primeiros trabalhos iniciarem-se seis anos antes, no já longínquo ano de 1954. Foi objectivo principal desta segunda edição, o de actualizar e ampliar as informações veiculadas na edição *princeps* de 1908-1938¹²². Nela constam alguns artigos de grande mérito, cuja função foi a de cumprir a imprescindível tarefa de fornecer sínteses esclarecedoras e motivantes sobre temáticas, obras e autores de raiz raziana, distinguindo-se, entre outras, a dedicada à questão da geografia no mundo islâmico (“*Djughrâfiya*”¹²³), se bem que seja escasso o relativo ao ocidente islâmico, al-Andalus incluído. Fornece, no entanto, notícias sobre a vida e a actividade letrada de al-Bakrî (BK), Ibn Ghâlib (IG), Ibn Sa’îd (SD), al-Himyarî (HM), al-Qazwînî (QZ) e al-Rushâtî (RU)¹²⁴. Desconhecem-se, no entanto, as razões que terão levado a que a entrada relativa a Ahmad al-Râzî, a qual estava presente na primeira edição¹²⁵, tenha sido esquecida e não incluída nesta segunda edição, uma vez que não reapareceu nem sequer a anterior mesmo que fosse sem qualquer actualização. Também não há nada sobre Ibn al-Shabbat (SB) na actual edição.

A obra anónima *Dhîkr bilâd al-Andalus* (*Menção das regiões da Hispânia*) (DK), que foi editada e traduzida já depois de passada a letra ‘D’, também está ausente. Felizmente não ficaram ausentes os artigos relativos a al-‘Udhri (UD) e a Yâqût (YQ), que surgem nos X e XI volumes, respectivamente¹²⁶.

Ainda relacionadas com o conhecimento espacial andalusi existem neste dicionário enciclopédico várias entradas relativas a regiões e aos

¹²² *Encyclopédie de l'Islam*, 1.ª edição (E.I.¹), ed. T.Houtsma, R. Basset e T.W.Arnold, Leiden / Paris, Brill / Maisonneuve, 1908-1938; 2.ª edição (E.I.²), dir. B.Lewis, Ch.Pellat e J. Schacht, Leiden / Paris, Brill / Maisonneuve, 1960-2004.

¹²³ S. Maqbul Ahmad, “Djughrâfiya”, E.I.², t.II, pp.590-605; veja-se também Fr. Taeschner, “Époque ottomane”, pp.602-605.

¹²⁴ Para os artigos da E.I.² respeitantes a estes autores, remetemos para o capítulo infra 4. “A geografia árabe sobre al-Andalus”, onde virão referenciados pela ordem como serão tratados.

¹²⁵ E. Levi-Provençal, “Al-Râzî”, E.I.¹, t.III, pp.1215-6.

¹²⁶ As entradas relativas a Al-‘Udhri (UD) e a Yâqût (YQ), foram elaboradas, respectivamente por Luis Molina e por Cl. Gilliot, e pela mesma ordem surgem nos volumes X (pp.776-777) e XI (pp. 264-266) da E.I.².

principais núcleos urbanos peninsulares durante o período islâmico, sendo os da região mais ocidental aqueles que, neste caso, mais nos interessam¹²⁷.

No que nos concerne mais directamente e em relação a esta área temática, um dos nossos objectivos, durante as investigações que deram corpo, respectivamente, às nossas Dissertações de Mestrado (2002) e de Doutoramento (2007), foi o de precisamente aquilatar da possibilidade efectiva de uma reconstituição do texto árabe perdido dos dois Al-Râzî¹²⁸.

E para isso havia que testar, através de crítica textual, os apartados geográficos das *Crónicas do Mouro Rasis* e *Geral de Espanha de 1344*, para concluirmos se aqueles textos cronísticos, como eventuais receptáculos do texto dos Al-Râzî, poderiam futuramente vir a servir de roteiro, a jusante, para aquela almejada reconstrução. Já víamos atrás que em meados do século XX Lévi-Provençal tentara esse desiderato, acreditando que o que estava no apartado geográfico da *C1344* editada por Lindley Cintra, era 'de facto' a descrição de al-Andalus que saíra dos punhos dos Al-Râzî.

Relativamente à questão que nos propuséramos, a conclusão que obtivemos foi a de que os textos das *Crónicas* constituem efectivamente um possível roteiro para um texto árabe, mas que esse texto não é dos Al-Râzî, ou, ao menos, não provirá deles na sua totalidade.

O texto traduzido para português, e que foi inicialmente chamado de *Livro de Rasis*, trata-se, afinal, de um texto de meados do século XII, enquanto os Al-Râzî viveram entre os séculos IX e X, e produziram as suas obras nesta última centúria. No texto traduzido para português a obra dos Al-Râzî encontra-se aí refundida, conjuntamente com a de um outro geógrafo hispano-árabe, mas este do século XI, de seu nome Al-Bakrî.

O facto de a obra deste último sobre al-Andalus também se encontrar em estado fragmentário, e de que para compor aquela obra também Al-Bakrî se serviu das obras dos Al-Râzî como umas das suas principais

¹²⁷ Para o espaço em estudo consultámos na *E.I.*² as entradas: 'Al-Andalus', I, pp. 486-503; 'Bâdja', I, p. 886; 'Batalyaws', I, p. 1124-1125; 'Burtukal', I, pp.1338-1339; 'Gharb al-Andalus', II, p.1009; 'Ishbiliya', IV, p. 120-123; 'Kulumriya', V, 367; 'Labla', V, p. 591-592; 'Mârida', VI, p. 552-553; 'Shantamariyyatal-Gharb', IX, pp.315-316; 'Shantarîn', IX, pp.317-319; 'Shilb', IX, pp. 458-459; 'Shintara', IX, pp. 463-464; 'Talabira', X, pp.160-161; 'Ukshûnuba', X, pp. 794-795; 'Al-Ushbûna', X, 914-916.

¹²⁸ António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Dissertação de Mestrado em História Medieval, FCSH-UNL, 2002; para a versão publicada, v. supra n. 3; IDEM, *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*, v. supra n. 2.

fontes, impede, nalguns casos, uma identificação segura da proveniência de algumas passagens que encontramos no texto do século XII, do punho de Ibn Ghâlib¹²⁹, e que constituiu a matriz árabe da tradução para português, ou galaico-português, a mando dos Senhores de Portel¹³⁰.

O contacto tido, desde há vários anos, com estas fontes árabes deu azo a que já com anterioridade as tivéssemos utilizado várias vezes, quer dando origem a traduções parciais de alguns destes autores que agora vão aqui ser tratados neste trabalho, quer servindo de fonte primária ou secundária para alguns estudos em que também as utilizámos¹³¹.

Concluindo, apesar de tudo, o *Al-Râzî perdido* ainda continua a motivar muitos investigadores a levar a cabo edições e traduções de fontes árabes e latinas, diversas investigações e estudos, em vários países da Europa do sul e do Norte de África.

Como numa viagem aventureira, nos Estudos Razianos, mais importante que chegar, é a viagem em si mesma, com todas as suas peripécias e colorido.

¹²⁹ Sobre o texto traduzido e sobre o facto de o mesmo ser uma refundição dos textos dos *Al-Râzî* e dos de *Al-Bakrî*, feita por Ibn Ghâlib, v. A. Rei, *Memória de Espaços...*, pp. 129-133.

¹³⁰ Sobre o papel promotor e mecénico dos Senhores de Aboim-Portel na tradução do texto árabe que remontava a Ibn Ghâlib, para o idioma galaico-português, v. António Rei, *Memória de Espaços...*, especialmente pp. 69-85 e 157-161; IDEM, “O «Livro de Rasis» e a memória da Casa Senhorial dos Aboim/Portel”, *Callipole - Rev. Municipal de Cultura* n.º 13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp.17-29; IDEM, “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”, in *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* n.º 33 / *Actas do Colóquio Internacional “Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge”*, ENS-LSH – Université de Lyon, 2010, pp. 155-172.

¹³¹ António Rei, “O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes”, *Ibn Maruân* n.º 8 (1998), pp.247-50; IDEM, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol. 53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII - XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp.35-43; IDEM, “Os Castelos entre o Odialuciez e o Odiana (713-1298)”, *Castelo do Alandroal - VII Séculos - 1298/1998*, Alandroal, Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição, 2001, pp.9-22; IDEM, “Outros Espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqân*, n.º 124 (2001), pp. 18-19; IDEM, “Azóias / Arrábidas no Gharb al-Andalus e o Movimento dos Muridîn - subsídios para a sua identificação espacial”, *Rev. Xarajib* 2 (2002), CELAS-Silves, pp. 53-61; IDEM, “A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242) - novas visões da «Reconquista» a partir do «al-Mughrib...» de Ibn Sa’id de Granada”, *Arqueologia Medieval* n.º 8 (2003), Mértola/ Porto, CAM/ Afrontamento, pp. 29-41; IDEM, “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’id al-Maghribî”, in *Medievalista - Revista on line*, n.º 1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fchsh.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp.; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d. C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ. do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Ocupação Humana no Alfoz de Lisboa durante o período Islâmico (714 - 1147)”, *Actas do Encontro ‘A Nova Lisboa Medieval’*, Univ. Nova de Lisboa / NCEM - FCSH, 2004, pp. 25-42; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, FL-UL / FCSH-UNL, pp. 493-499.

8. Geografia Árabe sobre al-Andalus

Autores, obras e contextos

Qualquer género literário se caracteriza quer pelos seus aspectos formais e normativos, quer pelos protagonistas, os autores, que produzem as obras dentro daqueles enquadramentos literários.

Vamos primeiramente elencar os autores que, em árabe, produziram e nos legaram informações sobre o espaço do al-Andalus em geral, e do Gharb al-Andalus em particular; posteriormente abordaremos, sucintamente, os aspectos formais, as tipologias literárias, em que aqueles autores elaboraram as suas descrições relativas ao espaço mais extremo (*al-aqsâ*) do Gharb al-Andalus.

A ordem por que apresentamos os mesmos autores é essencialmente cronológica. Designamo-los como “autores geográficos” e não como “geógrafos”, porque, na sua maioria, não se trata efectivamente de geógrafos, nem pretenderam, muitas vezes, escrever sobre geografia.

As informações geográficas presentes em muitas daquelas obras, ou eram algo acessórias e secundarizadas, introduzindo ou ajudando a compor textos literários de outra natureza; ou, por vezes, a própria noção de espaço acabou por perder-se, devido ao facto de se tratar de obras com um cariz mais enciclopédico e nas quais a informação sobre o espaço como um todo acabou sendo hipotecada, mercê de uma atomização desses dados, em função de outras áreas do saber, nomeadamente a área da linguística. Nestas obras, uma notícia toponímica do espaço que vamos analisar poderá estar antecedida de uma outra, de um lugar algures no Maghrib norte africano, e logo seguida de uma outra que se situa algures no leste do Khurasân, na Ásia central. Como o ordenamento é alfabético, não se trata de descrições regionais, e, assim, perde-se a noção de região e de articulação entre as diferentes cidades ou povoações tratadas que pertençam a essa mesma região. As excepções são raríssimas.

Autores geográficos

8.1. Primórdios Orientais (séculos IX–X)

1. (YB) - Abû I-‘Abbâs Ahmad ibn Abî Ya‘qûb ibn Ja‘far ibn Wahb ibn Wadîh (al-Ya‘qûbî)

(*Baghdad, séc. III/IX – Egipto, 292/905?*)

Vida

Não é muito o que se conhece sobre a existência de Al-Ya‘qûbî. Sabe-se que, para além de ter sido um *kâtib* (escrivão oficial), foi um viajante, e que durante as suas viagens reuniu muita informação que mais tarde utilizou para compor a sua obra, *Kitâb al-Buldân*.

Quando não esteve directamente nos locais descritos, valeu-se das informações, relatos e notícias (*akhbâr*) que obteve de quem lá estivera e os conhecia. Viajou pelo Médio Oriente, foi em direcção a norte, até à Arménia, ao Azerbaijão e daí para o Khurasân, onde foi *kâtib* da dinastia Tâhirî, até à queda da mesma, em 259/872-3. É provável que, nas suas andanças, Al-Ya‘qûbî tenha chegado a atingir a Índia. Regressando ao Ocidente, passou ao Norte de África, onde conheceu o Egipto e chegou até à actual Tunísia, não tendo, no entanto, avançado mais nessa direcção. Portanto, tudo o que ele tem na sua obra relativo ao Magreb e a al-Andalus obteve-o, indirectamente, a partir de relatos de terceiros.

O facto de se saber que a sua obra foi terminada no ano 278 da hégira / 891 d.C., dá-nos a única data segura que nos ajuda a situar a vida deste homem, que viveu a maior parte da sua existência durante a segunda metade do século III / IX, tendo vindo a falecer no Egipto nos inícios do século seguinte.

Kitâb al-Buldân (KB)

Al-Ya‘qûbî compôs a sua obra *Kitâb al-Buldân (Livro dos Países)* cerca de 278/891, depois de regressar do seu périplo por uma parte substancial do mundo islâmico de então. Trata-se de uma obra de geografia administrativa

e que proporciona muita informação histórica, topográfica e estatística das regiões descritas.

A sua metodologia assentou especialmente no uso da informação directa (o seu testemunho pessoal) e indirecta (a notícia, o relato = *khābar*; pl. *akhbâr*), em detrimento do uso da documentação, se bem que não pôs esta última completamente de parte.

Na sua descrição da Península Ibérica, parece ter seguido de perto os mesmos passos orientadores que seguira anteriormente Estrabão: inseriu as informações de que dispunha dentro do modelo descritivo que este geógrafo grego criara, no tempo de Augusto. Desta forma, sabemos que Al-Ya'qûbî terá tido acesso à obra daquele geógrafo helénico ao serviço de Roma, a qual já estaria então, muito possivelmente, traduzida para a língua árabe¹³².

2. (IS) - Abû Ishâq Ibrâhîm ibn Muhammad al-Fârisî al-Karkhî Al-Istakhrî

(*Istakhr*, último quartel do século III/IX - Bagdad, m. 340/951)

Vida

Com uma biografia praticamente desconhecida, seria um indivíduo originário da cidade de Istakhr, na Pérsia, onde terá nascido algures no último quartel do século III/IX. Com segurança, sabe-se apenas que se encontrou, já no final da sua vida, com Ibn Hawqal, a quem teria encarregado da correcção da sua própria obra.

O mesmo Ibn Hawqal designou al-Istakhrî como “Al-Fârisî” (o persa); e al-Muqaddasî, mais tarde, designou-o também daquela forma, mas usou ainda relativamente a al-Istakhrî a *nisba* (apodo) “Al-Karkhî” (o de Karkh), o que faz colocar a possibilidade de al-Istakhrî, em algum momento da sua existência, ter vindo a residir na região do *Khuzistão* ou talvez no ‘Irâq, onde se encontra aquele topónimo; ou, mais plausivelmente, que o mesmo

¹³² Referências bio-bibliográficas para YB - Fonte: Al-Ya'qûbî, *Kitâb al-Buldân*, ed. De Goeje, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA)*, t. VII, 1967; Muh. Qasim Zaman, “Al-Ya'ûbî”, *E. I.* ², t. XI, pp. 257-258; S. Maqbul Ahamd, “Djughrâfiya”, *E. I.* ², t. II, pp. 593 - 595; J. Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, t. IX, pp. 115-119; Georgette Cornu, “les Géographes Orientaux des IXe. et Xe. siècles et al-Andalus”, *Sharq al-Andalus* 3 (1986), pp. 11-18); André Miquel, *La Géographie Humaine...*, p. XXI; Maria Ángeles Perez Alvarez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, pp. 22-23.

tenha residido no bairro de Baghdad que também tinha aquele nome de “Al-Karkh”.

Al-Istakhrî viajou, tendo estado na Península Arábica, especialmente em Meca, e deslocou-se também ao Irãq, ao Khuzistão, ao Daylam e à Transoxiana. Pode mesmo ter chegado a atingir a região de Sind, região costeira do actual Paquistão.

Al-Masâlik wa-l-Mamâlik (MMi)

Composto no fim da primeira metade do século IV/X, o *Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik* (*Livro das Vias e dos Reinos*) retoma, desenvolvendo-o, o “Atlas do Islão”, iniciado por Al-Balkhî, no século III/IX. Metodologicamente, Al-Istakhrî afastar-se-á, aliás como já o fizera o seu mentor Al-Balkhî, do modelo ptolomaico, e assentou a estrutura da sua obra em modelos persas, quer no relativo à concepção espacial, quer à nomenclatura e à cartografia.

A sua obra terá sido, de alguma forma e posteriormente, corrigida e complementada por Ibn Hawqal, sem que saibamos a amplitude daqueles actos, tanto mais que Ibn Hawqal também usou aquela obra como fonte para o seu próprio trabalho. A obra de Al-Istakhrî veio a ser também, um pouco mais tarde, já para finais do século X, uma das fontes consultadas e utilizadas por al-Muqaddasî¹³³.

3. (MS) - Abû l-Hasan ‘Alî ibn al-Husayn ibn ‘Alî al-Mas‘ûdî

(Bagdade, 280/893? - Fustât, 345/956)

Vida

Nasceu em Bagdade, de família originária de Kûfa e que descendia de Ibn Mas‘ûd, um Companheiro do Profeta Muhammad, e daí se originando a *nisba* familiar “Al-Mas‘ûdî”. Não há certeza quanto à data do seu nascimento, mas terá ocorrido entre 280/893 e 283/896.

¹³³ *Referências bio-bibliográficas para IS* - Fonte: al-Istakhrî, *Al-Masâlik wa-l-Mamâlik*, ed. De Goeje, *Viae Regnorum*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA) I*, Leiden, E.J. Brill, 1967, pp. 42-43; IDEM, ed. M.G. ‘Abd al-‘Al Al-Hinî, Cairo, 1381 / 1961; A. Miquel, “al-Istakhrî”, *E.I.*, T.IV, p. 222 - 223.

Al-Mas'ûdî foi um dos maiores enciclopedistas do Islão. Passou a juventude e fez os estudos na sua cidade natal, onde frequentou os círculos de ensino de um vasto leque de mestres. Homem de grande curiosidade intelectual, foi também um grande viajante, dentro e fora do espaço islâmico, e um grande escritor. Depois de uma vida em constantes viagens e muita composição literária, e a que não faltaram também algumas polémicas, principalmente devido ao facto de ele ser *shi'î/ta*, veio a falecer no Egipto fatimida, entre os seus correligionários.

Murûj al-Dhahab (MD)

A principal, mais volumosa e mais famosa obra de al-Mas'ûdî, intitulada *Murûj al-Dhahab (Pradarias de Ouro)*, levou a que, na sua composição, o autor tivesse utilizado um vasto conjunto de fontes, cujo número rondará cerca de cento e sessenta e cinco obras diferentes.

Esta vultuosa obra proporcionou-lhe um labor continuado ao longo de muitos anos da sua existência, tanto mais que ele procurou corrigir e complementar sucessivamente o texto da mesma. Tal conjunto de factores fez com que Al-Mas'ûdî tivesse produzido, pelo menos que se conheçam seguramente, duas versões que podem ser consideradas “completas” da sua obra. Uma primeira cuja conclusão é datável do ano de 332/943; e uma segunda, que se datará de 345/956, e que o autor terminou no seu último ano de vida¹³⁴.

4 . (HQ) - Abû-I-Qâsim Muhammad ibn 'Alî ibn Hawqal al-Nasibî

(Nasibin, c. 308/920 – Egipto ?, depois de 380/990)

Vida

Originário de Nasibin, na Alta Mesopotâmia, actual norte do Iraque, aí terá passado a sua infância e juventude, até que começou a viajar por volta de 331/943. Sabe-se, a partir das informações que deixou na sua obra, que viajou muito, até ao ano 358/973, altura em que se encontrava

¹³⁴ *Referências bio-bibliográficas para MS - Al-Mas'ûdî, Murûj al-Dhahab*, ed. Ch.Pellat, 5 vols. + 2 vols. Índices, Beirute, 1966-74 (ed. rev. da de Meynard / Courteille, 1.ª ed., Paris, 1861-77; 2.ª ed., 1913-30); trad. franc. Ch. Pellat, 5 vols. + 1 vol. Índice francês, Paris, 1962-71; Idem, “Al-Mas'ûdî”, *E.I.*², VI, pp. 773 - 778; A. Miquel, *La Géographie Humaine...*, p. XXIX.

na Sicília; a partir de então perde-se-lhe o rasto. Há, no entanto, indícios literários, também a partir da sua própria obra, que nos permitem colocar o final da sua existência cerca de 380/990. O facto de ele ter sido, tudo leva a crer, um espião fatimida, leva-nos a colocar a sua morte hipoteticamente no Egipto fatimida, para cujo governo viajara e escrevera.

A sua vinda à Península hispânica, algures entre 336-340 / 947-951, é vista como um trabalho de informação a cargo dos Califas Fatimidias do Cairo. A sua obra, é, aliás, pródiga em referências pró-fatimidias. O seu périplo por determinadas zonas peninsulares, com descrição de algumas zonas costeiras, seria um eventual relatório preliminar que prepararia um possível ataque daqueles Califas *shi'i*/tas aos Califas *sunni*/tas Omíadas de Córdova, em que o mesmo ataque se desenrolaria privilegiando o desembarque massivo de forças em zonas que Ibn Hawqal especialmente assinalava no seu relato.

Kitâb Surat al-Ard (KS)

Ibn Hawqal, geógrafo da geração posterior à de Al-Istakhrî, baseou-se na obra deste último para organizar a sua própria. A sua intenção seria a de dar uma ideia mais exacta de um mundo ainda mal conhecido, buscando melhorar aquela obra de Al-Istakhrî, que lhe servira como ponto de partida. Tê-lo-á conseguido, ampliando-lhe os dados, alargando-lhe as descrições e não se restringindo apenas ao mundo islâmico.

Relativamente a al-Andalus, a viagem que empreendeu à Península em 947 forneceu-lhe muita informação directa, com que enriqueceu a sua obra. Ainda assim, não se escusou a compilar informações relatadas por terceiros (*akhbâr*), com os quais se cruzou ao longo das suas viagens.

Relativamente à sua obra, *Kitâb Surat al-Ard (Livro da Imagem da Terra)*, terá a mesma tido, pelo menos, três versões, em outros tantos momentos. Uma primeira versão, algures de antes de 356/967, é ainda anterior a algumas das suas últimas viagens, quer a leste, quer de regresso ao Mediterrâneo, até à Sicília. Uma segunda versão que terá tomado forma já depois de terminados os seus périplos, de 366/977; e, por fim, o que terá sido uma derradeira versão, de 378/988¹³⁵.

¹³⁵ Referências bio-bibliográficas para HQ - Ibn Hawqal, *Kitâb Sûrat al-Ard*, ed. J.H.Kramers, *Liber Imaginis Terrae*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA)* II, Leyden, E.J. Brill, 1967; trad. Espanhola de M.^a José Romany Suay, *Configuración del Mundo*, col. *Textos Medievales*, n.º 6,

5. (MD) - Shams al-Dîn Abû 'Abd Allâh Muhammad al-Shâmî Al-Muqaddasî

(Jerusalém ?, inícios séc. IV/X - Jerusalém, m. 380/990)

Vida

Não se conhece muito acerca da sua existência, para além daquilo que ele mesmo deixou na sua obra. Descendente de uma família de arquitectos e construtores, seria natural de Jerusalém¹³⁶ e aí terá passado a sua vida. Tendo também viajado pelo Médio Oriente, é, mais uma vez, a sua obra a principal fonte relativamente à sua esparsa e escassa biografia.

A decisão de produzir a sua obra, tê-la-á tomado na fase final da vida, por volta de 375/985. Terá falecido na cidade que o terá visto nascer e onde passou a maior parte da sua vida.

***Ahsan al-Taqâsîm* (AT)**

Ahsan al-Taqâsîm (A Excelência da Repartição) pode considerar-se a obra mais completa do género *al-masâlik wa-l-mamâlik*, a qual completou o chamado “Atlas do Islão”, que remontava a Al-Balkhî. Foi o exemplo mais acabado da geografia do mundo islâmico levada a cabo no século IV/X¹³⁷.

Valencia, 1971; trad. francesa de J.H. Kramers e G. Wiet, *Configuration de la terre (Kitab Surat al-Ard)*, 2 ts. (pag.contínua), Beirute: Commission Internationale pour la Traduction des Chefs d'oeuvre; Paris, Maisonneuve et Larose, 1964 (Col. UNESCO d'Oeuvres Représentatives, Série ár.); A. Miquel, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du 11^e siècle*, 4 vols., Paris / Haia, Mouton 1988 (1.^a ed. 1967); Idem, “Ibn Hawkal”, *E.I.2*, III, pp. 810 – 811.

¹³⁶ Jerusalém, em árabe, é conhecida como: *Al-Quds* (: A [Cidade] Santa) ou como *Bayt al-Maqddîs* (: A Casa da Santidade). Desta última expressão provém a *nisba* : *al-Muqaddasî* (: o de *Maqddûs*, o de Jerusalém).

¹³⁷ Referências bio-bibliográficas para MQ - Al-Muqaddasî, *Ahsan al-Taqâsîm fî ma'rifat al-aqâlîm*, ed. e trad. Ch. Pellat, *Description de l'Occident Musulman [au IV^eme / X^eme siècle] extrait du "Kitâb Ah'san attagasim fî ma'rifat al-aqâlîm" de al-Muqaddasî*, col. Bibliothèque Arabe-Française, Argel, 1950; IDEM, ed. De Goeje, *Descriptio imperii moslemici*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA)* III, 1967; A. Miquel, “al-Mukaddasî”, *E.I.* ², T.VII, pp. 492-493; Idem, *La Géographie Humaine...*, p. XXXIV.

8.2. Hispano-Árabes (séculos X–XIII)

6. (RZ) - Abu Bakr Ahmad ibn Muhammad ibn Mûsâ al-Râzî (Córdova, 274 h. / 888 d.C. – 344 h. / 955 d. C.)

Vida

Abu Bakr Ahmad ibn Muhammad ibn Mûsâ al-Râzî é considerado, de forma unânime, como “o Pai da História e da Geografia” em al-Andalus¹³⁸.

Nascido em Córdova, em 10 de Dhû-l-Hijjah de 274 / 25 de Abril de 888 d. C.¹³⁹, era, no entanto, de origem persa, da cidade de Rayy, de onde tinham vindo os seus antepassados, e da qual guardavam a nisba “al-Razî” (“o de Rayy”).

Tendo começado os seus estudos, inicialmente, ensinado pelo seu pai, este, a partir de certa altura levou-o a aprender junto de vários outros mestres, entre os quais Ahmad ibn Khâlid¹⁴⁰. E nesse périplo acabou sendo muito importante, na sua formação, o contacto com aquele que foi, em definitivo e acima de todos os outros, o seu mestre, o seu *Shaykh*, Qâsim bin Asbagh al-Bayânî¹⁴¹.

¹³⁸ E. Levi-Provençal, *HE - MP*, V, p. 322. Vejam-se também Ch. Pellat, “The Origin and Development of Historiography in Muslim Spain”, in *Études sur l'histoire socio-culturelle de l'Islam (VIIe. - XVe. s.)*, Londres, Variorum Reprints, 1976, pp.118-125, p.119; e Joaquín Vallvé, “Fuentes latinas de los geógrafos árabes”, *Al-Andalus XXXII* (1967), pp. 241-260, p.243. V. ainda H.Mu'nis, *Târikh al-Jaghrâfiya ...* p. 27-80.

¹³⁹ F.Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º 23, pp. 62-66, p.62.

¹⁴⁰ *Ibidem*; *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XLIX.

¹⁴¹ Qâsim ibn Asbagh foi uma figura marcante das letras e do panorama jurídico do al-Andalus, durante o final do século IX, mas principalmente durante a primeira metade do século X, tendo sido nomeado pelo Califa 'Abd al-Rahmân III como *Qâdî al-Qudâ* (Juiz dos Juizes = Juiz do Supremo Tribunal Califal). Qâsim ibn Asbagh foi, até recente data, considerado o autor da tradução, ou, ao menos, o responsável pela equipa que promoveu a versão, de latim para árabe, da obra de Orósio de Braga. Entre as obras onde se remete aquela tradução para Qâsim ibn al-Asbagh e para o Juiz dos Cristãos de Córdova, v. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XLIX; Luis Molina, “Orosio y los Geógrafos Hispanomusulmanes”, *Al-Qantara V* (1984), pp. 63-92, pp. 66-71. A obra de Orósio era considerada como fazendo uma parte de uma dádiva que o Imperador de Bizâncio, o *Basileus* Romano II, enviara ao Califa cordovês. Mayte Penelas, na sua edição e tradução daquela obra, concluiu que a mesma não veio de Bizâncio, e que a obra de Orósio, ele mesmo um hispano-romano, nunca foi desconhecida na Península, quer entre os cristãos do norte, quer entre os cristãos moçárabes, e que a sua tradução se ficou a dever ao chefe (*kumis*, < *Comis* [>*Conde*]), da comunidade cristã de Córdova, a quem Mayte Penelas deu um rosto e um nome: Hafûs ibn Albar, filho de Álvaro de Córdova, e descendentes de Áquila, um dos filhos do Rei visigodo Vitiza (sobre esta ascendência, v. *CMR*, ed. Catalán e Andres, p. XLIX).

Ahmad al-Râzî foi o introdutor daqueles dois géneros literários e científicos em al-Andalus,¹⁴² enquanto membro letrado relevante dos meios oficiais que se formaram em volta do próprio poder califal.

Não restam dúvidas de que Ahmad al-Râzî estava muito sintonizado com os valores e interesses califais, tal como o provam as fortes relações institucionais e intelectuais mantidas entre ele e o príncipe herdeiro, o também letrado e erudito al-Hakam¹⁴³, o futuro califa al-Hakam II, o qual também fora discípulo de Qâsim ibn Asbagh¹⁴⁴.

Teve assim Ahmad al-Râzî acesso aos meios oficiais da corte emiral e depois califal, onde foi funcionário e depois Cronista. Pôde ter à sua disposição muita informação oficial, constante nas Chancelarias emirais e califais, obras sobre a Península e sobre os seus governantes, mesmo relativas a monarcas não-muçulmanos que anteriormente tinham dominado nestas terras antes da chegada do Islão.

Historiador, geógrafo, orador eloquente e poeta¹⁴⁵, Ahmad al-Râzî veio a falecer em 12 de Rajab de 344 / 1 de Novembro de 955¹⁴⁶, sucedendo-lhe no cargo de redactor oficial dos anais do Califado cordovês o seu filho 'Îsâ ibn Ahmad al-Râzî¹⁴⁷.

6. 1. 'Îsâ ibn Ahmad al-Râzî

(Córdova, 324/925? - 379/989)

A data de nascimento que lhe atribuímos é hipotética, presumindo que ele teria cerca de trinta anos quando sucedeu a seu pai como cronista

¹⁴² E. Lévi-Provençal, *HE - MP*, V, p. 322. Vejam-se também Ch. Pellat, "The Origin and Development of Historiography in Muslim Spain", in *Études sur l'histoire socio-culturelle de l'Islam* (VIIe. - XVe. s.), Londres, Variorum Reprints, 1976, pp. 118-125, p. 119; e Joaquín Vallvé, "Fuentes latinas de los geógrafos árabes", *Al-Andalus XXXII* (1967), pp. 241-260, p. 243.

¹⁴³ *Ibidem*. V. sobre o príncipe Al-Hakam, enquanto letrado, também infra n. 23.

¹⁴⁴ Luis Molina, "Orosio y los Geógrafos Hispanomusulmanes", p. 70.

¹⁴⁵ Sobre as obras atribuídas a al-Râzî, v. Ibn Hazm (384/994-456/1064), *Risâla fî fadl al-Andalus* (*Epistola sobre a excelência de al-A.*), trad. franc. Ch. Pellat, "Ibn Hazm, bibliographe et apologiste de l'Espagne musulmane", *Al-Andalus XIX* (1954), pp. 53-102, pp. 85-86; e o artigo "Ibn Hazm" de R. Arnaldez, *E.I.*², III, pp.814-822. Aquele mesmo elenco de obras elaborado por Ibn Hazm, aparece em Gayangos ("*Memoria...*", p. 14), e em F. Pons Boigues (*Ensayo...*, pp. 63-64).

¹⁴⁶ F. Pons Boigues, *Ensayo...*, p.62. Ainda sobre este autor, v. B. Sánchez Alonso, *Historia de la historiografía...*, pp. 92 e 167-170; e E. Levi-Provençal, *HE - MP*, V, pp. 321-322.

¹⁴⁷ E. Levi-Provençal, *HE - MP*, V, p.322; Ch. Pellat, "The Origin and Development of Historiography in Muslim Spain", p. 119.

oficial do califado de Córdoba. Falecido em 989¹⁴⁸, coloca-se portanto claramente a possibilidade de terem sido ainda do seu punho as notícias relativas a Coimbra e à Idanha (Egitania) e respectivas regiões, as quais passaram a integrar, consolidadamente, o espaço islâmico, após a conquista de Coimbra por Al-Mansûr, facto que ocorreu no ano de 987¹⁴⁹.

Foi discípulo de seu pai e seu sucessor como redactor das crónicas oficiais da Corte Omíada¹⁵⁰.

Quanto à possível actualização que 'Îsâ terá feito ao apartado geográfico organizado por seu pai, temos certamente aquelas duas notícias relativas a Coimbra e Egitânia, como vimos atrás, e que são notícias sem cabimento antes daquela data de 987, e muito menos nos reinados de 'Abd al-Rahmân III e de al-Hakam II¹⁵¹.

Do ponto de vista da sua produção escrita, 'Îsâ é essencialmente conhecido como um continuador das obras e cargos de seu pai; embora importante, sem dúvida, pelos complementos informativos que proporcionou aos letrados dos séculos seguintes. O que permanecerá uma incógnita, para além das passagens que referimos acima, é a fronteira entre o que proviria do punho de seu pai e o que foi da sua lavra.

¹⁴⁸ J. Vallvé, *La División Territorial...*, p. 68, n.18.

¹⁴⁹ V. António Rei, "Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes", in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499.

¹⁵⁰ E. Lévi-Provençal, *HE-MP*, vol. V, p. 322; Pascual de Gayangos, *CMR*, p. 25; Ch. Pellat, "The Origin and Development of Historiography in Muslim Spain", p.119. São atribuídas a 'Îsâ al-Râzî três obras, uma *História de al-Andalus*, que na prática terá sido a continuação da obra historiográfica de seu pai, e que fez para al-Hakam II, e duas outras obras escritas para al-Mansûr, uma sobre os ministros de al-Andalus, e uma outra acerca dos principais *hujjâb* (primeiros-ministros) dos califas de al-Andalus, denominada *al-Hujjâb li-l-Khulafâ' bi-l-Andalus* (*Os Primeiros-Ministros dos Califas no Andalus*) (v. J. Vallvé, *ob.cit.*, p. 68, n.18; e apuntes.rincondelvago.com/anales-palatinos-del-califado-cordoba-al-hakam-ii_isa-ibn-ahmad-al-razi.html). Relativamente a esta última obra, a partir de quando é que se teria tornado importante fazer o elogio dos primeiros-ministros dos califas, remetendo para a sombra os próprios califas? Muito provavelmente após 981, quando o famoso *al-Manşûr* acabou por se estabelecer firmemente no poder (Lévi-Provençal, *HE-MP*, IV, pp. 397-410). Tanto mais que, em 976, 'Îsâ al-Râzî ainda tinha sido o redactor da descrição pormenorizada da entronização do califa-menino Hishâm II, pois descreveu a proclamação e o juramento feito àquele monarca (Sobre o juramento de obediência ao califa Hishâm II, e respectivos relatos, dos quais o mais oficial e contemporâneo foi o de 'Îsâ al-Râzî, v. Maria Luísa Ávila Navarro, "La proclamación (*bay'a*) de Hishâm II", *Al-Qantara* I (1980), pp.79-114, p. 82).

¹⁵¹ Monarcas que reinaram, respectivamente, entre 912 e 961 e entre 961 e 976 (A.Rucquoi, *ob.cit.*, p.323).

Aḳhbâr Mulûk al-Andalus (AM)

A Ahmad al-Râzî se ficou devendo a primeira descrição árabe, intitulada *Aḳhbâr Mulûk al-Andalus* (Notícias sobre os Monarcas da Hispânia), que teria pretendido ser completa, da Hispânia ou al-Andalus. Colocamos este condicional porque a mesma se perdeu e não se conhece a sua versão final; e porque essa mesma versão, a estar concluída, iria apenas até ao reinado ‘Abd al-Rahmân III, visto o autor ter falecido em 955 e este monarca em 961¹⁵². A obra terá sido complementada por seu filho, e terá sido esta versão última, mais completa, do punho do segundo al-Râzî, que chegou às mãos de Ibn Ghâlib¹⁵³.

De qualquer forma, terá sido mais um complemento do que uma reestruturação textual ou uma refundição da obra inicial, pelo que partimos do princípio de que a obra de Ahmad al-Râzî teria uma estrutura textual semelhante ao que conhecemos quer nas Crónicas romances, *Crónica do Mouro Rasis (CMR)* e *Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)*, quer no “compêndio” árabe de Ibn Ghâlib. No entanto, devido àquela perda, apenas podemos hoje, a partir das obras citadas, extrapolar prospectivamente qualquer eventual conjectura acerca do texto árabe dos dois “Rasis”.

Sendo uma obra importante, quer pelos conteúdos que teria¹⁵⁴, quer pela época em que foi produzida, foi citada e parcialmente transcrita por autores posteriores, quer do al-Andalus quer do Maghrib, este enquanto herdeiro cultural daquele.

¹⁵² A. Rucquoi, *ob.cit.*, p. 323; A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.2, p. 37;

¹⁵³ V. A. Rei, *O Louvor...*, II.5.1.3. A importância e a autoridade apelativa da obra de Ahmad al-Râzî ou de ambos os al-Râzî, terá feito com que outros textos (posteriores às obras de Ibn Ghâlib), e que na realidade não serão mais do que interpolações à obra maior daquele ou daqueles dois autores do século X, ainda assim, e apesar daquele facto, que indicia pelo menos outro autor, continuaram sendo transmitidos como sendo, integralmente, do punho ou punhos do/s al-Râzî. Textos retocados a partir dos meados do século XIII, e já falando no ‘Reino de Granada’, continuaram sendo, algo miticamente, atribuídos ao nome de Al-Râzî, atribuição perfeitamente anacrónica mas reveladora da força mítica que aquele nome teve na historiografia e na geografia da Hispânia islâmica, mas não só (v. J. Vallvé, *División...*, p. 77).

¹⁵⁴ A importância e a credibilidade das obras geográficas quer de Al-Râzî quer de Al-Bakrî, mesmo entre os cristãos peninsulares, era de tal ordem que, quando as dioceses de Toledo e de Tarragona disputaram a diocese de Valência, após a recente conquista desta cidade, em 1239, por Jaime I o Conquistador, foram as informações contidas nas obras daqueles geógrafos hispano-árabesque, pela sua fidelidade às descrições das dioceses tardo-antigas e visigodas, serviram de critério para resolução daquela contenda entre duas autoridades cristãs da máxima importância, uma delas o Arcebispo de Toledo, que se reclama de Primaz das Hispânias (H. Mu’nis, *Târikh al-Jahrâfiya...* pp.71 - 72; ou ainda A. Rei, *O Louvor...*, pp. 115 - 116 e n.76).

A obra, devido ao facto de se ter perdido, contribuiu, com o seu desaparecimento, para o adensar do mito em redor do seu autor ou autores. Nela Ahmad al-Râzî, após descrever a Península, mencionaria o domínio e a vinda de outros povos, antes de relatar a sua conquista e sujeição pelos árabes¹⁵⁵.

Nessa descrição usou como fontes latinas principais Orósio de Braga, o Orósio já traduzido para árabe e interpolado¹⁵⁶, bem como a obra ou excertos da obra de Isidoro de Sevilha¹⁵⁷. Se a descrição geral, da localização e limites da Península, assenta principalmente naqueles dois autores, a descrição das diferentes zonas peninsulares escorava-se especialmente na descrição da rede diocesana herdada do reinado de Diocleciano, mas atribuída pela historiografia cristã a Constantino¹⁵⁸.

De Orósio extraiu não apenas a informação relativa à descrição geral e à localização da Hispânia no Orbe, como também a terá tomado como modelo para a estruturação da sua própria obra, pois, tal como nas *Historiae adversus paganos*, também no *Akhbâr Mulûk al-Andalus* a parte geográfica antecede, em forma quase propedêutica, a parte historiográfica¹⁵⁹.

A parte geográfica consistiria assim numa introdução ao *Akhbâr Mulûk al-Andalus* e dela apenas restam os testemunhos romances das antigas traduções medievais para português e depois para castelhano¹⁶⁰, sendo

¹⁵⁵ Será que foi realmente Ahmad al-Râzî o autor da obra no seu todo, ou apenas da sua introdução geográfica, e a parte historiográfica seria obra do príncipe al-Hakam, o futuro califa al-Hakam II, aliás companheiro e condiscípulo de Ahmad? Ou será que alguém, a mando e sob a supervisão de al-Hakam (como séculos depois fez e fez fazer Afonso X), executou tal trabalho, talvez o próprio 'Isâ al-Râzî? Senão vejamos o que Al-Maqqarî disse: *Nafh al-Tib*, vol.II, Livro VI, Cap. VI, p.168 e Apêndice C, pp. XXXIX-XLII, transmitido por Gayangos e mais recentemente por R. Collins: «*al-Hakam II (...) wrote a voluminous history of Andalous filled with precious information; and so sound was the criticism which he displayed in it, that whatever he related [as borrowed from more ancient sources] might confidently be believed to be a fact*», (in R. Collins, *Early Medieval Spain. Unity and Diversity, 400-1000*, Nova York, 1983 (2.ª ed., 1995), pp. 172 e 292; excepto o que está entre [], que vem de Gayangos, *History of Mohammedan Dynasties in Spain*, II vols., Londres, 1843, vol.II p. 170. São questões a pedir futuras investigações.

¹⁵⁶ V. A. Rei, *O Louvor...*, II.4. "Contribuições moçárabes", pp. 97-116.

¹⁵⁷ V. IDEM, *idem*, p. 100, n.12.

¹⁵⁸ ID., *idem*, pp. 114-115.

¹⁵⁹ Já Diego Catalán identificara as características literárias do apartado geográfico e da sua matriz isidoriana, quando editou a CMR: «*al-Râzî (...) transformo el "Laus Hispanae" en una detenida descripción de los términos, montes y rios de ese solar cuya historia va a escribir*» (CMR, ed. Catalán e Andres, p. XXX).

¹⁶⁰ Sobre Ahmad al-Râzî, ver: CMR = *Cronica del Moro Rasis*, ed. Catalán e Andres, Madrid, Gredos, 1975; C1344p = *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Cintra, IV vols., Lisboa, 1951; C1344c = *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, ed. Catalán e Andres, Madrid, 1971; E. Lévi-Provençal, "Description de l'Espagne d'Ahmad al-Razi", *Al-Andalus* XVIII (1953), pp. 51-108. Especialmente para o espaço português:

os testemunhos portugueses da *C1344*, na versão de 1420, os que parecem estar mais próximos do original árabe¹⁶¹.

O que até há pouco tempo atrás era considerado como a tradução romance da obra de Ahmad al-Râzî, o «*Livro de Rasis*» ou, com o título que a tornou famosa, «*Crónica do Mouro Rasis*», sabemos hoje tratar-se afinal da tradução da obra maior de Ibn Ghâlib¹⁶², que abordaremos em seguida.

Uma das principais utilizações desta obra de al-Râzî foi a que Ibn Ghâlib fez dela, ao tomá-la como uma das principais fontes, juntamente com a obra de al-Bakrî (v. infra), na composição da sua *Farhat al-anfus*. Também al-Maqqarî reteve substanciais excertos de al-Râzî, e, em menor quantidade, outros autores que o citaram directa ou indirectamente.

Não sabemos mesmo se, algumas vezes em que surge a expressão “disse Al-Râzî”, quando citado por autores posteriores (e quanto mais tardios, maiores as dúvidas que se levantam), se o estarão realmente a citar, ainda que não directamente; ou se aquela menção é uma procura de autoridade, uma chancela que garanta a futura aceitação de uma informação que teria origem diferente.

O que, quanto a nós sobreviveu, de Ahmad al-Râzî na obra de Ibn Ghâlib, para além, naturalmente, de conteúdos, foi a estruturação do apartado geográfico. Embora Ibn Ghâlib tenha usado aqueles dois autores, nem a obra de Al-Bakrî tem aquela estruturação textual, nem, estamos em crer, o próprio Ibn Ghâlib se iria afastar do modelo textual “califal” que remontaria a Ahmad al-Râzî. Não só a metodologia de al-Bakrî é completamente diferente, como também o seu horizonte geográfico é muito mais amplo, não se circunscrevendo apenas ao espaço andalusi.

Aquele apartado foi organizado, originalmente, por Ahmad al-Râzî de forma a produzir uma sacralização islâmica do espaço de al-Andalus, e a conseqüente legitimação / sagração do novo poder dos Omíadas, que se assumiram como Califas desde 929.

A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* 1, pp. 47-51; António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Tese de Mestrado, FCSH / Univ. Nova de Lisboa, 2002, policop. Sobre a bibliografia acerca de al-Râzî, ver ainda a ‘Introdução’ à edição da *CMR* de Catalán e Andres; e o estudo inicial da “Memoria...” de Gayangos, além dos que referimos supra. V. também, Husayn Mu’nis, *Tārikh al-Jağrafiyya...*, pp. 56-80.

¹⁶¹ V. António Rei, *Memória de Espaços...*, pp.183-198.

¹⁶² Sobre esta conclusão v. António Rei, *Memória de Espaços...*, pp.133-140; IDEM, “Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas, *Arqueologia Medieval* 10 (2008), Mértola/Porto, CAM/ Afrontamento pp. 41-49.

Aquela sacralização é enunciada, na descrição geográfica, através do estabelecimento de um paralelo de centralidade entre Córdoba e a *Ka'ba* de Meca. Al-Râzî colocou Córdoba, trono do Califa, no centro da sua descrição, da mesma forma que a mesma *Ka'ba*, a “Casa de Deus” e “centro do mundo”, está no centro da mesquita de Meca, esta última cidade o centro da visão islâmica do mundo.

Aquele paralelismo é concretizado através do discorrer da sua descrição do espaço andalusi, descrição essa que segue, espacialmente, no mesmo sentido em que o peregrino muçulmano a Meca deve circundar a *Ka'ba*.

Sabemos também que Ahmad al-Râzî, para a sua *Akhbâr Mulûk al-Andalus*, usou fontes árabes, mas também usou fontes hispânicas não árabes, para o auxiliar a conceber um discurso laudatório em que a sacralidade intrínseca da Hispânia / al-Andalus tivesse um papel preponderante na unção imperial, aqui califal, que esta terra sagrada, este Finisterra, concedeu ao Senhor de Córdoba. O novo Califa *sunni*/ta, o qual, adoptara para si títulos e referências messiânicas no início daquela nova forma de poder¹⁶³, e que emergiu no extremo Ocidente como guardião do Islão, em frente do surgimento, no Norte de África, do Califado Fatimida, xiita (*shî'i*), e da passividade do Califado abássida de Bagdad ante tal circunstância.

Portanto, Ahmad al-Râzî foi o primeiro, daí ser considerado o “Pai”, que criou uma História e uma Geografia de al-Andalus. E apesar de al-Andalus ser uma parte da civilização islâmica de então, dessa forma participe da grande diversidade cultural do mundo islâmico, aquelas obras foram, *ab initio*, marcadas pela herança hispânica, que já vinha antes de Isidoro de Sevilha, e na qual Al-Râzî acabou por se inserir, dando-lhe uma continuidade algo diferente.

Naquelas “Notícias sobre os Monarcas da Hispânia” o cronista colocou o seu Califa na série de monarcas que tinham governado esta terra, desde o Dilúvio, e que por serem daqui naturais tinham consigo aquela bênção, aquela unção sacralizadora.

Não esqueçamos que ‘Abd al-Rahman III era neto de uma princesa navarra, Iñiga, filha do rei Fortún Garcês, que casara com o Emir de Córdoba, ‘Abd Allah¹⁶⁴, ao qual ‘Abd al-Rahman acabou por suceder, por

¹⁶³ V. A. Rei, *O Louvor ...*, pp. 119-120, n.º 6.

¹⁶⁴ A. Rucquoi, *História Medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Estampa, 1995, p. 145.

morte de seu pai. No código genético do primeiro Califa fundiam-se, portanto, duas linhagens régias, a cristã e a islâmica. Também ele, como qualquer andalusi, falava o árabe hispânico, o da rua e do mercado, impregnado de vocábulos de origem romance. O árabe clássico ficava circunscrito à produção literária de acordo com os modelos clássicos árabes, quer na prosa quer na poesia, e aos momentos solenes da corte e da liturgia islâmicas.

7. (UD) - **Abû l-'Abbâs Ahmad ibn 'Umar ibn Anas al-'Udhri** (Almeria, 393/1003 - Almeria ou Valência, 477/1085)

Natural de Dalías, povoação de Almeria, Al-'Udhri, ainda bastante jovem, com cerca de 14 anos, deslocou-se com a sua família a Meca, aí permanecendo durante uns anos, entre 407/1016 e 416/1025.

O capital de conhecimentos próprios de um tal viajante foi depois ampliado com estudos que levou a cabo no Hijáz e mais tarde no Egipto, já durante a viagem de regresso a al-Andalus. De regresso à Península, pelos finais da década de vinte do século XI, começou então a ensinar. Entre os seus vários discípulos conta-se um outro nome que também acabou sendo famoso entre os geógrafos islâmicos no seu todo, e entre os hispano-árabes em particular: Al-Bakrî.

A longa vida de Al-'Udhri, de mais de oito décadas, de geógrafo e de erudito, terminou em Almeria ou em Valência, no ano em que tudo se alterou nos equilíbrios de forças político-militares na Península, com a conquista de Toledo por Afonso VI de Leão e Castela¹⁶⁵.

Tarsi' al-Akhbâr (TA)

A obra de UD, *Tarsi' al-Akhbâr (Brocado de Notícias)*, situar-se-á entre a concepção de uma geografia de âmbito peninsular, modelo de que Al-Râzi terá sido o mentor, e a de uma geografia de tipo universal, que se viria a plasmar na obra de Al-Bakrî.

¹⁶⁵ Especialmente para dados biográficos sobre Al-'Udhri (UD), v.: Rafael Valencia, "La Cora de Sevilla en el *Tarsi' al-Ajbâr* de Ahmad b. 'Umar al-'Udhri", *AI* IV-V (1983-86), pp. 107-43; Manuel Sánchez Martínez, "Râzi, fuente de al-'Udhri para la España Preislamica", *CHI* 3, (1971), pp. 7-49, p. 9-14; F. Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º120 - p.158-9; I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, pp.13-14; Husayn Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrafya ...*, pp. 81-97.

Com efeito, se o seu texto se restringiu ao mundo hispânico peninsular, seguindo o eventual modelo de Ahmad al-Râzî, a riqueza de pormenores com que trata os vários espaços regionais, urbanos e rurais, e com que lhes confere dinamismo e cor, fá-lo afastar-se do tipo de esquematização que seria a do seu predecessor, ao mesmo tempo que aproxima ou propicia a posterior obra de Al-Bakrî, para a qual, aliás, terá servido de fonte¹⁶⁶.

Obra conhecida através de fragmentos, em grande parte relativos ao leste ibérico, torna-se hoje reconstituível, ainda que parcialmente, graças à obra de Al-Qazwinî, bem como à obra anónima *Dhikr bilâd al-Andalus*¹⁶⁷, que tiveram em Al-'Udhri uma das suas principais fontes.

8. (BK) - Abû 'Ubayd 'Abd Allah ibn 'Abd al-'Azîz al-Bakrî

(Huelva, 405/1014 - Córdoba, 487/1094)

Vida

Originário de uma família que remontava ao clã árabe dos Banû Bakr, o mesmo clã ao qual pertencera também um dos conquistadores islâmicos de Al-Andalus, o Governador de Ifríqya, Mûsâ ibn Nusayr¹⁶⁸.

Os familiares de Al-Bakrî, no século XI, em consequência da Grande Sedição (*Fitna al-Kubrâ*), tinham-se tornado os senhores da Taifa de Huelva / Saltes, e mantiveram aquele domínio até ao ano de 443/1051-2, quando foram conquistados por *Al-Mu'tadid* ibn 'Abbâd, rei da Taifa de Sevilha. Em consequência da conquista dos respectivos senhorios familiares e da

¹⁶⁶ Sobre a obra de Al-'Udhri e as suas problemáticas, ver Husayn Mu'nis, *ibidem*. Bibliografia usada para UD: *Tarsî' al-Akhhbâr*, ed. Al-Ahwânî, Madrid, IEI, 1965; havendo mais trad. parc. castelhanas, para o leste peninsular, (cf. *HE - RMP*, VIII/1, 26, n. 45) para o nosso estudo apenas referiremos Rafael Valencia, "La Cora de Sevilla...", *AI* IV-V (1983-86), pp. 107- 143. Existe uma trad. parc. portuguesa de Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *AM* 7, Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, 2001, pp. 37-72, encontrando-se mais alguns excertos em: António Rei, "Outros Espaços do Gharb al-Andalus", *Al-Furqân*, n.º 124, Loures, pp.18-19.

¹⁶⁷ V. A. Rei, *O Louvor ...*, 3. 1. 10. (QZ) e 3. 1. 12. (DK). Ainda relativamente a informações bio-bibliográficas sobre UD, v. Fonte - *Tarsî' al-Akhhbâr*, ed. Al-Ahwânî, Madrid, IEI, 1965; extracto das referências explícitas de al-Qazwinî, in *Atar al-bilad*, Beirute, Dâr Sâder, 1380 / 1960 (tex.ár.); trad. espanhola parcial de Fátima Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el Atar al-bilad de al-Qazwinî*, Sevilha, Ed. Alfar, 1990; Husayn Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrâfya wa-l-Jaghrâfiyyîn fi-l-Andalus*, Madrid, IEI, 1967, p.81-97.

¹⁶⁸ É o próprio Al-Bakrî que no-lo diz (v. ed. André Ferré e Adrian van Lewven, II vol., p. 899; trad. castelhana de E. Vidal Beltrán, pp. 41-42).

forma negociada como se deu a transmissão do poder, *Al-Mu'tadid* poupou a família de Al-Bakrî, a qual se exilou em Córdova¹⁶⁹.

Al-Bakrî continuou, posteriormente, os seus estudos, em Córdova ou Sevilha, tendo-se tornado discípulo do grande historiador Ibn Hayyân¹⁷⁰.

Iniciando-se, mais adiante, no funcionalismo oficial das Taifas, encontram-lo no ano de 450 / 1058 com funções oficiais de *wazîr* (: vizir, ministro), na corte de *Al-Mu'tasim* de Almeria¹⁷¹; mais tarde, desempenhou missões diplomáticas, enquanto embaixador a mando de *Al-Mu'tamid* de Sevilha¹⁷².

A proximidade de al-Bakrî com vários dos poderes estabelecidos na Hispânia islâmica de então ter-lhe-á permitido um fácil acesso aos respectivos arquivos oficiais, onde, eventualmente, terá obtido, entre outros, os dados numéricos e outros, muito exactos e precisos, que posteriormente veio a usar no seu trabalho. Terá sido durante a sua estadia em Almeria que conheceu e frequentou a companhia de Al-'Udhri, de quem se tornou discípulo e cuja proximidade muito o terá vindo a influenciar, quer no interesse de Al-Bakrî pela geografia, quer na utilização da obra daquele como fonte privilegiada da obra deste.

Além de geógrafo, Al-Bakrî tornou-se também conhecido como botânico, poeta e filólogo. Veio a falecer em 1094, já nos começos do domínio almorávida no al-Andalus¹⁷³.

Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik (MMb)

Na qualidade de primeira obra árabe de origem hispânica que se orienta para o horizonte da geografia universal, o *Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik* (*Livro das Vias e dos Reinos*) de Al-Bakrî rompeu com a anterior herança 'razi-udhrîana', que se tinha mantido dentro dos limites do espaço peninsular, sem, no entanto, deixar de a conhecer e utilizar, antes a enriquecendo com as muitas informações documentais, escritas e orais, acumuladas ao longo de uma preenchida vida político-diplomática.

¹⁶⁹ E. Lévi-Provençal, "Abû 'Ubayd al-Bakrî", *E.I.*², t.I, pp. 159-161; Al-Bakrî, *Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik*, trad. parc. castelhana de Eliseo Vidal Beltrán, *Geografia de España (Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik)*, Saragoça, Anubar, 1982, pp.10-11.

¹⁷⁰ E. Lévi-Provençal, "Abû 'Ubayd al-Bakrî", p. 160

¹⁷¹ Manuel Sanchez Martinez, "Râzi, fuente de al-'Udhri...", p. 13; I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, p. 16.

¹⁷² I. Kratchkovsky, *ibidem*.

¹⁷³ E. Lévi-Provençal, "Abû 'Ubayd al-Bakrî", p. 160; Al-Bakrî, trad.parc. castelhana de Eliseo Vidal Beltrán, p. 11.

De resto, tendo sido apontado o ano de 460 /1067-68 como ano da conclusão da redacção da obra¹⁷⁴, apesar de apenas termos conhecimento de fragmentos da mesma, ter-se-á tratado de uma primeira versão, que Al-Bakrî foi retocando e actualizando posteriormente, com informações contemporâneas, sinal de um erudito desejo de constante aperfeiçoamento por parte do autor.

Um caso paradigmático daquela actualização é o facto de ter referido que após a conquista de Toledo, ocorrida em 1085, a praça que passava constituir a fronteira entre cristãos e muçulmanos era a de Talavera¹⁷⁵. Ou seja, cerca de duas décadas depois de ter sido terminada uma primeira versão da obra, ainda Al-Bakrî estava actualizando os dados nela contidos, de acordo com elementos informativos recentes, como eram os factos político-militares mais importantes que iam ocorrendo entretanto.

Devido ao estado fragmentário da obra de Al-Bakrî, assume extrema importância a obra de Al-Himyarî, que copiou aquela em grande extensão e de forma quase literal, pelo que esta última poderá vir a ser um precioso auxiliar no labor de reconstituição textual daquela¹⁷⁶.

¹⁷⁴ BK, trad.parc. castelhana de Eliseo Vidal Beltrán, p.12; I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, p.17.

¹⁷⁵ Sobre esta informação e a sua importância para determinar o processo de composição textual que deu origem à obra de IG, *Farhat al-anfus*, e da trajectória daquela mesma notícia, quer nas fontes árabes, quer na cronística romance peninsular, designadamente nas diferentes versões da CMR e da C1344, v. A. Rei, *Memória...*, pp.129-131.

¹⁷⁶ E.Lévi-Provençal, "Abû 'Ubayd al-Bakrî", p. 160. Bibliografia usada para BK: Abû 'Ubayd al-Bakrî, *Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik*, ed.parc. 'A.R. Al-Hajî, *Jughrâfiyat al-Andalus wa 'Urûbba min Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik*, Beirute,1968; ed. Adrian van Lewven e André Ferré, 2 vols., Cartago-Tunísia, *Al-Dâr al-'Arabiyya li-l-Kitâb*, 1992 (usamos esta ed.); trad. parc. castelhana de Eliseo Vidal Beltrán, *Geografia de España (Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik)*, Saragoça, Anubar, 1982. Excerto sobre 'Lisboa' na obra de SB, *Silat al-simt...*, ed. AL-ABBÂDÎ, *Tarîkh al-Andalus li-bn al-Kardabûs wa wasfuhu li-bn al-Shabbât*, Madrid, 1971, p.163. Ainda sobre a vida e a obra de BK, ver H. Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya ...*, Madrid, IEL, 1967, pp.108-48. Para informações relativas à vida e obra de BK, v. Abu 'Ubayd Al-Bakrî, *Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik*, 2 vols., ed. Adrian van Lewven e André Ferré, Cartago-Tunísia, *Al-Dâr al-'Arabiyya li-l-Kitab*, 1992 - [tex.ár.], 2.º vol., p. 897; Idem, *ibidem*, trad.parc. espanhola de Eliseo Vidal Beltrán, *Geografia de España (Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik)*, Textos Medievales 53, Saragoça, Anubar, 1982, pp.37-38; excerto da obra de Ibn al-Sabbat, *Silat al-simt...*, ed. Al-Abbadî, *Tarîkh al-Andalus li-bn al-Kardabûs wa wasfuhu li-bn al-Shabbât*, Madrid, 1971 - [tex.ár.], p.163; E. Lévi-Provençal, "Abû 'Ubayd al-Bakrî", *E.I.*², t.I, p. 159-61; H.Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya...*, Madrid, IEL, 1967, p.108-48; e em especial, porque a mais recente síntese: J. Lirola Delgado, "Al-Bakrî, Abû 'Ubayd", *Enciclopedia de al-Andalus* (dir J.Lirola Delgado e J.M. Puerta Vilchez), Fundación El Legado Andalusí / Junta de Andalucía, 2002 ss., tomo I, pp. 92-97.

9. (RU) - Abû Muhammad ‘Abd Allâh ibn ‘Alî al-Lakhmî Al-Rushâtî

(Orihuela [Murcia], 466/1074 - Almeria, 542/1147)

Vida

Nascido em Orihuela (Awriyûla), em Fevereiro de 466/1074, de família árabe lakhmita. Quando tinha seis anos foi viver para Almeria, onde estudou e recebeu instrução junto de vários mestres. A sua família acabou por se fixar naquela cidade e ele também até ao final da sua vida. Ali viveu, escreveu e ensinou, tendo-se tornado um reputado erudito, em especial um grande genealogista. Tendo sido testemunha ocular da conquista de Almeria pelos Almorávidas em 484/1091, acabou encontrando a sua própria morte ao defender a sua cidade contra os cristãos de Aragão, em 542/1147.

Além de um grande genealogista, ainda jurista (*faqîh*) e tradicionalista (*muhaddith*)¹⁷⁷.

Iqtibâs al-Anwâr

Sabemos pelo autor que estava redigindo o seu *Iqtibâs al-Anwâr* (Apreensão das Luzes), em Almeria, no ano de 527/1133. Trata-se de uma obra de cariz genealógico e biográfico, em que a parte geográfica sobre a Hispânia se limita a ser uma introdução onde se compilam notícias e informações provenientes dos Al-Râzî, principalmente para o ocidente peninsular.

Também esta obra se encontra em estado fragmentário, pelo que para um maior e melhor conhecimento da mesma se torna, sem dúvida, necessário o conhecimento de um resumo daquela mesma obra que foi produzido em meados do século VI / XII por Ibn al-Kharrât de Sevilha. Este facto fez com que os editores daquela, Emilio Molina Lopez e Jacinto Bosch Vilá, a tivessem publicado conjuntamente com este Resumo (*Ikhtisâr*), de Ibn al-Kharrât, para que se obtenha um melhor conhecimento global da mesma. Esta edição ainda não se encontra completamente traduzida.

¹⁷⁷ Sobre a vida de RU, ver al-Rushâtî, *Iqtibâs al-Anwâr*, ed. parc. E. Molina Lopez e J. Bosch Vilá, *Al-Andalus en el «Kitâb Iqtibâs al-Anwâr» y en el «Ijtisâr Iqtibâs al-Anwâr»*, Madrid, CSIC, 1990, p.17-18; Para o espaço português, v. trad. parc. portug. A. Rei, “Outros Espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqân*, n.º 124 (2001), pp. 18-19; Maribel Fierro, “al-Rushâtî”, *E.I.*², T.VIII, p.635-636; F. Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º 169, p.207.

10. (ID) - Abû 'Abd Allâh Muhammad ibn 'Abd Allâh al-Sharîf Al-Idrîsî

(Sicília, 493 /1099 – Ceuta, 560 /1165-66)

Vida

Al-Idrîsî, descendente do Profeta Muhammad, donde a *nisba* “*al-Sharîf*” (o Nobre)¹⁷⁸, terá nascido na Sicília, de família que se repartia por aquela ilha e pelo Magreb, estando, nesta última zona, especialmente radicados na zona do Estreito. Estes dois ramos da família estavam associados em negócios no Mediterrâneo, e também se casavam entre eles. Pelo que é muito provável que o nosso geógrafo tivesse parentes próximos, mesmo ascendentes, em Ceuta, sem que ele próprio de lá tivesse sido natural¹⁷⁹.

Veio mais tarde para al-Andalus, tendo estudado em Córdoba. Posteriormente viajou bastante, não só pela Hispânia como por todo o norte da África e Ásia Menor.

Voltou à Sicília, onde acabou por se instalar, a pedido do rei Rogério II de Hauteville (1130-1154)¹⁸⁰ que se transformou no seu mecenas. Por solicitação do mesmo monarca, compôs Al-Idrîsî a sua obra maior intitulada *Nuzhat al-mushtâq...*, a qual, devido aquele patrocínio régio, também ficou conhecida como o “Livro de Rogério”, *Kitâb Rujjâr* ou *Kitâb Rujjarî*.

Al-Idrîsî continuou por mais uns anos na corte siciliana, mesmo após a morte de Rogério, ocorrida em 1154. Durante este período compôs ainda para o filho e sucessor daquele, Guilherme I, o Mau (1154-1166), uma outra obra de cariz geográfico, intitulada *Uns al-Muhâj* (v. infra). Na primeira metade da década de 60 do século XII, Al-Idrîsî ausentou-se da

¹⁷⁸ A nobreza de ID advinha-lhe de ele ser um descendente do Profeta Muhammad pelo neto Al-Hassan (Nobre: *Sharîf*, pl. *Shurafâ*); os descendentes de Al-Husayn são os *Sayyid* (= Senhor; pl. *Sadât*). Sobre este e outros dados da biografia de ID, ver G. Oman, “al-Idrîsî”, *E.I.*2, t. III, p.1058-61; F. Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º 191, p.231-40; J. Alemany Bolufer, *ob.cit.*, t. IX, p.154-5; I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, p.26.

¹⁷⁹ As informações em primeira mão, e ainda inéditas, sobre a origem siciliana de Al-Idrîsî, e sobre a sua família, os diferentes ramos e de como a mesma família se articulava e negociava na bacia mediterrânica, devo-as ao Prof. Doutor Giuseppe Mandalà, da Universidade de Roma e atualmente no CSIC de Madrid, a quem agradeço.

¹⁸⁰ Sobre as datações dos Reinados dos monarcas sicilianos da Dinastia dos Hauteville, v. “2.1 Hauteville Dynasty, 1130–1198”, in “List of monarchs of Sicily”, *Wikipedia*, consultada dia 27/02/2011.

Sicília, não se sabe se com propósito temporário ou permanente. Porque se radicou lá ou porque lá se deslocou para visitar parentes, foi em Ceuta que Al-Idrîsî veio a falecer, por volta do ano de 560/1164-5¹⁸¹.

Nuzhat al-Mushtâq (NM)

Obra de geografia universal, a *Nuzhat al-Mushtâq* (O Passeio do Desejoso), teve na sua génese a consulta de várias obras precedentes¹⁸². Curiosamente, entre todos os textos utilizados apenas se encontra um autor andalusí, concretamente Al-‘Udhri¹⁸³. O que não impede, relativamente a al-Andalus, que a obra de Al-Idrîsî se revele fundamental, visto ser a mais completa para toda a época islâmica¹⁸⁴.

Uns al-Muhâj (UM)

Uns al-Muhâj (Prazer dos Corações) é uma obra de que apenas se conhece um único manuscrito que foi descoberto em Istambul no início do século XX, por J. Horovitz.

¹⁸¹ I. Kratchkovsky, *ibidem*.

¹⁸² A listagem das fontes escritas utilizadas por ID surge do punho do próprio autor no Prefácio à *Nuzhat*, cf. *Nuzhat al-Mushtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*), ed. E. Cerulli et all. (Ed. C), fasc. I. Este prefácio encontra-se também traduzido em I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, pp. 27-30.

¹⁸³ *Idem*, p.28. Sobre a questão de ID ter usado UD como fonte, G. ‘Abd al-Karîm afirma, na ‘Introdução’ à sua tradução de YQ o seguinte: “*el caso de al-Idrîsî, según creemos, quien compiló a al-‘Udhri*” (p.54). Infelizmente, não há qualquer nota neste ponto, e não sabendo nós qual a fonte ou bibliografia usada, ficamos sem saber como obteve tal conclusão. Partilhamos, não obstante, o parecer de que UD terá sido uma das fontes de ID, por exemplo nas passagens atestáveis na notícia de Santarém da *C1344p*, e que acabaram por revelar-se de enorme importância (v. A. Rei, *Memória de Espaços ...*, em especial o Anexo II).

¹⁸⁴ Sobre as metodologias de trabalho de ID v. J. Alemany Bolufer, *ob.cit.*, t.IX, pp. 155-160 e I. Kratchkovsky, *ob.cit.*, pp.24-54, principalmente pp. 37-50. E ainda sobre ID, v. Al-Idrîsî, *Nuzhat al-Mushtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*), ed. E.Cerulli et all. (Ed.C), *Opus Geographicum*, Napoles-Roma, IUON-IIMEO, E.J.Brill, [Leyden], 1975; trad. parc. portug.: J.P. Machado, “A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Séc. XII” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº1-3, 1964, pp. 17-53; trad.parc.portug.: A. Borges Coelho, *PEA* 1, pp.65-72; trad. parc. portug.: Lisboa - Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), *Actas do Encontro «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos»*, Porto/ Mértola, CAM/ Afrontamento, pp. 37-72; trad. parc. portug.: Santarém - A. Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; trad. parc. portug.: Coimbra - A. Rei, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FLUL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499. Sobre a vida e a obra de ID v. ainda também H. Mu’nis, *Târikh al- Jagh râfiya...*, pp.165-280.

O texto presente naquele manuscrito foi entendido por C. F. Seybold como tratando-se de um resumo de uma outra obra, talvez desaparecida, que Al-Idrîsî teria composto para aquele Guilherme I, filho de Rogério II, e intitulada *Rawd al-uns wa nuzhat al-nafs* (*O Jardim do Prazer e o Passeio da Alma*).

Esta obra continua, devido às muitas incógnitas que levanta ainda actualmente, a envolver questões relativas quer à sua titulação, quer relativamente às suas características enquanto texto: tratar-se-á de uma obra original ou se será, afinal, um resumo de outra obra anterior?¹⁸⁵

11. (ZU) - Muhammad ibn Abû Bakr al-Zuhrî

(*Al-Andalus, cerca 490/1099 – idem, entre 549/1154 e 556/1161*)

Vida

Até há não muito tempo ele era identificado como o “Anónimo de Almeria”. Um outro autor anónimo, da obra *Al-Hulal al-mawshiyya*, designa-o como «Abû Abd Allâh Muhammad ibn Yahyâ». Na realidade esta identificação não exclui a outra, antes podem complementar-se perfeitamente.

Quase nada se sabe, no entanto, acerca da sua vida. Desconhece-se quando e onde terá nascido e outro tanto se passa relativamente ao seu falecimento, embora neste caso possamos dispor da indicação que nos é proporcionada pela datação relativa que é atribuída à sua obra. Estava vivo no ano de 545 / 1150-1, ano em que estaria terminando o seu escrito. Não há dúvida, no entanto, de que se trata de um autor andalusi.

Kitâb al-Ja‘arafiya (KJ)

A obra de ZU *Kitâb al-Ja‘arafiya* (*Livro da Geografia ou do Mappa-Mundi*) conta com um considerável número de cópias conhecidas, algu-

¹⁸⁵ Al-Idrîsî, *Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj*, ed. (Ed. A M) e trad. espanhola Jassim Abid Mizal, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII según “Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj”*, Madrid, CSIC, 1989; ed. Fuat Sezgin (Ed. FS), *The Entertainment of Hearts and Meadows of Contemplation - Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj*, Frankfurt, Instituto para a História da Ciência Arabo-Islâmica/ Universidade Johann Wolfgang Goethe, 1984, “Editor’s Introduction”; G. Oman, “al-Idrîsî”, *E.I.*², t.III, 1058-1061; H. Mu‘nis, *Târikh al-jaghrâfiya...*, p.227-228.

mas das quais ostentam diferentes titulaturas. Desses títulos, o que já foi considerado mais apropriado é o de *Kitâb al-Sufra* (*Livro do Alimento para o Viajante*).

Pelas indicações que temos a partir do seu editor, M. Hadj-Sadok, esta obra tratar-se-á essencialmente de um ‘comentário’ que Al-Zuhrî fez ao “Mapa-mundo” que tinha sido elaborado por ordem do Califa abássida al-Ma’mûn (filho e sucessor do famoso Califa Harûn al-Rashîd), mapa esse que fora produzido no século III / IX. Segundo Husayn Mu’nis, esta obra de al-Zuhrî seria um manual de viagens, tendo o mesmo ganho grande popularidade entre viajantes, peregrinos e mercadores. Tal popularidade terá originado a sua ampla divulgação e a prova são as muitas cópias que subsistem¹⁸⁶.

12. (AH) - Abû Hâmîd Muhammad ibn ‘Abd al-Rahmân al-Qaysî al-Gharnâtî

(Granada, 473/1080 - Damasco, 565/1169-70)

Vida

Natural da cidade de Granada, com cerca de dez anos, abandonou a sua cidade com a família, a qual era próxima da dinastia zirí, fugindo aos exércitos almorávidas que se aproximavam para conquistar Granada e destronar o último monarca daquela dinastia. Terá residido durante cerca de dezoito anos em Uclés, de onde saiu em 499/1108 em direcção ao Norte de África, tendo seguido, posteriormente, até ao Egipto. Entre 508 / 1115 e 511 / 1117-8 regressou episodicamente a al-Andalus, mas por não conseguir condições para ficar acabou regressando ao Egipto, e desta vez para não mais voltar à sua terra natal. Estudou em Alexandria e no Cairo e, mais tarde, em Damasco.

¹⁸⁶ Referências bibliográficas a Al-Zuhrî, vida e obra: Al-Zuhrî, *Kitâb al-Jarafiya*, ed. M. Hadj-Sadock, Damasco, *Bulletin d'Études Orientales XXI*, 1968, pp. 7-312 [tex.ár.]; para a obra ver especialmente pp. 23-34; trad. espanhola de Dolores Bramon, *El mundo en el siglo XII. Estudio de la versión castellana y del "original" árabe de una geografía universal: "El tratado de al-Zuhrî"*, Barcelona, 1992; trad. parc. francesa, René Basset, “Extrait de la Description de l'Espagne tiré de l'ouvrage du Géographe Anonyme d'Almeria”, en *Homenaje a Codera*, Saragoça, 1904; H. Mu’nis, *Târikh al-Jaghrâfiya....*, Madrid, IEI, 1967, p. 358-393; Halima Ferhat, «Al-Zuhrî», *E.I.*, t. XI, p. 566.

Viajou por todo o Médio Oriente, Pérsia, Ásia Central e região Balcânica. No fim de uma longa vida, de cerca de noventa anos, e em que gastou cerca de sessenta em viagens, veio a falecer em Damasco, no ano de 565 / 1169-70.

Mu'rib 'an ba'd 'ajâ'ib al-Maghrib (MA)

A mais famosa obra de AH, *Mu'rib 'an ba'd 'ajâ'ib al-Maghrib* (*Récita acerca de algumas maravilhas do Ocidente*), foi composta em Bagdade, no ano de 555 / 1161, a pedido do vizir 'Awn al-Dîn Yahyâ ibn Hubayra al-Shaybânî, seu mecenas e grande amigo. Trata-se de uma colectânea onde se juntam dados interessantes, citações preciosas com referências lendárias e maravilhosas. Trata-se genérica e basicamente de um relato de viagens erudito¹⁸⁷.

13. (IG) - Abû 'Abd Allah Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib al-Rifa'î al-Rusâfi

(*al-Rusâfa, Valência, 535 / 1140? - Málaga, 572 / 1177*)

Vida

Era natural da região de Valência, mais especificamente da povoação de al-Rusâfa, donde a última *nisba* que ostentava, 'al-Rusâfi', e que terá ajudado a celebrizá-lo¹⁸⁸.

Aquela última *nisba*, problemáticamente escrita, terá, quanto a nós, dado origem à leitura de Yâqût, que a leu como 'al-Ansâri'¹⁸⁹. A semelhança

¹⁸⁷ Referências bibliográficas para AH, vida e obra: Abû Hâmid al-Gharnâti, *Al-Mu'rib 'an ba'd 'ajâ'ib al-Maghrib*, ed. e trad. Ingrid Bejarano, *Introducción al Mu'rib 'an ba'd 'ajâ'ib al-Maghrib*, Madrid, CSIC-ICMA, 1991, especialmente pp. 17-44; E. Lévi-Provençal, "Abû Hâmid al-Gharnâti", *E.I.*², t.I, pp.125 - 126; H. Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya...*, pp. 303-357; Ingrid Bejarano Escanilla, "Abû Hamid al-Gharnâti", *Enciclopèdia de al-Andalus*, t.I, pp. 177-181.

¹⁸⁸ Desta forma surge identificado em Al-Marrakushî, *Kitâb al-Mu'jib (al-Mu'jib...)*, ed. A. Huici Miranda, Tetuão, 1955, pp.154-159; em Ibn Sa'id, *Kitâb Râyât al-Mubarrizin (Râyât...)*, ed. e trad. castelhana E. Garcia Gómez, *El Libro de las Banderas de los Campeones*, Madrid, Instituto de Valencia de Don Juan, 1942, pp. 84-85 (tex.ár.) e 251-252 (trad.); informações recuperadas por Garcia Gómez, Emilio, *Andalucía contra Berberia*, Univ. de Barcelona, 1976, pp.104-105, n. 94. Exceptuando a data equivocada, todos os restantes dados existentes em Ismâ'il Pashâ concordam com os atrás referidos.

¹⁸⁹ Ao menos por três vezes. Yâqût, ao referir o autor do manuscrito que utilizou, relativo a al-Andalus, o designou como 'al-Ansâri' (v.trad. Gamal'Abdal-Karîm, pp.173, n.15; 211, n.157; e 229, n.247).

do esqueleto gráfico (*rasm*) de ambas as palavras possibilita tal conjectura. Yâqût é o único autor que refere Ibn Ghâlib associando-lhe esta última designação.

O seu nascimento terá ocorrido cerca de 1140¹⁹⁰. Quando em 1161 fez parte da comitiva que foi a Algeiras receber o primeiro monarca almóada ‘Abd al-Mu’min, a despeito da sua juventude era já um letrado com a sua formação completa, sendo *hâfiz*¹⁹¹ para além de já ser considerado um bom poeta e erudito¹⁹².

A sua família, possivelmente partidária de um sistema político islâmico mais forte, unificado e unificador, terá abandonado a região valenciana quando a instabilidade da decadência almorávida se intensificou com as fragmentações provocadas pelas chamadas ‘segundas taifas’, já que Ibn Mardanîsh se assenhoreou de Valência em 1147¹⁹³, e é possível que a família de Ibn Ghâlib se tenha vindo a radicar em Málaga nessa época, já que ele também é referido como residente nesta última cidade naquele mesmo ano de 1161¹⁹⁴. Aí terá decorrido a educação mais avançada de Ibn Ghâlib, que ainda bastante jovem terá começado a trabalhar no aparelho administrativo almóada. Foi secretário da chancelaria (*kâtib al-insha*), e chegou ainda a ministro ou vizir (*wazîr*)¹⁹⁵, parecendo não restarem dúvidas de que foi um dos letrados encarregados de ‘construir’ ou ‘reconstruir’ a ideologia califal do regime almóada, sobretudo durante o reinado de Abû Yâqûb Yûsuf.

A sua proximidade com Abû Sa’îd ‘Uthmân ibn ‘Abd al-Mu’min, filho do primeiro e irmão do segundo dos dinastas ‘unitários’ e governador de Granada, terá feito dele um homem de corte, um letrado comprometido e muito próximo da casa reinante.

¹⁹⁰ O *Al-Mu’jib* diz não ter ainda Ibn Ghâlib completado os vinte anos quando recitou para ‘Abd al-Mu’min (*ob.cit.*, p.157), facto que ocorreu nos finais de 555 / 1160 (*ob.cit.*, p.151, n.1).

¹⁹¹ A. Rei, “Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas”, in *Arqueologia Medieval* 10 (2008), pp. 41-49, especialmente ns. 10-11.

¹⁹² *Al-Mu’jib*, pp. 154 e 159. Como poeta conhecem-se fragmentos de poemas da sua autoria, sendo dois deles dedicados a dois jovens artesãos, um tecedor e um carpinteiro. V. Garcia Gómez, E. (ed), *Râyât...*, 251-252; Al-Shaqûndî, *Risâla fî fadl al-Andalus*, ed. Garcia Gomez, E.: “Elogio del Islam Español”, in *Andalucía contra Berberia*, pp. 43-141, pp. 104-105.

¹⁹³ Pierre Guichard, “Los nuevos musulmanes”, in *Historia de España* (dir. Antonio Dominguez Ortiz) 12 vols., Barcelona, Ed. Planeta, 1989, vol.3: *Al-Andalus, musulmanes y cristianos (siglos VIII-XIII)*, pp. 439-583, pp. 551-554.

¹⁹⁴ *Al-Mu’jib*, p. 154.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

O silêncio de Ibn Sâhib al-Salâ, cronista oficial almóada da segunda metade do século XII, acerca de Ibn Ghâlib poderá ser a marca de alguma possível animosidade existente entre estes dois homens de letras ligados ao mundo da política, pois aquele relatou a estadia em Algeciras de ‘Abd al-Mu’min, sem dedicar uma letra sequer a Ibn Ghâlib¹⁹⁶.

Do ponto de vista cultural, era personagem de grande erudição, conhecendo-se-lhe as vertentes de historiador, de geógrafo e de poeta¹⁹⁷.

É possível que tenha vindo a abandonar as suas funções oficiais em 1175, após a morte daquele Abû Sa’îd, ocorrida naquele mesmo ano¹⁹⁸, e o qual seria o seu possível protector dentro da malha, por vezes tortuosa, da dinastia almóada¹⁹⁹. Tudo parece apontar para que tenha vindo a falecer pouco tempo depois, ainda jovem, antes dos quarenta anos, na sua cidade adoptiva de Málaga, em 1177 ou 1178²⁰⁰.

Farhat al-anfus (FA)

A obra dos Al-Râzi terá sido o modelo e foi uma das fontes (a outra foi a de Al-Bakrî)²⁰¹, da obra de Ibn Ghâlib, intitulada *Farhat al-anfus (Alegria das Almas)*, da mesma forma que o período califal omíada foi, pelo menos naquela época inicial da presença almóada na Hispânia, o modelo para aquele poder, considerando-se estes como os presuntivos herdeiros daqueles.

Ainda em relação àquela obra, e de não menos importância, é o facto do paralelismo temporal entre a redacção da obra de Ibn Ghâlib e o processo de legitimação califal de Abû Ya’qûb Yûsuf, que culminou no assumir oficial do título de *Amîr al-Mu’minîn* (Príncipe dos Crentes), ambos os factos ocorridos no ano de 563 / 1168²⁰².

¹⁹⁶ Comparar as diferentes descrições da recepção a ‘Abd al-Mu’min em Algeciras, em Al-Marrakushî, *al-Mu’jib...*, pp. 151-159 e Ibn Sahib al-Salâ, *Al-Mann...*, pp. 25-30, em que aquele apresenta substancial notícia sobre Ibn Ghâlib e este não diz coisa alguma.

¹⁹⁷ *Al-Mu’jib*, pp. 154 e 159; Mu’nis, H., “Ibn Ghâlib”, *E.I.2*, t. III, p. 795; Ibn Sa’îd, *Râyât...*, ed. E. Garcia Gómez, E., pp. 251-252; Al-Shaqûndî, *Risâla fî fadl al-Andalus*, ed. E. Garcia Gómez: “Elogio del Islam Español”, in *Andalucia contra Berberia*, pp. 43-141, pp. 104-105..

¹⁹⁸ *KFA*, p. 277; Ibn ‘Idhârî, *Al-Bayân...*, p. 26.

¹⁹⁹ V. A. Rei, “Ibn Ghâlib...”, n. 39.

²⁰⁰ E. Garcia Gómez, E. (ed.), *Râyât...*, p. 251, n.; IDEM, *Andalucia contra Berberia*, p. 104, n. 94. Sobre a possibilidade de que Ibn Ghâlib tivesse vindo a falecer por volta de 1180, v. A. Rei, “Ibn Ghâlib...”, n. 45.

²⁰¹ V. infra “Outras notícias geográficas”; A.Rei, *Memória de Espaços...*, pp. 133-140.

²⁰² Ibn ‘Idhârî, *Al-Bayân al-Muğrib*, ed. A. Huici Miranda: *Los Almohades*, Tetuão, 1953, p.1, n.1 e *KFA*, p.277. Segundo H.Mu’nis, (“Ibn Ghâlib”, *E.I.2*) a redacção da obra ter-se-ia prolongado até ao ano de 565 / 1170.

Dizemos que a obra dos Al-Râzî foi ‘o seu modelo’ porque Ibn Ghâlib terá mantido uma estrutura textual idêntica à que teria sido adoptada por aqueles, e que seria, genericamente, a mesma que já inicialmente fora formulada por Orósio²⁰³.

O propósito programático parece evidente no título que surge no início do ‘comentário seleccionado’ ou do ‘compêndio’ (*ta’liq muntaqâ*), encabeçando o elenco de espaços andalusis: «*Relação das Cidades de al-Andalus que estavam nas mãos dos Muçulmanos depois do ano 400 da Hégira (1009 d.C.) e referência ao que nelas havia*»²⁰⁴.

Os Almóadas pretenderiam, portanto, restituir o al-Andalus aos limites que tinham sido os seus, precisamente no final do período áureo do califado. Pois foi exactamente naquele mesmo ano de 400 que, com o assassinato do *hâjib* ‘Abd al-Rahmân Sanchuelo *al-Ma’mûn*, o último filho de Muhammad ibn Abî ‘Amir *al-Mansûr*, se precipitou a anarquia (*al-Fitna*) que levaria à desintegração do califado²⁰⁵.

E um dos sinais de que aquela era a expressão de uma vontade programática por parte da política almóada, é que no momento da redacção do ‘compêndio’, um significativo número dos espaços descritos na obra já se encontravam, de facto, em poder dos cristãos.

Da mesma forma, tendo sido Ibn Ghâlib um *kâtib* (secretário de estado) almóada, nada mais prestigiante para ele do que identificar-se, num mesmo tipo de funções oficiais, e em paralelo, com os grandes Al-Râzî, os

²⁰³ Ainda assim, o início do texto do ‘compêndio’ de Ibn Ghâlib, atendendo às informações presentes (e de alguma maneira identificadas por J. Vallvé na n. 1 da respectiva tradução), levanta, quanto a nós, algumas questões: tendo em conta o teor daquelas passagens iniciais, será que Ibn Ghâlib, terá usado, também ele o Orósio árabe? Ou terá copiado de al-Bakrî um início que não chegou até nós? Ibn Ghâlib identifica como origem da referência aos três cantos da Hispânia os “antigos cristãos” ou “primeiros cristãos”, referindo-se desta forma a Orósio, pois nas seguintes vezes que faz referências a fontes, e fá-lo por duas vezes, identifica as fontes antigas como «*âjam*» (estrangeiros) referindo-se aos romanos. Será que fez aquela diferença porque Orósio era cristão e os antigos romanos pagãos? ou porque sabia que Orósio era um hispânico e como tal não o identifica como ‘estrangeiro’? (v. Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib, «Nass andalusi yadid: qit’a min *Kitab Farhat al-anfus li-ibn Galib (KFA)*», ed. Lutfî ‘Abd al-Badî, *Majallat Ma’had al-Makhtutât al-‘Arabiyya (Rev. Instituto de Manuscritos Árabes)*, 1, 2 (1955), pp. 272-310, p. 281; trad. castelhana de Joaquín Vallvé Bermejo, *Una Descripción de España de Ibn Galib*, in *Anuário de Filologia de la Universidad de Barcelona*, I (1975), pp. 369-84, p. 370). São questões a tratar futuramente. Sobre esta formulação textual de tipo ‘orosiano’ queremos deixar como exemplo que já nos finais do século XX a *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (VIII vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993) apresentou no primeiro volume uma Introdução geográfica e só depois deu início à parte historiográfica (v. vol. I).

²⁰⁴ Ibn Ghâlib, ed. Lutfî ‘Abd al-Badî, p. 282; trad. castelhana de Joaquín Vallvé Bermejo, p. 372.

²⁰⁵ Lévi-Provençal, *HE-MP*, IV, p.455-62.

kuttâb (pl. de *kâtib*) do período áureo do al-Andalus, e aos quais tomava como seus modelos e apresentava também como seus predecessores no cargo de cronista califal.

14. (SD) - Abû-l-Hasan 'Alî ibn Mûsâ Ibn Sa'îd

(Alcalá la Real, Granada, 610/1213 - Tunes, 685/1286)

Vida

Nasceu perto de Granada no ano de 610 /1213, em Qal'at Banû Sa'îd ou Qal'at Yahsûb, actual Alcalá la Real. Em 638 /1240 partiu para Meca, vindo o seu pai a falecer durante a viagem, dois anos depois, em Alexandria. Ibn Sa'îd permaneceu no Egipto até 648/1249, tendo a sua fama de letrado começado a difundir-se no Oriente. Tendo então retomado a sua viagem a Meca, veio depois a visitar o Irão, o Iraque e a Síria, até vir a falecer em Tunes, no ano de 685/1286.²⁰⁶

Al-Mughrib (MG)

O *al-Mughrib* (O Excelente Orador) consiste numa antologia poética, cuja composição, iniciada por Al-Hijârî (Hj)²⁰⁷, se prolongou por mais de um século, passando pelas mãos de vários membros da família dos Banû Sa'îd e tendo Ibn Sa'îd sido o seu compilador final.

Nela se incluem notícias geográficas sobre as povoações que foram berço de um ou vários dos letrados referidos. Ora, a seu propósito, são referidos como da autoria de Al-Râzî, explicitamente alguns excertos, embora, na verdade, essas referências tenham sido indirectas, pois aquelas passagens já tinham sido anteriormente recolhidas por Al-Hijârî²⁰⁸.

²⁰⁶ Ch. Pellat, "Ibn Sa'îd al-Maghribî", *E.I.*², t. III, pp. 950-1. Sobre a vida e as obras de IS, ver: R. Arié, "Un Lettré Andalou en Ifriqiya et en Orient au XIIIe. siècle: Ibn Saïd", in *Historia y Cultura del Islam Español*, EEA-CSIC, Granada, 1988, p.1-26; E. Garcia Gómez, 'Introdução' à ed. e trad. de *Kitâb al-Rayyât / El Libro de las Banderas*, 2.ª ed., Barcelona, Seix Barral, 1978, pp. XLI-LXVI; H. Mu'nis, *Târîkh al-Jagh râfiya...*, pp. 461-95; F. Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º 260, pp. 306-10.

²⁰⁷ Sobre este autor, iniciador da compilação (*Mushîb*) que mais tarde deu origem ao *Mughrib*, ver F. Pons Boigues, *Ensayo...*, n.º 178, pp.221-3. Sobre o processo que levou à elaboração da segunda obra a partir da primeira, ver ainda *Idem*, n.º 259, pp. 303-6.

²⁰⁸ *Referências bibliográficas para SD, vida e obra: - Ibn Sa'îd al-Maghribi, Al-Mughrib fi hulâ-l-Maghrib*, ed. Shawqî Dayf, 2 vols., Cairo, Dâr-al-Ma'âref, 1964 (tex.ár.); trad. parc. espanhola

Kitâb bast al-ard (KB)

O *Kitâb bast al-ard* (*Livro da Extensão da Terra*) é uma obra geográfica organizada em função dos Sete “Climas” e da introdução de coordenadas geográficas atribuídas a numerosas localidades presentes no texto. Ibn Sa’id terá tentado com esta obra produzir um complemento à de Al-Idrîsî, acrescentando-lhe, para tal, as informações de precisão geográfica que faltavam àquela²⁰⁹.

15. (UT) - ‘Umdat al-Tabîb

(Al-Andalus, séc. VI / XII ?)

‘Umdat al-Tabîb fî ma’rifat al-nabât (O Apoio do Médico no Conhecimento das Plantas) de seu título completo, é uma obra de cariz botânico, onde se procedeu a um levantamento e classificação de inúmeras espécies vegetais originárias do sul e sudoeste da Península e do Norte de África.

O autor desta obra continua sem ser identificado seguramente, embora já lhe tenha sido atribuído o perfil de *Abû l-Khayr al-Ishbîlî*. Como o ms. da Real Academia de la Historia, de Madrid (col. Gayangos, ms. XL) não identifica o autor, continuamos a deixá-lo “anónimo”.

e estudo M.^a Jesús Viguera Molins, “El “Reino” de Badajoz en el ‘Mugrib’ de Ibn Sa’id”, *Bataliús II - Nuevos Estudios sobre el Reino Taifa*, Madrid, Letrúmero, 1999, p.225 – 248; Ch. Pellat, “Ibn Sa’id al-Maghribî”, *Encyclopédie de l’Islam*, 2.^a ed., t.III, p. 950-951; Hussayn Mu’nis, *La Geografia y los Geógrafos en la España Musulmana*, Madrid, IEL, 1967, pp. 461-95 (tex.ár.); Francisco Pons Boigues, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, 2.^a ed. Amesterdão, Philo Press, 1972 (1.^a ed., Madrid, 1898), “Aben Said el Magrebi”, n.º 260, pp. 306-310; Emilio Garcia Gomez, *El libro de las banderas de los campeones de Ibn Sa’id al-Maghribî*, 2.^a ed., Barcelona, Seix Barral, 1978 (1.^aed., 1937), pp. LII-LV; Muhsin Hâmid al-’Ayadi, *Ibn Sa’id al-Andalusî*, Cairo, Livraria Renascença Egípcia, 1972, pp. 45-73 (tex.ár.); Rachel Arié, “Un lettré andalou en Ifríqya et en Orient au XIII^e siècle: Ibn Saïd”, *Historia y Cultura del Islam Español*, Granada, EEA-CSIC, 1988. Para o espaço português v. trad. parc. portuguesa de A. Rei, “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’id al-Maghribî”, in *Medievalista online*, n.º1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp.

²⁰⁹ Juan Vernet, *España en la Geografia de Ibn Sa’id al-Magribi*, pp. 307-311. *Referências bibliográficas para o KB*: - Ibn Sa’id al-Maghribî, *Kitâb bast al-ard fî-tul wa-l-ard = Kitâb al-Jugrafiyya*, ed. Juan Vernet (Ed. V), Tetuão, Instituto Mulay al-Hassan, 1958; ed. Isma’îl al-’Arabî (ed. A), Beirute, Manshurat al-Maktaba al-Tigariyya li-l-Tiba’â wa-l-Nasr wa-l-Tawzî’, 1970; trad. e ed. parc. de Juan Vernet, *España en la Geografia de Ibn Sa’id al-Magribi*, Sept.^a de Tamuda, Ano VI, Sem.II, Tetuão, Editorial Genades, 1958, pp. 307-326; H. Mu’nis, *Târîkh al-Jaghrafiyya...*, p. 495-517.

A tradução parcial castelhana que D. Miguel Asín Palacios nos deixou, por acaso o seu derradeiro trabalho publicado, é uma excelente realização, mas que procurou cingir-se apenas ao espaço do actual estado espanhol, não aos limites que a obra atingira na sua descrição, e que seriam os limites sul-ocidentais do al-Andalus da primeira metade do século VI / XII e ainda espaços do Maghrib norte-africano.

No estudo que antecede a tradução, D. Miguel deixou referências a um número indeterminado de topónimos, porque ele mesmo os não contabilizou, muitos integrando o “Algarve”, subentendido naturalmente como tratando-se do actual Algarve português, e presumindo-se, desta forma, que se tratariam de nomes do actual espaço português.

Acontece que, mesmo para os geógrafos hispano-árabes, o termo “al-Gharb”, quando referido ao espaço peninsular, não se circunscrevia ao espaço do actual Algarve. É por demais sabido que o termo, num sentido Norte – Sul, durante cerca de três séculos e meio, andou, algures entre o Tejo e o Mondego, ou entre o Mondego e o Douro. Mas também é verdade que no sentido Leste – Oeste, não circunscrevia um espaço que seria limitado a Leste pelo curso final do Guadiana, desde a zona acima de Mértola até Vila Real de Santo António, como acontece hoje, e, da mesma forma, ininterruptamente, desde o Tratado de Alcañices de 1297.

Na realidade, na geografia hispano-árabe todo o espaço a Oeste de Sevilha era considerado *Gharb al-Andalus*, ou seja, todo o espaço, grosso modo, entre o Guadalquivir, para oeste de Sevilha, e o Guadiana, também era parte integrante do Gharb al-Andalus²¹⁰.

Ora a grande maioria dos topónimos que vêm referidos como situando-se no “al-Gharb” e que D. Miguel Asín entendeu estarem no espaço português, encontram-se afinal naquele espaço que já identificámos atrás, e que será a parte ocidental da província de Sevilha, a província de Huelva, parte da província de Cádiz e o sul da província de Badajoz.

As referências explícitas a povoações portuguesas não são muitas. São genericamente as cidades ou povoações principais, que não são muitas vezes referidas como tais, mas apenas como capitais da “região de tal”.

Constata-se claramente uma especial incidência na zona sul, hoje Algarve, por se encontrar ainda longe, no tempo, a sua conquista definitiva

²¹⁰ Sobre esta questão, v. supra “Introdução, 1.3. título desta colectânea”, e a n. 14.

pelos portugueses. Pelo contrário, as poucas referências a Lisboa e Santarém estarão, em nosso entender, relacionadas com dois factores cronológicos coincidentes: a altura em que é estimada a redacção da obra em causa, sendo-lhe atribuída a data de 1104; e o facto de, nesse mesmo período, mais exactamente desde 1093 até 1111, aquelas duas cidades terem estado nas mãos dos cristãos, o que não facilitaria o trabalho ao botânico muçulmano.

8.3. NORTE-AFRICANOS (Séculos XIII-XVII)

16. (SB) - Abû 'Abd Allâh Muhammad Ibn al-Shabbât al-Tawzarî

(Constantina, 618/1221 - Tozeur, 681/1282)

Vida

Norte-africano, Ibn al-Shabbât foi um famoso erudito e jurista na Ifríqiya do séc.VII / XIII. Tendo começado a estudar em Tozeur, concluiu os seus estudos superiores na Madrasa al-Zaytûna, em Tunes. Regressado depois a Tozeur, aí se radicou definitivamente, tendo sido juiz até ao final da sua vida²¹¹.

Silat al-Simt (SS)

O *Silat al-Simt* (Continuação do Cordão) apresenta-se geograficamente como uma compilação erudita elaborada a partir de obras de antigos letrados árabes hispânicos, sobretudo de RU, principalmente a partir do resumo (*Ikhtisâr*) elaborado por Ibn al-Kharrât (Kh)²¹², e, embora em menos escala, Al-Bakrî²¹³. Para aquilatarmos da importância de Ibn

²¹¹ E. de Santiago Simón, "Un fragmento de la obra de Ibn al-Shabbât (s.XIII) sobre al-Andalus", in *CHI* 5 (1973), pp. 5-89, especialmente pp. 7-13.

²¹² *Ibidem*. Bibliografía usada para SB: Ibn al-Shabbât, *Silat al-Simt*, ed. Al-'Abbadî, *Ta'rikh al-Andalus li-Ibn Kardabûs wa wasfu-hu li-Ibn al-Shabbât*, Madrid, IEI, 1971; trad.parc.castelhana de E.de Santiago Simón, "Un fragmento de la obra de Ibn al-Shabbât (s.XIII) sobre al-Andalus", *Cuadernos de Historia del Islam* 5 (1973), pp. 5-89.

²¹³ V. ed. e trad. mencionadas.

al-Shabbât relativamente a Al-Rushâtî, basta referir que na edição por nós utilizada da obra deste último os editores suprimiram parte das notícias em falta através do texto de Ibn al-Shabbât²¹⁴.

17. (HM) - **Abû ‘Abd Allah Muhammad ibn ‘Abd al-Mun‘im al-Himyarî**

(Norte de África?, Século XIII?)

Vida

Pouco se conhece da biografia deste autor. Continuam a ser feitas várias propostas, sem que nenhuma colha argumentos definitivos para que se consiga a desejada identificação do erudito em causa. Embora as maiores probabilidades apontem para que se trate de um norte-africano, de Ceuta²¹⁵ ou mesmo de Tunes, também já foi levantada a possibilidade de se tratar de um andalusi, que depois tivesse emigrado para o Maghrib.

Apesar de faltarem muitos dados para a sua identificação, já foi possível, no entanto, a partir de algumas referências da sua própria obra, traçar um perfil de letrado. Tratar-se-ia de alguém com formação de jurista, e que terá tido a função de assessor do juiz ou do notário da sua cidade²¹⁶.

Al-Rawd al-Mi‘târ (RM)

O *Al-Rawd al-Mi‘târ* (O Jardim Perfumado) é um dicionário geográfico de tipo enciclopédico, onde se pretende abarcar todo o espaço então conhecido, islâmico e não só. Para o espaço ibérico, a obra socorre-se de informação recolhida em Al-Idrîsî e em Al-Bakrî, pelo que *O Jardim Perfumado* poderá vir a ser de grande importância para uma tentativa de edição completa e crítica das obras desses dois autores, principalmente

²¹⁴ Na edição de RU as *nisbas* em *alif*, ausentes neste último e também em Kh, foram repostas a partir de SB, cf. ed. RU (v.supra), pp. 99-103.

²¹⁵ No artigo sobre BK, na *E.I.*² (I, pp. 159-61), E.Lévi-Provençal designa HM como «Ibn ‘Abd al-Mun‘im al-Himyarî al-Sabtî», (o de Ceuta) p.160 [o sublinhado é nosso].

²¹⁶ Informações biográficas sobre HM em T.Lewicki, “Ibn ‘Abd al-Mun‘im al-Himyarî”, *E.I.*², t.III, pp. 697-8; *Kitâb Ar-Rawd al-Mi‘târ*, trad.parc.castelhana de Maria P. Maeso González, Valencia, Anúbar, 1963, parte introdutória; H.Mu‘nis, *Târikh al-Jagh râfiya...*, pp.529-50.

de Al-Bakrî, pelo estado muito fragmentário dos textos relativos a al-Andalus²¹⁷.

A obra de Al-Himyarî envolve ainda vários problemas em aberto, quer quanto ao seu próprio autor, quer relativamente às fontes bibliográficas usadas por aquele²¹⁸.

18. (DK) - *Dhikr bilâd al-Andalus* (Magrebe - Séculos XIV-XV)

Obra tardia, o *Dhikr bilâd al-Andalus* ('Menção' ou 'Relação das Regiões de al-Andalus'), foi editada, traduzida e estudada por Luis Molina, sendo por ele caracterizada como uma compilação que por vezes é cópia literal de obras anteriores, das quais nem sempre dá a referência do seu título ou do autor. Por desconhecimento da identidade do seu autor, ou talvez copista, Molina intitulou a sua tradução do texto como *Crónica anónima de al-Andalus*, se bem que existam elementos para situar a sua origem no Magrebe, em círculos próximos da órbita cultural da cidade de Fez, durante o período merínida.

Provavelmente redigido com a função de instigar as gentes do Magrebe a uma nova acção militar a desenvolver na Península Ibérica, durante o final do terceiro quartel do séc. XIV, a *Menção ou Relação das Regiões de al-Andalus* veicula informações de tipo geográfico, cuja fonte principal foi a obra de Al-'Udhri. De resto, para uma eventual edição crítica da obra algo lacunar de Al-'Udhri, o *Dhikr* e também a obra de Al-Qazwîni revelam-se absolutamente imprescindíveis²¹⁹.

²¹⁷ Bibliografia usada para HM: Al-Himyarî, *Al-Rawd al-Mitâr*, ed. Ihsân 'Abbas, Beirute, Nasser Foundation for Culture, 1980; ed. parc. Lévi-Provençal, *Sifat al-Andalus min Rawd al-Mi'târ*, 2.ª ed., Beirute, Dâr al-Jayl, 1988; trad. parc. francesa de E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge, d'après le Kitâb ar-Rawd al-mi'târ fi habar al-aqtâr d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarî*, Leyden, E.J.Brill, 1938; trad. parc. castelhana de Maria P. Maeso González, *Kitâb Ar-Rawd al-Mi'târ*, Valencia, Anúbar, 1963.

²¹⁸ T. Lewicki, "Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarî", *E.I.*², t.III, p. 697-8.

²¹⁹ *Dhikr Bilâd al-Andalus*, ed. e trad. castelhana de Luis de Molina, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, II Tomos, Madrid, CSIC, 1983. Para as informações referidas, cf. t. II, pp.303-23.

19. (MQ) - Abû-'Abbâs Ahmad ibn Muhammad al-Maqqarî al-Tilimsânî

(Tlemcén, 986/1578 - Egipto, 1042/1632)

Vida

Natural da cidade de Tlemcen, na actual Argélia, Abû-'Abbâs Ahmad ibn Muhammad al-Maqqarî al-Tilimsânî era originário de uma família de eruditos. Estudou em Marraquexe, após 1009/1600. Radicou-se mais tarde em Fez, onde foi *imâm* (líder das orações) e *muftî* (jurisconsulto) na mesquita de Al-Qarawiyyîn, entre 1022/1613 e 1027/1617.

Após aquela última data, em 1028/1618, abandonou Fez e dirigiu-se ao Egipto. Depois de viajar e ensinar pelo Médio Oriente e pela Península Arábica, veio a radicar-se no Egipto e acabou falecendo no Cairo, em 1042/1632²²⁰.

Nafh al-Tîb (NT)

A *Nafh al-Tîb* (Sopro de Perfume) foi uma obra composta no Cairo, na fase final da vida do autor, em data próxima de 1038/1629. Trata-se de uma imensa compilação de informações históricas e literárias, de epístolas, de excertos de textos e de poemas, os quais foram, na maior parte dos casos, retirados de obras hoje perdidas. Daí procede o valor inestimável desta obra²²¹.

²²⁰ E.Lévi-Provençal-[Ch.Pellat], *E.I.*², t.VI, p.170-72.

²²¹ Al-Maqqarî, *Nafh al-Tîb*, ed. I.'Abbâs, 8 vols., Beirut, Dar Sadir, 1988. Trad. Ingl.de Pascual de Gayangos, *History of Mohammedan Dynasties in Spain*, II vols., Londres, 1843; trad. parc. portug. A. Sidarus e A. Rei, "Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72; A. Rei, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; José D. Garcia Domingues, "Descrições de Santarém nos Historiadores e Geógrafos Árabes", Suplem. "Letras e Artes", *Jornal Novidades*, 1964 (reed.em Idem 1997, pp.131-140, p. 137); António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe (PEA)*, 2.^a ed., 2 vols., Lisboa, Caminho, 1989, vol. 1, pp. 75-76.

8.4. Orientais (Séculos XIII-XV)

20. (YQ) - **Abû 'Abd Allah Yâqût ibn 'Abd Allah al-Hamawî** (Ásia Menor, 575/1179? - Alepo, 626/1229)

Vida

Nascido na Ásia Menor, cerca de 575/1179, Yâqût era um jovem cristão que foi capturado e posteriormente levado para Bagdad, onde foi vendido como escravo.

O seu amo, um rico mercador, reconhecendo os seus dotes para as letras, permitiu-lhe que se dedicasse aos estudos. Em 596/1199-1200 conseguiu comprar a sua liberdade.

Em consequência das inúmeras viagens que realizou a partir de então, assim como das leituras feitas, recolheu informações que depois lhe serviram para, na segunda metade da década de 20 do século XIII, compor um famoso e extenso Dicionário, o *Mu'jam al-buldân*. Veio a falecer em Alepo, em 626/1229²²².

Mu'jam al-buldân (MB)

Tendo o *Mu'jam al-Buldân* (Dicionário dos Países) sido escrito na fase final da vida de Yâqût, algures entre 1225 e 1229, é um texto que retrata a situação de todo o mundo islâmico no início do século VII da Hégira / XIII da Era cristã, tendo a particularidade linguística de pretender clarificar e fixar as grafias dos topónimos tratados, para assim serem evitados recorrentes erros e confusões²²³.

No que respeita à Hispânia islâmica, tem sido sublinhada a importância de Yâqût pela sua obra, em que se recuperam topónimos provenientes

²²² G. 'Abd al-Karîm, "La España musulmana en la obra de Yâqût (s.XII-XIII)", in *Cuadernos de Historia del Islam* 6 (1974), pp. 23-29.

²²³ Bibliografia usada para YQ: Yâqût, *Mu'jam al-buldân*, ed. Beirute, 2.ª ed., 7 vols., Dâr Sâder, 1995; trad. parc. espanhola de Gamal 'Abd al-Karim, "La España Musulmana en la Obra de Yâqût (S. XII-XIII)", *CHI*, 6 (1974); trad.parc. castelhana de José António Rodríguez Lozano, "Nuevos Toponimos Relativos a al-Andalus en el Mu'jam al-Buldân de Yâqût", in *CHI* 8 (1977), pp. 57-84. Para o espaço português v. trad. parc. portuguesa de A. Rei, "O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwi e Ibn Sa 'id al-Maghribi", in *Medievalista online*, n.º 1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp.

de obras desaparecidas, quer na totalidade, como é o caso da obra dos Al-Râzî, ou mesmo parcialmente, sendo esta a situação da obra de Al-Bakrî²²⁴.

No entanto, pela nossa parte e mercê de conclusões obtidas após aturada investigação, estamos convencidos que a fonte principal de Yâqût para al-Andalus foi Ibn Ghâlib, e não os Al-Râzî nem Al-Bakrî directamente²²⁵, apesar de que tendo Ibn Ghâlib usado aqueles mesmos textos, se tornará fácil encontrar coincidências textuais entre todas estas obras²²⁶. Aliás, sendo a obra de Ibn Ghâlib um texto actualmente fragmentário, Yâqût pode ajudar à sua reconstituição.

21. (QZ) - Abû Yahyâ Zakariyyâ' ibn Muhammad Al-Qazwîni (*Qazwîn*, 600/1203 - *Hilla*, 682/1283)

Vida

Nascido em Qazwîn, na Pérsia setentrional, pouco se sabe da sua infância e juventude, a não ser que abandonou, contra-vontade, a sua região para se dirigir à Síria e aí prosseguir estudos letrados. Em Damasco, terá completado a sua formação, escutando os mais famosos mestres daquela época. Mais tarde, foi juiz em Wasît e em Hilla. Foi nesta última cidade que veio a falecer.

Segundo os seus biógrafos, a actividade de produção letrada foi fruto dos últimos anos da sua vida, após ter deixado de exercer funções oficiais²²⁷.

Âthâr al-bilâd (AB)

O *Âthâr al-bilâd* (Sinais das Regiões) consiste num dicionário geográfico-histórico. A data da sua composição não é bem conhecida, embora tudo leve a crer que terá sido o mais famoso dos produtos literários e intelectuais dos últimos anos da sua vida. Para o espaço da Península

²²⁴ G. 'A. al-Karîm, *ob.cit.*, pp. 29-30 e 37-57.

²²⁵ V. *supra* n.35 e *infra* Parte II.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Sobre a biografia de QZ, ver Fátima Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el Âthâr al-bilâd de al-Qazwîni*, Sevilha, Alfar, 1990, pp. 15-9; T. Lewicki, "Al-Kazwîni", *E.I.*², t.IV, pp. 898-900.

hispanica a sua principal fonte foi Al-‘Udhri²²⁸, embora pontualmente tenha usado também Yâqût²²⁹.

22. (AF) - Abû l-Fidâ Ismâ‘îl ibn ‘Alî al-Ayyûbî (Damasco, 672 / 1273 - Hamâ, 734 / 1334)

Vida

Abû l-Fidâ Ismâ‘îl ibn ‘Alî al-Ayyûbî foi, como o seu nome indica, um príncipe de origem ayyubida, pertencendo, portanto, à mesma família do famoso Saladino (Salahu d-Dîn Al-Ayyûbî).

Como era normal entre os jovens do seu nível social, e de quem se esperavam lideranças políticas e militares, também Abû l-Fidâ recebeu, desde muito cedo, uma educação com fortes componentes militares, religiosas e literárias.

Mais tarde, já soberano do emirado de Hamâ, foi ele mesmo um renomado letrado, ao mesmo tempo que era também um mecenas para os outros intelectuais que demandavam a sua generosa protecção.

Taqwîm al-Buldân (TB)

A sua obra geográfica, *Taqwîm al-Buldân* (Almanaque dos Países) terminada em 721 / 1321, compendiou várias fontes, orientais e ocidentais. Entre elas, e no relativo a al-Andalus, a sua fonte, por excelência, foram os textos de Ibn Sa‘îd. Não se sabe se terá usado tanto o *Mughrib* como o *Bast al-Ard*, ou se terá tido acesso a algum texto de síntese, no qual já se teria dado uma refundição a partir daqueles dois textos²³⁰.

²²⁸ Bibliografia usada para QZ: al-Qazwîni, *Âthâr al-bilâd*, Beirute, Dâr Sâdir, 1380/1960; trad. parc. castelhana de Fátima Roldán Castro, *ob.cit.*, pp. 37-39; e T. Lewicki, *ibidem*.

²²⁹ A segunda notícia de Al-Qazwîni sobre Lisboa é uma versão abreviada da notícia idêntica que encontramos em Yâqût, que, por sua vez, a obteve de Ibn Ghâlib: cf. A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72). Também J. Alemany Bolufer (*ob.cit.*, t.X, p.154) encontra uma outra notícia com origem semelhante, sobre a povoação de Sangonera, no leste peninsular, que Al-Qazwîni também terá retido a partir de Yâqût, pois também cita Ibn Ghâlib, e da mesma forma que o fez Yâqût.

²³⁰ Sobre a vida e a obra de Abû l-Fidâ, *Taqwîm al-Buldân*, ed. M. Reinaud e M.G. de Slane: *Géographie d’Aboulféda*, Paris, 1840, pp. 172-173; trad.francesa M. Reinaud e St. Guyard : *La Géographie d’Aboulféda*, Paris, 1848; H. A. R. Gibb, “Abû l-Fidâ”, *E.I.*², t.I, p. 122.

23. (QL) - Shihâb al-Dîn Abû l-'Abbâs Ahmad ibn 'Ali al-Qalqashândî
(Cairo, 756/1355 – 821/1418)

Vida

Al-Qalqashândî nasceu nas imediações da cidade do Cairo, numa família de eruditos, e toda a sua vida decorreu na sua cidade natal. Ai completou os seus estudos jurídicos em 778/1376-7. Tendo-se dedicado, primeiramente ao ensino, acabou por se tornar, no ano de 791/1389, secretário da chancelaria (*kâtib al-insha'*) da administração mameluca. E aí se manteve até ao final da sua vida. Faleceu na sua cidade, no ano de 821/1418.

***Subh al-Ashâ'* (SA)**

O *Subh al-Ashâ'* (A Alvorada do Cego) não é uma obra geográfica em si mesma, mas antes de um “manual de secretariado” (*kitâba*).

A geografia, saber conexo da “arte [ou normativa] do secretariado”, e os seus respectivos conhecimentos, eram de grande importância para o aparelho administrativo, pois este deveria ter uma ideia, o mais precisa e nítida possível, do espaço sob o qual se estendia o poder de que os respectivos administradores eram emissários e, de alguma forma também, executantes²³¹.

24. (IW) - Sirâj al-Dîn Abû Hafs 'Umar Ibn al-Wardî
(Médio Oriente, m. 861/1457)

Vida

Muito pouco consta acerca do autor da obra adiante referida. Mesmo a identidade que lhe é atribuída ainda não está completamente confirmada. Trata-se de um erudito do século IX da Hégira / XV d.C., e pouco mais haverá, além da obra em causa, que nos informe acerca do seu autor.

²³¹ Sobre a vida e a obra de Al-Qalqashândî, *Subh al-Ashâ'*, ed. Muh. 'Abd al-Rasûl Ibrahim, XIV vols. Dâr al-Kutub al-Khadîwiyya, Cairo, 1331-38 / 1913-20; trad. parc. espanhola Luis Seco de Lucena, *Subh al-A'sha fi Kitabat al-Insha'*, «Textos Medievales», n.º 40, Valência, Anúbar Ed., 1975; C.E. Bosworth, “al-Kalkashandi”, *E.I.*², t. IV, pp. 531-533.

Kharîdat al ‘Ajâ’ib (KA)

Esta obra trata-se de uma colectânea tardia, de geografia e história natural, e não lhe é atribuído grande valor, por se tratar de um mero repositório de conhecimentos que nada traziam de inovador.

Além do interesse intrínseco da obra, uma outra questão, já atrás aflorada, é a que envolve a identificação segura do seu autor, pois são apontados três possíveis autores, todos com a *nisba* de “Ibn al-Wardî”²³².

²³² Ibn al-Wardî, *Kharîdat al-‘ajâ’ib wa farîdat al-garâ’ib*, ms. BPE, cod. CXVI / 1 - 42; IDEM, *ibidem*, ed. Cairo, Tip. Mustafa al-Babi al-Halabi e Filhos, 1358 / 1939, pp. 22-24; IDEM, *ibidem*, ed. Mahmûd Fâkhûrî, Beirute / Alepo, Dâr al-Sharq al-‘Arabiyy, s.d.[1991]; trad. parc. espanhola, Rafaela Castrillo Márquez, “Descripción de al-Andalus según un ms. de la Biblioteca de Palacio”, *Al-Andalus* 34 (1969), pp. 83-103; Idem, “A Propósito de una Descripción de al-Andalus”, *Al-Andalus* 40 (1975), pp. 221-224; “Ibn al-Wardî”, *E.I.*², T. III, pp. 990-991. É neste artigo da *E.I.*² que são apontados os três possíveis autores, para além de falar do valor da obra. Adoptamos aquele ali identificado.

9. Textos

9.1. PRIMÓRDIOS ORIENTAIS (Séculos IX-X)

9.1.1. (YB, KB) – Abû I-‘Abbâs Ahmad ibn Abî Ya‘qûb ibn Ja‘far ibn Wahb ibn Wadîh (Al-Ya‘qûbî) (Baghdad, séc. III/IX – Egipto, 292/905?)

A Península de al-Andalus e as suas Cidades (*Jazîrat al-Andalus wa Muduni-hâ*)

[O Ocidente de al-Andalus]

[...] E a ocidente dela [Sevilha] está uma cidade a que chamam Beja, onde se estabeleceram também árabes que vieram com *Târiq*¹.

E a ocidente dela, junto ao Mar Circundante² salgado, está uma cidade a que chamam Lisboa.

E a ocidente dela, também junto ao mar está uma cidade a que chamam Ocsónoba [...].³

De Ocsónoba, para oriente, chega-se a Mérida, situada junto a um rio grande [Guadiana] [...].⁴

(Ya‘qûbî, *Kitâb al-Buldân*, ed. De Goeje, BGA, t.VII, 1967, pp.353-355)

NOTAS

1 Sobre o estabelecimento de famílias ou clãs árabes em Beja desde a conquista arabo-islâmica, ver Adel Sidarus, “Assentamento Árabe e Primórdios do Domínio Islâmico em Beja (712788)”, *Arquivo de Beja*, vols.II / III - Série III (1997), pp. 3-15.

2 Em ár. *al-Bahr al-Muhîr*, ou seja, o Oceano Atlântico.

3 A repetição, nos §§ 2 e 3, da expressão “E a ocidente dela” identifica-nos Sevilha como ponto central a partir do qual a descrição está a ser feita.

4 Mais que para “oriente”, é antes para nordeste. Não é “Lisboa”, como Maria Ángeles Pérez Álvarez apresenta (*Fuentes Árabes de Extremadura*, p. 22), repetindo Alemany Bolufer (*idem*, p. 22, n.9).

9.1.2. (IS, MMi) - Abû Ishâq Ibrâhîm ibn Muhammad al-Fârisî al-Karkhî Al-Istakhrî

(*Istakhr*, último quartel do século III / IX - Bagdad, m. 340/951)

[Santarém]

[...] Santarém (*Shant Irîn*)¹ está sobre o Mar Circundante².

Nele encontra-se âmbar, e não se conhece no Mediterrâneo³ e no Mar Circundante um (único) lugar (onde exista) âmbar, excepto Santarém. Algum (desse âmbar) apareceu, durante a minha estadia no *Shâm*⁴, nas margens do (Mar de) Roma.

Sucedo (na região) de Santarém: em certo momento do ano, (sai) do mar um mamífero (aquático) que se esfrega nas rochas das praia, desprendendo-se dele um velo, com a suavidade do veludo e a cor do ouro, que não se desgasta (com o tempo).

É muito apreciado e escasso, sendo recolhido e tecido com ele vestuário que (à luz) do dia refulge (uma miríade de) cores⁵. Os monarcas dos Banû Umayya detinham o seu exclusivo, não podendo ser levado (de lá) a não ser clandestinamente. Ascendia o valor (de cada um) desses vestidos a mil dinares, pela sua preciosidade e excelência⁶.

[...] Santarém é uma cora enorme e a sua cidade é Coimbra [...]⁷.

(Ed. De Goeje, *Viae Regnorum*, col. BGA, I, Leiden, E. J. Brill, 1967, pp. 42-43)

NOTAS

1. Sobre a questão da grafia árabe de Santarém (e outras questões relativas àquela cidade), v. A. Rei, “Santarém e o Vale do Tejo, na geografia árabe”, in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 61-75, em especial p.74.

2. Em ár. *al-Bahr al-Muhîr*, ou seja o Oceano Atlântico

3. Em ár. *Bahr al-Rûm*, literalmente “O Mar Romano / Bizantino”.

4. *Shâm*: na terminologia árabe primitiva o “*Bilâd al-Shâm*” equivalia aproximadamente aos actuais Síria, Líbano, Jordânia, Palestina, Israel e Cisjordânia (*E.I.*², T. IX, p. 269).

5. Sobre o “*Abû Qalamûn*”: o animal que produz um velo que os habitantes recolhiam nas praias da actual Estremadura, e com o qual era feito vestuário muito raro e sumptuoso, v. A. Rei, “Santarém e o Vale do Tejo, na geografia árabe”, in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 61-75, especialmente as pp. 72-74.

6. A família emiral e depois califal dos Banû Umayya detinha o monopólio daquele negócio, havendo uma eventual recolha na região daquela matéria-prima e o seu posterior tratamento e fiação nos *tirâz* de Córdova. Os chamados “mantos de honra” com que os soberanos presenteavam alguns

dos seus mais importantes convidados ou principais súbditos eram feitos com aquele material. Al-Mansûr quando regressou da sua expedição a Compostela, ao despedir-se, em Lamego, dos condes moçárabes do actual norte português, de entre Minho e Mondego, e que o tinham acompanhado na mesma expedição, ofereceu-lhes mantos daquele tipo (v. J. Vallvé, “La Industria en al-Andalus”, *Al-Qantara* I (1980), pp. 209-241, p.228).

7. Santarém é aqui referida enquanto região (cora < ár. *kura*) e não enquanto cidade, pois aqui se diz explicitamente que a sua cidade principal era Coimbra. Esta descrição ainda remeterá para as noções espaço-administrativas ligadas ao antigo *conventus Scalabitanus*.

9.1.3. (MS, MD) - Abû l-Hasan ‘Alî ibn al-Husayn ibn ‘Alî al-Mas‘ûdî

(Bagdade, 280/ 893 ? - Fustât, 345 / 956)

[Âmbar na costas de Santarém]

[...] O âmbar abunda no mar de al-Andalus. É levado para o Egipto e para outros lugares. É levado para Córdova desde as zonas costeiras, chamadas Santarém e Sidónia.

A aluquia¹ dele em al-Andalus atinge (o valor de) três meticais² de ouro. Esta aluquia (segundo o valor) de Bagdad é vendida no Egipto, uma aluquia dele por dez dinares³.

E não é um âmbar muito bom⁴ [...].

(Ed. Ch.Pellat, 5 vols. + 2 vols. Índices, Beirute, 1966-74, vol. I, p. 194, § 406)

NOTAS

Preliminar Esta passagem sobre o âmbar é retomada mais tarde, de forma praticamente literal, por al-Maqqarî (MQ), (*Nafh...*, ed.I.‘Abbâs, 1968, p.143-4).

1. O valor da *aluquia* rondava os 28,64 g (cf. A. Rei, *Pesos e Medidas de origem islâmica em Portugal – Notas para o seu Estudo*, Câmara Municipal de Évora, 1998, p. 20).

2. O *metical* valia 3,58 g; ou seja um valor paritário ao do *dînâr* (cf. *ibid.*, e J.Vallvé, “Notas de metrologia hispano-árabe. III – Pesos y monedas”, *Al-Qantara* vol. V (1984), pp. 147-167, p. 167).

3. Equivalendo o *metical* ao *dînâr*, no Egipto a mesma quantidade valorizava-se 3,33 vezes mais.

4. Nesta passagem em MQ está “*wa huwa ‘anbar jayyid*”. Mais que uma apologia que se tivesse dado entre MS e MQ, ter-se-á dado um fenómeno de restituição por parte de um copista zeloso do texto de MS: tendo lido *ghayr* por *‘anbar*, muito próximas na grafia árabe, terá resolvido completar a sua leitura: “*wa huwa ghayr jayyid*” por “*wa huwa ‘anbar ghayr jayyid*”. Seria, no entanto, e contrariamente, um excelente âmbar, se atendermos aos preços que o mesmo atingia em al-Andalus e no Egipto, respectivamente.

9.1.4. (HQ, KS) - Abû-I-Qâsim Muhammad ibn 'Alî ibn Hawqal al-Nasibî

(*Nasibin*, c. 308/920 – Egipto?, depois de 380/990)

Ocidente (*Al-Maghrîb*)

[Limites de al-Andalus]

[...] E a sua fronteira é desde perto das terras da Galiza, sobre a província de Santarém¹, [e segue] por Lisboa, por Ocsónoba [...]

(Ed. J.H.Kramers, *Liber Imaginis Terrae*, BGA, vol II, Leyden, E.J. Brill, 1967, p. 62)

[...] Província de Ocsónoba: nela, entre as cidades junto ao mar está Lepe, Silves, Alcácer do Sal² [...].

[...] Este é um rio sobre o qual se encontram cidades, distritos e zonas rurais pertencentes aos muçulmanos, conhecido como rio Tejo.

E ao longo do seu curso há mais do que uma cidade da Galiza; Galiza que ele cruza na sua maior parte, até que se espraia entre Almada e Lisboa, das terras de al-Andalus, [entrando] no Mar Circundante [Oceano Atlântico].

E junto à foz do rio está a cidade de Almada [...].

[...] Entre o rio Tejo e a ponta do mapa, junto ao mar : Lisboa e Sintra; por detrás disso, no interior: Santarém, Aviz, Juromenha, Elvas [...]

(Idem, p. 66)

a Hispânia islâmica (*al-Andalus*)

[...] Quanto ao ocidente desta península, partindo da entrada do golfo do Magrebe já referido, e local de desagüe da sua água no Mar Circundante, é, desde as regiões de Niebla e Gibraleón tomando [em direcção] a Lepe e Silves, até que atinge Sintra e o rio que toma [curso] desde Zamora, cidade da Galiza, até à sua desembocadura no Mar Circundante.

E o seu norte, [a partir] de Sintra indo para as regiões de Zamora e Leão [...]

(Idem, p.109)

O início da sua terra habitada começa junto ao golfo mediterrânico e de Sevilha a Algeciras segue em direcção a Almeria; depois em direcção

a França e retornando em direcção à terra da Galiza, segue até Sintra e Ocsónoba, junto ao Mar Circundante [...]

(Idem, p.109)

[...] E Santarém, no bordo do Mar Circundante, também é (cidade) moderna (*muhdatha*)³ [...].

(Idem, p.110)

[...] De Lepe a Ocsónoba, cidade famosa, magnífica, rica, abundando os seus bens, quatro dias.

De Ocsónoba até à cidade de Silves, seis dias.

De Silves a Alcácer do Sal, cinco dias; a qual é também uma cidade fortificada.

E dela a Almada, que está na boca do rio [Tejo], três dias.

Sendo em si mesma de verdadeira magnitude, da boca do rio a Lisboa, um dia.

De Lisboa a Sintra, dois dias.

De Sintra a Santarém, dois dias.

De Santarém até Aviz, quatro dias.

De Aviz a Juromenha, dois dias.

De Juromenha a Elvas, um dia.

De Elvas a Badajoz, cruzando o rio, um dia [...].

(Idem, p. 115)

Mar Mediterrâneo / Mar Romano (*Bahr al-Rûm*)

[...] Ele adentra-se no Mar Circundante até Santarém, a qual é o extremo das terras do Islão, na parte de al-Andalus e do lado da terra dos Romanos cristãos [...].⁴

(Idem, p. 190)

NOTAS

1. Novamente a referência a Santarém enquanto região, ou seja herdeira do conventus Scalabitanus. É possível que Ibn Hawqal se tenha valido de alguma informação escrita ou oral, para descrever quais as regiões que faziam fronteira, pois não consta no registo do seu périplo que se tivesse deslocado tão para norte. Talvez um texto escrito, com origem tardo-romana, poderia referir

uns limites entre a Galiza e Santarém que seriam os que existiram, no período romano, entre a Galaecia e o conventus Scalabitanus, a região mais a norte da Lusitânia.

2. Aqui, efectivamente ou por lapso, nesta obra do século X, Alcácer do Sal aparece integrando a província de Ocsónoba. Embora até ao final da Reconquista os limites de Ocsónoba, na costa oeste, fossem bem para além dos actuais limites do Algarve / Distrito de Faro (sobre limites entre Ocsónoba e Lisboa no século XI-XII, v. A. Rei, “Azóias / Arrábidas no *Gharb al-Andalus* e o Movimento dos *Muridîn* - subsídios para a sua identificação espacial”, Rev. *Xarajib* 2 (2002), CELAS-Silves, pp. 53-61), neste momento do califado, em que Ibn Hawqal esteve em al-Andalus, será que a Serra da Arrábida poderia ser o limite entre Lisboa e Ocsónoba, a qual incluiria assim toda a actual costa alentejana? Sabemos que a Serra da Arrábida (Jabal Banû Matrî = montes de Benamocer), delimitava Lisboa com Beja, sem que, no entanto, seja referida Ocsónoba nessa delimitação. Poderá tartar-se, também, por parte do autor, do registo de uma compreensão equivocada.

3. A referência a Santarém como cidade “moderna” ou “de recente data” dever-se-á, quanto a nós, ao facto de não haver muitos séculos que ela se chamaria de “Santa Irene”, uma vez que antes era designada de Scalabis, tendo originado o nome do “conventus” de que era a capital.

4. Aqui percebemos que a informação é realmente contemporânea da presença do autor na Península, pois Santarém só deixou de ser a cidade limite da fronteira entre cristãos e muçulmanos quando Al-Mansûr conquistou Coimbra em 987 e fixou a fronteira no rio Douro.

9.1.5. (MD, AT) - Shams al-Dîn Abû ʿAbd Allâh Muhammad al-Shâmî Al-Muqaddasî, (*Jerusalém, m. 380 / 990?*)

[al-Andalus]

[...] Al-Andalus tem quarenta cidades. [...] [Entre elas], Ocsónoba, [...] Santarém, Beja.

(Ed., p.10)

[...][Entre as províncias de al-Andalus:] Beja, [...] Ocsónoba.

(Ed., p.40)

[...] As maravilhas deste Clima são muitas, entre elas o *Abû Qalamûn* que é um mamífero que se esfrega pelas pedras das praias, caindo-lhe o velo, que tem a suavidade do veludo e a cor do ouro, não se desgastando (com o tempo)¹.

É muito apreciado (o facto de) encontrá-lo, sendo recolhido e com ele tecido vestuário que cintila com muitas cores (à luz) do dia.

Os governantes proíbem o transporte dele para (outras) regiões, exceptuando-se o que (o é) sem o seu conhecimento.

Pode atingir (cada) vestido (o valor de) dez mil dinares [...]”².

(Ed., p.52)

[...] De Cória a Beja, são seis dias; de Beja à última das cidades de Santarém^{7a}, dezassete dias. Dela [Beja] até *Fahs al-Balût*, dois dias, e depois até Niebla, catorze dias. E dela [Beja] a Carmona quatro dias, a qual está entre Beja e Sevilha, a oeste da estrada para Mérida³.

(Ed., p.68)

NOTAS

Preliminar Estes excertos, são: § 1-2, referências em descrições gerais; § 3 a 6, o episódio do animal anfíbio; § 7, itinerários.

Posterior a IS e seu “sucessor” (A.Miquel, *La Géog. Hum.*, vol.I, 292-4 e 313-30), MD também relata este episódio do animal anfíbio, de forma globalmente idêntica, sem ser igual ao de IS. Enquanto em IS e QZ se percebe que o animal em causa é um mamífero anfíbio, tal não é perceptível no texto de MD.

1. Este último integra a descrição daquele ser entre as diversas “Maravilhas” do Clima em que se situa al-Andalus, sem, no entanto, o atribuir ou relacionar com Santarém ou a sua região. Sobre o *Abû Qalamûn*, v. supra IS, n. 3.

2. A informação sobre os tecidos preciosos e sobre o monopólio dos Banû Umayya sobre essa produção é muito idêntica à que surge em IS.

3. Mais uma informação que nos remete para Santarém enquanto região e para uma localidade, não nomeada, que, essa sim, estaria na fronteira entre os espaços dominados pelos cristãos do Norte e os espaços sob o domínio dos muçulmanos do Sul.

9.2. Hispano-Árabes (séculos X – XIII)

9.2.1. (RZ, AA) - Abu Bakr Ahmad ibn Muhammad ibn Mûsâ al-Râzî

(Córdova, 274 h. / 888 d.C. – 344 h. / 955 d. C.)

Beja de al-Andalus (*Bâja al-Andalus*)

Beja de al-Andalus fica a ocidente de Córdova; é uma das mais antigas cidades de al-Andalus. Foi construída nos tempos de Júlio, conhecido como César, o primeiro dos Césares que foi o que começou a medir o território e a reparti-lo. O território de Beja é de terra de agricultura e de ganadaria [...].

(*apud* Al-Rushâtî, v. infra)

Cidade de Silves (*Madîna Shilb*)

A sua construção ergue-se sobre um rio onde se fazem sentir as marés do Mar Circundante. E entre Silves e Córdova, para um cavaleiro, são nove dias.

(*apud* Ibn Sa'îd, v. infra)

Cidade de Beja (*Madîna Bâja*)

A cidade de Beja é das mais antigas cidades de al-Andalus. Foi construída nos tempos de César, o primeiro dos Césares que foi quem começou a medir a terra e a reparti-la. As suas terras são solos para agricultura e ganadaria. As suas flores são excelentes para as abelhas, produzindo-se muito mel. As suas águas são apropriadas para o curtimento de peles, não havendo curtimento que se lhe possa comparar.

(*apud* Ibn Sa'îd, v. infra)

Cidade de Lisboa (*Madîna Ushbûna*)

É uma cidade antiga a ocidente de Beja. É dotada de benesses na excelência dos seus frutos e nas possibilidades para a caça e para a pesca. E os falcões das suas montanhas são os melhores de todos os falcões e os mais propensos a serem ensinados. E nas suas montanhas há colmeias de abelhas, e o mel é puro e branco como o açúcar, e é embrulhado em pano por não haver nele humidade.

(*apud* Ibn Sa'îd, v. infra)

Cidade de Santarém (*Madîna Shantarîn*)

A oeste de Beja, está edificada sobre o rio Tejo, perto do lugar onde este entra no mar. E os seus terrenos são o extremo da generosidade e da bondade.

(*apud* Ibn Sa'îd, v. infra)

NOTA

Na falta de textos do *Livro de Al-Râzî*, reunimos excertos a partir de referências explícitas por parte de autores hispano-árabes, ao *Livro de Al-Râzî*, nomeadamente de Al-Rushâti (séc. VI / XII) e de Ibn Sa'îd (séc. VII / XIII). O facto de a notícia sobre Beja ser a única que se repete em ambos os autores permite-nos constatar que uma parte substancial é idêntica, o que comprova a origem comum do texto que remontará a Ahmad al-Râzî.

9.2.1.1. 'Îsâ ibn Ahmad al-Râzî

(Córdova, 324 / 925? – 379 / 989?)

Del termino de Egitania

Parte el termino de Exitan con el de Coynbra. E yaze al leuante de Coynbra e al poniente de Cordoua. E Exitania es muy antigua çibdat e yaze sobre el rrio de Tajo, e es vn lugar muy fuerte e muy bueno de pan, e es de viñas e de caça e de pescado; e es tierra muy deleytosa.

E ha en su termino muchos castillos e muy fuertes e muy sanos para la vida de los omnes, de los quales es el uno Montesanto, que es muy fuerte a marauilla; e el otro es Arraches; e el otro es Maluan, que yaze en somo de vna peña muy alta e muy fuerte; e el otro es Alcantara, que es muy buena villa.

E esta Alcantara tiene vna puente sobre el rrio de Tajo que nunca omne oyo hablar de otra tal puente nin ome que vos lo pudiese contar si visto non la oviese.

E es muy buena tierra de crianças e de casa e de montes e de colmenares. E de Exitania a Cordoua a trezientos e ochenta migeros.

(*apud* Ibn Ghâlib, v.infra)

Del termino de Coynbra

Parte el termino de Coynbra con el de Santaren.

E la çibdat de Coynbra es muy fuerte e es castillo muy alto e muy noble; yaze sobre el rrio que ha nonbre Mudel [Mondego] e este rrio nasce en la

çierra del Estrella e yaze sobre muchos castillos e muy buenos e muy fuertes que obedezçen a Coynbra.

E este rrio entra en la mar a veynte e quatro migeros de Coynbra, e es rrio de muchos pescados e de muchas naturas.

E la çibdat de Coynbra es muy buena e muy abundada de todos los bienes; et ha vna bega de sementera rribera del rrio que non ha tan buena en toda España, que rregantia non sea.

E quando el rrio sale de madre cubrela toda e, despues que se torna, fazen su sementera en manera que han tanto pan que han complimiento para todo el año e para otro, que seran dos, maguer non le venga de otra parte.

E esta vega ha en luengo quinze migeros e en ancho quatro.

E la çibdat de Coynbra es muy viçiosa e de muchas huertas e de muchos frutales de muchas guisas, e los mas son oliuares e dan el mejor azeyte que ha en el mundo.

E la çibdat de Coynbra es muy antiguo lugar.

(*apud* Ibn Ghâlib, v.infra)

NOTA

O que aqui apresentamos trata-se de excertos recolhidos a partir de Ibn Ghâlib (*apud Crónica do Mouro Rasis*), contendo as notícias que, relativas ao Ghârb al-Andalus, apenas poderão ser de 'Îsâ al-Râzî, quer por factores cronológicos, quer pelos respectivos conteúdos, e pelas regiões a que se reportam as notícias em questão.

9.2.2. (UD, TA) - Abû l-'Abbâs Ahmad ibn 'Umar ibn Anas al-'Udhri

(Almeria, 393/1003 - Almeria ou Valência, 477/1085)

Lisboa (*Ushbûna*)

Está à borda d'água, rebentando as ondas no pano das suas muralhas¹.

Numa das portas de Lisboa, conhecida por Porta das Termas, há umas termas perto do mar onde [correm fontes de] água quente e de água fria. Quando a maré sobe, esta nascente fica oculta².

Perto de Lisboa há uma grande gruta na qual penetram as ondas do mar; a entrada desta gruta situa-se num monte muito alto. Assim, pois, quando afluem as ondas do mar à dita gruta, vê-se o monte a mover-se

ao mesmo tempo que elas. Quem o observa, vê-o, alternadamente, subir e baixar³.

E próximo [desta cidade] está a montanha onde se encontra a pedra al-barâdî, que é uma pedra que brilha na noite como se fosse um candeeiro. Fui informado por quem subiu a essa montanha, de noite, que disse que a pedra que lá se encontra brilha como um candeeiro. Esse monte é uma pedreira de ónix⁴.

(Ed., pp. 496-7)

NOTAS

Preliminar Esta notícia é extraída das referências explícitas de QZ, pois nos fragmentos de UD editados por Al-Ahwânî (“Fragmentos Geografico-Históricos de al-Masâlik ilâ jamî’ al-Mamâlik”, *Publicaciones del Instituto de Estudios Islámicos en Madrid*, 1965 [tex.ár.] não consta qualquer notícia sobre Lisboa.

1. Apesar de este § não estar explicitamente referido por QZ como sendo de UD, a existência do mesmo período, literalmente idêntico, em BK, discípulo de UD, leva-nos a concluir da origem comum de ambas as passagens, ou seja, remontando ambas a UD (Cf. infra 9.2.3.BK,MMb e 9.4.2.QZ,AB).

2. Comparando com os textos paralelos de SB, de HM e do DK, dever-se-á corrigir “al-Jamma” e “jamma”, do ms. editado, por “al-Hamma” e “hamma”. Para Fátima Roldán, terá havido confusão entre al-Hamma (que aparece em todos os outros autores) e al-Jamma (que só aparece em QZ), e que deu origem a esta outra leitura (cf. trad. desta autora, pp. 92-93). A referência apenas a uma porta de Lisboa terá sido opção de QZ, tanto mais que ele diz “numa das portas de Lisboa”, o que dá a entender que saberia da existência de mais portas, e que terá escolhido esta porta, em concreto, por se integrar no apartado dos *‘aja’ib* (coisas extraordinárias), que aquele autor tanto apreciou e desenvolveu nos seus escritos.

3. Visão certamente obtida a bordo de um barco. Eventualmente observado na zona das actuais Cascais e Boca do Inferno, e em que o monte muito alto em que se inseriria a gruta, poderia ser a Serra de Sintra, que lhe fica sobranceira.

4. Não foi possível identificar esta rocha a partir desta denominação. Sobre esta rocha, cf. infra 9.2.3.BK,MMb.

Silves (*Shilb*)

Nesta cidade há amplas planícies e extensas várzeas; ali se eleva uma grande montanha, rica em pastos e abundante em água.

(Ed., p.541)

NOTA

Esta notícia é também extraída das referências explícitas de QZ por também estar ausente dos fragmentos editados de UD (v. nota da notícia supra).

9.2.3. (BK, MMB) - Abû 'Ubayd 'Abd Allah ibn 'Abd al-'Azîz al-Bakrî

(Huelva, 405/1014 - Córdoba, 487/1094)

Lisboa (*Ushbûna*)

[...] A cidade de Lisboa está para ocidente de Beja. É uma cidade antiga situada à beira-mar, quebrando-se as ondas do mar nas suas muralhas. E as suas muralhas são de construção admirável e de portentosa condição.

E na sua porta ocidental há arcadas sobre colunas de mármore, que estão fixas em pedras também de mármore.

Tem também outra porta ocidental, conhecida como Porta do Postigo, dominante sobre uma vasta pradaria, atravessada por dois arroios de água que se lançam no mar.

Tem uma porta meridional que é chamada Porta do Mar, entram as ondas do mar por ela quando da subida da maré, e sobe nas suas muralhas três pés.

E uma porta também oriental conhecida por Porta das Termas. E as termas, que estão próximas da porta e do mar, têm duas águas: água quente e água fria. E quando a maré enche, encobre-as.

E uma outra porta também oriental conhecida como Porta do Estreito¹.

(*apud* SB, SS, ed. al-'Abbâdî, p.163)

[...]

Menção das regiões de al-Andalus, e particularidades e fama das suas cidades (*Dhikr bilâd al-Andalus wa khawâssihâ wa-l-mashhûri min mudunihâ*)

[...] Estabeleceu (Constantino) a segunda repartição a partir da cidade de Braga (*Barâqara*), composta pelo alfoz da Galiza (*Jilîqya*) e pelo de Saldanha (*Shaltyâna*), que é a região de Ibn Gomes (*Ibn Ghûmis*). Estão-lhe [a Braga] atribuídas doze cidades com suas circunscrições (*hawâlî*), entre as quais a cidade do Porto (*Burtuqâl*) [...]

(Ed. F-L, p. 891)

[...]

Estabeleceu a quinta repartição, e a sua capital (*qâ'ida*) é a cidade de Mérida. Relacionadas com ela estão doze cidades, que são: Beja (*Bâja*), cidade de Ocsónoba (*madînat Ukshûnuba*), cidade de Mértola (*madîna Sayûtala*)

(sic) aliás *Mîrtula*), cidade de Évora (*madîna Yâbura*), Sintra (*Shintara*), Santarém (*Shantarîn*) Lisboa (*al-Ushbûna*), e Coimbra (*Qulunbîrya*) [...]²
(Ed. F-L, p. 892)

[...]

Menção das especificidades de al-Andalus nas suas plantas, metais e rochas (*Dhikr mâ Khassat bihi-l-Andalus min al-ashjâr wa-l-ma'âdin wa-l-ahjâr*)

[...] Em Ocsónoba há uma montanha conhecida como “Montanha do Paraíso” (*Jabal al-Janna*); emana dela, em profusão, o aroma do aloés aromático (*al-‘ûd al-dhakiyy*) quando a este se lhe chega o fogo [...].

(Ed. F-L, p. 896)

[...]

A rocha *al-bijâdî* encontra-se perto da cidade de Lisboa, num monte que ali há e que resplandece de noite como candeeiros [...].³

(Ed. F-L, p. 897)

[...]

[O ouro] [...] recolhe-se também no litoral de Lisboa.

(Ibidem)

[...]

Em Ocsónoba há uma mina de estanho (*ma'din al-qasdîr*) nunca visto, e que parece prata (*fidda*).

(Ed. F-L, p. 898)

NOTAS

Preliminar Esta notícia está composta de duas partes: os §§ referentes à cidade de Lisboa provêm da citação explícita que Ibn al-Shabbât faz de al-Bakrî; os restantes §§ provêm da edição da obra de Al-Bakrî levada a cabo por Ferré e Lewven, e que utilizamos neste estudo.

1. Especificamente sobre as Portas de Lisboa, ver António Rei, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol.53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII - XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43; ver ainda Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72, em especial o Apêndice II “As portas e termas de Lisboa”, pp. 70-72.

2. A chamada ‘divisão de Constantinó’, onde se referem as dioceses e as respectivas metrópoles. Aqui apresentamos apenas as relativas ao espaço português.

3. A pedra “al-bijâdî” é a granada ou granate (Cf. Jacques Clément-Mullet, *Essai sur la Mineralogie Arabe*, Amsterdam, Oriental Press, 1868, p. 92). É possível a confusão entre “al-baradi” e “al-bajadi”. Al-‘Udhri diz que se trataria de ónix. A tradução de Vidal Beltrán de “al-bajadi” por “bezoar” (Cf. E. Vidal Beltrán, *ob. cit.*, p.37), carece de fundamento, pois o *bezoar* é um cálculo ou rocha de origens e características muito diferentes (Cf. J.P. Machado, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa (GDLP)*, T.II, p.327 ; *GEPB*, vol.4, p. 631.

9.2.4. (RU, IA) - Abû Muhammad ‘Abd Allâh ibn ‘Alî al-Lakhmî Al-Rushâtî

(Orihuela [Murcia], 466/1074 - Almeria, 542/1147)

Beja de al-Andalus (*Bâja al-Andalus*)¹

[...] Diz *al-Râzî* sobre Beja de al-Andalus: a ocidente de Córdova, é uma das mais antigas cidades de al-Andalus. Foi construída nos tempos de Júlio, conhecido como César, o primeiro dos Césares que foi o que começou a medir o território e a reparti-lo. O território de Beja é de terra de agricultura e de ganadaria [...].

(Ed., p. 25)

Santarém (*Shantarîn*)

Santarém conta-se² na cora de Beja, de entre as coras de al-Andalus. Está edificada sobre o rio Tejo, próximo da sua desembocadura no mar. Tem um solo generoso.

(Ed., p. 88)

Évora (*Yâbura*)

Évora é uma cidade na província de Beja, do ocidente de al-Andalus [...].

(Ed., p. 95)

NOTAS

Preliminar Al-Rushâtî apresenta alguns poetas e literatos andaluzes, recorrendo geralmente aos cognomes (*nisba/s*) que indicam a origem local. As várias notícias começam por uma breve introdução geográfica, nalguns casos tirada de *al-Râzî*.

Ibn al-Kharrât al-Ishbilî (Sevilha, 510/1116 – Bugia 581/1187) no Epítome à obra de al-Rushâtî intitulado *Ikhtisâr Iqtibâs al-Anwâr* (ed. conjunta com a obra principal, p. 193), retoma literalmente esta notícia sobre Santarém. Sobre Ibn al-Kharrât, ver a Introdução à ed. supra.

1. A actual Beja alentejana é referida daquela forma, pelo facto de haver uma outra Beja, na actual Tunísia.

2. Em ár. *ma’dûda fî*. Como Santarém nunca fez parte das coras de Beja (v. infra *passim*), tratar-se-á portanto de uma leitura incorrecta de *mahdûda* (‘limitada’), com a necessária alteração da proposição *fî* por *bî*, para que se leia “limitada com”. A mesma informação equivocada repete-se em Al-Himyari (v. infra 9.3.2.HM).

9.2.5. (AH, MA) - Abû Hâmid Muhammad ibn ‘Abd al-Rahmân al-Qaysî al-Gharnâtî
(Granada, 473/1080 - Damasco, 565/1169-70)

Notícia da cidade de Sintra (*Khabar madîna Shantara*)

Em Andulus (*sic*) há uma cidade cujo nome é Sintra. Lá existe um tipo de maçãs, cujo perímetro de cada maçã é de três palmos¹. Aquele que tem entendimento conhece o possível e o impossível, que o poder de Deus e as suas capacidades não têm fim, e que não há via para tal abarcar.

(Ed., p. 14)

NOTA

1. Na metrologia árabe, e hispano-árabe em concreto, havia o palmo longo (*shibr* - o que hoje entendemos por palmo: a medida da mão aberta, da extremidade do polegar à extremidade oposta do mínimo), e o palmo curto (*qabda*), que equivalia à mão travessa: a medida transversal da mão, mas com os dedos juntos. Ora o que temos aqui é o palmo longo, o que daria um perímetro de cerca de 66 cm, o que nos parece algo exagerado, pois temos perímetros de melões com dimensões inferiores a estas. É possível que se tratasse do palmo curto, o que daria um perímetro entre 27 e 30 cms, o que parece razoável, e que atendendo às dimensões das maçãs bravas, com diâmetros entre os 16 e os 20 cm, já faria daquelas primeiras algo digno de nota. De qualquer maneira, sobre esta medida em al-Andalus, ver J. Vallvé Bermejo, “Notas de Metrologia Hispano-Árabe - El codo en la España Musulmana”, *Al-Andalus* XLI (1976), pp. 339-354.

9.2.6. (ID, NM e UM) - Abû ‘Abd Allâh Muhammad ibn ‘Abd Allâh ibn Idrîs al-Sharîf Al-Idrîsî
(Sicília, 493/1099 - Ceuta, 560/1165-66)

Da ilha de Saltes (*Jazîra Shaltîsh*) à fortaleza de Cacela (*Hisn Qastala*)

Da ilha da Saltes¹, ao longo da costa indo em direcção ao Norte, até à Fortaleza de Cacela, junto ao mar, são dezoito milhas.

Entre elas situa-se o lugar [da foz] do rio Guadiana, o qual é o rio de Mérida e Badajoz. Sobranceira a ele encontra-se a Fortaleza de Mértola, famosa pelo seu poder e inexpugnabilidade.

(Ed. C, f. V, p. 542)

NOTA

1. Saltes é uma ilha que se situa próximo de Huelva, na província mais ocidental da actual Andaluzia.

Cacela e o povoado de Tavira (*Qaryat Tabîra*)

A Fortaleza de Cacela está frente ao mar e é [muito] povoada.

Tem muitas hortas e figueirais. Dali até ao povoado de Tavira, próximo ao mar, são catorze milhas, e deste povoado até à cidade de Santa Maria do Ocidente são doze milhas.

(Ed.C, f.V, p.542-3)

Cidade de Santa Maria do Ocidente (*Madîna Shanta Marya al-Gharb*) {Faro}

A cidade de Santa Maria situa-se sobre o imenso Grande Mar. As muralhas dela são subidas pela água do mar quando é a preia-mar.

É uma cidade de tamanho médio, e bela na disposição. Tem uma mesquita-mor, [com] cátedra e congregação.

A ela chegam e de lá partem embarcações. Abunda de uvas e de figos. Da cidade de Santa Maria até à cidade de Silves são vinte e oito milhas.

(Ed.C, f.V, p.543)

Cidade de Silves (*Madîna Shilb*)

A cidade de Silves é bela, situa-se num planalto e tem uma muralha inexpugnável.

Tem pomares e hortas e a sua gente bebe do rio que lhe corre a sul e onde se situam os moinhos da região.

O mar dista dela três milhas para ocidente. Tem no rio um porto e estaleiros.

A madeira das suas montanhas é abundante, sendo exportada para muitos destinos.

A cidade, em si mesma, é bela de aspecto, com maravilhosos edifícios e bem organizados mercados.

A sua gente e os habitantes das suas aldeias são árabes do Iémen, e de outras partes, que se expressam num árabe fluente.

Falam em poesia, sendo eloquentes, habilidosos, tanto a elite como as pessoas vulgares.

Os camponeses da região, quanto à generosidade, ninguém os excede.

A cidade de Silves está no distrito de *al-Shinshîn* (?) onde há figueirais, e donde são exportados para todas as partes do Ocidente. São figos bons, melosos, saborosos e apetitosos.

De Silves a Badajoz, 3 jornadas. De Silves ao Castelo de Mértola, quatro dias [...].

(Ed.C, f.V, p.543)

Lagos (*Halq-al-Zâwiya*) e Sagres (*Qaryat Shaqrish*)

De Silves a Lagos, 20 milhas, a qual é porto e povoado.

Daí até ao povoado de Sagres, próximo do mar, dezoito milhas; e deste até ao Cabo do Ocidente, o qual é um cabo que avança no Grande Mar, são doze milhas. E dele até à Igreja do Corvo, sete milhas.

(Ed.C, f.V, p.543-4)

Igreja do Corvo (*Kanîsat al-Ghurâb*)

Esta Igreja, desde o tempo dos cristãos até aos dias de hoje, não alterou a sua condição.

Possui riquezas que lhe foram doadas, e um carisma que faz com que os cristãos lá vão.

Situa-se num promontório que avança mar dentro.

No alto da Igreja estão dez corvos, não conhecendo ninguém a ausência deles, nem o término dessa presença.

Os sacerdotes da Igreja contam acerca desses corvos coisas insólitas, mas que farão levantar suspeitas sobre quem as transmita.

Não há saída para ninguém, de entre os que por lá passavam, até que comessem, a convite da Igreja; prática obrigatória, procedimento imutável, que não foi abandonado nem alterado, por ser um legado vindo do passado e um hábito desde sempre conhecido.

A Igreja, em si mesma, estava ocupada por sacerdotes e monges.

Tem riquezas guardadas e vastas possessões.

Os bens, a ela legados, encontram-se nas [diversas] partes do Ocidente, e suas regiões; e daí convergiam para a Igreja, e para os seus servidores, e para todos os que lá buscavam asilo, [para] com isso presentear os visitantes que se dirigissem à famosa Igreja, fosse muito, fosse pouco.

Da Igreja do Corvo até Alcácer, duas jornadas, e também de Silves a Alcácer quatro jornadas.

(Ed.C, f.V, p. 544)

NOTA

A Igreja do Corvo ou dos Corvos, é o primitivo local a que se atribui o culto das relíquias do mártir S. Vicente. Tal facto deu nome ao Cabo de S. Vicente, no qual, tanto quanto se sabe ainda não foram encontrados vestígios desta famosa Igreja, local de peregrinação de cristãos moçárabes, mas também de muçulmanos. Sobre S. Vicente, e contendo uma bibliografia actualizada sobre toda a problemática vicentina, v. Pedro Picoito, “Identidade e Resistência. S. Vicente e os Moçárabes de Lisboa”, *Actas do I Colóquio Internacional sobre Moçárabes / Xarajib 7* (2009), IEM / CELAS, pp. 21-34. Consultar ainda com bastante proveito, Aires Augusto do Nascimento e Saul António Gomes, *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Didaskalia / CM Lisboa, 1988. Ainda relacionada com esta famosa Igreja, v. infra 9.2.8. *UT.*, o episódio descrito e relacionado com uma planta que crescia nas imediações.

Cidade de Alcácer {do Sal} (*Madīna Al-Qasr*)

Alcácer é uma cidade bonita, [de tamanho] médio, sobre a margem do rio Sado, o qual é um rio grande, por onde sobem muitos navios e embarcações de passageiros.

No [espaço] que a rodeia tem terrenos repletos de pinheiros.

Nela há muitos estaleiros.

Ela é, em si mesma, húmida e naturalmente fértil, abundando o leite, a manteiga, o mel e a carne.

Entre Alcácer e o mar, vinte milhas, e de Alcácer a Évora, duas jornadas.

(Ed.C, f. V, p. 544)

NOTA

Para uma ideia abrangente sobre Alcácer e sua região envolvente durante o período islâmico, ver a síntese em que foram contextualizados conhecimentos provenientes das fontes escritas e das fontes materiais: António R. Carvalho, João C. Farias e Marisol A. Ferreira, *Alcácer do Sal. Al-Qasr. Arqueologia e História de uma Madina do Garb al-Andalus (séc. VIII-XIII)*, 2.ª ed. rev. e aument., CM Alcácer do Sal, 2008 [1.ª ed., 2004].

Cidade de Évora (*Madīna Yabûra*)

Évora é uma cidade grande e populosa, tendo muralha, alcáçova e mesquita aljama.

Nela a fertilidade é muita, não se encontrando noutros lugares, em trigo, em carne e em legumes e frutas correntes.

É uma terra das mais excelentes em todas as regiões.

Os seus maiores proveitos vêm [das] transacções comerciais com ela, de importação e de exportação.

Da cidade de Évora até à cidade de Badajoz, duas jornadas para leste.

(Ed.C, f. V, p. 544-545)

NOTA

A pedir uma urgente síntese actualizada para o período islâmico, a última que se conhece sobre Évora durante aquele período conta já 63 anos, pois data de 1949: José Pedro Machado, “Évora Muçulmana”, *A Cidade de Évora 17-18* (1949), CM Évora, pp. 329-334.

[...]

Cidade de Coimbra (*Madîna Qulumriya*) (I)

A cidade de Coimbra é uma cidade situada sobre um monte circular, tendo uma muralha inexpugnável, e três portas.

Ela é o extremo da inexpugnabilidade.

É sobranceira ao rio Mondego, que corre para oeste dela.

O curso desse rio em direcção ao mar, e junto à sua foz, é contíguo à Fortaleza de Montemor.

Ela tem moinhos e muitos vinhedos junto ao rio; tem hortas e muitas plantações contíguas, a oeste dela, e para os lados do mar.

Tem gados e vinhedos.

E a sua gente é uma gente de armas entre os cristãos.

(Ed.C, f. V, p. 547)

NOTA

Recentemente publicámos algumas notícias relativas a Coimbra e região envolvente, recolhidas a partir de fontes geográficas árabes e hispano-árabes: António Rei, “Coimbra e a sua região nos geógrafos árabes”, in *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499.

Não podemos deixar de referir que Al-Idrisî nos legou duas notícias sobre Coimbra: uma em que esta Cidade surge como parte de al-Andalus, e que é esta anterior (I); e uma outra, que veremos mais adiante, e que integra Coimbra no norte cristão (II). Terá, eventualmente, tido acesso a duas fontes diferentes e o copista ou copistas não se terão apercebido deste facto.

Cidade de Lisboa (*Madîna Lashbûna*)

E a cidade de Lisboa está a norte do rio chamado Tejo, que é o rio de Toledo.

A sua largura diante da cidade é de seis milhas¹, e a maré faz-se aí sentir muito.

É uma cidade bonita que se estende paralelamente ao rio.

Tem muralhas e uma alcáçova inexpugnáveis.

No centro da cidade há fontes termais, quentes tanto no Inverno como no Verão.

Lisboa está à beira do Mar Tenebroso.

Na margem do rio, a sul, em frente a Lisboa, está o castelo de Almada, que é assim chamado porque, quando das marés, o mar atira para a margem pepitas e palhetas de ouro puro. Assim, quando chega o Inverno, deslocam-se para esse castelo as gentes dessas regiões, que vão trabalhar na jazida até ao fim da estação invernosa. É uma curiosidade desta terra, que eu vi com os meus olhos.² [...]

(Ed.C, f. V, p. 547)

NOTAS

1. Ibn Sa'íd no *KB* refere 10 milhas para a largura do estuário do Tejo.

2. O texto continua com a descrição do episódio dos chamados “Aventureiros de Lisboa”, ou “Magrurinos”. Este episódio parece reproduzido, de forma quase literal, em Al-Himyari (Cf. infra as “Referências bibliográficas” de “al-Himyari”). No *Portugal na Espanha Árabe*, na notícia de Lisboa de al-Himyari, a informação é suspensa quando este último autor começa a reproduzir Al-Idrisi, sem que o editor explique a razão da suspensão da notícia, nem adianta que, mais à frente, também vem reproduzido o episódio dos Aventureiros, só que relacionado com ID e, obviamente, não com HM (cf. *ob.cit.*, 2.ª ed., vol.1, pp.59-60).

Em Ibn al-Wardí o relato toma uma forma mais resumida. O que aparece de diferente no texto de Ibn al-Wardí, é que, logo no início da descrição, e como parte introdutória, há uma relativamente longa passagem (cerca de seis linhas e meia no texto árabe, e de treze e meia, na tradução espanhola), em que é descrito o Mar Tenebroso / Oceano Atlântico, em termos de uma tenebrosa periculosidade, povoado de monstros e que impediria qualquer navegação humana (Cf. infra as “Referências bibliográficas” de “Ibn al-Wardí”). Esta longa passagem, um tanto parafraseada e com algumas interpolações, terá sido retirada também de Al-Idrisi, do início da 1.ª secção do 4.º Clima, onde este último autor apresenta também uma descrição do Atlântico que, embora genericamente idêntica, é, no entanto, mais resumida que a de Ibn al-Wardí.

Este mesmo episódio merece, por si só, um estudo à parte, que contamos apresentar brevemente. A viagem marítima daquele grupo tem dado azo a muitas interpretações e a algumas polémicas, que analisaremos nesse outro trabalho, pois tem sido usado como argumento, a favor e contra, do possível conhecimento que a civilização árabe - islâmica teria de outras terras no Atlântico ou para além dele.

Um estudo que, analisando este mesmo episódio, tomou claramente a sua posição foi a “*Memória em que se pretende provar que os Árabes não conhecerão as Canárias antes dos Portuguezes*”, que Joaquim José da Costa de Macedo apresentou à Academia Real das Ciências em 1842, como consta no cabeçalho da mesma “*Memória*”, e que foi publicada pela mesma Academia, em 1844. Este estudo inclui em Apêndice, entre outros, alguns textos de autores árabes. Estes tratam, de forma mais ou menos extensa, as ilhas Halidat (seria Khalidat = Eternas) ou Canárias, as ilhas que terão

sido visitadas pelos Aventureiros. Os únicos que aí são referidos como tendo tratado este episódio são al-Idrisî e Ibn al-Wardî (*ob.cit.*, p.92).

Abu Hamid al-Garnati no *Al-Murîb*, ed. e trad. I. Bejarano, relata uma viagem marítima efectuada por dois homens, mas com apenas vagas semelhanças gerais com o episódio dos Aventureiros, não havendo qualquer referência aos mesmos ou a Lisboa (cf.*ob.cit.*, ed.p.163; trad. pp.263-64).

Bibliografia relativa ao episódio dos Aventureiros:

- Al-Idrisî, *Nuzhat al-Mushtaq...*, ed. Cerulli, pp.548-49; trad.J.P.Machado, *ob.cit.*, pp. 30-31; PEA, 2.^a ed., vol.1, pp.69-70.

- Al-Himyari, *Rawd al-Mi'tar*, ed.I.'Abbas, pp.23-24; trad.franc.E.Lévi-Provençal, *ob.cit.*, p.61.

- Ibn al-Wardî, *Kharidat al-'aja'ib*, ed.Cairo, pp. 22-24; trad. cast. Rafaela Castrillo Márquez, *ob.cit.*, pp. 93-95.

Na “*Memória*”, ver para Al-Idrisî, trad. portuguesa, pp. 87-89; em Apêndice, trad. francesa de A. Jaubert, pp. 222-224; para Ibn al-Wardî, trad. portuguesa, pp. 89-91; em Apêndice, texto árabe, pp. 224-225.

Cidade de Santarém (*Madîna Shantarîn*)

Da cidade de Lisboa, rio (acima) para oriente, até à cidade de Santarém, 80 milhas.

O caminho entre ambas as cidades pode ser feito pelo rio ou por terra.

Entre elas fica a campina de *Balâta*¹.

Contam as gentes de Lisboa e a maior parte das gentes do Ocidente, que o trigo semeado nesta campina fica na terra 40 dias, e já pode ser ceifado²; e um alqueire [dele] rende 100 alqueires³, às vezes mais, outras vezes menos.

Santarém situa-se num monte alto, extremamente elevado.

Tem, pelo lado sul, um grande precipício, não havendo [aí] muralha⁴; e no sopé desse declive há um arrabalde que se estende ao longo do rio.

Os seus habitantes bebem águas de nascentes e água do rio também.

Tem muitas hortas que produzem fruta comum, legumes e gerais benefícios.

Da cidade de Santarém à cidade de Badajoz, quatro jornadas.

(Ed.C, f. V, pp. 549-550)

NOTAS

1. Em ár. *Fahs al-Balâta*. David Lopes identificou-a com a Valada da Azambuja (*Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, pp. 108-9). Quanto às possíveis relações entre Valada (< *Balâta*) e Alvalade (< *al-Balât* ?), questão ainda não sanada, remetemos para: David Lopes, *Nomes Árabes de*

Terras Portuguesas, 34-35; e J. P. Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, p. 114 e vol. III, p. 1452.

2 Existe, para além de al-Himyari (9.3.2. HM), uma notícia idêntica, até mais completa, onde Ibn Alysa, ao recordar a cidade de Santarém, nos diz: “*Entre as suas especificidades, (está a de) que o trigo (qamh) e a cevada (sha’ir) semeados nas suas terras são ceifados quando passam quarenta dias da sua sementeira*”. Este autor é Alisa’ ibn ‘Isâ ibn Alisa’, Abû Yahyâ, (Valência, séc. VI/XII? - Egipto, 575/1179) escritor andaluz, que também se retirou para o Oriente. A sua obra *Kitâb al-Mu’rib fi Âdâb al-Maghrib* foi pelo autor dedicada ao famoso Saladino (Salah al-Dîn al-Ayyûbî). Pormenores sobre este autor, sua vida e obra: *al-Mughrib*, vol.II, p. 88, 405 n.; Pons Boygues, *Ensayo...*, n.º 196, p. 242.

Esta passagem chegou-nos através de Al-Maqqarî (Cf. *Nafh...*, ed. I. ‘Abbâs, 1988, p.164; e PEA, 2.ª ed., vol.1, p.76). V. infra 9.3.4. MQ

Ainda sobre esta passagem relativa à extrema fertilidade das terras da Valada de Santarém, v. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Râzi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Colibri, 2008, pp. 163-170.

3 Em ár. *kayl*, que, em al-Andalus do século X, valia 3,665 kg. (= 8 arratéis), mas que evoluiu para o seu quádruplo, com 14,662 kg. (= 32 arratéis). Cf. António Rei, *Pesos e Medidas de origem islâmica em Portugal...* pp.12 e 20.

4 Em ár. *madîna* (de Santarém) e *hâffa* (precipício) são femininos, resultando daí uma certa ambiguidade quanto à palavra a que se reportará o pronome na expressão *la-hâ* (“ela tem”). Dozy quis levantar a dúvida especificando na sua tradução “la ville”, o que fez correr muita tinta por parte dos estudiosos scalabitanistas, porque as outras fontes e a história militar e arqueológica do sítio indicam claramente a existência de uma muralha defensiva. Como a expressão *bi-asfali-hâ* (“no sopé dela/dele”), que se segue (§8), se reporta melhor a *hâffa* do que a *madîna*, o período anterior dir-lhe-á também respeito. Daí a nossa interpretação, seguindo aliás Domingues (1997, 135): Santarém não teria muralha na zona do precipício, porque este constituía uma defesa natural suficiente. Se o geógrafo ou os seus informadores visitaram de facto a localidade e entendessem claramente significar a ausência total de muralha à volta do burgo (o arrabalde da Ribeira?), ainda assim teriam, pelo menos, mencionado a fortaleza edificada no planalto, e cujas qualidades defensivas eram celebrizadas por toda a gente.

Cidade de Elvas (*Madîna Ilbash*)

À direita do caminho está a cidade de Elvas (*madîna Ilbash*), a qual está no sopé de um monte.

Tem uma forte muralha e terrenos alegres.

Nela há muitos edifícios, mercados e residências.

Às suas mulheres é atribuída uma beleza superior.

De lá a Badajoz, doze milhas.

(Ed.C, f.V, p.550)

NOTA

Alguma abordagem à Elvas islâmica figura na Dissertação de Mestrado de Fernando Branco Correia, intitulada *Elvas na Idade Média*, e defendida na FCSH – UNL, em 1999.

[...]

Norte da Península (*Shimâl al-Andalus*)

[...] Quanto às terras de Portugal (*Burtuqâl*), entre elas está a cidade de Coimbra (*Qulumriya*), Montemor [o-Velho] (*Munt Mayûr*), Viseu (*Bijâw*), Sertã (*Sartân*) [...]

(Ed.C, f.VII, p.725)

Cidade de Coimbra (*Madîna Qulumriya*) (II)

A cidade de Coimbra é uma cidade pequena, com vida urbana, e populosa.

Tem muitos vinhedos e frutas, entre as quais as maçãs e as cerejas, e fontes.

O seu assentamento é no cume de uma elevação de terreno fortificada, não sendo possível conquistá-la.

É sobranceira a um rio que é chamado rio Mondego, que corre para leste dela, e onde há moinhos de mó.

Entre Coimbra e Santarém, em direcção ao sul, três jornadas; e entre Coimbra e o mar, em direcção ao oeste, doze milhas; e é lá que desagua o rio dela, o chamado Mondego.

(Ed.C, f.VII, p.726)

Fortaleza de Montemor{o-Velho} (*Hisn Munt Mayûr*)

Onde o rio entra no mar está uma fortaleza muito poderosa chamada Montemor.

Está à beira-mar; tem campos agrícolas e [inúmeros] proveitos.

(Ed.C, f.VII, p.726)

Itinerário de Coimbra a Santiago (*Shant Yâqûb*), por mar

O itinerário de Coimbra para Santiago, e isto se se o quiser fazer por mar, irá da Fortaleza de Montemor até à foz do rio Vouga, setenta milhas; onde é o início da terra de Portugal; e ele corre quase nada.

Portugal é uma terra cheia de aldeias, fortalezas e campos de cultivo que se estendem, contíguos.

Nela há cavalaria e homens de armas que atacam quem é seu vizinho e não se ilumina no seu fogo.

O rio Vouga é um rio grande, cruzado por barcos e galeras. Na sua água a ondulação e a maré estendem-se por muitas milhas.

Dele até à foz do rio Douro, quinze milhas; este rio é um rio grande, muito ruidoso, a água correndo intensamente, em leito profundo; e na sua margem está a cidade de Zamora; entre Zamora e o mar são sessenta milhas.

Deste rio até à foz do rio Minho são sessenta milhas.

É um rio grande, magnífico, amplo, de muita profundidade, a ondulação e a maré entrando muito nele.

Os barcos entram nele para fundear e para viajar.

Enquanto em ambas as suas margens há povoados e fortalezas.

No meio deste rio, a seis milhas do mar, há uma fortaleza, numa ilha central ao rio; é extremamente inacessível e poderosa, porque está no cimo de um monte escarpado não demasiado alto. Chama-se esta fortaleza *Abrâqa*. Do rio Minho até à desembocadura do rio *Turûn*, sessenta milhas.

É também um rio grande onde a ondulação e a maré se estendem por muitas milhas [*].

Próximo do mar, e no seu centro, há uma ilha, onde existe uma grande fortaleza. O mar bate totalmente na sua muralha, e em ambos os lados. É habitada, tem muitos edifícios, e tem, dependentes, várias zonas e espaços de cultivo.

E dele até à desembocadura do rio *Alâdhir*, seis milhas; é um rio pequeno, mas atrai os barcos grandes para fundear.

Deste rio até à foz de um rio, o rio *Marâr*, seis milhas.

É também um rio grande, com a ondulação e a maré entrando nele.

Fundeiam nele os maiores barcos. É um rio cujo curso vem de perto.

Na desembocadura deste rio no mar há uma ilha, pequena, desabitada, havendo nela um ancoradouro, água e lenha.

E da desembocadura deste rio até à do rio de Santiago, seis milhas; chama-se este rio, rio *Anâsht* [...].

(Ed.C, f. VII, p.726-7)

NOTA

A tradução parcial portuguesa que consta na colectânea *PEA*, nas pp. 71-72, e que aqui corresponde ao que se inicia em [Norte da Península (*Shimâl al-Andalus*)], suspende-se, abrupta e

inexplicavelmente, no ponto atrás assinalado por [*], para, sem qualquer sinal gráfico que o indique, retomar com o que segue infra, sendo omissas todas as passagens que constam entre “Próximo do mar...” e “*Anâshî*”)

[...]

Itinerário de Coimbra a Santiago, por terra

O caminho de Coimbra até Santiago, por terra: de Coimbra até ao povoado de Avô (*Abûh*), uma jornada; de Avô até ao povoado do Oliveira [de Azeméis], uma jornada; e dele até às primeiras terras de Portugal, uma jornada.

E o caminho atravessa a largura da terra de Portugal em um dia; e lá fica o povoado de *Bûna Qâr*¹, que é na margem do rio Douro, que é o rio de Zamora; e atravessa-se aí em barcos de serviço ao trânsito.

Deste povoado até ao rio Minho, à fortaleza de *Abrâqa*, sessenta milhas, ou seja, duas jornadas [*].

Da fortaleza de *Abrâqa* até à cidade de Tuy, duas jornadas.

É uma cidade pequena, bonita e fértil.

De Tuy a Santiago, uma jornada [...].

(Ed.C, f.VII, p.731)

NOTA

Preliminar Novamente a tradução portuguesa in *PEA*, p.72, não é integral, suspendendo-se, sem qualquer explicação, no ponto atrás assinalado por [*])

1. *Bûna Qâr*: *Bûna* com consoantes trocadas *Nûba* (Nova); *Qâr*, com *yâ* lida como *râ*: *Qâya* (Gaia), ou seja [Vila] Nova [de] Gaia. A. Borges Coelho apresenta uma mesma leitura (in *PEA*, p.72).

Uns al-Muhâj

(Segunda obra de Al-Idrîsî)

O Itinerário de Badajoz (*Batalyaws*) até à cidade de Lisboa (*Madîna A/Ushbûna*)

De Badajoz até à cidade de Elvas, doze milhas; depois até aos Povoado dos Mártires (*Qarya 'Ukasha*) [Estremoz]¹, uma jornada; depois até à cidade de Évora, uma jornada.

Da cidade de Évora até Alcácer do Sal, junto ao rio Sado, quarenta milhas.

De Alcácer do Sal até à cidade de Lisboa, quarenta milhas. Lisboa é junto ao rio Tejo.

(Ed. A M, p., 49)

NOTA

Sobre este topónimo e a sua identificação, v. António Rei, “O actual norte alentejano no período hispano-árabe (711-1230), *Callipole* 18 (2010), CM Vila Viçosa, pp. 123-131, onde, no relativo a este ponto retomou, substancialmente, a notícia IDEM, “Nas origens de Estremoz: Qari’at ‘Ukasha - subsídios para a identificação de um topónimo”, *Jornal Brados do Alentejo*, Estremoz, 24 Janeiro 1997, p.11.

Citação das distâncias que estão entre Badajoz e Lisboa

De Badajoz até *Marj al-Abâlis* (Vaiamonte, Monforte ?), uma jornada; até à Ponte de Seda, uma jornada; em seguida até á cidade de Santarém, uma jornada.

Santarém é junto ao rio Tejo. E de Santarém, descendo ao longo do rio, até à cidade de Lisboa, são sessenta milhas.

Entre elas fica a Campina de *Balata*.

(Ed. AM, p. 50)

[...]

Itinerário de Algeciras (*Al-Jazîra*) até Sintra (*Shi/antra*), que está sobre a costa do Mar Tenebroso (*al-Bahr al-Mu \underline{D} hlim*) {Oceano Atlântico}

De Algeciras até Tarifa (*jazira Tarif*), até “Los Arenales” (*al-rimal*), e em seguida até à desembocadura (*mawqi*) do rio Barbate, são vinte e oito milhas; depois até à desembocadura do rio *Bakka*, dez milhas; depois até à baía de São Pedro (*Shant Bâtra*), doze milhas; depois até Santa Maria del Puerto (*al-Qanâtir*), doze milhas, diante da ilha de Cádiz (*Qadis*); da ilha de Cádiz até á ilha de Saltes (*Saltîsh*), noventa milhas; até à Fortaleza de Cacela (*Hisn Qastala*), junto ao mar, dezoito milhas, ficando entre ambas a desembocadura do Guadiana (*nahr Yana*) no mar.

Até ao povoado de Tavira (*qarya Tabîra*), catorze milhas; até à cidade de Santa Maria (*madîna Shanta Marya*), junto ao mar, doze milhas.

Até à cidade de Silves (*Shilb*), vinte e oito milhas. Situa-se junto à foz de um rio que desagua no Oceano Atlântico.

De Silves a Lagos (*Halq al-Zawiya*), vinte milhas; até ao Cabo de S. Vicente (*Tarf al-'Arf*), doze milhas; e dele até à Igreja do Corvo (*Kanîsat al-Ghurâb*), sete milhas; e da Igreja do Corvo até à desembocadura do rio Sado (*nahr Shatûbar*), quarenta milhas; até à Fortaleza da Mina {Almada} (*Hisn Al-Má'din*), a sul da foz do rio Tejo, trinta milhas; ali a extensão do rio (*wâdî*) até Lisboa (*Lashbuna*) é de seis milhas.

E de Lisboa até Sintra, junto ao mar, uma jornada ligeira (*marhala hafîfa*).

(Ed. AM, pp. 50-51)

Restante distância

De Silves a Alcácer do Sal, duas jornadas ligeiras.

Da cidade de Santa Maria até Sevilha, setenta milhas.

De Sevilha a Niebla, quarenta milhas;

De Niebla a Gibrleón, dezoito milhas.

De Gibrleón a Aroche, uma jornada.

De Aroche até Serpa, vinte e cinco milhas.

Depois até à cidade de Beja, doze milhas.

E de Beja até Évora, quarenta milhas.

E também de Beja até à Fortaleza de Mértola, trinta e cinco milhas.

E de Mértola, descendo ao longo do rio, até ao mar, quarenta milhas.

De Silves até à Fortaleza de Alportel, uma jornada;

De Santa Maria até à Fortaleza de Alportel, uma jornada ligeira.

E de Mértola até Beja, quarenta milhas [...].

(Ed. AM, p., 51)

[Norte de Portugal]

Itinerário de Sintra a Santiago

De Sintra a Montemor [o-Velho], oitenta milhas.

Montemor é uma fortaleza junto ao mar.

Daí até à cidade de Coimbra, dez milhas.

De Coimbra até ao povoado de *Abar*¹, 30 milhas.

Daí até ao povoado de *Rabatarah*², trinta e cinco milhas.

Em seguida, até ao início de Portugal, quarenta milhas.

Em seguida atravessa-se Portugal em vinte cinco milhas, até à Fortaleza de *Bûba Qâr*³, que está sobre a margem do rio Douro, no extremo de Portugal.

E dela até à fortaleza de *Abrâqa*, sessenta milhas.

Esta fortaleza está no meio de uma ilha no rio Minho, e desde *Abrâqa* até à fortaleza de *Mûyah*⁴, sessenta milhas; e da fortaleza de *Mûyah* até Santiago, trinta e cinco milhas, num total de trezentas e oitenta e cinco milhas.

(Ed.FS, p. 220)

NOTAS

Em função do prévio “Itinerário de Coimbra a Santiago, por terra” corrigimos os seguintes topónimos:

1 *Abar*: será uma leitura defeituosa de Avô (*Abûh*) e em que a semi-vogal wâw foi lida como a consoante râ, dando origem à forma *Abar*.

2 *Rabatarah*: será uma nova leitura defeituosa de *Wulabarah* ou *Wulabayrah* (Oliveira [de Azeméis]), com as seguintes alterações gráficas: wâw lida como râ; lam lida como bâ; bâ lida como tâ, dando origem à forma *Rabatarah*. Esta proposta, coincide com *PEA*, p. 72.

3 *Bûba Qâr*: mais uma anomalia gráfica. Sobre este topónimo v. supra [Itinerário de Coimbra a Santiago, por terra], n.1.

4 *Mûyah* será uma má leitura de Tuy (que seria Tûyh ou Tûyah). Uma tâ sem pontos diacríticos e algo esborratada, ou tão esborratada que acabasse por integrar os pontos diacríticos numa mancha só, foi lida como mîm, e dando origem àquela leitura

Itinerário de Coimbra a Toledo (*Tulaytula*)

No Ocidente, de Coimbra a Almeida (*Mâ'idah*), sessenta milhas; de Almeida até Fortaleza de... (*Hisn...?*)¹, uma milha; até ao início de Ávila (*Abalah*), setenta e cinco milhas; de Ávila até Segóvia (*Shakûyna*)², cinquenta milhas; e de Segóvia a Toledo, sessenta milhas, num total de trezentas e cinco milhas.

(Ed.FS, p. 220)

NOTAS

1 Topónimo ainda não identificado

2 Seria *Shakûbya* (Segóvia): yâ e nûn trocados; e nûn lido em vez de bâ.

Itinerário de Coimbra a Zamora (*Samûrah*)

De Coimbra a *Farbarfûra* (?)¹, vinte milhas; em seguida até à fortaleza de Viseu (*Bijâw*)², vinte milhas; de Viseu até à cidade de Salamanca (*madina Salmantiqa*), sessenta milhas; em seguida até à cidade de Zamora, vinte e cinco milhas, num total de cem milhas.

(Ed. FS, p.221)

NOTAS

Nestas passagens relativas a itinerários existem topónimos que ainda não estão seguramente identificados, e a pedir um futuro estudo, que seja simultaneamente linguístico, geográfico e histórico.

1 Maria Jesus Viguera lê *Qarya Qûra* (v. Idem, “Entre o Douro e o Mondego ...”, 2000, pp. 117-140, p. 123). A nossa leitura é a que consta no texto supra, embora pela nossa parte não estejamos seguros das pontuações diacríticas de “fa” e de “qaf”, pelo que é um caso a merecer estudo posterior.

2 Corrigimos a leitura “Béjar” (in *UM*, ed. F. Sezgin, p. 221), para “Viseu”, porque mais consentâneo geograficamente a partir de Maria Jesus Viguera, *ibidem*.

9.2.7. (ZU, KG) - Muhammad ibn Abû Bakr al-Zuhrî

(Al-Andalus, cerca 490/1099 – Al-Andalus, entre 549/1154 e 556/1161)

Lisboa (*Ushbûna*)

Ela está ao final deste rio conhecido como Tejo onde [este] se projecta no mar e nesta cidade existe um segundo local onde se encontra ouro¹ e não há ouro em al-Andalus a não ser nesses três lugares²; e já mencionarei o terceiro lugar, se Deus Altíssimo quiser e esta cidade tem muitas provisões agrícolas e de cereais, e de outras coisas e nesta cidade há maçãs³, como as maçãs da Arménia⁴, com um diâmetro de três palmos (*shibr*)⁵, mais ou menos e entre esta cidade e a cidade de Talavera está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada, que é uma das maravilhas do mundo⁶.

(Ed., p. 222 (85, n.º ár.)

NOTAS

Preliminar

Apesar de UD ser considerado como *uma* das fontes de ZU (Cf. entre outros, Fernandez Capel-Baños “Un Fragmento del Kitab al-Jurafiyya de al-Zuhri sobre Granada”, p. 113), não seguimos essa opinião, pelo menos no relativo a Lisboa, pois a notícia de ZU apenas encontra algum parentesco na notícia do *DK*, em mais nenhuma das outras fontes, e em especial nas dos autores cujas obras são directa ou indirectamente devedoras a UD, como BK, QZ, HM e SB.

1. Este § não surge em Hadj-Sadock ; aparece, no entanto em Husayn Mun'is (*ibidem*), que terá tido acesso a um diferente manuscrito da obra de ZU, e resolvemos inseri-lo para que a informação da notícia fique mais completa.

2. ZU (ed.Hadj-Sadock) cita três lugares em al-Andalus onde se recolhiam palhetas de ouro: 1.º lugar - rio de Lérida, p.225 / p.ár.82 / § 212 ; 2º lugar - cidade de Lisboa, p.222 / p.ár.85 / § 219; 3.º lugar - rio Darro, em Granada, p. 212 / p.ár.95 / § 248. Reteve-se, portanto, a lição de três rios, e inserimos a palavra [três] que aparece no excerto apresentado por H.Mun'is (*ibid.*), embora falte no texto de Hadj-Sadock.

3. Sobre o recorrente episódio das maçãs de extraordinárias dimensões, ver o Apêndice I 'Sintra ou Santarém (âmbar e maçãs)', no nosso trabalho "Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 37-72.

4. ZU trata as maçãs da Arménia na sua obra (Cf.ed.Hadj-Sadock, p.231 / p.ár.76 / §193).

5. Sobre esta medida em al-Andalus, ver J. Vallvé Bermejo, "Notas de Metrologia Hispano-Árabe - El codo en la España Musulmana", pp.339-354.

6. Redacção idêntica no *DK*, continuando com uma descrição da própria Ponte da Espada (Cf.infra). Esta "relação fluvial" entre Lisboa e Talavera, permite subentender a via fluvial que ligaria, de início, Lisboa a Toledo, via Santarém, *Qunaytra Mahmud*, Alcântara, *Makhâdda* e Talavera (Cf. al-Idrisi, *NM*, fasc.V, p.553; trad., p.34). Esta via, após a queda de Toledo, em 1085, já só ligaria Lisboa a Talavera, "o ponto mais afastado das marcas dos muçulmanos", na notícia escrita ou reescrita por BK, depois de 1085, sobre Talavera (*MMb*, ed., p. 908; trad. 25).

9.2.8. (UT) - 'Umdat al-Tabîb

(Al-Andalus, séc. VI / XII ?)

Esta obra, um extenso escrito botânico para uso dos médicos arabófonos de então, identifica no extremo sudoeste da Península localidades e regiões, como sítios ou espaços onde se desenvolvia determinada planta ali descrita.

O topónimo que aparece mais referido é Silves, quer directamente, quer indirectamente, neste caso sendo citado nas notícias relativas a povoações de menor importância, mas que pertenciam à sua região, como são os casos de Monchique e de Portimão, esta ainda então apenas designada como *qarya* (povoado ou aldeia).

Topónimos do espaço português

Albufeira de Tavira (*Buhayra Tabîra*), fólío (f.º) 200;

NOTA

Talvez fosse a forma pela qual designariam o que hoje é chamado de "Ria Formosa". As ilhas a sul da costa assinalariam os limites meridionais da albufeira, a qual, mais tarde, teria sido invadida pelo mar, rompendo a ligação com o continente e dando origem àquelas ilhas.

Beja (*Bâja*), fôlio 32;

Igreja do Corvo (*Kanîsat al-Ghurâb*), f.º 221;

NOTA

A famosa Igreja onde estiveram os restos mortais do mártir S. Vicente, entre os séculos VIII e XII, antes de terem sido levados para Lisboa. Foi local de peregrinação dos cristãos peninsulares e não só, e mesmo de crentes não - cristãos.

Contrariamente às outras localidades em relação às quais as informações da obra apenas as designam como local, e sem mais qualquer nota informativa, no caso da referência à Igreja do Corvo há uma passagem relativamente extensa e bastante curiosa, e que é como segue: «[...] Vi muito desta planta (*shajarat al-faras*: árvore ou arbusto do cavalo) próximo da Igreja do Corvo. Informou-me um dos monges que estavam na Igreja de que chegara até eles um cristão de Constantinopla, que falou com ele acerca desta planta e colheu algumas delas. E disse: “Isto é conhecido, entre nós, por “limpa-dentes do Senhor” (*siwâk al-sayyîd*), - referindo-se a Jesus, a Paz seja sobre ele -, e com ele limpam os dentes os mais virtuosos entre nós. [...]»

Lisboa (*Al-Ushbûna*), f.ºs. 31 e 80

Mértola (*Mârtula*), f.ºs. 39, 53, 92, 227 (onde é referida por duas vezes) e 231;

Monchique (*Muntshâqir*), f.ºs. 35, 45, 49, 84, 102 e 170;

Aldeia de Portimão (*Qarya Burtimûn*), f.º 186;

Santa Maria do Ocidente (*Shanta Marya al-Gharb*) [Faro], f.ºs. 31, 56, 80 e 212;

Santarém (*Shantarîn*), f.ºs. 41, 66 e 216;

Serpa (*Shârba*), f.º 209;

Silves (*Shilb*), f.ºs. 7, 19, 40, 44, 53, 84 (associado a Monchique), 87, 105, 112, 138, 147, 169, 170 (com duas referências, uma das quais associada a Monchique), 182, 184, 186 (associado a Portimão), 212, 214, 239.

NOTA

Percebe-se claramente uma especial incidência na zona sul, hoje Algarve, por se encontrar ainda longe, no tempo, a sua conquista definitiva pelos portugueses. Pelo contrário, as poucas referências a Lisboa e Santarém estarão relacionadas com dois factores cronológicos coincidentes: a altura em que é estimada a redacção da obra em causa, sendo-lhe atribuída uma data de composição pouco posterior a 1106 (M. Asín Palacios, *Glosario...*, p. XV) e o facto de, desde 1093 até 1111 aquelas duas cidades terem estado nas mãos dos cristãos, o que não facilitaria o trabalho ao botânico muçulmano.

9.2.9. (IG, FA) - Abû 'Abd Allah Muhammad ibn Ayyûb ibn Ghâlib al-Rifa'î al-Rusâfi

(*al-Rusâfa*, Valência, 535/1140? - Málaga, 572/1177)

Cora de Beja (*Kûra Bâja*)

Limita com a cora de Mérida, é um território agrícola e ganadeiro, a sua floração é excelente para as abelhas, da qual elas produzem muito mel. As suas águas têm a especial capacidade de curtir os couros de forma incomparável. A sua extensão é vasta, e tem cidades, fortalezas, e distritos, e de entre as suas cidades está Alcácer [do Sal] e Aroche. A distância entre Beja e Mérida é, para o cavaleiro, de três dias.

(Ed., p.290)

Cidade de Santarém (*Madîna Shantarîn*)

Limita com os alfozes da cora de Beja, e ergue-se sobre o rio Tejo; a sua torre alçada no cume e extrema na sua inacessibilidade.

(Ed.,p. 291)

Cidade de Lisboa (*Madîna Ushbûna*)

Confina com os alfozes de Santarém. É uma cidade antiga. E tem uma qualidade manifesta na excelência dos seus frutos e pelas possibilidades que dispõe para a caça e para a pesca. Os seus falcões são os melhores falcões. E nos seus montes há colmeias de mel, o qual é de um branco puro, assemelhando-se ao açúcar no sabor. Tem uma jazida abundante de palhetas de ouro fino. Entre as suas cidades estão Sintra e Monte Sião. Recolhe-se na costa de Lisboa muito âmbar raro e de superior qualidade, que se sobrepõe a todos os outros âmbares, não se lhe assemelhando senão o âmbar da Índia. Apoderaram-se os cristãos de Santarém, Sintra e Lisboa no ano 541 [1146/47]; sendo treze mil homens, morreram todos no combate, sobrevivendo deles apenas um escasso número.

(Ed., p.291)

Cidade de Ocsónoba (*Madîna Ukshûnuba*)

Confina com os termos de Lisboa e tem uma extensa planície. Tem muito desafio, variedade nos frutos, excelente agricultura e profusa pros-

peridade. A sua montanha reúne pastagens a perder de vista, e muitos regatos. E a captura é abundante tanto em terra como no mar. É dos mais excelentes lugares de recreio. E da sua costa recolhe-se âmbar. E entre as suas cidades está a cidade de Silves, a qual é a capital do ocidente. E não têm os muçulmanos, no ocidente, outra cidade como ela, depois de Sevilha. A sua edificação é sobre um rio onde se fazem sentir as marés. Entre ela e Santarém são quatro dias; e a distância entre ela e Córdoba, para o cavaleiro que não se detém, é de nove dias. Ocsónoba tem numerosos distritos e castelos.

(Ed., p.291)



ANEXO

C1344 e CMR

Todas estas notícias são provenientes da *C1344* (ed. Cintra), com excepção das de Coimbra e Egítania (Idanha), que vêm da *CMR* (ed. *Catalán e Andres*), na versão castelhana.

Pode-se, facilmente, estabelecer paralelos entre estas notícias e as de IG. Relativamente aos paralelismos textuais entre os textos daquelas Crónicas e os textos geográficos árabes, em geral, v. António Rei, *O Louvor da Hispânia...*, em especial as pp. 243-295.

Do termo de Beja

O termo de Mérida parte pelo termo de Beja.

E Beja jaz a sudoeste de Mérida e a oeste de Córdoba.

E Beja é uma das antigas cidades que há em Espanha, pois foi feita em tempo de Júlio César.

E Júlio foi o primeiro que começou a quadrar e a partir a terra.

Beja é muito boa terra e de boa sementeira

e de muito boa criação [de gado]

e é muito boa terra de colmeias, pois há lá flores muito boas e muito proveitosas para as abelhas.

E a água de Beja é naturalmente boa para curtimento de couros.

E há nela muitas e boas ruas e muito largas

E Beja jaz em terra plana.
 e tem em seu termo vilas e castelos
 dos quais um é Mértola, que é o mais forte castelo que existe no seu termo. E Mértola jaz sobre o rio Odiana e é um castelo muito antigo; há lá edifícios antigos

E outro é um castelo que tem o nome Arouche [Aroche] e outro é um castelo que chamam Ereyquez [Ourique].

E o outro é o castelo de Toucanique

E no seu termo jaz uma vila a que os antigos chamavam Ebris, e agora é chamada Évora, com os seus termos.

E o termo de Beja parte com o mar e por cima de todo o Algarve

E em Toucanique há uma mina de muito boa prata, muito branca, que os habitantes têm encoberta e da qual se aproveitam.

E de Beja a Córdova são 300 milhas

(Ed., p.65)

Del termino de Egitania

Parte el termino de Exitan con el de Coynbrá. E yaze al leuante de Coynbrá e al poniente de Cordoua. E Exitania es muy antigua çibdat e yaze sobre el rrio de Tajo, e es vn lugar muy fuerte e muy bueno de pan, e es de viñas e de caça e de pescado; e es tierra muy deleytosa.

E ha en su termino muchos castillos e muy fuertes e muy sanos para la vida de los omnes, de los quales es el uno Montesanto, que es muy fuerte a marauilla; e el otro es Arraches; e el otro es Maluan, que yaze en somo de vna peña muy alta e muy fuerte; e el otro es Alcantara, que es muy buena villa.

E esta Alcantara tiene vna puente sobre el rrio de Tajo que nunca omne oyo fablar de otra tal puente nin ome que vos lo pudiese contar si visto non la oviese.

E es muy buena tierra de criações e de casa e de montes e de colmenares. E de Exitania a Cordoua a trezientos e ochenta migeros.

(*apud* CMR, ed. C & A, pp. 86-87)

NOTA

Uma abordagem de síntese sobre a Idanha em contexto islâmico: Fernando Branco Correia, “Egitânia / Antaniya e o domínio islâmico - algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira” in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)* (eds. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes), CM Palmela / FLUP, 2005, pp. 77-83.

Del termino de Coynbra

Parte el termino de Coynbra con el de Santaren.

E la çibdat de Coynbra es muy fuerte e es castillo muy alto e muy noble; yaze sobre el rrio que ha nonbre Mudel e este rrio nasçe en la çierra del Estrella e yaze sobre muchos castillos e muy buenos e muy fuertes que obedecen a Coynbra.

E este rrio entra en la mar a veynte e quatro migeros de Coynbra, e es rrio de muchos pescados e de muchas naturas.

E la çibdat de Coynbra es muy buena e muy abondada de todos los bienes; et ha vna bega de sementera rribera del rrio que non ha tan buena en toda España, que rregantia non sea.

E quando el rrio sale de madre cubrela toda e, despues que se torna, fazen su sementera en manera que han tanto pan que han conplimiento para todo el año e para otro, que seran dos, maguer non le venga de otra parte.

E esta vega ha en luengo quinze migeros e en ancho quatro.

E la çibdat de Coynbra es muy viçiosa e de muchas huertas e de muchos frutales de muchas guisas, e los mas son oliuares e dan el mejor azeyte que ha en el mundo.

E la çibdat de Coynbra es muy antiguo lugar.

(apud CMR, ed. C & A, pp. 84-86)

Do termo de Santarém

Parte o termo de Beja com o termo de Santarém.

Santarém jaz ao poente de Beja e ao poente de Córdoba.

E jaz sobre o rio Tejo perto donde se mete no mar.

No termo de Santarém há muitas e boas bondades e é de muito saborosa terra. E tanto é no chão, não sairão aí a alquevar nem a lavrarão duas vezes se não quiserem, tanto é de boa terra naturalmente.

Quando enche o Tejo, sai pela terra chã e cobre-a toda.

E depois que o rio desce, fazem as suas sementeiras muito boas, serôdeas. E tanto fica a terra em boa maneira disposta que chega o pão a segar com os primeiros de tal forma boa, que colhem o grão junto com os primeiros que o fazem. No termo de Santarém há terra tão frutífera que do dia em que semeiam o pão, até sete semanas, o segam¹.

O castelo de Santarém jaz em um monte muito grande, muito alto e muito forte; e não há lugar por onde o possam combater senão a muito grande perigo.

Outras bondades há em Santarém que adiante diremos².

E pode homem ir de Santarém a Beja em quatro dias³.

(Ed., p.66)

NOTAS

Preliminar

O texto que aqui se reproduz é o da *C1344*, o qual contém a versão ibérica mais próxima do original árabe. Será cotejado com os textos da *CMR* e *C1344 castelhana* (ed. de versões distintas de *C1344*), e com os textos árabes reproduzindo o texto raziano (cf. Quadro Sinóptico *infra*). Não se julgou necessário referir regularmente a tentativa de reconstituição de Lévi-Provençal, por ser anterior à edição de todos estes textos.

9.2.4. RU, IA	9.2.9. IG, FA	9.2.10 SD, MH
Santarém é limitada pela cora de Beja, de entre as coras de al-Andalus.	Limita [o seu termo] com os alfozes da cora de Beja,	A oeste de Beja
Está edificada sobre o rio Tejo, próximo da sua desembocadura no mar.	e está edificada sobre o rio Tejo	Está edificada sobre o rio Tejo, perto do lugar onde este entra no mar.
Tem um solo generoso.	O seu castelo é extremamente elevado e inexpugnável.	Os seus terrenos são o máximo da generosidade e da bondade.

1. O teor deste § repete-se *mutatis mutandis* na descrição da “veiga” à volta de Coimbra, na versão castelhana da *CMR* (§ XXVIII, pp. 84-86). Curiosamente, a notícia sobre Coimbra falta na *C1344*.

2. Sobre esta passagem e as suas implicações relativamente aos conteúdos desta notícia e à sua transmissão, v. António Rei, *Memória de Espaços...*, pp. 164-169.

3. A versão castelhana da primeira redacção da *C1344* tem: “E puede el onbre yr de Santa Aren a Beja en quatro dias, por los montes que ay ciento e diez millas” (*C1344*, p.69). 9.2.6.ID,NM-1 e 9.3.2.HM,RM mencionam Badajoz em vez de Beja, para as mesmas “jornadas”. 9.4.1.YQ,MB acrescenta e antepõe a distância em relação a Córdoba, que é de 15 “dias” de viagem. A *CMR* tem também estas duas indicações, embora em ordem inversa, e dando as distâncias em milhas (120 e 399, respectivamente).

Do Termo de Lisboa

O termo de Santarem parte com o de Lisboa¹.

E Lisboa jaz ao oriente de Beja e a ocidente de Cordova².

E o termo de Lisboa é comprido de muitos bens, pois há aí muito saborosas frutas.

E juntou em si as bondades do mar e da terra.

E em todo o tempo no seu termo criam muito bons açores que aí tomam de safara, que usam mais caça e são melhores que os outros e são muito formosos³.

E há aí muito mel e muito bom e é tão branco que não assemelha se não açúcar e sabe melhor que o açúcar.

E é tão bom por natureza que, mesmo que o pusessem num pano de linho, não ficaria molhado nem faria aí sinal, como se fosse uma pedra.

A cidade de Lisboa jaz sobre o rio Tejo, muito perto de onde entra no mar.

E Lisboa tem vilas do seu senhorio, das quais uma é Almada e outra é Ossumo e a outra é Sintra⁴.

E em Almada há um vieiro de fino ouro⁵.

E entre Lisboa e Almada vai um braço de mar que entra no Tejo.

E no partimento de Beja e de Lisboa há uns montes que dizem os montes dos filhos de Benamocer e chamam-lhe os moradores Arrábida⁶.

E, como vai a ribeira até acima do Algarve, podem achar muito bom âmbar, melhor que todos os outros, e não se assemelha ao da India, antes é doutra forma produzido.

E de Santarém a Lisboa há quarenta e duas milhas⁷.

(Ed., p. 66-67)

NOTAS

Preliminar Atendendo a que a notícia sobre Lisboa na *CMR* se encontra truncada, optou-se pela notícia integral da *C1344*, atendendo a que no que é possível de confrontar, a notícia da 1.^a é idêntica à da 2.^a, exceptuando-se os §§ 2 e 3 que a *C1344* apresenta a mais.

A ortografia da notícia foi actualizada, mas apenas naquilo em que poderia causar dificuldades a um leitor actual.

1. Na *CMR*, na parte referente ao termo de Lisboa, fá-lo extremar não apenas com o termo de Santarém, como se constata nos demais textos, mas também com o termo da Egitânia. Cf. *ob.cit.*, p. 87.

2. No texto da *C1344* aparece: “E Lixboa jaz ao ouriente de Beja e ao ouriente de Cordova (*sic*)”, quando na realidade Lisboa se encontra a ocidente de ambas as referidas cidades.

3. No texto da *C1344* aparece “tomam de çaffara”, significando “tomam do seu estado bravio, selvagem, natural”. Sáfara > sáfaro: deserto; estéril; inculto; agreste; rude; (esp. para animais) bravio; indócil; esquivo. Sáfaro > ár. “Sahrâ” - deserto. Cf. José Pedro Machado, *Dic. Etim. Língua Portuguesa (DELPA)*, vol. V, p.137; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (GEPB)*, vol. 26, p.591.

4. Na *C1344*, relativamente às dependências de Lisboa aparecem além de Almada e Sintra, “Ossumo”; em Ibn Galib, aparece, além de Sintra, “Munt Shiyun” ou Monte Sião (Cf. infra 9.2.9. IG,FA). Será Ossumo corruptela de Munt Shiyun, tratando-se do mesmo povoado?

5. É a passagem que se reproduz mais vezes, dez no total, nos restantes autores (cf. infra). A importância económica deste factor, o ouro, não será alheia a esta grande constância na citação. Sobre o ouro em al-Andalus, ver J. Vallvé Bermejo, “La Industria en al-Andalus”, *Al-Qantara I* (1980), pp.209-241.

6. Estes *Benamocer* é possível que fossem os *Banu-l-Matri* ou *Matari*, que deram nome ao *Jabal Bani Matri* (Cf. Abû Marwân Ibn Hayyan al-Qurtubî, *Muqtabis V*, ed. P. Chalmeta *et al.*, Madrid, IHAC; Rabat, Faculdade de Letras, 1979, pp.241 e 284; trad. M.ª J. Viguera e F. Corriente, Saragoça / Madrid, Anubar / IHAC, 1981; e Christophe Picard, *Histoire du Portugal et de l’Espagne Occidentale à l’Époque Musulmane (début VIII^e siècle - milieu XIII^e siècle)*, Paris, Geuthner, 1991, pp. 43-54).

A questão que se põe em seguida é: onde se situava esta montanha ou elevação de terreno? Pelo texto supra somos levados a pensar que se trataria da serra da Arrábida. E. Levi-Provençal, na sua “Description de l’Espagne d’Ahmad al-Razi”, p.90, sem remeter para qualquer fonte, deixa entre parêntesis (*Serra de S. João?*). Onde seria esta serra? Encontrámos numa carta de Portugal de 1662, da autoria de Pedro Teixeira Albernaz, realmente uma *Serra de S. João* (Cf. *Portugaliae Monumenta Cartographica*, Vol.IV, Lisboa, INCM, 1987, estampa 519). Estava situada na região entre Alcácer do Sal, Alcáçovas e o Torrão, sendo cruzada pelo rio Xarrama, antes de este entrar no Sado. Como o texto diz “no limite das regiões de Beja e de Lisboa”, a questão seguinte seria onde colocar esse limite: no final da península de Setúbal ou um pouco mais para sudeste, para além de Alcácer do Sal?

7. As distâncias entre Lisboa e Santarém aparecem, por vezes, com vários valores, dependendo dos autores: RZ dá 42 milhas; ID, no *Uns al-Muhâj...*, (ed.e trad. Khassim Abid Mízal, texto árabe,p. 50; trad. p. 82) fala em 60 milhas ; enquanto o mesmo ID no *Nuzhat al-Mushtâq...*,(ed. E.Cerulli et alii, Faz. V, p. 549) fala em 80 milhas. Al-Idrisî poderia referir-se a dois itinerários diferentes: um terrestre e outro fluvial. Mais difícil será correlacionar os valores de Al-Idrisî com os de al-Râzi.

Do termo de Eixuban [Ocsónoba]

Parte o termo de Lixboa com o termo de Exubam¹.

E Exubã jaz ao oriente de Lixboa e ao ocidente de Córdova

e jaz em mui boa terra e mui chã e de muitas boas árvores e de mui boa sementeira.

E em seu termo há mui boas montanhas onde se poderiam criar muitos gados.

E é terra de muitas águas corredias

e é mui boa terra de caça, assim de monte como de ribeira.

E há por vizinho o mar como se estende.

E há mui boas ínsulas e mui de sabor em que podem portar as barcas.

E há mui boas hortas regadias e de mui boas fontes e mui claras.

E em seu termo há muitos pinheiros.

E este é um dos melhores lugares tamanhos como o que há no mundo.

E na ribeira de Eixubam há mui bom alâmbar².

E sob o seu senhorio há vilas e castelos,
dos quais um é Silves, que é a melhor vila do Algarve.
E Silves jaz sobre o braço que sai do mar³.

(Ed., p.67-68)

NOTAS

1. Sobre as delimitações entre Lisboa e Ocsónoba, v. infra “Al-Andalus” e “Wadhra” em 9.4.1. YQ, MB; António Rei, *Memória de Espaços...*, pp.157-158 e especialmente nota 4; e ainda IDEM, “Azóias / Arrábidas no *Gharb al-Andalus* e o Movimento dos *Muridîn* - subsídios para a sua identificação espacial”, *Rev. Xarajib* 2 (2002), CELAS - Silves, pp. 53-61, especialmente p. 58 e nota 31.
2. A expressão “ribeira de Eixubam” significa “costa de Ocsónoba”, ou seja a zona costeira de Faro, ou, grosso modo, do actual Algarve.
3. Nesta passagem o Rio Arade é entendido como sendo um braço de mar.

9.2.10. (SD, MH e KB) - Abû-l-Hasan ‘Alî ibn Mûsâ Ibn Sa’îd (*Alcalá la Real*, 610/1213 - *Tunes*, 685/1286)

REINO DE BADAJOZ

Reino poderoso no noroeste de al-Andalus. Tornou-se dos cristãos.

E o texto reparte-se da seguinte forma: [...] Cidade de Mérida,[...] Cidade de Badajoz,[...] Fortaleza de Medellín,[...] Fortaleza de Terena, [...] Cidade de Évora,[...] Cidade de Trujillo, [...] Fortaleza de Juromenha.

(Ed. p. 360)

Fortaleza de Terena ou de Telena (*Hisn Talanna*)

Das fortalezas de Badajoz, a qual é agora dos cristãos.

(Ed. p. 373)

NOTA

No título está a forma árabe “*Qalanna*”. Sobre a identificação linguística deste termo, que será um equívoco de cópia ou de leitura do termo *Talanna* > Terena, ver David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, p.123. Maria Jesús Viguera identifica *Qalanna* com ‘Cabañas del Castillo’, pequeno povoado da zona de Badajoz (v. Idem, “Badajoz em el Mugrib”, *Bataliús II* (1999), Madrid, Letrúmero, pp. 225-248, p.231). Existe um povoado chamado Telena na província de Badajoz, embora curiosamente nenhum autor espanhol a tenha tomado em conta. Também encontramos em textos portugueses do século XVII a vila de Terena designada como “Telena” (v. António Rei,

“Terena, 1230-1482. Questões topográficas e toponímicas”, *Callipole - Rev. Municipal de Cultura* n.ºs 7-8 (2000), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-21, p. 14 e nota 1). É, portanto, questão ainda não resolvida.

Esta nota introduz notícia sobre um letrado e funcionário oficial (*kâtib*) natural daquela povoação e chamado Abû Zakariyâ ibn Sa‘id ibn Mas‘ûd al-Ansârî.

Cidade de Évora (*Madînat Yâbura*)

A cidade de Évora é uma das cidades famosas no Reino de Badajoz¹, e muito recordada por Ibn ‘Abdûn na sua poesia².

Tendo-a fortificado Al-Muzhaffar ibn al-Aftas, colocou nela o seu filho Al-Mansûr.

Da mesma forma foi seu governador Al-Mutawwaqil, e o filho de Al-Mutawwaqil³.

Ela agora pertence aos cristãos⁴.

(Ed. p. 374)

NOTAS

1. Realmente foi a segunda cidade mais importante do Reino Taifa de Badajoz.

2. Sobre Ibn ‘Abdûn, o mais famoso poeta e intelectual da Évora islâmica, ver José Mohedano Barceló, *Ibn ‘Abdûn de Évora (c.1050-1135)*, Univ. Évora, 1982; IDEM, “Ibn ‘Abdûn de Évora. Poeta, erudito y hombre de Estado. La crisis espiritual del siglo XI en al-Andalus”, *Bataliús II - Nuevos estudios sobre el Reino Taifa*, Madrid, Letrúmero, 1999, pp. 61-106.

3. Referência a alguns dos membros da dinastia dos Banû al-Aftas: al-Muzhaffar ibn al-Aftas, foi o segundo monarca daquela dinastia (437/1045 - 460/1067-68); o seu filho Yahyâ al-Mansûr, foi o terceiro (460/1067-68 - 464(?)/ 1072(?)); ‘Umar al-Mutawwaqil, o quarto e último (464(?)/ 1072(?) - 487/1095). O filho de al-Mutawwaqil aqui referido teria sido, como era habitual, o filho mais velho, o qual se chamou Al-Mansûr. Todos mortos pelos Almorávidas em 1095, juntamente com o seu pai, nem ele nem qualquer dos seus irmãos chegou a reinar. (Cf. Rachel Arié, *España Musulmana (siglos VIII-XV)*, vol.III da *História de España* (dir. M.Tuñon de Lara), Barcelona, Labor, 1984, p. 505).

4. A conquista cristã de Évora, facto posterior a al-Hijârî, que faleceu em 550/1155 (cf. F. Pons Boigues, *ob. cit.*, p. 221) terá sido passagem acrescentada por algum membro dos Banû Sa‘id.

Fortaleza de Juromenha (*Hisn Jullumâniya*)

(Ed. p. 378)

NOTA

Sem qualquer informação geográfica específica, para além da sua integração geral no Reino de Badajoz, surge referida como local de origem de um poeta muçulmano do século XI, Abû Zakariyâ Muhammad ibn Zakî al-Jullumânî, o qual também residiu em Lisboa. Poeta errante, terá também residido em Toledo, pois buscou através de uma *qasîda* (obra poética) o

mecenato de al-Ma'mûn, um dos monarcas Dhú-Núnidas da Taifa de Toledo. Ainda sobre este letrado muçulmano, v. António Rei, - "Julumânya / Juromenha – memórias do período hispano-árabe (713-1230)", in *Callipole n.º 17* (2009), C M Vila Viçosa, pp. 15-21, especialmente pp.20-21.

REINO DE SILVES

Reino confinante com o reino de Sevilha, situando-se a noroeste deste último. Recolhe-se nas suas costas âmbar, proveniente do Mar Circundante.

E reparte-se o texto da seguinte forma:[...] Cidade de Silves,[...] povoado de *Shannabûs*, [...] povoado de *Ramâdah*, [...] Cidade de Santa Maria (Faro), [...] Cidade de Loulé, [...] Cidade de Cacula.

(Ed. p. 380)

Cidade de Silves (*Madîna Shilb*)

Do Livro de al-Râzi: "A sua construção ergue-se sobre um rio onde se fazem sentir as marés do Mar Circundante. E entre Silves e Córdova, para um cavaleiro, são nove dias"¹.

É uma cidade louvável e famosa por causa dos intelectuais. Nela cresceu al-Mu'tamid Ibn 'Abbâd, e nela se situa o Palácio das Varandas, em relação ao qual diz [este príncipe a] Ibn 'Ammâr:

*«Saúda o Palácio das Varandas da parte de um jovem
Que tem um perpétuo anseio por esse Palácio».*

Antes de que al-Mu'tamid Ibn 'Abbâd lá se criasse, o seu pai, al-Mu'tadid, apoderou-se desse reino. E recém-chegado al-Mu'tamid a Sevilha, nomeou governador de Silves o seu filho al-Mu'tadd².

E os seus governadores agora vêm de Sevilha³.

(Ed. p. 381)

NOTAS

Preliminar Silves é tratada como cabeça de "reino" ou "senhorio".

1. Usa o literal e pouco comum «dias», para referir 'dias de viagem', em vez de «jornadas».
2. Esta notícia sobre Al-Mu'tamid e a relação deste príncipe com a cidade de Silves, sob os pontos de vista cultural e histórico - administrativo tê-la-á Ibn Sa'îd recebido de Al-Hijâri.
3. Sendo Sevilha a capital almóada no al-Andalus, esta notícia será possivelmente do punho de Ibn Sa'îd, ou de seu pai.

Estômbar ou São Brás de Alportel (*Qaryat Shannabûs* [ou *Shanbaras*?])

Dos melhores e mais pequenos povoados dele [do Reino de Silves].

(Ed. p. 389)

NOTA

Sobre a questão linguística que envolve este topónimo: será mesmo *Shannabûs*, tradicionalmente identificado com Estombar; ou deverá ser entendido como uma corruptela de *Shanbaras* (que seria S. Brás de Alportel), v. David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, pp. 131-132. Nela tendo nascido Ibn ‘Ammâr, tal facto não esclarece qual a pátria daquele famoso poeta.

Povoado de Ramâda? (*Qaryat Ramâda*)

Menciona al-Hijârî: “É um dos povoados de Silves”.

(Ed., p.392)

NOTA

Ainda não identificado o topónimo, é, no entanto, referido como dando origem à *nisba* (referência antroponímica ao lugar de origem ou de residência) de um poeta de origem árabe, chamado Abû ‘Umar Yûsuf ibn Hârûn al-Ramadî al-Kindî (*Idem*, pp. 392-394).

Cidade de Santa Maria [Faro] (*Madîna Shantamariyya*)

Cidade famosa, conhecida como Santa Maria do Ocidente, pois há uma Santa Maria do Oriente. Actualmente é dos muçulmanos.

(Ed. p.395)

NOTA

Esta “Santa Maria do Oriente” é a actual Albarracín, no Levante espanhol. Sobre este último topónimo ver David Lopes, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, p.132.

Cidade de Loulé (*Madîna al-‘Ulyâ*)

[Do Reino de Silves] uma das cidades do noroeste.

(Ed. p. 398)

NOTA

Noroeste relativamente à zona de Sevilha, onde o autor estava compondo a sua obra, mas nordeste, relativamente a Silves.

Cidade de Cacela (*Madîna Qastalla*)

Conhecida como Cacela do Ocidente.

(Ed. p. 400)

REINO DE BEJA

Reino do noroeste, que se tornou dos cristãos.

E reparte-se o texto em duas partes: [...] Cidade de Beja, [...] Fortaleza de Mértola.

(Ed. p.402)

Cidade de Beja (*Madîna Bâja*)

Do Livro de al-Râzî: “A cidade de Beja é das mais antigas cidades de al-Andalus. Foi construída nos tempos de César, o primeiro dos Césares que foi quem começou a medir a terra e a reparti-la. As suas terras são solos para agricultura e ganadaria. As suas flores são excelentes para as abelhas, produzindo-se muito mel. As suas águas são apropriadas para o curtimento de peles, não havendo curtimento que se lhe possa comparar”.

(Ed. p.403)

NOTA

Notícia com grande identidade textual relativamente à primeira parte da notícia sobre Beja que existe na *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. L.F.Lindley Cintra, vol. II, p. 65); ver ainda António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória - de al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, pp. 109 e 121-122.

Fortaleza de Mértola (*Hisn Mârtula*)

Uma das fortalezas de Beja. É uma fortaleza poderosa. Estava em poder dos muçulmanos quando eu estava em al-Andalus.

(Ed. p. 406)

NOTA

Sobre a importância desta última afirmação, relativamente à datação da conquista cristã de Mértola, não ocorrida em 1238, mas sim em 1241, v. António Rei, “A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242) - novas visões da “Reconquista” a partir do *al-Mughrib...* de Ibn Sa ‘îd de Granada”, *Arqueologia Medieval* 8 (2003), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 29-41.

REINO DE LISBOA

Reino poderoso junto ao Mar Circundante. Tem permanecido em poder dos cristãos.

E o texto reparte-se da seguinte forma: [...] Cidade de Lisboa, [...] Comunidade¹ de Alcabideche, [...] Cidade de Sintra, [...] Santarém.

(Ed. p. 410)

NOTA

1. Alcabideche surge diferentemente identificada pelo autor. Nesta parte introdutória surge como *dawla* > ‘comunidade’ (cf. Ibrâhîm Mustafâ *et al.*, *Al-Mu’jam al-Wasîf* [Dic. Língua Árabe], II vols., Cairo, 1378-81 / 1958-61, reimp. Teerão, al-Maktabatu-l-‘Ilmiyya, s.d., I vol., p.304); e na notícia vem como *qarya* > ‘povoado’.

Cidade de Lisboa (*Madîna Ushbûna*)

Do Livro de Al-Râzî: “É uma cidade antiga a ocidente de Beja. É dotada de benesses na excelência dos seus frutos e nas possibilidades para a caça e para a pesca. E os falcões das suas montanhas são os melhores de todos os falcões e os mais propensos a serem ensinados. E nas suas montanhas há colmeias de abelhas, e o mel é puro e branco como o açúcar, e que é embrulhado em pano por não haver nele humidade”¹.

Foi, no tempo dos reis de Taifas, de al-Mutawwaqil ibn al-Aftas². Este fê-la governar (durante um certo tempo) por Abû Muhammad ibn Hûd, que se tinha refugiado junto dele vindo de Saragoça.

Tomaram-na os cristãos no fim do período dos Almorávidas.

(Ed. p. 411)

NOTAS

Preliminar Sobre Lisboa e Sintra nas fontes geográficas árabes, v. Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* n.º 7, Porto / Mértola, CAM / Afrontamento, 2001, pp.37-72, pp. 43-44.

1. Até este ponto constata-se também grande identidade textual com a parte inicial da notícia de Lisboa presente na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, v. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória...*, pp. 110-111 e 123-124.

2. Sobre este monarca da Taifa de Badajoz, v. supra ‘Évora’ n. 3. Este Ibn Hûd, de seu nome completo Abû Muhammad al-*Khudâm* ibn Hûd, foi um filho do monarca da Taifa de Saragoça, Ahmad al-*Muqtadir billâh* (438/1046 - 475/1082) (cf. Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIIIe - XIIIe siècle)*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000, p.258; R. Arié, *ob.cit.*, p. 508). Lisboa pertenceu realmente durante alguns períodos do século XI, ao Reino Taifa de Badajoz. Sobre quem dominou Lisboa no século XI, v. António Rei, - “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, Lisboa, 2007, pp. 60-71.

Alcabideche (*Qaryat al-Qibḏhaq*)

Um dos povoados de Lisboa.

(Ed., p. 413)

Cidade de Sintra (*Madīna Shantara*)

É cidade famosa pelo viço. Lá existem as invulgares maçãs, à cerca das quais conta Ibn Alísá, entre outros: não transporta [qualquer] animal senão três exemplares das mesmas. É agora dos cristãos.

(Ed., p. 415)

NOTA

Sobre os factos e os personagens referidos nesta notícia, v. A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *AM* 7, pp. 44 e 69-70.

Cidade de Santarém (*Madīna Shantarīn*)

Do Livro de al-Râzî: “A oeste de Beja¹, está edificada sobre o rio Tejo, perto do lugar onde este entra no mar². E os seus terrenos são o extremo da generosidade e da bondade”.

Os seus governadores procediam de Lisboa. Ela é agora dos cristãos.

(Ed. p. 417)

NOTAS

Preliminar Na estruturação da obra, a “cidade de Santarém” (*madīna Shantarīn*) aparece integrada no “reino de Lisboa” (*mamlakat al-Ushbūna*). Mais do que “reino”, a palavra *mamlaka* deverá ser aqui entendida, neste caso, como “senhorio”.

1. Melhor ‘a noroeste’.

2. Santarém é localizada próxima do mar, porque o estuário do Tejo já era considerado como sendo um braço de mar, o tradicional ‘mar da palha’ (v. sobre esta questão, António Rei “Santarém e o Vale do Tejo, na geografia árabe”, in *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 61-75). Esta passagem encontra-se também em outros autores árabes, além de SD e YQ: em RU, IG (e os textos da *Crónica do Mouro Rasis* e da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a ele devedoras), QZ e AF.

Kitâb bast al-ard fi-l-tûl wa-l-ard
 (Livro da Extensão da Terra em Longitude e em Latitude
 segunda obra de Ibn Sa'íd)

Clima V - Secção primeira

[...] Em seguida [desde a ilha de Saltes] em direcção à foz do grande rio Guadiana, o qual cruza Mérida e Badajoz, são nove milhas. Seguindo para Tavira, vinte e três milhas, situando-se esta a noroeste do rio Guadiana. Depois, indo para a foz do rio de Santa Maria¹, dezoito milhas. Depois, para a foz do rio de Silves², vinte e oito milhas. Depois, para o golfo de Arrifana³, quinze milhas. Depois para o Cabo dos Corvos oitenta milhas, e entra no mar este cabo vinte e duas milhas. Ele é a latitude extrema do Clima Quinto, cuja longitude é 6.º [...]

NOTAS

1. O 'rio de Santa Maria' é o rio Letes.

2. Ou seja, o rio Arade.

3. Este 'golfo de Arrifana' refere-se claramente à baía de Lagos, e não à região de idêntico nome no actual concelho de Aljezur. Sobre o alfoz de Lagos, também designado 'da Arrifana', e respectivos problemas de identificação, v. António Rei, "Azóias / Arrábidas no Gharb al-Andalus e o Movimento dos Muridîn", *Xarajib* 2 (2002), pp. 53-61.

Clima VI - Secção primeira

[...] O primeiro que encontras dele [o Clima] sobre o Mar Envoltente é a Igreja dos Corvos, famosa junto das gentes do mar. Entre ela e o Cabo dos Corvos, o qual foi referido no extremo da latitude do Clima Quinto, são sete milhas. A longitude ali, tomada desde as Ilhas Eternas¹, é de seis graus. Daí até onde está o rio Sado, no Golfo do Âmbar, quarenta milhas². Sobranceiro a ele [o Sado] está o Castelo [de Alcácer] com ele relacionado, tendo os Cruzados no nosso tempo tido aí uma famosa batalha³. Situava-se no extremo das fronteiras do Islão daquela região. Desde aqui [Alcácer do Sal] até à desembocadura do grande rio de Lisboa, o mesmo que cruza Toledo, há quarenta milhas, e desde o mar até Lisboa, trinta⁴. Esta situa-se na margem sul (*sic*) do rio, onde a longitude é de 7º 0' e a latitude de 42º 40'. A norte e a oeste da cidade encontram-se braços de mar que formam albufeiras salgadas⁵. Os viajantes dizem que o Tejo se vai alargando na sua desembocadura até chegar a medir 10 milhas. A norte desta desemboca-

dura, a trinta milhas de distância, encontra-se a cidade de Sintra em cuja costa se recolhe muito âmbar. Era a mais extrema marca islâmica, junto à costa, antes da cega guerra civil. A norte dela [Sintra] situava-se o extremo da grande Cordilheira da Serra⁶, a qual divide al-Andalus em duas metades, situando-se a norte a cidade de Montemor-o-Velho, das terras da Galiza, e donde saem pequenas barcas⁷. Situa-se a norte de um rio⁸ que se derrama, desde a referida Cordilheira, no Mar Circundante. A norte da foz do rio, está Coimbra; e a norte da [Cordilheira] fica a cidade de Salamanca, famosa na terra de Portugal, e fim da extensão do Clima VI, cuja longitude é 7°20' e a latitude 45°. Entre ela e a cidade de Coimbra, capital da Galiza, são duas jornadas. Ela está a NE do rio. Na Cordilheira da Serra, disseminadas, do oriente de al-Andalus até ao seu ocidente, há muitas fortalezas de nomes não-árabes. E de entre elas, nesta parte, está a Fortaleza de Almeida⁹. Diz-se que a Mesa de Salomão, sobre ele seja a paz, estava guardada nela. E daí a tomou Târiq quando conquistou Toledo, havendo entre ambas duas jornadas, e sendo a fortaleza a norte¹⁰. E a sul da Cordilheira da Serra está a cidade de Cória, a qual foi a fronteira dos muçulmanos na época dos reis de Taifas, com longitude de 8° e 30' e latitude 44°. A sul dela [Cória] e a sul do rio de Toledo¹¹ situa-se a cidade de Santarém, com longitude de 8° e 10' e latitude 42° 35'. Prosseguindo para leste dela, a sul do [mesmo] rio, situa-se a Fortaleza da Ponte da Espada. Entre elas há 80 milhas.[...].

(Ed. V: pp. 99-100 e 111-112; Ed. A: pp. 178-179)

NOTAS

1. Estas 'Ilhas Eternas' serão as Ilhas Canárias (cf. Luís de Albuquerque, *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Alfa, 1983, p. 8)

2. No texto: '*nahr Bû Dânis*' > 'o rio de Abû Dânis', ou seja o rio que passa em Alcácer do Sal, que na altura tinha o topónimo 'Al-Qasr Abi Dânis' > 'o castelo de Abû Dânis', sendo Abû Dânis o epónimo de uma família que dominou Alcácer desde o século IX (cf. Ch. PICARD, *Le Portugal Musulman (VIII^e-XIII^e siècle)*, pp.194-196).

3. Esta famosa batalha, "em nosso tempo" ou seja de que o autor foi contemporâneo (Ibn Sa'îd nasceu em 1213), foi a que deu origem à conquista de Alcácer do Sal em 1217, realmente com apoio dos Cruzados (cf. *Dic. História de Portugal* (dir.J. Serrão), VI vols., Porto, Figueirinhas, 1989, vol.I, p.79) como também nos diz Ibn Sa'îd.

4. Claramente exagerada a distância. Talvez antes 'três' do que 'trinta', facilmente confundíveis em árabe.

5. Estas albufeiras salgadas eram as de Sacavém, Camarate, Frielas e Unhos, a norte; e as de Alcântara e Hortanavia a oeste. Cf. A. Sidarus e A. Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7 (2001), p. 45, n.º 4.

6. No texto: *Jabal Shârra*, ‘montanha da serra’, forma de tipo tautológico, em que o primeiro termo é árabe e o segundo é romance modificado pelo mesmo árabe. Refere-se à grande Cordilheira Central Ibérica.

7. No texto: *buraykât*, que, curiosamente, se trata do plural do diminutivo árabe aplicado ao termo romance *barka* (barca), pequena embarcação; ou seja: “barquinhas”.

8. O Rio Mondego.

9. No texto: *hisn al-mâ’ida* > lit. ‘fortaleza da mesa’, sendo que *al-mâ’ida* é ‘a mesa’.

10. Sobre a questão da conquista de Almeida por Târiq ibn Ziyâd, e da relação do topónimo daquela povoação com a mítica Mesa de Salomão ou do Templo de Salomão, v. António Rei, “Almeida e a Cidade da Ammaia no itinerário de Târiq ibn Ziyâd, entre finais de 711 e princípios de 712”, *Actas do Colóquio Internacional «Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII - XIII)»*, CM Palmela e Grupo de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GesOS) / FLUP, 2005, pp. 85-90.

11. Será antes ‘jusante’.

9.3. NORTE-AFRICANOS (Séculos XIII-XVII)

9.3.1. (SB, SS) - Abû ‘Abd Allâh Muhammad Ibn al-Shabbât al-Tawzarî

(Constantina, 618/1221 - Tozeur, 681/1282)

Lisboa (Ushbûna)

Com *u* no *hamza*; sem vogal no *shîn* pontuado; *u* no *bâ* pontuado com um ponto; depois dela, *wâw* sem vogal; *nûn* e *hâ* duplamente [pontuada].

Disse al-Bakrî, que Deus tenha misericórdia dele: A cidade de Lisboa está para ocidente de Beja. É uma cidade antiga situada à beira-mar, quebrando-se as ondas do mar nas suas muralhas. E as suas muralhas são de construção admirável e de portentosa condição.

E na sua porta ocidental há arcadas sobre colunas de mármore, que estão fixas em pedras também de mármore. Tem também outra porta ocidental, conhecida como Porta do Postigo, dominante sobre uma vasta pradaria, atravessada por dois arroios de água que se lançam no mar. Tem uma porta meridional que é chamada Porta do Mar, entram as ondas do mar por ela quando da subida da maré, e sobe nas suas muralhas três pés. E uma porta também oriental conhecida por Porta das Termas. E as termas, que estão próximas da porta e do mar, têm duas águas: água quente e água fria. E quando a maré enche, encobre-as. E uma outra porta também oriental conhecida como Porta do Estreito¹.

NOTAS

Preliminar Esta notícia é maioritariamente de BK; será uma das notícias perdidas da sua obra e que pode ser recuperada via SB.

No conjunto exceptua-se o § 1, em que o autor soletra o topónimo de Lisboa. A prática de soletrar os topónimos não se constata ainda em tempos de BK; é mais tardia, só a encontramos a partir do século VII/XIII, com YQ e SB, entre outros.

1. Sobre as Portas de Lisboa, ver António Rei, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol.53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII - XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43; ver ainda Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72, em especial o Apêndice II “As portas e termas de Lisboa”, pp. 70-72.

Beja (Bâja)

Diz *al-Râzi* sobre Beja de al-Andalus:

A ocidente de Córdoba, é uma das mais antigas cidades de al-Andalus.

O território de Beja é uma terra de agricultura e ganadaria.

NOTA

Esta notícia, através do *Ikh̄tisâr Iqtibâs al-Anwâr* de *Ibn al-Kharrât*, remonta a *al-Râzi*, via *al-Rushâtî* (cf. supra 9.2.4. RU, IA).

9.3.2. (HM, RM) - Abû ‘Abd Allah Muhammad ibn ‘Abd al-Mun‘im al-Himyarî (Magrebe, Século XIII ?)

Lisboa (Ushbûna)

No al-Andalus, faz parte das coras de Beja, da qual o território se mistura ao seu. É uma cidade situada na rota dos exércitos¹ e a estrada de Beja para Lisboa atravessava a cidade de Lisboa.

Lisboa está situada a oeste de Beja.

É uma cidade antiga situada à beira-mar, quebrando-se as ondas do mar nas suas muralhas.

O seu nome é Qudya².

A suas muralhas são bem construídas e admiráveis.

A sua porta ocidental é dominada por arcadas sobrepostas, que assentam sobre colunas de mármore, elas mesmas fixas em bases de mármore. É a maior das suas portas. Lisboa tem uma outra porta que se abre a Oeste: chamam-na Porta da Alfafa; ela domina um vasto espaço que é atravessado por dois arroyos que se lançam no mar. No sul, encontra-se outra porta, a Porta do Mar, na qual penetram as ondas, ao subir e descer da maré, subindo nas muralhas a uma altura de três braças. A leste, a chamada Porta das Termas. As termas estão perto dela e do mar e lá jorram duas águas: água quente e água fria; e quando a maré sobe encobre-as. E uma outra porta oriental, conhecida como Porta do Cemitério³.

A cidade de Lisboa é, em si mesma, uma cidade bonita que se estende ao longo do rio.

Tem muralhas e uma alcáçova inexpugnáveis.

Lisboa está à beira do Mar Tenebroso.

Na margem meridional do mar, em frente a Lisboa, está o castelo de Almada, que é assim chamado porque o mar atira palhetas de ouro puro para a margem. Assim, quando chega o inverno, deslocam-se para esse castelo as gentes dessas regiões que vão trabalhar na jazida até ao fim da estação invernososa. É uma das maravilhas do mundo [...]⁴.

(Ed. I.A., p.61 / Ed. L.P.,p.16-8)

NOTAS

Preliminar Os §§ 1a 7 provirão de BK; os §§ 8 a 12, vêm claramente de ID.

1. É único caso conhecido em que se refere Lisboa enquanto parte de itinerários militares, em direcção ao Norte cristão, embora sem se saber desde onde provirão esses exércitos, que passam por Lisboa.

2. Caso único é o desta atribuição da denominação de “Qudya” a Lisboa. Significa “a colina”. Sobre este topónimo ver “Alcudia”, em J.P. Machado, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa (DOELP)*, vol. I, p. 84.

3. Sobre as Portas de Lisboa, ver António Rei, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol.53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII - XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43; ver ainda Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72, em especial o Apêndice II “As portas e termas de Lisboa”, pp. 70-72.

4. O texto, subsidiário do de ID, continua com a cópia praticamente literal da história dos Aventureiros de Lisboa.

Beja de al-Andalus (Bâja al-Andalus)

Ela é uma das suas mais antigas cidades, construída no tempo dos Césares.

Entre ela e Córdova são cem parasangas¹.

Ela é uma das províncias militarizadas, tendo-se aí estabelecido o exército do Egipto [...].

A cidade de Beja é a cidade de construção mais antiga de al-Andalus, foi, de início, projectada, tendo sido concluída por Júlio César, o qual foi o primeiro chamado César.

Ele chamou-lhe Beja, sendo o significado de Bâja, na linguagem dos não-árabes, «Paz»².

O alfoz de Beja e a sua demarcação são vastos.
Possui fortalezas descritas como poderosas e inexpugnáveis [...].

(Ed.I.A., p. 347 / Ed. L.P., pp.112-3)

NOTA

1. Medida itinerária de origem persa equivalendo a 5520 metros. v. J. P. Machado, *GDLP*, t. VIII, p. 409.

2. Referência à origem latina do topónimo de Beja: Pax Julia.

Balâta (Valada)

A campina de Valada fica em al-Andalus, entre Lisboa e Santarém.

Diz a gente de Lisboa e a maioria da gente do Ocidente, que o trigo semeado nesta lezíria fica na terra quarenta dias, e já pode ser colhido.

E que um alqueire nela dá cem alqueires, mais ou menos.

(Ed.I.A., p. 103 / Ed. L.P., p.46)

NOTA

Sobre o tratamento separado de *Balâta*, ver supra n. inicial em YQ - *Saqlab*. Para o respectivo topónimo, v. supra 9.2.7-1 ID, *NM*.

É curioso ter o autor dedicado a esta região uma entrada própria, apesar de a respectiva informação fazer parte integrante da notícia sobre Santarém, de ID (*NM*, V-3-5), a qual é literalmente repartida, dando origem à dupla notícia de HM. Em sentido contrário, as passagens sobre *Saqlab* / *Saqallab* (supra §§ 11-12), que não foram encontradas no *NM*, não ficaram destacadas como o fez YQ (*MB*, VII-B).

Silves (*Shilb*)

Nas terras de al-Andalus.

É a capital da província de Ocsónoba.

Esta cidade é a sul da cidade de Beja.

Tem extensas planícies e amplos vales, e uma montanha enorme, onde abundam as pastagens e os regatos; a árvore que lá é mais abundante é a macieira, que produz frutos admiráveis, que desprendem um perfume semelhante ao do aloés, quando aproximadas do fogo.

Silves está situada num planalto, tem uma muralha inexpugnável, e possui hortas e pomares.

Bebe a sua gente do rio [Arade], que corre junto a Silves, pelo lado sul e junto ao qual estão os moinhos da região.

O mar dista dela, para oeste, três milhas.

Possui no rio um porto e uns estaleiros navais.

As montanhas vizinhas produzem muita madeira que é exportada em todas as direcções.

A cidade, em si mesma, é bela com maravilhosos edifícios, e bem organizados mercados.

Os seus habitantes, bem como os das povoações vizinhas, são árabes originários do Iémen e doutras regiões; falam um árabe fluente, expressam-se eloquentemente, e falam em poesia. São todos, elite e povo, habilitados nisso.

As gentes, dos campos vizinhos a Silves, são extremamente generosos, ninguém os ultrapassando nesse aspecto.

De Silves a Badajoz são 3 jornadas; de Silves a Mértola, 4 dias.

(Ed.I.A., p. 342 / Ed. L.P., p.106)

NOTA

Sendo uma notícia maioritariamente devedora a ID, os primeiros 4 §§ deverão ser de BK. Na extensa parte que provem de ID falta, no entanto, a passagem relativa ao *al-Shinshûn* (topónimo que ainda hoje levanta questões), e aos excelentes figos que aquela zona produzia. Retomando a passagem seguinte, relativa a distâncias e itinerários, talvez HM tivesse tido acesso a uma cópia da NM de ID a que faltasse a passagem em causa.

Santarém (*Shantarîn*)

Em al-Andalus. Cidade que se conta (*sic*) na cora de Beja¹.

É uma cidade situada num monte alto, extremamente elevado.

No seu lado sul há um grande precipício, não havendo [aí] muralhas.

No sopé desse declive há um arrabalde que se estende ao longo do rio.

Os seus habitantes bebem águas de nascentes e água do rio também.

Tem muitas hortas que produzem muita fruta e legumes.

E entre ela e Badajoz há quatro jornadas .

Os seus terrenos são dos mais generosos dos terrenos.

O seu rio inunda as suas terras, como o Nilo no Egipto.

Os seus habitantes semeiam no depósito das cheias, quando as sementeiras já terminaram nas outras regiões. E nem por isso desmerecem da bondade das outras, não se atrasando nem na sua formação nem na maturidade ².

Entre os seus distritos está o *Saq̣lab/Saq̣allab*, a mais fértil das terras; elevando-se a produção, em época mediana, a 100 grãos por um; e em anos excelentes, a 200 por um³.

De Santarém dependem, no mar, ilhas que estão habitadas⁴.

O montante dos rendimentos fiscais de Santarém ascendia a 2 900 dinares⁵.

Os seus alfozes estremavam com os alfozes de Beja⁶. [...]

(Ed.I.A., p. 346 / Ed. L.P., pp.113-114)

NOTAS

1. Raiz árabe: *KWR*, impondo-se obviamente neste caso o acrescento do *tâ marbûta*, para se poder ler correctamente. Acerca desta leitura equivocada da passagem em causa, em que *mahdûda* foi lida como *mâdûda*, v. supra 9.2.4. RU, IA.

2. Os §§ 2 a 11 são uma cópia integral do texto de ID (v. 9.2.6.ID-NM).

3. Sobre o *Saq̣lab*, v. 9.4.1. YQ, MB.

4. Possivelmente, as Berlengas (Lopes, 1968, 190; Domingues, 1997, 138; Barata, 1954, 5).

5. Presume-se que esta informação venha também de BK, por comparação com alguns outros valores fornecidos pelo mesmo geógrafo para o reinado de al-Hakam I (180/796 - 206/822): Córdoba, 120.000 dinares; Sevilha, 35.100; Algeciras 618 (BK, *Mmb*, ed., 902 e 905; trad., 30, 33 e 34; ver tb. Vallvé (1986), 256 [n.227] e 254-56). Atente-se no facto de que estamos apenas nos primórdios do crescimento económico de al-Andalus. Para se ter uma ideia da evolução da riqueza, basta ver o total dos rendimentos fiscais anuais oriundos das províncias, no reinado do mesmo emir, que perfazia 600.000 dinares; no do seu sucessor, 'Abd al-Rahmân II (206/822 - 238/852), 1.000.000 de dinares; e cerca de três quartos de século mais tarde, no reinado do califa 'Abd al-Rahmân III (300/912 - 350/961), já ascendia a 5.480.000 (al-Maqqarî, *Nafh...*, I,146 e 211).

6. Por esta última passagem percebe-se com facilidade a incongruência da primeira passagem (v. supra).

Sintra (*Shintara*)

Das cidades de Lisboa, em al-Andalus.

Nas proximidades do mar.

Cobre-a um nevoeiro perene que não se corta.

É de saudáveis ares que alongam a vida dos seus habitantes.

Tem dois castelos de extremo poder.

Entre ela e o mar poderá haver uma milha.

Lá existe um rio, cujas águas vão para o mar, e donde são regados os seus vergéis.

É uma das regiões onde mais se produzem maçãs. E crescem tanto, entre estas comunidades, que atingem os seus perímetros quatro palmos; e de igual forma as peras.

Na Serra de Sintra crescem espontaneamente as violetas.

Extrai-se em Sintra um âmbar excelente, e também em Sidónia, de entre as regiões de al-Andalus.

(Ed.I.A., p. 347 / Ed. L.P., pp.112-113)

NOTA

Ao não haver informações de ID relativamente a Sintra, cremos que toda esta notícia virá de BK. Com a obra de BK em estado fragmentário, esta notícia é muito importante, pois HM é o único autor que nos traz informações sobre: (§ 4) a salubridade dos ares de Sintra; (§ 5) a existência de dois castelos; (§ 9) a produção de grandes peras; e (§ 10) sobre as violetas que nasciam espontaneamente na Serra.

Santa Maria [Faro] (Shantamariyya)

Cidade em al-Andalus, de entre as cidades de Ocsónoba.[...].

A cidade de Santa Maria situa-se sobre o imenso Grande Mar¹.

As muralhas dela são subidas pela água do mar quando é a preia-mar.

É uma cidade de tamanho médio, e bela na disposição.

Tem uma mesquita-mor, [com] cátedra e congregação.

A ela chegam e de lá partem embarcações.

Abunda de uvas e de figos.

Entre ela e Silves são vinte e oito milhas. [...].

É uma cidade muito antiga.

Nela há um estaleiro para as esquadras.

Em frente a ela, no mar, há ilhas, onde crescem pinheiros.

Entre as coisas estranhas que aconteceram em Santa Maria, está a que ocorreu na década de 560². Havia lá uma criança que aparentava, segundo as testemunhas que tinham visto o caso, cerca de cinco anos, tendo, no entanto, atingido a idade adulta, e estando coberto de pelos. Isto era, para as gentes de lá, um fenómeno.

(Ed.I.A., p. 347 / Ed. L.P., p.114)

NOTAS

1. Outra das designações dadas ao Oceano Atlântico.
2. A datação é naturalmente feita segundo a Hégira, correspondendo na datação cristã ao período que vai, mais ou menos, de 1164 a 1174, pois como é sabido o ano lunar é mais curto que o solar.

Coimbra (Qulumriyya)

Com *mîm*.

Em al-Andalus.

Pertence às terras de Portugal (*Burtughâl*).

É uma cidade; entre ela e Cória, são quatro dias.

Ela está situada sobre um monte circular, tendo uma muralha inexpugnável, e três portas.

Ela é o extremo da inexpugnabilidade.

Ela é uma cidade pequena, com vida urbana, e populosa.

Tem muitos vinhedos, maçãs e cerejas.

O seu assentamento é no cume de uma elevação de terreno, não sendo possível conquistá-la.

É sobranceira a um rio, onde há moinhos.

Entre Coimbra e Santarém, em direcção ao Sul, três jornadas; e entre Coimbra e o mar, em direcção ao Oeste, doze milhas.

(Ed.I.A., p. 471 / Ed. L.P., p.164)

NOTA

Esta notícia parece integrar duas notícias distintas sobre Coimbra, pois repete algumas passagens, como seja a informação relativa à sua condição urbana e à sua localização de que deriva a extrema dificuldade em a conquistar. Algumas passagens vêm de ID; as outras virão de BK.

Alcácer do Sal [I] (Qasr Abî Dânis)

No Ocidente de al-Andalus.

(Ed.I.A., p. 475 / Ed. L.P., p.194)

Alcácer do Sal [II] (Al-Qasr)

Cidade em al-Andalus.

Entre ela e Silves são quatro jornadas.

Alcácer é uma cidade bonita, [de tamanho] médio, sobre a margem do rio grande, o qual é um rio por onde sobem muitos navios de passageiros.

No [espaço] que a rodeia tem terrenos repletos de pinheiros.

Nela há muitos estaleiros.

Ela é fértil, abundando o leite, a manteiga, o mel e a carne.

Entre Alcácer e o mar, são vinte milhas.

(Ed.I.A., pp. 476-477 / Ed. L.P., p.161)

NOTA

Toda a notícia procede de ID, com excepção das duas primeiras passagens. A última passagem é mais extensa em ID.

Cacela (Qastala Darrâj)

Povoado no ocidente de al-Andalus.

(Ed.I.A., p. 479 / Ed. L.P., p.160)

Mértola [I] (Mârtula)

Sobranceira ao rio de Badajoz, na península de al-Andalus.

(Ed.I.A., p. 521 / Ed. L.P., p.210)

Mértola [II] (Mîrtula)

Cidade em al-Andalus, a oriente da cidade de Beja.

Entre ambas são quarenta milhas.

Ela é sobranceira ao Guadiana.

E na proximidade das costas marítimas está o Porto de *Hâshim*¹.

É uma fortaleza muito antiga, em que há vestígios ancestrais.

Aí se encontra também uma igreja magnífica, construída nos tempos de Diocleciano César (*Qasliyân Qaysar*),² aquele em cujo tempo foi construída a igreja de Toledo, conhecida por Igreja dos Reis.

Este César foi o primeiro que fez tecer de ouro as suas vestes e leitos.

Ele foi o trigésimo quarto dos Césares.

(Ed.I.A., p. 569 / Ed. L.P., p.191)

NOTAS

1. Porto de *Hâshim*: geralmente identificado como tratando-se de Castro Marim, tendo também já sido aventada a hipótese de que se tratasse, afinal, de Sines. Caso ainda em estudo.

2. O facto de situar a construção da Igreja durante o reinado de Diocleciano pode sugerir duas leituras, não excludentes entre si: o espírito heróico dos cristãos da região que construíram uma igreja durante um reinado em que foram movidas fortes perseguições aos cristãos; e, mercê disso, uma referência explícita a uma forte comunidade cristã anterior mesmo ao reinado de Constantino.

Évora [I] (Yâbura)

Cidade das províncias da Beja de al-Andalus.

É antiga.

Está no términus dos alfozes de Beja, que se estendem por cerca de cem milhas.

(Ed.I.A., p. 615 / Ed. L.P., p.197)

Évora [II] (*Yabûra*)

Cidade em al-Andalus.

Entre ela e a cidade de Alcácer, duas jornadas.

É uma cidade grande e populosa, tendo mercados, alcáçova e mesquita aljama.

Nela há muita fertilidade, a qual não se encontra fora dela, pelo muito trigo, carne e legumes e frutas correntes.

É uma terra das mais excelentes em todas as regiões.

E o que ela mais tem são proveitos.

As transacções comerciais com ela são de importação e de exportação.

Entre ela e Badajoz, duas jornadas.

(Ed.I.A., p. 616 / Ed. L.P., p.198)

9.3.3. (DK) - *Dhikr Bilâd al-Andalus*
(Maghrib - Séculos XIV-XV)

Notícia sobre a cidade de Lisboa (*Madīnat al-Ushbuna*) do ocidente de al-Andalus - queira Deus, o Altíssimo, que seja por nós [re]conquistada

E Lisboa é uma cidade importante, muito antiga e de vasto território.

Assoma-se ao grande Mar Oceânico e está no final do rio conhecido como rio Tejo, onde este se lança no mar. Assim, é terrestre e marítima.

Nela há muitos víveres e amplas benesses ao ter campos de lavoura, plantações agrícolas e frondosos arvoredos.

Lá existem maçãs enormes, com um perímetro de três palmos cada uma.

Nela há também falcões excelentes para a caça.

As muralhas desta cidade estão sobranceiras ao mar e as ondas rebentam nelas.

Nela dão-se muitos produtos, frutos excelentes e tem variedade na caça e na pesca.

Construção imponente, admirável e fortificada é a das suas muralhas e a da sua alcáçova.

É uma das capitais regionais de al-Andalus.

Tem seis portas, dispostas numa ordem curiosa. Entre elas, a Porta Grande, que é ocidental, e onde há arcadas sobrepostas assentes sobre colunas de mármore, cuja base é de mármore branco. Outra porta, também a oeste, conhecida como Porta do Postigo, que se abre para uma extensa e verde pradaria, onde, no meio da qual, dois arroios a cruzam até se lançarem no mar. A porta meridional é a chamada Porta do Mar; por onde entram as ondas, que sobem pelas suas muralhas cerca de três braças. Uma delas, oriental, é conhecida como Porta das Termas, estando as termas próximas dela. Nestas termas correm duas águas: uma água quente e uma água fria, brotando ambas perto do mar; quando a maré enche, encobre-as, e quando baixa, descobre-as. Outra porta, também oriental, é a chamada Porta do Estreito¹.

E perto da cidade de Lisboa, junto ao mar, há uma montanha enorme e muito alta, onde se encontra uma gruta gigantesca onde entram as ondas do mar; quando as ondas afluem à gruta, a montanha eleva-se, e move-se com o movimento das ondas: vê-se-a, alternadamente, erguendo-se e baixando. Isto é visível para quem o queira observar.

Nas proximidades de Lisboa está a península de Tuzira², onde há uma jazida de ouro e pedreiras de ónix e de mármore.

Entre a cidade de Lisboa e a cidade de Talavera está a grande ponte conhecida como Ponte da Espada. [...] ³

E entre a cidade de Lisboa e a de Córdova há uma distância de catorze dias.

Diante de Lisboa há muitas montanhas, castelos inacessíveis e aldeias dispersas.

E lá se produz um mel magnífico, que se pode transportar em tecido ou em papel sem que se derrame.

(Ed. pp. 51-53)

NOTAS

Preliminar Notícia muito compósita. Nela encontram-se semelhanças com muitas outras fontes. Luis Molina identifica, como principais fontes das notícias geográficas, Al-'Udhri e Al-Zuhri (cf. *ob.cit.*, T.II, pp. 308-319). A presença de Al-'Udhri pode atestar-se na maioria das passagens pela semelhança directa, que conhecemos através de Al-Qazwini; e indirectamente (e com mais reservas) pelas semelhanças com Al-Bakri, Ibn al-Shabbat e Al-Himyari, todos eles dependentes, em maior ou menor grau, de al-'Udhri. Em menor número também se encontram semelhanças com al-Zuhri

em algumas passagens. Em alguns casos chegam a ser exclusivas, não havendo qualquer outra fonte com essas passagens.

1. É a única passagem que, referindo as portas de Lisboa, diz que elas são seis. Sobre as Portas de Lisboa, ver António Rei, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol.53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII - XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43; ver ainda Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72, em especial o Apêndice II “As portas e termas de Lisboa”, pp. 70-72.

2. O único topónimo da península em frente a Lisboa, onde se recolhia ouro, e com uma grafia que se poderá correlacionar com Tuzira, é o de Trafaria. Propomos, assim, que Tuzira se trate de uma corrupção gráfica de Taraf Arena > Taraf Areia > Trafaria, cuja etimologia já foi bem demonstrada por David Lopes (cf. *NATP*, pp.173-174).

3. Entre os §§ 15 e 17 detectámos que o copista inseriu a descrição da Ponte da Espada (actual Ponte de Alcantara, sobre o Tejo, em Espanha), e depois retomou a parte final da notícia de Lisboa. Luis Molina, tendo deixado os §§ 17, 18, 19 e 20 ligados à notícia de Ponte da Espada, não se terá apercebido do facto, pois nem sequer o assinalou em nota, nem na edição nem na tradução.

Notícia sobre a cidade de Santarém (*Shantarîn*) das regiões (*bilâd*) no ocidente de al-Andalus

Santarém é uma cidade grandiosa e muito antiga¹; tem uma grande mesquita aljama mandada construir pelo Imâm al-Hakam², esplêndidos banhos e mercados amplos e organizados³.

O seu território abarca mais de mil aldeias⁴, as quais bebem de um rio que as atravessa, e que se chama rio Ana (sic: Tejo)⁵.

Tem crescidas como as do Nilo, e é com elas que se fazem as lavouras; um cafiz de trigo, naquelas terras, rende cem ou duzentos cafizes, mais ou menos⁶.

Este rio é abundante em peixe e em todos os tipos de bens.

Esta cidade tem imponente muralha, e torres inexpugnáveis, não podendo ser tomada pela força⁷.

(Ed., p. 53)

NOTAS

1. Esta fonte diz-nos que Santarém é «muito antiga», contrariamente à notícia de Ibn Hawqal, em que nos diz que cidades fundadas pelos muçulmanos na Península além de Pechina, apenas: “*Santarém, sobre a costa do Mar Circundante, é também recente*” (Cf. 9.1.4. HQ, KS, ed.110; trad. 62).

2. Trata-se do Imâm e Amir Al-Hakam I. Os Emires de Córdova foram designados como “Imâm (Guia)” ou como “Amîr (Príncipe)” e sempre como o seu nome próprio, como é aqui o caso. Não seria o Califa Al-Hakam II pois os Califas faziam-se nomear pelo título de “Amîr al-Mu’minîn

(Príncipe dos Crentes” seguido do *laqab* (cognome) que cada um adoptava no início do seu governo, e que no caso de Al-Hakam II foi o de “*Al-Mustansir bi-llah*” (v. nesta mesma obra, vol. I, pp. 23 e 168; e vol. II, pp. 132 e 138). A construção desta mesquita deverá ter acontecido após a pacificação que se deu na região entre Lisboa e Coimbra, após uma época de revoltas, que terminaram em 808-809, pela mão de Hishâm, um filho do monarca. (ver E.Lévi-Provençal, “Espanha Musulmana, 711-1031”, *História de España*, dir. Ramón Menéndez Pidal, t.IV, p.104; Rachel Arié, “Espanha Musulmana (siglos VIII-XV)”, *História de España*, dir. Manuel Tuñón de Lara, vol.III, p.21).

3. Os três elementos identificadores da cidade islâmica: a mesquita, os banhos e o mercado (V. sobre estas questões: Nikita Elisséeff, *La Ciudad Islamica*, Barcelona, Serbal/UNESCO, 1982).

4. Como ponto de comparação, a mesma fonte dá para outros espaços do *Gharb* as informações seguintes: mil aldeias para Niebla (p.51); duas mil para Coimbra (p.46, s.v. *Burtuqâl*), três mil para Mérida (p.48). Para outros espaços do território, ver Vallvé, *La División Territorial de la España Musulmana* (1986), pp. 238-39 e 254-56.

5. Em ár. *Nahr Ânâ* (Odiana ou o actual Guadiana). Em textos tardios ou de origem oriental é frequente a confusão entre Ana / Iana e Tejo / Beja, pois as respectivas grafias árabes são muito idênticas e prestam-se a tais equívocos. Aqui é claro que se trata do Tejo.

6. Mais uma referência à fertilidade quase miraculosa das lezírias da região de Santarém.

7. Sobre a inexpugnabilidade de Santarém e as suas muralhas, v. 9.2.6-1 ID, NM.

Notícia sobre a cidade de Silves (*Madînat Shilb*) do ocidente de al-Andalus

A cidade de Silves está num local elevado e tem um aspecto extraordinário; tem nobreza, beleza, fortaleza, bondade, fertilidade e perfeição. A sua situação é excelente, a sua hospitalidade acolhedora, a sua inacessibilidade manifesta e a sua terra extensa. Junta a tudo isto muitos benefícios, proveitos e qualidades.

Dela depende o distrito de *Saqlab*,¹ rendendo nele um cafiz cem cafizes² ou mais.

Encontra-se lá um mármore resplandecente.

É uma cidade antiga, tão antiga que não se sabe que povo a construiu; de tipo médio e estilo elegante, amplas ruas, bonitos edifícios, poderosa, e com os seus mercados, os seus caminhos e as suas ruas, tudo isso pavimentado com mármore.

Está edificada nas margens do rio Guadiana³, que é um rio por onde sobe a maré do Mar Circundante, de onde procede o âmbar.

A origem deste rio é num local conhecido como *Fajj al-‘Arûs*, no *Fahs al-Fajj*; aí diminui infiltrando-se, reaparecendo próximo de Calatrava; diz-se também que reaparece no nordeste de al-Andalus. A sua medida é trezentas e vinte milhas, e diminui entre Mérida e Badajoz⁴.

Na cidade de Silves há numerosos vergéis e jardins, edifícios imponentes, [várias] espécies de aves e águas abundantes que emanam de muitas fontes.

Nos seus arredores há planíces de aluvião, e prados que nos fazem crer serem hortas floridas; águas fluindo de fontes, que as deitam transparentes, junto a elas aparecendo maciços de pinheiros e nogueiras comuns, de amplas sombras⁵.

Silves distingue-se pela abundância de uvas, figos lampos, açoifeiras e as muitas amêndoas. E são vendidas as passas de uva em Silves, ao longo de todo o ano, a dois *dirham*[s] o quintal, bem como os figos; as amêndoas, a *dirham* cada dez *sâ*'/s⁶.

Frente a ela (Silves) está a montanha *Jabal al-Janna*⁷, a qual não se assemelha a (qualquer) planície nem montanha. Pasma o olhar em (frente) de campos de lavoura, pastagens, prados, rios caudalosos e alfobres frutíferos; há lá muito mel.

Silves supera todas as regiões de al-Andalus pela abundância de esplêndidos bens, de frutos apetecíveis, da muita caça e da muita pesca; por tudo isto logrou prestígio elevado e glória renomada.

Isto relata Abû 'Abd Allâh Muhammad ibn Muzayn al-Azdî⁸ na sua obra histórica chamada *Silat al-Mughrib fi akhbâr al-Andalus wa-l-Maghrib*. Diz o autor dessa História:

“De entre as cidades de Silves e dos seus distritos, está a cidade de Ocsónoba, cidade de tipo médio, que está perto do mar; encontrando-se no seu mar âmbar de qualidade. Tem também uma mina de prata e uma pedreira de mármore”.

Entre Silves e Santarém são sessenta milhas⁹, e entre ela e Córdova, oito dias.

De entre os seus distritos está a cidade de *Madînat al-Faraj*¹⁰, a qual fica em Guadalajara, a qual é extrema entre os alfozes de Silves e os de Toledo¹¹.

(Ed., pp.53-54)

NOTAS

Preliminar Notícia muito compósita, onde se misturam passagens de várias proveniências, e algumas delas bastante equivocadas, pois claramente não dizem respeito a Silves, como se pode perceber pelas localizações, confrontações e distâncias.

1. Um equívoco, pois *Saqlab* era na região de Santarém.

2. Medida de capacidade para secos, que em al-Andalus valia cerca de 29,326 kg (A. Rei, *Pesos e Medidas...*, pp.13 e 20).

3. Novo equívoco, agora entre o Arade e o Guadiana.
4. Esta passagem confirma que se trata de uma descrição do Guadiana, algures inserida em informação relativa à região de Silves.
5. Possível nova contaminação a partir do *Saqḷab* em que estas *jazâ'ir* serão as “lezírias do Tejo”?
6. Sobre estas medidas, os seus valores e vigência em al-Andalus, ver J. Vallvé, “Notas de Metrologia Hispano-Árabe II - Medidas de Capacidad”, *Al-And.* XLII (1977), 61-121.
7. Esta “Montanha do Paraíso” poderia ser a Serra de Monchique.
8. Muhammad ibn Muzayn, historiador do século X, da família dos Banu Muzayn de Silves. A obra identificada no texto tem sido referida, em tradução, como *História da Espanha Árabe* (Cf. J. D. Garcia Domingues, *História Luso-Árabe*, pp. 89, 120, 123-124, 128, 326-327; Adel Sidarus, «Um Texto Árabe do Século X...», *A Cidade de Évora*, nºs 71-76 (1988-93), p. 8)
9. Novo equívoco quanto às distâncias entre estas duas cidades.
10. Vallvé identifica em *La División Territorial...*(p. 235) a mesma povoação sob os dois nomes: «*Madīnat al-Faray* o *Guadalajara*».
11. Seriam talvez os limites entre Sevilha e Toledo, pois Silves jamais extremou com Toledo.

Notícia sobre a cidade de Portugal [*Coimbra*] no ocidente de al-Andalus

Portugal é uma cidade muito antiga, uma das capitais do ocidente de al-Andalus.

Existiu nela uma grandiosa mesquita aljama, transformada pelos cristãos quando dominaram a cidade¹.

Agora é a capital de *al-Rink al-Rûmî*.²

Tem: imponentes muralhas e portas fortificadas; vastas terras de lavoura e amplos distritos fiscais que abarcam mais de duas mil aldeias e um número de setenta castelos.

Produz nozes, amêndoas, uvas e figos em grande quantidade.

(Ed., p. 55)

NOTAS

Preliminar Luis Molina identifica «a cidade de Portugal» com a cidade do Porto; e J. Vallvé identifica-a como sendo Lisboa (*La División Territorial...*, p.318-9). Nenhum deles, no entanto, analisa os outros dados que a obra fornece, e que nos apontam claramente para Coimbra.

1. No espaço da antiga mesquita aljama da cidade de Coimbra veio a surgir a Sé Velha.

2. Coimbra foi a capital, ou melhor “o assento privilegiado” de Afonso Henriques e dos seus sucessores imediatos, até Afonso III, este último na fase inicial do seu reinado. A expressão *Al-Rink al-Rumi*, que designava, na origem, Henrique de Borgonha, tronco da dinastia e pai de Afonso Henriques, passou a designar, posteriormente e de forma genérica, “o rei português”. V. também infra 9.4.4. AF, TB.

[Cidade de Évora (*Madīnat Yâbûra*)]

Perto dela [Coimbra] está a cidade de Évora, que é uma cidade antiga, de nível médio e formas elegantes.

Assemelha-se a Coimbra na fertilidade, na qualidade das águas e dos ares, e na muita reprodução [do gado].

(Ed., p. 55)

NOTA

A passagem sobre Évora, embora parte integrante da notícia sobre Portugal / Coimbra, tratamo-la aqui de forma autónoma.

**Notícia sobre o Oriente [*sic*] de al-Andalus
ao qual pertence a Cidade de Beja (*Madīnat Bâja*)**

É uma cidade importante e muito antiga, das mais antigas cidades construídas em al-Andalus, onde se encontram notáveis vestígios arqueológicos.

Diz-se que foi uma das edificações de Júlio César, o rei romano que dominou al-Andalus, e que foi o primeiro a ser chamado César de entre os reis de Roma. Chamou-a de Beja pelo nome da sua filha¹.

Limita com os distritos fiscais de Mérida, e está a noroeste de Córdova.

É de terra fértil e produção abundante, agrícola e ganadeira, [produz] frutas, bom mel, e tem uma mina de prata.

Detém [sob a sua jurisdição] muitas cidades, robustos castelos, grandes aglomerados de aldeias e vastos distritos fiscais.

Tem banhos, amplas ruas, muitos mercados e mesquitas.

A sua gente é árabe².

(Ed., pp. 55-56)

NOTAS

Preliminar Mais um equívoco de localização, que coloca Beja no Oriente peninsular.

1. Sobre a etimologia de Beja, Ibn Ghâlib, no *Kitâb Farhat al-anfus* (ed. 'Abd al Badî, p. 307), dá uma etimologia correcta de Beja, fazendo-a derivar de "paz" (ár. *silm*), [PAX IULIA, no período romano]. De facto a filha de César chamou-se Julia, embora não seja muito credível que Julio Cesar chamasse às cidades "Julia" por causa da filha, mas sim por uma referência prestigiante a ele próprio, referências que acabaram por perdurar.

2. Sobre o assentamento de árabes em Beja, desde a conquista arabo - islâmica, ver supra 9.1.1. YB, § 1.

9.3.4. (MQ, NT) - Abû-'Abbâs Ahmad ibn Muhammad al-Maqqarî al-Tilimsânî

(Tlemcén, 986/1578 - Egipto, 1042/1632)

[Recursos minerais no *Gharb al-Andalus*]

[...] E do seu [de al-Andalus] mar, na região do Ocidente, sai o excelente âmbar, o primeiro entre os do seu género, pelo perfume e pela resistência ao fogo[...]

(Ed., p.140)

[...] Em Ocsónoba há uma montanha abundante em aves; o aroma dela é o aroma do aloés perfumado quando se lhe chega o fogo [...].

(Ed., p.141)

[...] A pedra *al-bijâdî*, que existe na zona da cidade de Lisboa, lá numa montanha, reluzindo nela, de noite, como um luzeiro [...].

(Ed., p.142)

[...] O ouro [...] recolhe-se também nas costas de Lisboa [...]. E em Ocsónoba há uma mina de estanho, que não tem comparação, assemelhando-se à prata [...].

(Ed., p.143)

[Âmbar na costas de Santarém]

[...]

O âmbar abunda no mar de al-Andalus.

É levado para o Egipto e para outros lugares.

É levado para Córdova desde as zonas costeiras, chamadas Santarém e Sidónia.

A aluquia dele em al-Andalus atinge (o valor de) três meticais de ouro¹.

Esta aluquia (segundo o valor) de Baghdad é vendida no Egipto, uma aluquia dele por dez dinares².

E é um âmbar muito bom [...]³.

(Ed., p.152)

NOTAS

1. O valor da *aluquia* rondava os 28,64g (cf. A.REI, 1998a, 20). O *metical* valia 3,58g; ou seja um valor paritário com o do *dînâr* (cf. *ibid.* & J.Vallvé, 1984, 167).

2. Com o *metical* idêntico ao *dînâr*, no Egipto o âmbar valorizava-se 3 1/3 vezes.

3. Sobre o § 6 v. supra 9.1.3. MS.

[Nesta passagem está “*wa huwa ‘anbar jayyid*”. Mais que uma apologia que se tivesse dado entre MS e MQ, ter-se-á dado um fenómeno de restituição por parte de um copista zeloso do texto de MS: tendo lido *ghayr* por *‘anbar*, muito próximas na grafia, terá resolvido completar a sua leitura: “*wa huwa ghayr jayyid*” por “*wa huwa ‘anbar ghayr jayyid*”. Seria, no entanto, e pelo contrário, um âmbar excelente, atendendo aos preços que tinha em al-Andalus e no Egipto respectivamente.]

[Província de Lisboa]

Na província de Lisboa, contígua com a de Santarém, há uma jazida de ouro em pó.

Lá existe um mel que é colocado num saco de linho, pois não existe nele humidade; é como se fosse açúcar.

E existe, na sua orla marítima, âmbar, a que não se assemelha senão o *shihri*.

(Ed., p.152)

NOTA

Sobre o âmbar das costas de Santarém e / ou de Lisboa, v. A. Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 61-75, p. 72; e A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e o seu termo, segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72, em especial pp. 69-70.

[...]

A fama de Beja (*Shuhrat Bâja*)

À província de Beja, uma das províncias ocidentais que fizeram parte dos distritos fiscais de Sevilha nos tempos dos *Banî ‘Abbâd*, são atribuídas particularidades no curtume das peles e na manufacturação do linho.

Lá há uma mina de prata.

Nela nasceu *al-Mu‘tamid ibn ‘Abbâd*.

É contígua com a província de Mérida [...].

(Ed., p.159)

[...]

Sintra e as suas especificidades (*Shintra wa khawâsihâ*)

Disse Ibn Alysa‘, ao recordar a cidade de Sintra (sic: Santarém): “Entre as suas especificidades, está que o trigo (*qamh*) e a cevada (*sha‘ir*)

semeados nas suas terras são ceifados quando passam quarenta dias da sua sementeira”.

E as maçãs de lá, o diâmetro de cada uma é de três palmos e mais.

Contou-me Abû ‘Abd Allah al-Bakûrî, um homem credível: «Vi, junto a Al-Mu’tamid ibn ‘Abbâd, um homem das gentes de Sintra que o presenteava com quatro maçãs, das quais não se podem carregar mais que essas à cabeça, por ser o diâmetro de cada de cinco palmos. E disse o homem, na presença de Al-Mu’tamid, que o normal lá era que fossem mais pequenas; e que se queriam que tivessem aquele tamanho, podavam-lhe o pé e deixavam só dez ou menos ramos, a que eram colocados, por baixo, suportes de madeira».

(Ed., p. 164)

NOTA

Al-Maqqarî dispôs de um manuscrito onde se fez clara confusão entre Santarém (*Shantarîn*) e Sintra (*Shintra*), pois o relato da fertilidade das terras é claramente relativo a Santarém, embora o relativo às maçãs se relacione efectivamente com Sintra.

Ver, sobre estas questões, A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e o seu termo, segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), pp. 37-72, em especial pp. 69-70.

[...]

[Divisões administrativas do *Gharb al-Andalus*]

[...] Quanto ao Ocidente de al-Andalus, nele existem: Sevilha, Mérida, Lisboa e Silves.

Dos distritos fiscais de Sevilha: Jerez, Algeciras, Niebla e outras.

Dos distritos fiscais de Mérida: Badajoz, Évora, e outras além delas duas.

Dos distritos fiscais de Lisboa, Santarém, e outras além dela.

E dos distritos fiscais de Silves, Santa Maria [Faro] e outras além dela.

(Ed., p.167)

[...]

Silves e a província de Ocsónoba (*Shilb wa Kûra Ukshûnuba*)

Os distritos fiscais de Silves chamam-se província de Ocsónoba.

É contígua com a província de Lisboa.

E ela - isto é Ocsónoba - é uma capital majestosa.

Tem cidades e fortalezas.

E a residência do seu soberano é a capital Silves.

Entre ela e Córdova são sete dias.

E quando passou para a *Banî 'Abd al-Mû'min*, soberanos de Marraquexe, ligaram-na à província de Sevilha.

Orgulha-se Silves por ser de lá o *Dhî al-Wizâratayn*¹ *Ibn 'Ammâr*, que Deus seja indulgente com ele.

Dela era também o chefe militar *Abû Marwân 'Abd al-Malik ibn Badrân*, talvez chamado «*Ibn Badrûn*»², o famoso literato, comentador da *qasîda* de *Ibn 'Abdûn*.

(Ed., pp. 184-185)

NOTAS

1. *Dhî al-Wizâratayn*: “o que tem dois cargos ministeriais”. Título bastante comum dado a alguns validos de monarcas muçulmanos. Neste caso trata-se de *Ibn 'Ammâr*, que serviu *Al-Mu'tamid ibn 'Abbâd*.

2. *Abû Marwân 'Abd al-Malik ibn Badrân*, ou «*Ibn Badrûn*»: um dos últimos grandes letrados e poetas do *Gharb al-Andalus*, que era de Silves. Sobre estes indivíduos, v. J. D. Garcia Domingues, *História Luso-Árabe*, *passim*.

9. 4. Orientais (séculos XIII – XV)

9.4.1. Abû ‘Abd Allah Yâqût ibn ‘Abd Allah al-Hamawî (Ásia Menor, 575/1179 - Alepo, 626/1129)

Elvas (Âlîsh, aliás Âlbash)

Com *i* no *lâm*, *yâ* sem vogal e *shîn* com pontos. Cidade em al-Andalus. Entre ela e Badajoz, um dia.

(Ed., vol. I, p. 56)

NOTA

O manuscrito que Yâqût usou, teria um *yâ* em vez dum *bâ*, fáceis de confundir, pois a primeira tem dois pontos em baixo, e a segunda, um. Um ponto, um pouco esborratado, poderá ser lido como tratando-se de dois pontos. É um lapso muito comum, quer sejam pontos sob ou sobre o corpo da letra. E mais ainda para um autor, Yâqût, que não sendo peninsular não conhecia as povoações e não podia corrigir lapsos nos topónimos.

Ocsónoba (I) (Akhshânba)

Com *a*; depois ausência de vogal; *a* no *shîn* com pontos; *nûn* sem vogal e *bâ* com um só ponto. É uma região em al-Andalus. Imensamente conhecida pela abundância dos seus bens naturais. Entre ela e Silves são seis dias; e entre ela e Lepe¹, três dias.

(Ed., vol. I, p.123)

NOTA

1. Lepe, povoação da província andaluza de Huelva.

Aroche (Arûn, aliás Arûsh)

Com *a* e depois *u*, a *wâw* sem vogal; e *nûn*. Zona agrícola de al-Andalus, pertencente aos distritos fiscais de Beja. O seu linho excede o linho corrente em al-Andalus.

(Ed.: I, p. 164; trad. GAK, p. 67)

NOTA

Neste caso é uma confusão entre o *shîn* que originalmente foi escrito e o *nûn* que foi entendido pelo leitor oriental. Neste caso três pontos muito próximos entre si foram entendidos como sendo um só ponto.

Lisboa (I) (Ushbûna)

É uma cidade de al-Andalus, também chamada *Lashbûna*. Limita com Santarém perto do Mar Envolvente [Oceano Atlântico]. Existe nas suas costas um âmbar excelente.

Diz Ibn Hawqal: “Encontra-se na desembocadura do rio de Santarém, em direcção ao mar.”¹ Diz ainda: “Da foz do rio que é em Almada, até Lisboa, e daí a Sintra, são dois dias.”²

(Ed.: I, p. 195; trad.GAK, pp. 69-70)

NOTAS

1. Não foi detectada esta passagem na edição de Ibn Hawqal que utilizamos, *Kitâb Sûrat al-Ard (Liber Imaginis Terrae*, ed.J.H. Kramers, col. *B.G.A.*, vol.II, Leiden, 1967). Provirá possivelmente de um outro manuscrito do texto de Ibn Hawqal (geógrafo e viajante oriental do século X, cf. *ob.cit.*).

2. Na p. 115 da edição referida na nota anterior, a passagem aparece como segue: “[...] Da foz do rio até Lisboa, um dia, e de Lisboa a Sintra, dois dias[...]”.

Al-Andalus

Al-Andalus [...] estende-se do limite da Galiza até à *kura* de Santarém, [daí] até Lisboa [e] até *Jabal al-Ghûr* e demais cidades que vão até Gibraltar [...]¹.

O segundo lado² [...] [segue, depois da foz do Guadalquivir] para a ilha de Saltes, o rio Guadiana, Tavira, Santa Maria³, Silves e daqui gira em direcção a Lisboa e Santarém, regressando depois ao Cabo de S. Vicente⁴, em frente a Silves, podendo o mar ser cortado entre Silves e o Cabo de S. Vicente, por uma distância de cinquenta milhas. Lisboa, Sintra e Santarém estão à direita de um alfoz. O Cabo de S. Vicente é um monte que se eleva entrando pelo mar cerca de quarenta milhas, onde se ergue a famosa Igreja dos Corvos. Em seguida, abandonando o Cabo de S. Vicente, junto ao Mar Circundante⁵, passa-se pelo alfoz de Arrifana, pelo alfoz de Mira⁶ e cruzam-se aquelas regiões inflectindo para norte.

(Ed., vol. I, pp. 272-274)

NOTAS

Preliminar Esta notícia consta de excertos relativos ao espaço do Ocidente peninsular, constantes na entrada em que Yâqût descreve a forma e os limites extremos da Península Ibérica, dos quais retivemos os que se relacionam com o extremo Ocidente.

1. Nesta relação de limites este *Jabal al-Ghûr* (Montanha das Profundezas; das Cavernas), talvez se relacione com as costas alcantiladas da zona de S. Vicente e Sagres.

2. Esta parte é extraída da descrição do segundo lado do ‘Triângulo’, forma atribuída à Península Ibérica, que os autores árabes recorrentemente citam, as *Crónicas*, quer *do Mouro Rasis*, quer *Geral de Espanha de 1344* retomam, e que remonta a Paulo Orósio de Braga.

3. No texto: *Shantara* (que a ser certo seria ‘Sintra’), por *Shantamariyya*, nome por que era conhecida Faro. Trata-se, portanto, de um evidente lapso de copista, devido à semelhança gráfica entre os dois topónimos em árabe.

4. No texto *Tarafal-‘Urf*. Ou esta designação está correcta, donde ‘o extremo do promontório’, ou então seria uma confusão entre ‘urf e *gharb*, que em árabe têm formas gráficas muito idênticas. Neste último caso teríamos ‘o extremo do ocidente’.

5. Designação recorrente para ‘Oceano Atlântico’ (em árabe *al-Bahr al-Muhit*), que encontraremos também noutras notícias, também mesmo em outros autores árabes.

6. No texto *Hawz al-Madra*. A grande semelhança na grafia árabe entre *Madra* e *Mira*, e o facto daquela se situar a norte do Alfoz de Arrifana, o qual englobaria sensivelmente os actuais concelhos de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur, leva-nos a fazer aquela leitura. Seria o alfoz da região de Odemira, ou *Hawz al-Mira*. O rio Mira faria a delimitação entre Lisboa e Ocsónoba, como os textos de RZ e IG e outros afirmam. Ainda sobre esta questão, v. infra ‘*al-Wadhra*’.

Ocsónoba (II) (*Akshûniya*, aliás *Akshûniba*)

Com *a* no *hamza*; *kâf* sem vogal; e *u* no *shûn* com pontos; *wâw* sem vogal; *i* no *nûn*; e *yâ* ligeira. Cidade no al-Andalus cujas dependências ligam com as de Lisboa. Está a ocidente de Córdova. É uma cidade com inúmeros bens terrestres e marítimos. No seu litoral encontra-se um âmbar superior, que nada deve ao da Índia¹.

(Ed., vol. I, p. 240)

NOTA

1. Sobre a questão do âmbar nas costas do Algarve, ver Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 37-72, especialmente o Apêndice I: “Sintra ou Santarém (âmbar e maçãs), pp. 69-70. Sobre tradições textuais envolvendo esta passagem nesta notícia sobre Ocsónoba, v. António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória - de Al-Râzi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Colibri, 2008, pp.120-121.

Bashîla (?)

Um dos distritos de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed., vol. I, p. 429)

Al-Jawf (?)

Território baixo ou avançado no mar, no ocidente de al-Andalus, sobre o Mar Circundante. E é também, um dos distritos de Ocsónoba, de al-Andalus.

(Ed., vol. II, p. 188)

Dimyâna (?)

Com *i* na sua primeira letra; com ausência de vogal na segunda; e *yâ* com dois pontos em baixo; e depois *alif* e *nûn*. Um dos distritos de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed. vol. II, p. 475)

Rujîna (?)

Com *u* na sua primeira letra; com *i* na segunda; e depois da *yâ* com dois pontos em baixo e sem vogal, *nûn*. Distrito de entre os distritos de Beja, em al-Andalus.

(Ed. vol. III, p. 30)

Lagos (Al-Zâwiya)

Um dos distritos de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed. vol. III, p. 128)

Al-Sand (?)

Com *a* na primeira letra, e sem vogal na segunda. Assim o encontrei na escrita de alguém da gente de Granada¹, atribuível a ele, em caligrafia de al-Andalus, exactamente. E diz: “É do distrito de Beja”.

(Ed., vol. III, p. 268)

NOTA

Preliminar Gamal ‘Abd al-Karîm lê “al-Sanad”. Será esta a vocalização presente na edição de Yâqût feita por F. Wüstenfeld, e que G. ‘Abd al-Karîm usou como base para a sua tradução castelhana (GAK, p. 186).

¹ Esta informação sobre “alguém da gente de Granada” refere-se a Ibn Ghâlib (cuja obra serviu de fonte a Yâqût), e que naquela cidade exerceu as suas funções de *kâtib* (escrivão de chancelaria) do aparelho almóada.

Al-Sahl (?)

Como o contrário de difícil. É um dos distritos fiscais de Beja.

(Ed., vol. III, p. 290)

NOTA

Em árabe ‘sahl’, significa também ‘fácil’, daí a explicação do autor.

Sharq (?)

Com a pronúncia de “Oriente” contrário de “Ocidente”. [...] Distrito de Beja [...] em al-Andalus.

(Ed., vol. III, p. 337)

Sacavém (Shaqabân)

É um dos povoados de Lisboa, a oriente dela. Relaciona-se com ele Taytal ibn Ismâ'îl al-Shaqabânî, de quem há alguma poesia¹.

(Ed., vol. III, p. 354)

NOTA

1. Este poeta e místico da região de Lisboa, depois de ter vivido e estudado em Córdoba, veio, mais tarde, a escolher a zona da albufeira de Sacavém para seu local de retiro espiritual, tendo lá edificado uma arrábida ou azóia. Lá permaneceu, até ao fim dos seus dias, dedicando-se às práticas espirituais. A sua fama perpetuou-se, tendo a arrábida ficado conhecida, durante bastante tempo, como a Arrábida de Taytal (cf. Al-Dabbî, *Bughya*, n.º 1212; Al-Humaydî, *Jadhwa*, n.º 294; Al-Marrâkushî, *Dhayl*, V/1, n.º 390; e Ibn Sa'îd, *Rayât* [ed. E. Garcia Gomez], n.º 39).

A memória daquela arrábida ou azóia terá permanecido até hoje na região, concretamente no topónimo Azóia, próximo de St.ª Iria da Azóia.

Silves (Shilb)

É uma cidade no ocidente de al-Andalus. Entre ela e Beja, são três dias. Está a oeste de Córdoba. É a capital do distrito administrativo de Ocsónoba. E entre ela e Córdoba são dez dias para o cavaleiro veloz. Fui informado de que não há em al-Andalus, para lá de Sevilha, outra [cidade] como ela. Entre ela e Santarém, são cinco dias. Ouvi dizer a muitos: “Poucos serão aqueles entre a sua gente que não digam poesia e não se interessem pela cultura. E se passares por um agricultor detrás da sua junta de bois, e lhe sugerires um mote, glosá-lo-á na hora [e de forma correctíssima]”.

(Ed., vol. III, pp. 357-358)

NOTA

Esta passagem relativa à grande capacidade de improvisação poética dos habitantes de Silves e sua região, encontra-se também noutros autores árabes, como Al-Idrisî (*Nuzhat al-Mushtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*), ed. E. Cerulli et all., *Opus Geographicum*, IX fascls., Napoles Roma, IUONIIMEO, E. J. Brill, [Leyden], 1975, f.V, p. 543; trad. parc. portug. J. P. Machado, “A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Séc. XII” *Boletim Soc. Geografia de Lisboa*, n.º13, 1964, pp. 1753, p. 27); também Al-Himyarî, (*al-Rawd al Mi'târ*, ed. Ihsân 'Abbâs, 2.ª ed., Beirute, Nasser Foundation for Culture, 1980, p.342; trad. parc. francesa E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le “Kitâb rawd al-mi'târ fi habar al-aktâr” d'Ibn 'Abd al-Mun'im al-Himyarî*, Leiden, E. J. Brill, 1938, p. 129); e ainda Al-Qazwîni (*Âthâr al-bilâd*, ed. Beirute, Dâr Sâder, 1380/1960, p. 541; trad. parc.cast. Fátima Roldán Castro, *El Occidente de al-Andalus en el “Âthâr al-bilâd” de al-Qazwîni*, Sevilha, Alfar, 1990, pp. 119-121).

Sintra (Shantara)

Com vogal *a* e depois ausência de vogal, e *tâ* com dois pontos encima e *râ* sem qualquer ponto diacrítico. Cidade dos distritos fiscais de Lisboa, em al-Andalus. Diz-se: Nela há maçãs, em que o perímetro de cada maçã é de três palmos¹. Deus sabe se isso é verdade. Está agora em poder dos cristãos, que a conquistaram no ano 543².

(Ed., vol. III, p. 367)

NOTAS

1. Sobre as extraordinárias maçãs de Sintra, v. Adel Sidarus e António Rei, “Apêndice I - Sintra ou Santarém (âmbar e maçãs)”, do trabalho “Lisboa e o seu Termo, nos geógrafos árabes”, *Actas do Colóquio «Lisboa - Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos» / Arqueologia Medieval 7*, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 37-72, p. 69-70. Para a medida do “palmo”, ver Joaquín Vallvé, “Notas de metrologia hispano-árabe - El codo en la España musulmana”, *Al-Andalus* XLI (1976), pp. 339-354.

2. A partir desta referência cronológica, eventualmente a confirmar, a Sintra islâmica teria ainda resistido, no mínimo, mais sete a oito meses à conquista cristã, após a queda de Lisboa (21 de Outubro de 1147), pois o ano de 543 iniciou-se em 22 de maio de 1148 (G.S.P. Freeman-Grenville, *The Muslim and Christian Calendars*, Londres, Oxford University Press, 1963, p. 31).

Santarém (Shantarîn)

(Trata-se de) duas palavras articuladas: *shanta*, uma palavra, e *rîn* (outra palavra), como se explicou anteriormente¹. (Em) *rîn* o *râ* é vocalizado com *i*; (sendo) a *yâ* (mesmo) com dois pontos (em baixo); e (no fim há uma) *nûn*. É uma cidade com dependências fiscais confinando com as dependências de Beja, no Ocidente de al-Andalus, para oeste de Córdova. Está situada junto ao rio Tejo, perto da sua desembocadura no Mar Circundante.

É inexpugnável. Entre ela e Córdova, são 15 dias; e entre ela e Beja, são 4 dias².

Ela agora é dos cristãos, tendo sido dominada no ano de 543³.

(Ed., vol. III, p. 367)

NOTAS

1. O autor refere-se ao artigo anterior sobre *Shanta Ulâlyâ* no leste peninsular (tex., p.366; trad., p. 208). Na realidade era *Shanta Irîn* (Santa Irene, ou Santa Irina ou Santa Iria, esta última na forma mais popular e que foi a que perdurou). Sobre questões relativas a este topónimo moçárabe, v. António Rei, “Santarém e o Vale do Tejo, na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 61-75, em especial o “Apêndice III – O topónimo arabisado de Santarém”, p. 74.

2. Todo este § está ausente da tradução de Gamal ‘Abd al-Karîm.

3. Algum erro de leitura se terá dado aqui, pois a conquista de Santarém, em 15 de março de 1147 sucedeu ainda no ano islâmico de 541, e não no de 543 (> 1148/49) (cf. G.S.P. Freeman-Grenville, *ibidem*). Esta informação provirá de Ibn Ghâlib, o qual, no relativo à conquista cristã, tratou numa mesma passagem Lisboa, Sintra e Santarém. Yâqût decompôs essa passagem em tantas partes quantas as localidades referidas. Para a Lisboa de Ibn Ghâlib, e para Lisboa e Sintra de Yâqût, v. Adel Sidarus e António Rei, *ob.cit.*

Xira [Vila Franca de] (?) (Shîrûsh)

A sua parte primeira é como a do que a antecede: [com *i*, depois sem vogal, e *râ*]; depois *wâw*, e no fim outra *shîn*. É um dos distritos de Santarém, em al-Andalus.

(Ed., vol. III, p. 383)

NOTA

Preliminar Para esta identificação toponímica baseámo-nos apenas na semelhança fonética dos topónimos e na proximidade geográfica entre Vila Franca de Xira e Santarém.

Al-Sakhra (?)

Com a pronúncia de um pedaço de rochedo pétreo. É um dos distritos de Ocsónoba em al-Andalus.

(Ed., vol. III, p. 395)

Alto da Fóia, Serra de Monchique (Sakhra Haywa)

Região no Ocidente de al-Andalus.

(Ed., vol. III, p. 395)

NOTA

É possível que este topónimo e o anterior sejam ambos relacionados com um mesmo lugar, como podemos perceber por diferentes duplicações de notícias relativas a povoações e cidades do nosso espaço. “Sakhra” pode traduzir-se por “penhasco” ou por “penha” ou “pena” (lembramos o Palácio da Pena, em Sintra), logo remetendo para um cume montanhoso. Quanto a “Haywa”, e seguindo a regra geral de que as aspiradas árabes deram “f” em português, terá dado origem ao topónimo “Fóia” (Haywa > Faywa > Fawya > Foia). Ainda hoje o “Alto da Fóia” é o nome do ponto mais alto da Serra de Monchique.

Saqlab (da antiga *Scallabis*)

Vogal *a* (para a primeira consoante); ausência de vogal (para a segunda); vogal *a* para o *lâm*; e no fim do nome (temos) um *bâ* com um

só ponto [...]¹. E *Saq̣lab* (encontra-se) também em al-Andalus. Um dos distritos fiscais de Santarém. A sua terra é excelente. Diz-se que um *makkûk* quando semeado nessa terra, rende, para além dele, 100 cafizes e [ainda] mais².

(Ed., vol. III, p. 416.)

NOTAS

Preliminar As citadas traduções espanholas não referem esta notícia, apesar de a conhecida compilação levada a cabo por Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su Reino*, (1919-21) a ter identificado (cf. D. Lopes, *NATP*, p.190).

1. Se esta vocalização, segundo o autor, corresponde ao habitat dos Eslavos no Leste europeu, para a Hispânia, o esqueleto consonântico SQLB permitiria a leitura *Saq̣allab* (< *Scallabis*).

2. O *makkûk* na Ásia Menor no século XII oscilava entre os 41,75 kg e os 46,38 kg. O *cafiz*, também naquela região equivalia a 47,15 kg, ou seja, um valor idêntico ou ligeiramente superior (cf. E. Ashtor, «Makâyil et Mawâzîn», *E.I.*, T.VI, 115-20). Cem cafizes seriam, assim, cerca de 4715 kg. Reproduzindo-se, de uma outra maneira, e em relação a outras unidades métricas, o mesmo índice de fertilidade mediana de 100 / 1 ou um pouco mais, que também aparece em al-Idrisi (cf. ed. Napoles - Roma (1975), pp. 549-550; trad. J.P. Machado (1964), pp.31-32), e reaparece em al-Himyarî (cf. ed. I. 'Abbâs (1980), p. 346; trad. Lévi-Provençal (1938), p.139) e no *Dhikr Bilâd al-Andalus...* (cf. Luis Molina, Madrid, CSIC (1983): ed. p. 53; trad. pp. 58-59).

Tavira (Tabîra)

Com *a*; depois com *i*; depois com *yâ* com dois pontos em baixo; e *râ*.
Pequeno povoado em al-Andalus.

(Ed., vol. IV, p. 21)

Tartânash (?)

Com *a*; depois sem vogal; repete o *tâ*; depois de *alif*, vem *nûn*; e no fim *shîn* pontuada. Zona agrícola (*nâhya*) de al-Andalus pertencente aos distritos de Ocsónoba.

(Ed., vol. IV, p. 29)

Tartawâsh (?)

Com *a*; depois sem vogal; outra *tâ*; depois *wâw*; depois do *alif*, *nûn* e *shîn* pontuada. Um dos distritos de Beja, em al-Andalus.

(Ed., vol. IV, p. 30)

Targhalla (?)

Com *a* no princípio; sem vogal na segunda; *a* no *ghain* com ponto; e *a* no *lâm* intensificado. Cidade em al-Andalus, dos distritos de Ocsónoba.

(Ed., vol. IV, p. 31)

Toutalga (Tutáliqa)

Com *u* na sua primeira; sem vogal na segunda; depois outro *tâ*; e depois *alif*, e *lâm* com *i*; e *qâf*. Pequeno povoado em al-Andalus, pertencente ao distrito de Beja, onde há uma mina de prata pura.

(Ed., vol. IV, p. 50)

NOTA

Topónimo identificado na Serra da Adiça, concelho de Moura (cf. Cláudio Torres, “Povoamento antigo no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica”, *Arqueologia Medieval* n.º 1 (1992), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp.189-202, p. 189; e *Reportório Toponímico de Portugal*, Lisboa, Ministério do Exército, III vols., 1967, vol. III, p. 117: ‘Ribeira de Toutalga’.

Acresce que tal topónimo ocorre na Serra da Adiça, sendo ‘adiça’, do árabe *al-dîsa* > “o trilho ou a passagem subterrânea” (Federico Corriente, *Diccionario Árabe-Español*, 2.ª ed., Madrid, IHAC, 1986, p. 262), daí o sentido de ‘mina’, enquanto ‘galeria do subsolo’, corroborando a actividade mineira da região.

Alferce (Al-Fahs)

É um dos distritos de Ocsónoba.

(Ed., vol. IV, p. 227)

NOTA

Este topónimo foi recentemente correlacionado com a povoação de Alferce, no actual concelho de Monchique (cf. Abdallah *Khawli*, “Quelques réflexions sur l’histoire de l’Algarve pendant les premiers siècles de l’islamisation (VIII-XIème siècle)”, *Xarajib* 2 (2002), CELAS, Silves, pp. 21- 40).

Castro Marim (Qâshruh)

Depois do *shîn*, vem *râ* com *u*; e *hâ* sem vogal. Encontram-se o *alif* e o *shîn*, ambas sem vogal. Dos distritos de Niebla. Encontrei noutro manuscrito, escrito em caligrafia de al-Andalus: *Qâtîduh*. Sendo isto certo.

(Ed., vol. IV, p. 297)

NOTA

É referida pelo próprio autor a existência de um outro manuscrito em que o topónimo figura mal copiado e portanto dando origem a uma outra leitura. Aquelas duas grafias, em árabe, são realmente muito próximas. Embora, quanto a nós ambas tenham resultado de leituras erróneas de *Qāshtrūh* (Castro), a forma que correctamente transcreve o topónimo em causa. Em consequência desta nova informação toponímica, uma outra questão ganha natural premência, e que é a relativa a *Marsâ Hashîm* (Porto de Hashîm): será esta, Castro Marim? Ou tratar-se-á afinal, e agora de forma mais consistente, de Sines? Esta última parece ser, de facto, mais concludente. Mas, consequentemente, deparamo-nos com mais uma outra questão que poderá estar ligada, também a um erro de leitura: seria *Hashîm* ou seria *Qasîm*, provindo desta última palavra o termo *Cacém*, que compõe o actual topónimo de *Santiago do Cacém*?

A proximidade desta e de Sines obrigarão a uma futura abordagem destas questões.

Cacela (Qastalla)

Com *a* na primeira letra; sem vogal na segunda; com *a* no *tâ*; intensificação do *lâm*; e *hâ*. Cidade em al-Andalus.

(Ed., vol. IV, p. 347)

NOTA

Terra natal do letrado Ibn Darrâj Al-Qastallî, poeta e secretário pessoal de Muhammad ibn Abî 'Ammîr *Al-Mansûr*, o famoso hâjib de Córdova. Sobre este homem de letras, v. Muhammad 'Alî Makkî, "Ibn Darrâj al-Kastallî", *EI*², vol. III, pp.742-744.

Alcácer do Sal [literalmente Castelo de Beja] (Qasr Bâja)

Cidade em al-Andalus, pertencente às zonas rurais de Beja. Está próxima do mar. Diz-se que o âmbar existe nas suas costas.

(Ed., vol. IV, p. 356)

NOTA

Único caso conhecido até ao momento em que Alcácer do Sal surge designada, como 'Qasr Bâja' > 'Castelo de Beja'.

Coimbra (Qulumriya)

Com *u* na primeira e na segunda das letras; sem vogal no *mîm*; e *i* no *râ*; e um *yâ* simples. Cidade em al-Andalus, a qual está hoje nas mãos dos cristãos. Que Deus os humilhe!

(Ed., vol. IV, p. 391)

NOTA

‘Cristãos’ neste texto, de autor oriental, designados como *Afranji*, termo que provém de ‘francos’. Esta expressão passou a designar, no Oriente, a partir do período das Cruzadas, os cristãos em geral.

Lisboa (II) (Lashbûna)

Diz-se também Ushbûna, com *alif*. É uma cidade de al-Andalus, cuja jurisdição confina com as terras de Santarém. É uma cidade antiga, próxima do mar e situada a oeste de Córdoba. Nas suas montanhas há bons falcões e produz o melhor mel de todo o al-Andalus, que se conhece como *al-ladharnî*¹; parece-se com o açúcar, conservando-se embrulhado em pano, para que não se suje. A cidade está junto ao rio Tejo e perto do mar. No seu solo há jazidas de ouro puro e nas suas costas encontra-se um âmbar excelente. Os cristãos (*afranji*) apoderaram-se dela no ano de 573 [/ 1177] (*sic*)² e creio que continua em seu poder.

(Ed., vol. V, p. 16)

NOTAS

1. Único autor que apresenta uma denominação para o famoso mel da zona de Lisboa.
2. Lapso do copista, pois a data da conquista foi 542/1147 (cf. G.S.P. Freeman-Grenville, *ob.cit.*, p.31).

Marachique > Castro da Cola, Ourique (Murjîq)

Com *u*, e depois sem vogal; com *i* no *jîm*; *yâ*, com dois pontos embaixo, sem vogal; e *qâf*.

Fortaleza dos distritos fiscais de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed., vol. V, p. 103)

Messines (Massâna)

Com *a*; depois uma intensificação; e depois do *alif* vem *nûn*. Uma das zonas rurais de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed., vol. V, p. 125)

Malmâr (?)

Com *a*, e dois *mîm*/s; no final, *râ*. Pertence ao distrito de Ocsónoba, no al-Andalus.

(Ed.: V, p. 195; trad.GAK, p. 289)

NOTA

Para este topónimo foi aventada muito recentemente a hipótese de poder tratar-se da povoação de Marmeleite, no ocidente algarvio (cf. Abdallah KHAWLÍ, *ob. cit.*).

Monte Sião ou Monsanto? (Munt Ashyûn)

[Primeira letra da palavra] com vogal *u*, depois sem vogal [para a segunda letra], e *tâ* com dois pontos. [Na segunda palavra] depois do *alif*, *sîn* com pontos diacríticos, *yâ* debaixo do qual [há] dois pontos, e no seu final *nûn*. É uma cidade dependente de Lisboa, no al-Andalus. Disse Al-'Abdarî: «*Munt* é o nome de “monte”; e estão relacionados com ele todos os lugares [montanhosos], como dizendo-se monte tal e tal.

(Ed., vol. V, p. 207)

NOTA

Remetemos totalmente para o aparato crítico presente em Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu termo...”, pp. 54-55.

Montagudo, Mértola (Munt Afût aliás Munt Aqût)

Com *fâ*. Fortaleza das zonas rurais de Beja, em al-Andalus.

(Ed., vol. V, idem)

NOTA

A confusão resultante na grafia da segunda palavra advém do facto de a letra *qâf* no Ocidente islâmico (Magrebe e al-Andalus) e a letra *fâ* no Oriente poderem então ser facilmente confundidos, pois ambos apresentavam apenas um ponto diacrítico sobreposto. Ibn Ghâlib, o autor andalusi que foi a fonte para Yâqût, escreveu o *qâf* com apenas um ponto, e este último leu a letra como *fâ*, pois o *qâf* no Oriente sempre teve dois pontos sobrepostos.

Mértola (Mîrtula)

Com *i*; juntam-se duas letras sem vogal; *tâ*, duplamente pontuada encima, com *u*; e *lâm*. Castelo dos distritos fiscais de Beja. É o mais inacessível dos castelos do Ocidente e o mais poderoso deles. De construção antiga, está sobranceiro ao rio Guadiana.

(Ed., vol. V, p. 232)

Odemira (Wadhra)

Com *a*; depois sem vogal; e *râ*. Pertence aos distritos de Ocsónoba, em al-Andalus.

(Ed., vol. V, p. 369)

NOTA

Devido à semelhança gráfica em árabe entre *Wadhra* e *Mira*, (embora *Madra* esteja um pouco mais próxima de *Mira*, v. supra '*al-Andalus*') pensamos tratar-se da actual Odemira, cujo nome seria então o que hoje se reporta exclusivamente ao rio, ou será *Mira*. Para mais dados sobre esta questão, v. António Rei, "Azóias / Arrábidas no Gharb al-Andalus e o movimento dos Muridîn", *Xarajib* 2 (2002), CELAS - Silves, pp. 53-61.

Évora (Yâbura)

Região do ocidente de al-Andalus.

(Ed., vol.V, p. 424)

9.4.2. (QZ, AB) - Abû Yahyâ Zakariyyâ' ibn Muhammad Al-Qazwîni

(*Qazwîn*, 600/1203 - *Hilla*, 682/1283)

Lisboa [I] (Al-Ushbûna)

Excelente cidade em al-Andalus, que se encontra próxima da excelente Beja.

Há nela vários tipos de frutos, e muita variedade na caça e na pesca.

Está à beira-mar, rebentando as ondas do mar no pano das suas muralhas.

Disse Ahmad ibn 'Umar al-'Udhri, autor do [livro] «al-Mamâlik wa-l-Massâlik al-andalusiyya»¹:

“Numa das portas de Lisboa, conhecida por Porta da Nascente, há uma nascente perto do mar, que deita água quente e água fria. Quando o mar sobe, oculta-a.”

E disse também [al-'Udhri]: “Perto de Lisboa há uma enorme gruta na qual penetram as ondas do mar; e junto à entrada desta gruta está uma alta montanha. Assim, pois, quando afluem as ondas do mar à dita gruta,

vê-se o monte a mover-se ao mesmo tempo que elas. Quem o observa vê-o, alternadamente, subir e baixar.

E perto dela [Lisboa] está a montanha onde se encontra a pedra *al-barâdî*, que é uma pedra que brilha na noite, como se fosse um candeeiro.”

Disse [al-‘Udhri]: “Informa quem sobe a essa montanha, de noite, dizendo que a pedra que lá se encontra brilha como um candeeiro.”

Disse: Esse monte é uma pedreira de ónix.

(Ed., p. 496)

NOTAS

Os primeiros três §§ apresentam uma versão abreviada de RZ ou de IG. Cf. supra 9.2.1. RZ,AA e 9.2.9.IG, FA.

Os §§ de 4 a 7 virão todos do punho de al-‘Udhri. Cf. 9.2.2. UD,TA.

1 Esta denominação, «*Al-Mamâlik wa-l-Massâlik al-Andalusiyya*”: Os Reinos e as Vias de al-Andalus, para a obra de UD conhece-se apenas através de QZ.

Silves (*Shilb*)

Silves é uma cidade do país do al-Andalus, e está situada perto de Beja.

Diz al-‘Udhri:

“Nesta cidade há amplas planícies e extensas várzeas; ali se eleva uma grande montanha, rica em pastos e abundante em água.”

Entre as suas maravilhas está o (seguinte) facto, que sobre ela conta muita gente: é raro que entre os habitantes de Silves se encontre alguém que não saiba fazer poesia, ou que não saiba de literatura. Se passares junto a um lavrador ocupado com a junta, e lhe pedires um poema, declamará um nesse mesmo instante. Qualquer mote que lhe sugerires, glosá-lo-á com toda a perfeição.

(Ed., p. 541)

Sintra (*Shantara*)

Cidade em al-Andalus nas proximidades de Lisboa, no litoral marítimo.

Sobre ela há uma névoa que não se dissipa¹.

Entre as suas maravilhas estão as suas maçãs, pois lá existem maçãs com um perímetro, cada uma, de três palmos².

Está agora em poder dos cristãos. Apoderaram-se dela no ano 543 [1148/49]³.

(Ed., p. 542)

NOTAS

1 Este autor e HM são os únicos a referir a névoa que, ainda hoje, se costuma abater sobre Sintra. Cf. Supra 9.3.2.HM, RM.

2 Sobre as maçãs, ver o Apêndice I “Sintra ou Santarém? (maçãs e âmbar)”, in A. Sidarus e A. Rei, “Lisboa e seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), Mértola /Porto, CAM/Afrontamento, pp. 37-72.

3 Este § virá de IG, através de YQ, pela semelhança literal entre os vários autores. Apresenta ainda o mesmo erro, também já detectado em YQ, relativo à data da conquista de Lisboa e de Sintra.

Santarém (*Shantarîn*)

Cidade de al-Andalus perto de Beja, no litoral.

A sua terra é o cúmulo da generosidade.

Está edificada junto ao rio Tejo¹,

Este rio tem cheias (que alagam) as suas terras como as cheias do Nilo, no Egipto.

A sua gente semeia, sobre a humidade das cheias, mesmo depois de passado o tempo da sementeira noutras regiões, amadurecendo aí (o cultivo) rapidamente.

Encontra-se lá um excelente âmbar, o qual é lançado pelo mar até às costas de alguns lugares². É levado para vários países³.

Entre as suas maravilhas está o que se conta de um animal que saía do mar e se esfregava pelas pedras da beira-mar, caindo dele um velo com a cor do ouro e a suavidade do veludo, escasso e muito apreciado. As gentes recolhiam-no e teciam com ele vestuário (de que) os seus monarcas detinham o exclusivo, e que não era levado das suas terras a não ser clandestinamente. Ascendia o valor de (cada) veste aos mil dinares, pela sua excelência e preciosidade⁴.

(Ed., p. 542)

NOTAS

1. No texto está *nahr Bâja*. Deu-se aqui o lapso comum que confunde Beja e Tejo.

2. Sobre a presença de âmbar nas costas de Santarém, ver A. Sidarus e A. Rei, o Apêndice I: “Sintra ou Santarém? (maçãs e âmbar)” do nosso trabalho “Lisboa e o seu Termo segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, o Apêndice em causa: pp. 69-70.

3. Em ár. *yuhmalu ilâ sâ'ir al-bilâd*.

4. Sobre o conteúdo destes dois parágrafos v. António Rei, Apêndice II “*Abû Qalamûn*”, em “Santarém e o Vale do Tejo na Geografia Árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), pp. 61-75, o Apêndice em causa: pp. 72-74.

Lisboa [II] (Lushbûna)

Cidade antiga de al-Andalus que está situada a oeste de Córdova, perto do mar.

No seu território há montanhas onde se encontram ninhos dos mais genuínos falcões, que não se encontram fora desta região.

O seu mel é superior a qualquer outro mel de al-Andalus, parece-se com o açúcar e, quando envolvido num pano, não o mancha.

Há (também) jazidas de ouro puro.

E encontra-se nas suas margens um âmbar excelente.

Apoderaram-se dela os francos no ano de 543 / 1148; e ela está, até agora, nas mãos deles¹.

(Ed., p. 555)

NOTAS

Preliminar Esta notícia provirá, quase literalmente, de IG, através de YQ. Porque além de YQ, só IG, este contemporâneo do facto, apresenta também o § relativo à conquista cristã, notícia que obviamente não poderia remontar a RZ, homem do século X.

1. Eventual erro de copista, também presente em YQ, e que colocaria a conquista de Lisboa cerca de um a dois anos depois da data em que realmente aconteceu.

9.4.3. (AF, TB) - Abû l-Fidâ Ismâ'îl ibn 'Alî al-Ayyûbî

(Damasco, 672/1273 - Hamâ, 734/1334)

[Silves (Shilb)]

O Reino de Silves, que é província e cidade, está a noroeste de Sevilha, junto à costa do Mar Circundante. A cidade de Silves está junto ao mar, e entre ela e Córdova são nove dias.

Silves é uma cidade bela, famosa pelos seus letrados.

Nela se criou al-Mu'tamid ibn 'Abbâd, e em Silves existe o Palácio das Varandas, acerca do qual ele disse:

«[...]Saúda [oh, Abû Bakr] o Palácio das Varandas da parte de um jovem
Que mantém um perene desejo por esse Palácio [...].»

Os seus governadores eram enviados desde Sevilha.

(Ed., p.167)

[...]

Al-Mu'tamid ibn 'Abbâd governou Silves, antes referida, para o seu pai, e nela se criou. Silves detém distritos fiscais, estando entre eles o da cidade de Santa Maria [...].

(Ed., p.168)

[Santa Maria |Faro| (*Shantamariyya*)]

[...] Santa Maria, a qual está no Ocidente de al-Andalus, na região de Silves. [...] que não é a Santa Maria que fica no Oriente de al-Andalus.

Originários da citada Santa Maria do Ocidente, um grupo de notáveis, sendo a *nisba* com ela relacionada, *Shantamariyy*.

(Ed., p.168)

[Beja (Bâja)]

[...] O Reino de Beja é um Reino do Noroeste¹ de al-Andalus.

A cidade de Beja é uma das mais antigas cidades de al-Andalus.

O seu território é terra de agricultura e ganadaria e o seu mel é o extremo da excelência e a sua água é especial para o curtimento de peles.

O Reino de Beja está a oriente de Lisboa.[...]²

(Ed., p. 168)

NOTAS

1. Esta informação seria já bastante antiga ou, ao menos, antiquada, quando chegou às mãos deste autor. Seria, eventualmente, da primeira metade do século VI / XII, pois só então se poderia considerar que Beja se situava no Noroeste de al-Andalus.

2. O facto de designar a região de Beja por “reino” indica-nos que uma das suas principais fontes foi Ibn Sa'îd, que também assim a designa no seu *Al-Mughrib*.

[Igreja do Corvo (Kanîsat al-Ghurâb)]

[...] Diz Ibn Sa'îd: a primeira construção, dentro do Clima Sexto, junto ao Mar Circundante¹, é a Igreja do Corvo², famosa junto das gentes do mar.

(Ed., p. 169)

NOTAS

1. Mar Circundante: ainda dentro de um conceito próximo da “pangea”, a Ocidente o Atlântico era entendido como tratando-se de parte do Grande Mar, do Grande Oceano que circundava, e daí o nome, o conjunto continental.

2. Sobre a Igreja do Corvo, junto ao cabo de S. Vicente, ver supra 9.2.6. ID,NM e 9.2.8. UT o que nos dizem sobre ela.

[Alcácer do Sal (al-Qasr Bûdânis)]

[...] E dela até Alcácer do Sal (*Bûdânis*), na Baía do Âmbar¹, quarenta milhas.

Junto a ela está a praça-forte (*al-Qasr*) com a qual se relaciona.

Por causa dela, os Cruzados², já em nosso tempo, tiveram com os Muçulmanos uma luta famosa³.

Estava no final das fronteiras do Islão (*thughûr al-Islâm*) naquela região.

(Ed., p.169-70)

NOTAS

1. Baía do Âmbar: *Jûn al-Anbarî*. Relacionada com esta presença mineral nas costas da região, entendemos que o topónimo Sesimbra (antigamente Cezimbra) provirá da expressão árabe *Shat al-Anbar*, que significa “a costa do âmbar”. É uma proposta a ser ainda reavaliada em termos linguísticos.

2. *‘Ibâd al-Salîb*: literalmente, “adoradores da cruz”.

3. A “luta famosa” foi a conquista de Alcácer do Sal, em 1217, no Reinado de D. Afonso II. Aqui o autor repete literalmente o texto de Ibn Sa‘îd pois a expressão “já em nosso tempo” refere-se a este último, que nasceu em 610 / 1213 e não Abû-l-Fidâ, que só nascerá em 672 / 1273.

Estuário do rio de Lisboa [Tejo] (Masabb nahr Ushbûna)

E dela até ao estuário do grande rio de Lisboa, o qual corre junto a Toledo, quarenta milhas. Referem os viajantes que a largura deste rio, junto à sua desembocadura no mar, é de cerca de dez milhas.

(Ed., p.170)

Fortaleza da Mesa [ou de Almeida] (Hisn al-Mâ’ida)

[...] A Fortaleza da Mesa: diz-se que a Mesa de Salomão, sobre ele seja a paz, estava lá guardada, e de lá a tomou *Târiq*, após a conquista de Toledo.

(Ed., p. 170)

NOTAS

Sobre a Mesa de Salomão e a sua apropriação por *Târiq ibn Ziyâd*, v. António Rei, “Almeida e a Cidade da Ammayá no itinerário de *Târiq ibn Ziyâd*, entre finais de 711 e princípios de 712”, *Actas do Colóquio Internacional / 5.º Curso sobre Ordens Militares «Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII - XIII)»*, Câmara Municipal de Palmela e Grupo de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GesOS), 2005, pp. 85-90.

Lisboa (Ushbûna)

De Ibn Sa'îd: 6° 50' de longitude e 42° 40' latitude. Nos finais do Quinto Clima, em al-Andalus¹.

Com a vogal *u* no *hamza*; ausência de som no *sin*; vogal *u* no *ba*, com um ponto; segue-se a *waw* e a *nun*; e no seu final o *ha*. Alguns viajantes [dizem] que no seu início está um *lam*.²

Quanto a Lisboa, a norte existe uma albufeira salgada, e a ocidente outra de igual natureza³.

É a capital de um Reino situado sobre o Mar Circundante, a noroeste de Sevilha⁴.

Lisboa é uma cidade muito antiga⁵, a ocidente de Beja. Lisboa tem hortas e produtos agrícolas superiores aos demais, e os seus falcões são os melhores dos falcões.

E esteve [Lisboa], nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Aftas (*sic*)⁶.

De entre os distritos fiscais de Lisboa está a cidade de Sintra, e em Sintra há umas maças exageradas na grandeza e na perfeição.

Disse Ibn Sa'îd: De Lisboa ao Mar Envolvente são trinta milhas, e ela está sobre a margem do rio Tejo⁷.

(Ed., p. 172-3)

NOTAS

1. Embora as coordenadas geográficas sejam as mesmas que Ibn Sa'îd apresenta no *Kitâb Bast al-Ard...*(KB), cf. supra, este último autor coloca Lisboa no VI Clima, enquanto Abû l-Fidâ a coloca no V Clima.

2. Abû l-Fidâ atribui o soletrar dos topónimos a Ibn Sa'îd.

3. A referência às albufeiras salgadas também apenas se encontra no KB, *ibidem*. Cf. supra *Ibn Sa'îd - KB*.

4. Esta referência a Lisboa enquanto “capital de Reino” virá também de Ibn Sa'îd embora neste caso do *al-Mughrib...*, e segue o mesmo critério usado pelo mesmo Ibn Sa'îd.

5. *Awwaliyya* (: muito antiga, primordial) poderá ser uma má leitura de *azaliyya*, na cópia que serviu à edição de Reinaud. O termo *awwaliyya* não surge em mais nenhum texto, nem mesmo em al-Qalqashândî, que tendo usado como fonte o TB de Abû l-Fidâ, apresenta novamente o termo *azaliyya* (Cf. infra).

6. A referência a que Lisboa esteve dependente de Badajoz “nos últimos tempos” deverá provir também de al-Hijârî, o iniciador da compilação deu origem ao *al-Mughrib*, fonte de Abû l-Fidâ. *Aftas*, com *shîn* no final, dever-se-á a um erro de copista.

7. No texto está “nahr yudanis”, leitura incorrecta de “nahr budanis” > rio de Abu Danis, o rio que corre ao largo de al-Qasr Abu Danis ou Alcácer do Sal. Resumindo, o rio Sado. Há uma imprecisão evidente na colocação de Lisboa nas margens do Sado, que rectificámos.

Santarém (Shantirîn)

(Segundo) Ibn Sa'îd, (as coordenadas são): 8° e 10' de longitude; (e) 42° e 35' de latitude. (Situa-se no Quinto Clima. (É vulgarmente) conhecida (como estando) na Galiza, a norte de al-Andalus¹.

(Vocaliza-se) com *a* o *shîn* com pontos; ausência de vogal no *nûn*; e *i* na que tem dois pontos por cima; e no *râ* desprovido de qualquer ponto; ausência de vogal na que tem dois pontos por baixo; e no fim dela está um *nûn*. Desta forma a *vi* na ortografia de Ibn Sa'îd.²

[...]

E Santarém está sobre um rio que desagua no mar. O seu solo é generoso e bom. Pertence às dependências fiscais de Lisboa. Santarém é a oeste de Beja.

(Ed., p.172-173)

NOTAS

Preliminar Este autor, na sua notícia sobre Santarém, funde informações de SD, embora provenientes das duas obras deste último: *MH* e *KB*. QL em SA, devedor a FD, TB, apresenta a mesma mescla informativa aqui detectada (cf. infra XII).

A notícia sobre Santarém surge na mesma página do que as notícias referentes a Lisboa, Algeciras, Badajoz e Mérida, e vem inserida, por clara confusão, entre duas passagens referentes a Santander, e que reproduzimos em seguida:

“A cidade de Santarém está sobre o Mar da Bretanha (Birtâniya), o qual é o mar que surge, por trás do ângulo norte de al-Andalus, desde o Mar Circundante [Oceano Atlântico], para leste.

O Mar da Bretanha é o mar de Bordéus (Bardîl), antes referido com o conjunto dos mares no corpo da obra (sadr al-kitâb)”

[...]

Juntámo-la à descrição de al-Andalus, ainda que ela seja da Galiza. Diz Ibn Sa'îd: “E a famosa Santarém é uma das vilas da Galiza”. A localização geográfica que antecede o início da notícia também estará relacionada com Santander, atendendo ao teor da mesma: “Da Galiza, a norte de al-Andalus”.

Trata-se de evidente confusão entre *Shantarin* e *Shantabariyya*, pois confirma-se que se trata de Santander em SD, *KB* (J. Vernet, ed. 125-26; trad. 322).

1. Apesar de as coordenadas de Santarém serem as mesmas que SD dá em *KB* (cf. supra 9.2.10.SD, *KB*-2) não há coincidência quanto à sua colocação dentro de um mesmo Clima: SD coloca-a no VI Clima, enquanto FD, e depois dele QL (v. infra), e como também já antes deles fizera ID (J. Vernet, *ob. cit.*, 307-311), a colocam no V Clima.

2. Sobre as questões da pronúncia correcta das palavras árabes, ver a nossa observação *supra* em 9.4.1. YQ, MB.

As edições das obras de Ibn Sa'îd costumam vocalizar *Shantarin* com “*a*” (*fatha*), não se sabendo se é por fidelidade aos respectivos originais, ou por os editores seguirem a vocalização mais generalizada, que corresponde à actual forma portuguesa. Independentemente do facto invocado

por FD, segundo o qual o original da obra de SD apresentaria uma vocalização gráfica com *i* (*kasra*), atente-se a que as regras da rima (*sagh'*) no próprio título do capítulo sobre Santarém em *MH* apontariam para esta leitura: *Shantirîn* rimaria com *nistrîn* ('rosa branca perfumada'). A mesma vocalização figura na obra libanesa moderna intitulada *al-Hulal al-sundusiyya*, até com um *i* longo: "*Shantirîn* é Santa Iria (*Îrina*), uma santa célebre entre os hispânicos" (cit. *apud* *Kharyush* (p. 23).

A grafia *Shantirîn*, com *i* na penúltima sílaba (que também encontraremos em FD, e em QL, XII/1), indicia a provável existência de uma forma românica pré-islâmica do conhecido hagiotopónimo *Santiren* (< Santa Irene), em vez de *Santaren*. FD afirma ter encontrado essa mesma forma "na ortografia de Ibn Sa'îd" (XI/2). Ou seja, referente a um autor do século XIII, que por sua vez terá ido beber em al-Râzî (séc.X), contemporâneo de IS. Sendo IS, FD (sécs.XIII-XIV) e QL (sécs. XIV-XV) todos eles orientais, teremos que, pelo menos, no século X já se conhecia a primeira forma no Oriente islâmico.

Évora (Yâbura)

[...] Pertencente aos distritos fiscais (*a'mâl*) da famosa Badajoz, está a cidade de Évora. Com *yâ*, a ultima das letras; *alif*; *bâ*, com um ponto por baixo; *râ*, sem pontos; e *hâ*.

(Ed., p.173)

[Reis Cristãos em al-Andalus (*Mulûk al-Nasârâ bi-l-Andalus*)]

[...] A dominação de al-Andalus saiu das mãos dos muçulmanos e passou a ser dos cristãos. Os seus Reis, em al-Andalus, são quatro.

[...] E o quarto, *Ibn al-Rinq*, que é Rei do Ocidente de al-Andalus (*Gharb al-Andalus*) e da Galiza (*Jilliqa*) [...].

(Ed., pp.168-169)

NOTA

"*Ibn al-Rinq*", literalmente "o filho de Henrique [de Borgonha]", refere-se, primeiramente, ao primeiro monarca português, Afonso Henriques; embora a expressão tenha acabado por vir a identificar nos textos árabes, genericamente, "o rei português", descendente daquele Henrique. Curiosamente, o monarca português é identificado como "Rei do Gharb al-Andalus e da Galiza".

9.4.4. (QL, SA) - **Shihâb al-Dîn Abû l- ‘Abbâs Ahmad ibn ‘Alî al-Qalqashândî**

(Egipto, 756 / 1355 – 821 / 1418)

Lisboa (Ushbûna)

Diz o *Taqwim al-Buldân*: “Com a vogal *u* no *hamza*; ausência de som no *sin*; vogal *u* no *ba*, com um ponto; segue-se a *waw* e a *nun*; e no seu final o *ha*. Alguns viajantes [dizem] que no seu início está um *lam*.

É uma cidade do Ocidente de al-Andalus.

Situa-se nos limites do Quinto dos Sete Climas”.

Diz Ibn Sa’id: “A sua longitude é de 6° 50’, e a sua latitude de 42° 40’”.

Diz o *Taqwim al-Buldân*: “É a capital de um Reino situado sobre o Mar Envolvente [Oceano Atlântico], a noroeste de Sevilha, e a ocidente de Beja.

Lisboa é uma cidade muito antiga, e tem hortas e produtos agrícolas superiores aos demais.

Diz Ibn Sa’id : De Lisboa ao Mar Circundante são trinta milhas, e ela está sobre a margem do rio Tejo¹.

Diz o *Taqwim al-Buldân*: “Os seus falcões são os melhores dos falcões”.

E esteve [Lisboa] nos últimos tempos, dependente de Badajoz e do seu soberano Ibn al-Aftas.

Ela [Lisboa] é agora a capital de um Reino de entre os Reinos dos cristãos em al-Andalus, a que chamam Reino de Portugal.

Ela agora é um pequeno distrito fiscal.

Está agora anexada aos distritos da Galiza, como se referirá na notícia sobre os Reis de al-Andalus².

[...]

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 222)

NOTAS

Preliminar As referências a Ibn Sa’id são indirectas, tomadas através de Abû l-Fidâ, que foi a fonte directa de Al-Qalqashândî.

1. A cópia de Al-Qalqashândî é tão literal neste § que encontramos neste autor o mesmo equívoco encontrado em AF, ente o Tejo e o Sado.

2. Os três §§ (12,13 e 14) relativos ao Reino de Portugal terão outra fonte, que não AF, pois não se encontram quaisquer correspondências em outras fontes.

[...]

E tem dependências:

entre as quais **Santarém (Shantirîn)**

Diz-se no *Taqwîm al-Buldân*: “vogal *a* no *shîn*; ausência de vogal no *nûn*; vogal *i* na com dois pontos encima, e no *râ* ; ausência de vogal na letra com os dois pontos em baixo, e no final (outro) *nûn*, como está escrito pelo punho de Ibn Sa’îd”.¹

É uma cidade que foi, antigamente, da Galiza, no norte de al-Andalus², e depois tornou-se num dos distritos fiscais de Lisboa, antes referida.

Encontra-se no quinto dos sete climas. Diz Ibn Sa’îd : “A sua longitude é de 8° 10’; e a sua latitude é de 42° 35”.

Está situada sobre o Mar da Bretanha, o qual é o mar de Bordéus, uma reentrância do Mar Circundante [Oceano Atlântico], antes referido no discurso sobre os mares³.

É sobranceira a um rio que desagua no mar, e o seu solo é excelente.

[...]

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 222-3)

NOTAS

Preliminar Santarém aparece integrado nas dependências (*mudafât*) de Lisboa, junto com Sintra e Beja.

Em QL só os §§ 1, 3, 4, 6 e 7 dizem respeito a Santarém. Os 2 e 5 referem-se a Santander. Trata-se da confusão entre *Shantarîn* e *Shantabariyya*, confirmada em SD / KB (J. Vernet, ed. 125-26; trad. 322). Aqui estão as diferentes passagens ainda mais mescladas do que em FD, pelo que as apresentamos como as encontrámos. Apesar das suas referências a 9.2.10.SD, estas são indirectas, via 9.4.3. FD, TB.

1. Também apresenta a grafia *Shantirîn*, como a sua fonte 9.4.3. FD, TB.

2. Idêntica passagem em FD, TB.

3. §§ 2 e 5: clara contaminação de referências a Santander, com mais uma referência ao Golfo, que os espanhóis chamam “de Biscaia”, e os franceses “de Gasconha”, e que nada tem que ver com Santarém. Ver supra 9.4.3. FD, TB, *Santarém*: Nota Preliminar.

[...]

entre as quais **Sintra (Shintara)**

É uma cidade que aparece vagamente referida no *Taqwîm al-Buldân* conjuntamente com Lisboa e atribuída ao seu distrito fiscal.

Não enuncia a sua vocalização, nem dá a sua longitude nem a sua latitude.

Diz: «Lá há maçãs extraordinárias no tamanho e na qualidade».

[...]

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 223)

[...]

entre as quais a cidade de **Beja (Bâja)**

Com *a* no *bâ* só com um ponto, e *alif*; em seguida *jîm* com *a*; e *hâ* no fim.

Diz o *Taqwîm al-Buldân*:

Está a oriente de Lisboa.

É uma das mais antigas cidades de al-Andalus.

O seu território é terra de agricultura e ganadaria e o seu mel é o extremo da excelência.

Há nela particularidades no excelente curtimento de peles.

Foi um Reino independente.

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 223)

[...]

Évora (Yâbura)

Com *yâ*, a ultima das letras; *alif*; *bâ*, com um ponto por baixo; *râ*, sem pontos; e *hâ* no fim.

É uma cidade que é mencionada vagamente no *Taqwîm al-Buldân* depois da menção de Badajoz.

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 224)

NOTA

Évora aparece como uma cidade relacionada ou dependente da cidade de Badajoz.

[...]

E de entre os Reinos dependentes de Sevilha, está o

Reino de Silves (Mamlakat Shilb)

É província e cidade, a noroeste de Sevilha, junto à costa do Mar Circundante.

Entre ela e Córdova são nove dias.

Nesta Silves existe um Palácio conhecido como Palácio das Varandas (*Qasr al-Sharâkhîb*), à cerca do qual dizem alguns dos seus poetas:

«[...]Saúda o Palácio das Varandas da parte de um jovem
Que mantém um perene desejo por esse Palácio [...]»

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 226)

NOTA

O nome do famoso “Palácio das Varandas” aparece com um erro de copista, onde a letra “jim”, que tem abaixo um ponto diacrítico, foi entendida como sendo um “khâ”, letras cujo corpo é idêntico, mas em que esta última tem o ponto diacrítico acima do corpo da letra. Daí aparecer “Sharâkhîb” em vez de “Sharâjîb”, esta a forma correcta.

[...]

Reino de Portugal (Mamlakat al-Burtughâl)

Situa-se do lado ocidental de Castela.

É uma pequena província que abarca Lisboa e o Ocidente de al-Andalus.

É actualmente parte dos distritos fiscais da Galiza.

Apenas o seu senhor se distingue pelo seu nome e pelo seu domínio.

(Ed., vol. V, 1333 /1915, p. 270)

NOTA

A notícia é curta e muito pouco clara, dando a sensação de que conjuga passagens de origens diferentes e não articuladas entre si.

9.4.5. (IW, KA) - Sirâj al-Dîn Abû Hafs ‘Umar Ibn al-Wardî

(*Médio Oriente*, m. 861/1457)

Lisboa (*Ushbûna*)

É uma bela cidade, a norte do rio chamado Tejo¹, o qual é o rio de Toledo.

A cidade estende-se ao longo do rio.

E encontra-se junto ao Mar Tenebroso.

Dispõe de mercados permanentes, de albergues cheios² e de muitos banhos.

Tem umas muralhas poderosas, defronte às quais, na beira-mar, está o Castelo da Mina [Almada].

É chamado assim porque o mar, ao espraiar-se no seu movimento, arremessa palhetas de ouro em direcção àquele castelo e aos seus arredores.

Quando a água retrocede, dirigem-se as gentes daquelas terras em direcção a este castelo e aí encontram o ouro, até ao momento do [novo] movimento da maré³.

[...] ⁴

(Ed., pp. 22-24)

NOTAS

Preliminar Passa-se, com a obra donde provém esta notícia, um fenómeno semelhante ao que se passa com a obra de Al-Himyari: a ausência de certeza relativamente a quem terá sido o autor da mesma. Quais dos Al-Himyari e dos Ibn al-Wardi conhecidos terão sido os autores das obras em causa, e que, respectivamente, se tornaram conhecidas, associadas a essas duas designações onomásticas genéricas.

Com excepção da passagem do § 5, todas as outras informações se encontram em ID, NM.

1. No texto está *Bâja* (Beja) e não *Tâjuh*. Trata-se de um lapso muito comum (de copista ou de editor), devido a que o mesmo esqueleto gráfico (*rasm*) serve de suporte à escrita de ambas as palavras.

2. Em árabe: *aswâq qâ'ima wa fanâdiq 'âmira*.

3. A transmissão do texto árabe parece-nos aqui algo deficiente.

4. A terminar segue-se o famoso 'Episódio dos Aventureiros' em termos semelhantes aos indicados supra em 9.2.6. ID, NM.

10. Conclusão

Este trabalho é, realmente, uma conclusão.

A conclusão de cerca de quinze anos de contactos com este tipo de fontes de carácter geográfico sobre o espaço onde acabou por ser constituído o reino de Portugal.

Tomou corpo ao longo dos últimos três anos este trabalho que é, sem dúvida, a maior colectânea sobre esta área temática organizada no nosso país, e agora acessível a todos, investigadores e público em geral. Pela primeira vez, em Portugal, estamos perante um conjunto, de importantes dimensões e traduzido em primeira mão, directamente dos textos árabes.

Muito haverá ainda a fazer, futuramente, a partir deste conjunto de textos. Mas este primeiro passo, essencial, está dado.

Esperamos ainda que esta edição possa ser um princípio ou uma ajuda para um novo arranque, que se pretende decisivo e decidido, dos Estudos Árabes em Portugal, para uma nova fase de pujança, ultrapassando definitivamente o estigma da “falsa partida”.

Como ninguém escolhe de quem nasce, e já António Gedeão disse que “*não se nasce impunemente nas praias de Portugal*”, os povos que foram, que fizeram o *Gharb al-Andalus* e a sua grande e ímpar contribuição para a civilização mundial - cristãos, judeus e muçulmanos - todos eles nos deixaram o seu legado, todos eles deixaram traços no ADN dos Portugueses de hoje.

Assumamos, pois, sem qualquer temor, todas as nossas heranças, “*porque o nosso destino é sermos tudo de todas as maneiras*”, como escreveu Fernando Pessoa.

É o Fado português, para o qual as gentes do *Gharb al-Andalus* também contribuíram com algum acorde do alaúde, ou com uma dolente, ou pícara, *muwwashaha*.

Fontes e Bibliografia

Fontes árabes

Fontes Primárias

ABÛ L-FIDÂ, *Taqwîm al-Buldân*, ed. M. Reinaud e M. G. de Slane: *Géographie d'Aboulféda*, Paris, 1840, pp. 172-173; trad.francesa M. Reinaud e St. Guyard: *La Géographie d'Aboulféda*, Paris, 1848; H. A. R. Gibb, "Abû l-Fidâ", *E.I.*², t.I, p. 122; trads. parcs. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p. 37-72; António Rei, "Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.", *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ. do Algarve, pp. 9-34; IDEM, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75;

ABÛ HÂMID AL-GHARNÂTÎ, *Al-Mu'rib 'an ba'd 'aja'ib al-Maghrib*, ed. e trad. Ingrid Bejarano Escanilla, *Introducción al Mu'rib 'an ba'd 'aja'ib al-Maghrib*, Madrid, CSIC-ICMA, 1991, especialmente pp. 17-44; E. Lévi-Provençal, "Abû Hâmîd al-Gharnâtî", *E.I.*², t.I, pp.125 - 126; H. Mu'nis, *Târîkh al-Jagh râfiya...*, pp. 303-357; Ingrid Bejarano Escanilla, "Abû Hamid al-Gharnâtî", *Enciclopédia de al-Andalus*, t.I, pp. 177-181.

AL-BAKRÎ, *Al-Masâlik wa-Mamâlik*, ed.parc. 'A.R. Al-Hajjî, *Jughrâfiyat al-Andalus wa 'Urûbba min Kitâb «al-Masâlik wa-l-Mamâlik»*, Beirute,1968; ed. Adrian van Lewven e André Ferré, 2 vols., Cartago-Tunísia, Al-Dâr al-'Arabiyya li-l-Kitâb, 1992 (usamos esta ed.); trad.parc. castelhana de Eliseo Vidal Beltrán, *Geografia de Espanha (Kitâb al-Masâlik wa-l-Mamâlik)*, Saragoça, Anubar, 1982. Excerto sobre 'Lisboa' na obra de SB, *Silat al-simt...*, ed. AL-'ABBÂDÎ, *Tarîkh al-Andalus li-bn al-Kardabûs wa wasfuhu li-bn al-Shabbât*, Madrid, 1971, p.163; trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, "Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre

os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria 2*, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499. Ainda sobre a vida e a obra de BK, ver H. Mu’nis, *Tārīkh al-Jaghrāfyā ...*, Madrid, IEI, 1967, pp.108-48. Para informações relativas à vida e obra de BK, v. Abu ‘Ubayd Al-Bakrī, *Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik*, 2 vols., ed. Adrian van Lewven e André Ferré, Cartago-Tunísia, Al-Dār al-‘Arabiyya li-l-Kitab, 1992 - [tex.ár.], 2.º vol., p.897; Idem, *ibidem*, trad.parc. espanhola de Eliseo Vidal Beltrán, *Geografía de España (Kitab al-Masalik wa-l-Mamalik)*, Textos Medievales 53, Saragoça, Anubar, 1982, pp.37-38; excerto da obra de Ibn al-Sabbat, *Silat al-simt...*, ed. Al-‘Abbadī, *Tarīkh al-Andalus li-bn al-Kardabūs wa wasfuhu li-bn al-Shabbāt*, Madrid, 1971 - [tex.ár.], p.163; E. Lévi-Provençal, “Abū ‘Ubayd al-Bakrī”, *E.I.*², t.I, p. 159-61; H.Mu’nis, *Tārīkh al-Jaghrāfyā ...*, Madrid, IEI, 1967, p.108-48; e em especial, porque a mais recente síntese: J. Lirola Delgado, “Al-Bakrī, Abū ‘Ubayd”, *Enciclopedia de al-Andalus* (dir J.Lirola Delgado e J.M. Puerta Vilchez), Fundación El Legado Andalusi / Junta de Andalucía, 2002 ss., tomo I, pp. 92-97.

AL-HIMYARĪ, *Al-Rawd al-Mi’târ*, ed. Ihsân ‘Abbâs, 2.^a ed., Beirute, Nasser Foundation for Culture, 1980; trad. parc. francesa por E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d’après le “Kitâb rawd al-mi’târ fi habar al-aktâr” d’Ibn ‘Abd al-Mun’im al-Himyarî*, Leiden, E.J.Brill, 1938; trad. parc. castelhana de Maria Pilar Maestro González, *Kitab ar-rawd al-mi’tar*, Valência, Anubar, 1963; trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola/Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p. 37-72; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria 2*, (2004), DHAP / Univ. do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499; António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.1, pp. 53-91;

DHIKR BILÂD AL-ANDALUS, ed. e trad. cast. por Luis Molina, *Una Descripción anónima de al-Andalus*, 2 vols., Madrid, CSIC, 1983; trads. parcs. portuguesas

Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499.

IBN GHÂLIB, *Farhat al-anfus*, ed. L. ‘Abd al-Badī’, *Revista del Instituto de Manuscritos Arabes*, I / 2, 1995, pp.272-310; trad. parc. cast. J.Vallvé Bermejo, “Una descripción de España de Ibn Gâlib”, *Anuário de Filologia da Universidade de Barcelona*, I, 1975, pp. 369-384; trad. parc. M^a.Rosario Pérez Sáez, “Córdoba y su mezquita Aljama según la descripción de la crónica «Farhat al-anfus» de Ibn Gâlib”, *Awraq Jadida*, 7-8 (1984-85), p. 27-30; J.Vallvé, “La descripción de Córdoba de Ibn Gâlib”, *Homenaje a Pedro Sainz Rodríguez, III:Estudios Históricas*, Madrid, 1986, pp.669-79. Recensão de Emilio Garcia Gómez à ed., in *Al-Andalus XXII* (1957), p.229-32; trads. parcs. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, FL-UL / FCSH-UNL, no prelo; IDEM, “A legitimação califal do poder almóada na ‘Geografia de Ibn Ghâlib’”, *Xarajib* 5 (2006), CELAS, Silves, pp. 71-77; IDEM, “A memória do al-Andalus ‘amirí na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344”, *Actas do Colóquio Internacional «Al-Mansûr ibn Abi ‘Âmir e a Península Ibérica»*, Nov^o 2002, CIDEHUS/UE, no prelo; IDEM, “Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas”, *Arqueologia Medieval* 10, Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 41-49;

AL-IDRÎSÎ, *Nuzhat al-Mushtâq* (ou *Kitâb Rujjâr*), ed. E.Cerulli et all. (Ed.C), *Opus Geographicum*, Napoles-Roma, IUON-IIMEO, E.J.Brill, [Leyden], 1975;

trad. parc. portug: J.P. Machado, “A Península Hispânica segundo um Geógrafo Árabe do Séc. XII” in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 1-3, 1964, pp. 17-53; trad.parc.portuguesas: A. Borges Coelho, *PEA* 1, pp.65-72; Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7 (2001), *Actas do Encontro «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos»*, Porto/ Mértola, CAM/ Afrontamento, pp. 37-72; A. Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/ Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FLUL / FCSH-UNL / Caleidoscópico, 2009, pp. 493-499. Sobre a vida e a obra de ID v. ainda também H. Mu’nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya...*, pp.165-280.

IDEM, *Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj*, ed. (Ed. A M) e trad. espanhola Jassim Abid Mizal, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII según “Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj”*, Madrid, CSIC, 1989; ed. Fuat Sezgin (Ed. FS), *The Entertainment of Hearts and Meadows of Contemplation - Uns al-Muhâj wa Rawd al-Furâj*, Frankfurt, Instituto para a História da Ciência Arabo-Islâmica/ Universidade Johann Wolfgang Goethe, 1984, “Editor’s Introduction”; G. Oman, “al-Idrîsi”, *E.I.*², t.III, 1058-1061; H. Mu’nis, *Târîkh al-jaghrâfiya...*, p.227-228.

AL-ISTAKHRÎ, *Al-Masâlik wa-l-Mamâlik*, ed. De Goeje, *Viae Regnorum*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA) I*, Leiden, E.J. Brill, 1967, pp. 42-43; IDEM, ed. M.G. ‘Abd al-‘Âl Al-Hinî, Cairo, 1381 / 1961; António Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/ Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópico, 2009, pp. 493-499; A. Miquel, “al-Istakhrî”, *E.I.*², T.IV, p. 222 - 223.

IBN HAWQAL, *Kitâb Sûrat al-Ard*, ed. J.H.Kramers, *Liber Imaginis Terrae*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA) II*, Leyden, E.J. Brill, 1967; trad. Espanhola de M.^a José Romany Suay, *Configuración del Mundo*, col. *Textos Medievales*, n.º 6, Valencia, 1971; trad. francesa de J.H. Kramers e G. Wiet, *Configuration de la terre (Kitab Surat al-Ard)*, 2 ts. (pag.contínua), Beirute: Commission Internationale pour la Traduction des Chefs d’oeuvre; Paris, Maisonneuve et

Larose, 1964 (Col. UNESCO d'Oeuvres Répresentatives, Série ár.); trads. parcs. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; A. Miquel, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusq'au milieu du 11^e siècle*, 4 vols., Paris / Haia, Mouton 1988 (1.^a ed. 1967); Idem, "Ibn Hawkal", *E.I.2*, III, pp. 810 – 811.

AL-RÂZÎ (Ahmad e 'Îsâ), *C1344p* = *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Cintra, IV vols., Lisboa, 1951; *C1344c* = *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*, ed. Catalán e Andres, Madrid, 1971; *CMR* = *Cronica del Moro Rasis*, ed. Catalán e Andres, Madrid, Gredos, 1975; E. Lévi-Provençal, "Description de l'Espagne d'Ahmad al-Razi", *Al-Andalus* XVIII (1953), pp. 51-108. Especialmente para o espaço português: A. Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe* vol. 1, pp. 47-51; António Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2008; IDEM, "O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344", Tese de Doutoramento, FCSH / Univ. Nova de Lisboa, 2007, policop. Sobre a bibliografia acerca dos al-Râzî, ver ainda também a 'Introdução' à edição da *CMR* de Catalán e Andres; e o estudo inicial da "Memoria..." de Gayangos, além dos outros títulos que referimos supra. V. ainda também, Husayn Mu'nis, *Târîkh al-Jaghrafiyya...*, pp. 56-80.

IBN SA'ÏD, *al-Mughrib fi hulâ l-Maghrib*, ed. Shawqî Dayf, Cairo, Dâr al-Maaref, 1964; trad.parc.espanhola de M^a Jesús Viguera Molins, "El «reino» de Badajoz en el 'Mugrib' de Ibn Sa'ïd", *Bataliús II*, Madrid, Letrúmero, 1999, pp. 225-248; trads.parcs.portuguesas A. Rei, "O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa 'ïd al-Maghribî", in *Medievalista online*, n.º 1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fcs.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp. Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, "Outros espaços do Gharb al-Andalus", *Al-Furqân*, n.º 124 (2001), Loures, pp.18-19; IDEM, "Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.", *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe",

Arqueologia Medieval 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499.

IDEM, *Kitâb Bast al-Ard fî-Tûl wa-l-‘Ard = Kitâb al-Jughrafiyya*, ed. Juan Vernet (Ed. V), Tetuão, Instituto Mulay al-Hassan, 1958; ed. Isma‘îl al-‘Arabî (ed. A), Beirute, Manshurat al-Maktaba al-Tigariyya li-l-Tiba‘a wa-l-Nasr wa-l-Tawzi‘, 1970; trad. e ed. parc. de Juan Vernet, *España en la Geografía de Ibn Sa‘id al-Magribi*, Sept.^a de *Tamuda*, Ano VI, Sem.II, Tetuão, Editorial Genades, 1958, pp.307-326; António Rei, “Outros espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqân*, n.º 124 (2001), Loures, pp.18-19; IDEM, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, FL-UL / FCSH-UNL / Caleidoscópio, 2009, pp. 493-499; H. Mu‘nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya...*, p.495-517.

IBN AL-SHABBÂT, *Silat al-simt*, ed. al - ‘Abbâdî, *Tarîkh al-Andalus li-Ibn Karda-bûs wa-wasfu-hu li-Ibn al-Shabbât*, Madrid, Instituto de Estudios Egipcios e Islâmicos, 1971; E.de Santiago Simón, “Un fragmento de la obra de Ibn al-Shabbât (s.XIII) sobre al-Andalus”, *CHI* 5 (1973), p.5-89; trads. parcs. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72;

IBN AL-WARDÎ, *Kharidat al-‘ajâ‘ib*, ms. BPE, cod. CXVI / 1 - 42; IDEM, *ibidem*, ed. Cairo, Tip. Mustafa al-Babi al-Halabi e Filhos, 1358 / 1939, pp. 22-24; IDEM, *ibidem*, ed. Mahmûd Fâkhûrî, Beirute / Alepo, Dâr al-Sharq al-‘Arabiyy, s.d. [1991]; trad. parc. espanhola, Rafaela Castrillo Márquez, “Descripción de al-Andalus según un ms. de la Biblioteca de Palacio”, *Al-Andalus* 34 (1969), pp. 83-103; trad. parc.portuguesa Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; Rafaela Castrillo Márquez, “A Propósito de una Descripción de al-Andalus”, *Al-Andalus* 40 (1975), pp. 221-224; “Ibn al-Wardî”, *E.I.*², T. III, pp. 990-991.

AL-MAQQARÎ, *Nafh al-Tîb*, ed. I. ‘Abbâs, 2ª. ed, 8 vols., Beirute, 1988; trad.parc. inglesa Pascual de Gayangos, *The History of Mohammedan Dynasties in Spain*, Nova Iorque-Londres, 2 vols., 1964 (reimp.da ed.1840); trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; António Borges Coelho, *Portugal na Espanha Árabe*, vol.1, pp. 53-91;

AL-MAS‘ÛDÎ, *Murûj al-Dhahab*, ed. Ch.Pellat, 5 vols. + 2 vols. Índices, Beirute, 1966-74 (ed. rev. da de Meynard / Courteille, 1.ª ed., Paris, 1861-77; 2.ª ed., 1913-30); trad. franc. Ch. Pellat, 5 vols. + 1 vol. Índice francês, Paris, 1962-71; Idem, “Al-Mas‘ûdî”, *E.I.*², VI, pp. 773 - 778; A. Miquel, *La Géographie Humaine...*, p. XXIX;

AL-MUQADDASÎ, *Ahsan al-Taqâsîm fî ma‘rifat al-aqâlîm*, ed. e trad. Ch. Pellat, *Description de l’Occident Musulman [au IV^{ème} / X^{ème} siècle] extrait du “Kitâb Ahsan attagasim fî ma‘rifat al-aqâlîm” de al-Muqaddasî*, col. Bibliothèque Arabe-Française, Argel, 1950; IDEM, ed. De Goeje, *Descriptio imperii moslemici*, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum (BGA)* III, 1967; A. Miquel, “al-Muqaddasî”, *E.I.*², T.VII, pp. 492-493; Idem, *La Géographie Humaine...*, p. XXXIV;

AL-QALQASHÂNDÎ, *Subh al-Ashâ’*, ed. Muh. ‘Abd al-Rasûl Ibrahim, XIV vols. Dâr al-Kutub al-Khadiwiyya, Cairo, 1331-38 / 1913-20; trad. parc. espanhola Luis Seco de Lucena, *Subh al-A’sha fî Kitabat al-Insha’*, «Textos Medievales», n.º 40, Valência, Anúbar Ed., 1975; C.E. Bosworth, “al-Kalkashandi”, *E.I.*², t. IV, pp. 531-533; trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola / Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75;

AL-QAZWÎNÎ, *Âthâr al-bilâd*, ed. Beirute, Dâr Sâder, 1380/1960; trad. parc. cast. por Fátima Roldán, *El Occidente de al-Andalus en el “Âthâr al-bilâd” de al-Qazwîni*, Sevilha, Alfar, 1990; trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António

Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75;

AL-RUSHĀTĪ, *Iqtibās al-anwār*, ed. E. Molina López e J. Bosch Vilá, Madrid, CSIC, 1990; trad. parc. espanhola M.^a Ángeles Pérez Álvarez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, Univ. Extremadura, 1992, p.47-50; trads. parcs. portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p. 37-72; António Rei, “Outros espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqán*, n.º 124 (2001), Loures, pp.18-19; António Rei, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75;

AL-‘UDHRĪ, *Tarsī‘ al-akhbār*, ed.‘Abd al-‘Azīz al-Ahwānī, Madrid, IEEI, 1965; trad. parc. espanhola Rafael Valencia, “La Cora de Sevilla en el «Tarsī‘ al-Ajbār» de Ahmad b. ‘Umar al-‘Udhri”, *Andalvcia Islamica* IV-V (1983-86), p. 107-43; trad. parc. espanhola, Fernando de la Granja, “La Marca Superior en la obra de al-‘Udhri”, *Estudios de Edad Media de la Corona de Aragón*, VIII (1967), p. 447-545; trads.parcs.portuguesas Adel Sidarus e António Rei, “Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval* 7, Mértola /Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p.37-72; António Rei, “Outros espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqán*, n.º 124 (2001), Loures, pp.18-19; António Rei, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34;

‘*UMDAT AL-TABĪB*, ms. XL da colecção Gayangos, da Real Academia de la Historia, Madrid; ed. de Muhammad al-‘Arabī al-Khatābī, II vols., Edições da Academia do Reino de Marrocos, Rabat, 1990 [text. árabe]; trad. parc. castelhana, Miguel Asín Palacios, *Glosario de Voces Romances registradas por un botánico anónimo hispano-musulmán (siglos XI-XII)*, ed. facsim. (introd. Vicente Martínez Tejero), Institución «Fernando el Católico», Universidade de Saragoça, 1994;

ÛRÛSIYÛS, *Ta'rikh al-'alam* [História do Mundo], ed. 'Abd al-Rahmân Badawî, Beirute, 1982; Mayte Penelas (ed. e estudo), *Kitâb Hurûshiyûsh* (Traducción Árabe de las *Historiae adversus Paganos* de Orosio), Madrid, CSIC, 2001;

AL-YA'QÛBÎ, *Kitâb al-Buldân*, ed. De Goeje, col. *Bibliotheca Geographorum Arabicorum* (BGA), t. VII, 1967; Muh. Qasim Zaman, "Al-Ya'kûbî", *E. I.* ², t. XI, pp. 257-258; S. Maqbul Ahamd, "Djughrâfiya", *E. I.* ², t. II, pp. 593-595; J. Alemany Bolufer, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Historicos de Granada y su Reino*, t. IX, pp. 115-119; Georgette Cornu, "les Géographes Orientaux des IXe. et Xe. siècles et al-Andalus", *Sharq al-Andalus* 3 (1986), pp. 11-18); António Rei, "Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.", *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; André Miquel, *La Géographie Humaine...*, p. XXI; Maria Ángeles Perez Alvarez, *Fuentes Árabes de Extremadura*, pp. 22-23.

YÂQÛT, *Mu'jam al-buldân*, ed. Beirute, 5 vols., 1957; trad.parc.cast. Gamal 'Abd al-Karîm, "La España musulmana en la obra de Yâqût", *Cuadernos de Historia del Islam*, 6, 1974, pp. 60-307; trad.parc.cast. J.A.Rodríguez Lozano, "Nuevos topónimos relativos a al-Andalus en el *Mu'jam al-buldân* de Yâqût", *Cuadernos de Historia del Islam*, 8, 1977, pp. 57-84; trad.parc.portuguesa Adel Sidarus e António Rei, "Lisboa e o seu Termo nos Geógrafos Árabes", *Arqueologia Medieval* 7, Mértola/Porto, CAM/ Afrontamento, 2001, p. 37-72; António Rei, "Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d.C.", *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ.do Algarve, pp. 9-34; IDEM, "Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe", *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75; IDEM, "O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa 'îd al-Maghribî", in *Medievalista online*, n.º 1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fcs.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp.; IDEM, "Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes", in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, FL-UL / FCSH-UNL/ Caleidoscópico, 2009, pp. 493-499.

AL-ZUHRÎ, *Kitâb al-Jarâfiya*, ed. M. Hadj-Sadock, Damasco, *Bulletin d'Études Orientales* XXI, 1968, pp. 7-312 [tex.ár.]; para a obra ver especialmente pp. 23-34; trad. espanhola de Dolores Bramon, *El mundo en el siglo XII. Estudio de la versión*

castellana y del “original” árabe de una geografia universal: “El tratado de al-Zuhri”, Barcelona, 1992; trad. parc. francesa, René Basset, “Extrait de la Description de l’Espagne tiré de l’ouvrage du Géographe Anonime d’Almeria”, en *Homenaje a Codera*, Saragoça, 1904; H. Mu’nis, *Târîkh al-Jaghrâfiya....*, Madrid, IEI, 1967, p. 358-393; Halima Ferhat, «Al-Zuhri», *E.I.*², t. XI, p. 566.

Fontes Secundárias

‘ABD AL-WÂHID AL-MARRAKUSHÎ, *Kitâb al-Mu’jib (al-Mu’jib...)*, ed. A. Huici Miranda, Tetuão, 1955;

AL-DABBÎ, *Bughya*, ed. Cairo, 1967;

AL-HUMAYDÎ, *Jadhwa*, ed. Cairo, 1966;

AL-MARRÂKUSHÎ, *Dhayl*, V/1, ed. I. ‘Abbâs, Beirute, 1964;

AL-SHAQÛNDÎ, *Risâla fî FaDl al-Andalus (Epistola sobre a excelência de al-A.)*, ed. em AL-MAQQARÎ, *Nafh al-Tîb*, IV, cap. VII, pp.186-222 ; trad. castelhana E. GARCÍA GÓMEZ, «Elogio del Islam Español », in *Andalucia contra Berberia*, Univ.de Barcelona, 1976, pp. 43-141.

COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 2ª ed., 2 vols., Lisboa, Caminho, 1989 (1ª.ed: Seara Nova, 1972-75);

De Expugnatione Lyxbonensi : A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um Cruzado, ed., trad. e notas de Aires A. NASCIMENTO, introd. de Maria João V. Branco, Lisboa, Vega («Obras clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval, 96»), 2001; *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147) Osberno*, trad. de José Augusto de OLIVEIRA, pref. de Augusto Vieira da Silva, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935 (2.ª ed., 1936); *Conquista de Lisboa aos Mouros em 1147. Carta de um Cruzado inglês que participou nos acontecimentos*, apres. e notas de José da Felicidade ALVES, Lisboa, Livros Horizonte («Cidade de Lisboa, 4»), 1989;

IBN HAZM, *Risâla fî FaDl al-Andalus* (Epístola sobre a excelência de al-A.), ed. em AL-MAQQARÎ, *Nafh al-Tîb*, IV, cap. VII, pp. 156-186 ; trad.franc. Ch. PELLAT, “Ibn Hazm, bibliographe et apologiste de l’Espagne musulmane”, *Al-Andalus* XIX (1954), p. 53-102 ;

IDEM, *El Collar de la Paloma* (trad. Emílio GARCÍA GÓMEZ), 5ª. ed., Madrid, Alianza Editorial, 1981;

IBN ‘IDHÂRÎ, *Al-Bayân al-Muğrib*, ed. A. Huici Miranda: *Los Almohades*, Tetuão, 1953;

IBN SAHIB AL-SALÂ, *Al-Mann Bi-l-Imâma*, trad. Castelhana de A. Huici Miranda, Valência, Anúbar, 1969;

IBN SA‘ÎD, *Kitâb Râyât al-Mubarrizîn*, ed. e trad. castelhana E. Garcia Gómez, *El Libro de las Banderas de los Campeones, de Ibn Sa‘îd al-Maghribî*, Madrid, Instituto de Valencia de Don Juan, 1942;

PELLAT, Charles, “Ibn Hazm, bibliographe et apologiste de l’Espagne musulmane [‘Risâla fî fadl al-Andalus’ (Epístola sobre a excelência de al-A.)]”, *Al-Andalus* XIX (1954), p. 53-102;

Fontes Romances

Manuscritas

- *Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)*

Crónica Geral de Espanha de 1344, versão refundida de cerca de 1460: ms. *Li*;
Res.: cota: Cod. 8650, séc.XVII;

- *Biblioteca Pública de Évora (BPE)*

Crónica Geral de Espanha de 1344, versão refundida de cerca de 1460: ms. *Ev*;
cota: CV/2-23, séc.XVII;

- *Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia - Lisboa*

Crónica Geral de Espanha de 1344, ms. *LV*, n.º reg. 13.807;

Editadas

Cronica del Moro Rasis, ed. Diego CATALÁN - Maria Soledad de ANDRES, Madrid, Gredos, 1975;

Crónica Geral de Espanha de 1344, ed. L.F.Lindley CINTRA, III vols., Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951-1961;

Crónica Geral de Espanha de 1344 [*História Geral de Hespanha*], (ed. incompl. por António Nunes de Carvalho, do ms. P, da versão refundida de cerca de 1460, existente na Biblioteca Nacional de Paris), Coimbra, Imprensa Litteraria, 1863 (BNL, cota: Res. 177 A.);

Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana: Crónica Pseudo-Isidoriana (ed. complementada com índices, de A. Benito Vidal), Valencia, Anúbar Ed., 1961; *La Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana (ms. Paris BN 6113). Edición crítica, traducción y estudio*, de Fernando González Muñoz, A Coruña, Ed. Toxosoutos, 2000.

Crónica mozárabe del 754 y Estudio crítico sobre la Crónica mozárabe de 754, de J. E. López Pereira, Saragoça, Anúbar Ed., 1980;

I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso, ed. Diego CATALÁN e Maria Soledad de ANDRES, Madrid, Gredos, 1971;

LEÃO, Duarte Nunes de, ***Descrição do Reino de Portugal***, Lisboa, Impreffo por Jorge rodriguez, 1610 (BPE, N.Res. 1021);

RESENDE, André de, “**História da Antiguidade da Cidade de Évora**” (ed. e estudo de Flório J. Oliveira), in *A Cidade de Évora* n.ºs XXVII – XXVIII (1952), pp. 247-263; XXIX-XXX (1952), pp. 395-407; XXXI-XXXII (1953), pp. 207-215; XXXIII-XXXIV (1953), pp. 459-473;

IDEM, ***As Antiguidades da Lusitânia*** (introd., t rad. e coment. R. M. Rosado Fernandes), 2.ª ed., Lisboa, FCG, 2009;

BIBLIOGRAFIA

AA.VV., *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magrebe (500-1500) - Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (coord. Isabel Cristina F. Fernandes), Câmara Municipal de Palmela/ Ed. Colibri, 2002;

AA. VV., *Património Islâmico dos Centros Urbanos do Algarve: Contributos para o Futuro - Comunicações apresentadas nos Seminários de Faro, Tavira e Loulé [Actas]*, Comissão de Coordenação Regional do Algarve, 2001.

ABAD, Francisco, “El Islam y el concepto de España en la Edad Media”, *Anaquel de Estudios Árabes* III (1992), Editorial Complutense, UCM, pp. 61-72;

‘ABD AL-KARÎM, Gamal, *Al-Andalus en el «Mu‘jam al-Buldân» de Yâqût*, Univ. de Sevilha, 1972;

IDEM, “Las Ideas arabes en el Descubrimiento de America, según las fuentes arabes andalusíes”, *Revista del Instituto Egipcio de Estudios Islámicos* XXVI (1993-1994), Madrid, pp. 83-90;

AMARO, Clementino, e MATOS, José Luís de, “Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar”, *Actas das I Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Câmara Municipal do Seixal / Ed. D. Quixote, 1996, pp. 215-224;

ÁVILA NAVARRO, Maria Luísa, “La proclamación (*bay‘a*) de Hishâm II”, *Al-Qantara* I (1980), pp.79-114;

AGUILAR, Victoria, “Instituciones militares. El ejército”, *Historia de España – Menéndez Pidal*, t. VIII - 2, *El Retroceso Territorial de al-Andalus – Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII* (dir. Maria Jesús Viguera Molins), Madrid, Espasa-Calpe, 1997, pp. 189-208;

AHMAD, S. Maqbul, e F. TAESCHNER, “*Djughrâfiyâ*”, *E.I.*², t. II, pp. 590-605;

ALEMANY BOLUFER, José, «La Geografía de la Península Ibérica en los autores árabes», *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino*, t.IX (1919), p. 109-72; t.X (1920), p. 121-4; t.XI (1921), p.1-40;

AMADO, Teresa, “Crónica do Mouro Rasis”, *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (org. por G. Lanciani e G. Tavani), Lisboa, Caminho, 1993, p. 188-9;

ARIÉ, Rachel, “Al-Andalus vu par quelques lettrés orientaux au Moyen Âge”, *Andalvcia Islamica II-III* (1981-82), pp. 71-84;

IDEM, “España Musulmana - siglos VIII-XV”, tomo III da *Historia de España* (dir. M. TUÑÓN DE LARA), 10 tomos, Barcelona, Labor, 1984;

IDEM, “Un lettré andalou en Ifriqya et en Orient au XIII^e siècle: Ibn Said”, *Historia y Cultura del Islam Español*, Granada, EEA-CSIC, 1988, p. 1-26;

IDEM, “Le Merveilleux dans la littérature hispano-musulmane au Bas Moyen Age”, *Actas del XII^o Congreso de la UEAI* (1984), Málaga, pp. 63-81.

ASÍN PALACIOS, Miguel, *Contribución a la Toponímia Hispanomusulmana*, 2.^a ed., CSIC, Madrid-Granada, 1944;

AZEVEDO, Ruy de, “Período de formação territorial”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, III vols., Lisboa, Ática, 1937-38, vol. I, pp. 7-64;

BARATA, José H., *Fastos de Santarém: I - De Expugnatione Scalabis; II - O Cerco de 1184*, Coimbra, s. ed., 1947;

IDEM, *Santarém nos escritores árabes*, sep. *Rev. Ribatejo*, II.^a Série, n.º 3, Lisboa, 1954;

BARROCA, Mário Jorge, *Epigrafia Medieval (862-1422)*, III vols., FCG/FCT, 1999;

BEIRANTE, Maria Ângela, *Évora na Idade Média*, Lisboa, JNICT/FCG, 1995;

BOISSELIER, Stéphane, *Naissance d'une Identité Portugaise. La Vie Rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, INCM, 1998;

IDEM, “L’apport des sources diplomatiques chrétiennes à la connaissance d’al-Andalus: l’exemple du Garb «portugais» (ressources documentaires et réflexions méthodologiques)”; *Qurtuba* 3 (1998), pp. 7-37;

BRAGANÇA, José de, “Histórias da História”, *Diário de Notícias*, 14/01/1935 (O *mistério dos cronistas*); 26/01/1935, (*Aquém e além Fernão Lopes*); 20/02/1935, (A “*Crónica Geral de Espanha*” da Biblioteca de Paris é uma recompilação, em parte original, do Condestável D. Pedro); e 08/04/1935 (É portuguesa a “*Crónica Geral de Espanha*” de 1344);

CARVALHO, António R., FARIAS, João C. e FERREIRA, Marisol A., *Alcácer do sal. Al-Qasr. Arqueologia e História de uma Madina do Garb al-Andalus (séc. VIII-XIII)*, 2.^a ed. rev. e aument., CM Alcácer do Sal, 2008 [1.^a ed., 2004].

CASTILLA BRAZALES, Juan, “El Iqtibâs al-anwâr: fuente para la reconstrucción de la obra geográfica de al-Râzî”, *Qurtuba* 5 (2000), pp. 41-67;

CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego, *De Alfonso X al Conde de Barcelos - Cuatro Estudios sobre el nacimiento de la Historiografía Romance en Castilla y Portugal*, Madrid, Gredos, 1962;

CATARINO, Helena, “A Ocupação Islâmica”, *História de Portugal* (dir. João Medina), 12 vols., Lisboa, Ediclube, 1993, vol. III, pp. 44-92;

IDEM, “O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica”, *Al-‘Ulyâ* n.º 6 (1997-98), III vols., Loulé;

IDEM, “Fortificações do período islâmico e a defesa marítima e fluvial no Algarve oriental”, *O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e fronteira - Actas das VII Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp.119-141;

IDEM, *O Algarve Islâmico. Roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, 2002;

CEPEDA, Isabel Vilares, *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa*, Lisboa, IBNL, 1995;

CHALMETA GÉNDRON, Pedro, “Historiografia Medieval Hispana: Arabica”, *Al-Andalus* XXXVII (1972), p. 353-404;

CHEIKHA, Djomaâ, “Silves (Shilb) segundo as fontes árabes”, *Xarajíb* 2 (2002), CELAS-Silves, pp. 41-52;

CLÉMENT-MULLET, Jacques, *Essai sur la Mineralogie Arabe*, Amsterdam, Oriental Press, 1868;

COLIN, G.S., “Al-Andalus”, *E.I.²*, t. I, pp. 501-519 (Idioma árabe hispânico, pp. 516-519);

COLLINS, R., *Early Medieval Spain. Unity and Diversity, 400-1000*, Nova York, 1983 (2.^a ed., 1995);

CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Ocupação Humana e Polarização de um Espaço Rural do Garb al-Andalus - o Médio Tejo à luz da toponímia arábica”, *Arquipélago. História*, 2.^a série, II (1997), pp.353-385;

IDEM, “Madīnat Shantarīn. Uma aproximação à paisagem da Santarém muçulmana (séculos X-XII)”, *Media Ætas* 2 - Rev. de Estudos Medievais, Univ. dos Açores, 1999, pp. 11-34;

IDEM, “Para um corpus da documentação relativa à paisagem de Shantarīn”, *Media Ætas* 2 - Rev. de Estudos Medievais, Univ. dos Açores, 1999, pp. 105-118;

IDEM, “Toponímia arábica de Shantarīn”, *Media Ætas* 2 - Rev. de Estudos Medievais, Univ. dos Açores, 1999, pp. 119-126;

CORNU, Georgette, “Les Géographes Orientaux des IX^e et X^e Siècles et al-Andalus”, *Sharq al-Andalus* 3 (1986), Univ. de Alicante, pp. 11-18;

CORREIA, Fernando Branco, *Elvas na Idade Média*, Dissertação de Mestrado, FCSH – UNL, 1999;

IDEM, “Egitânia / Antaniya e o domínio islâmico - algumas hipóteses para o estudo de um território de fronteira” in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o*

Douro (Sécs. VIII a XIII) (eds. Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Fernandes), CM Palmela / FLUP, 2005, pp. 77-83;

CORRIENTE, Federico, *Diccionario Árabe-Español*, 2.^a ed., Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1986;

IDEM, *Gramática Árabe*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1980;

COUTINHO, Valdemar, *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*, Faro, Algarve em Foco, 1997;

IDEM (coord.), *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve. Do período islâmico ao século XVIII*, Portimão, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, 2001;

DELORME, Jean, *Chronologie des Civilisations*, 3.^a ed., Paris, P. U. F., 1969;

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL (dir. Joel Serrão), 2.^a ed., 6 vols., Porto, Figueirinhas, 1989;

DICIONÁRIO ILUSTRADO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL (dir. Joel Serrão), II vols., Lisboa, Alfa, 1985-6;

DICIONÁRIO DE LITERATURA MEDIEVAL GALEGA E PORTUGUESA (dir. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani), Lisboa, Caminho, 1993;

DOMINGUES, José Domingos Garcia, *História Luso-Árabe*, Lisboa, Pro-Domo, 1945; 2.^a ed. facsím.: Silves, CELAS, 2010;

IDEM, “Aspectos geográficos da Lisboa Muçulmana”, *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 117-130;

IDEM, *Novos aspectos da Silves arábica*, sept.^a Rev. *Gil Vicente*, Guimarães, 1956;

IDEM, “O Alentejo árabe e a sua integração no Reino de Portugal”, *Independência XVIII/19*, (1958), p.37-61;

IDEM, *Conceito e Limites do Ocidente Extremo do Andaluz nos Geógrafos, Historiadores e Antologistas Árabes*, Sep.^a *Atti del III Congresso di Studi Arabi e Islamici - Ravello 1966*, Napoles, 1967;

IDEM, “Ossónoba na época árabe”, *Anais do Município de Faro* 3 (1971), p.179-229;

IDEM, “Beja na época árabe”, *Arquivo de Beja*, II série, 2 (1983-5), p.21-31;

IDEM, “O Garb extremo do Ândalus e «Bortuqal» nos historiadores e geógrafos árabes”, *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 79-116;

IDEM, “Aspectos geográficos da Lisboa muçulmana”, *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 117-130;

IDEM, “Descrições de Santarém nos historiadores e geógrafos árabes”, *Portugal e o al-Andaluz*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 131-140;

DOZY, R., *Supplément aux Dictionnaires Arabes*, 3.^a ed., II Ts., Leiden-Paris, Brill-Maisonneuve et Larose, 1967;

DUBLER, César, “Sobre la *Crónica Arabigo-Bizantina* de 741 y la influencia bizantina en la Península Ibérica”, *Al-Andalus* XI (1946), pp. 283-349;

IDEM, “Adjā'ib”, *E.I.*², vol. I, pp. 209-210;

ENCICLOPEDIA DE AL-ANDALUS (dir. Jorge LIROLA DELGADO e José Miguel PUERTA VILCHEZ), Tomo I, Fundación El legado andalusí e Junta e Andalucía, [2002];

ENCYCLOPÉDIE DE L'ISLAM, 1.^a edição (*E.I.*¹), ed. T.Houtsma, R. Basset e T. W. Arnold, Leiden / Paris, Brill / Maisonneuve, 1908-1938; 2.^a edição (*E.I.*²), dir. B.Lewis, Ch. Pellat e J. Schacht, Leiden / Paris, Brill / Maisonneuve, 1960-2004.

ESTEVES, Elisa R.P. Nunes, *A Crónica Geral de Espanha de 1344: estudo estético-literário*, Évora, Pendor, 1997;

FAGNAN, E., *Additions aux Dictionnaires Arabes*, Beirut, Librairie du Liban, s/d.;

FERNANDES, Hermenegildo, “Uma cidade no Imaginário Medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville”, *Estudos Medievais* 7, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1986, pp. 3-27;

FERNANDES, Isabel Cristina F, e PICARD, Christophe, “La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archeologie islamique* 8-9 (1999), p. 67-94;

FREEMAN-GRENVILLE, G.S.P., *The Muslim and Christian Calendars*, Londres, Oxford University Press, 1963;

FURTADO, Rodrigo Correia, “A descrição geográfica do orbe nas *Historiae* de Orósio (*Hist.*, I, 2): o programa ideológico”, *EVPHROSYNE* 27 (1999), pp. 65-78;

GARCIA, João Carlos, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986;

IDEM, *O baixo Guadiana medieval. Formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1983;

GASPAR, Jorge, “Os portos fluviais do Tejo”, *Finisterra - Rev.^a Portug.^a de Geografia*, vol.V, n.º 10 (1970), pp.153-204;

GAYANGOS, Pascual de, «Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis», *Memorias de la Real Academia de la Historia*, VIII (Madrid, 1852), p.1-100;

IDEM, *History of Mohammedan Dynasties in Spain*, II vols., Londres, 1843;

GLICK, Thomas F., *Islamic and Christian Spain in the Early Middle Ages*, Princeton, 1979;

GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb) - uma cidade do Gharb al-Andalus*, Lisboa, Universidade Nova, 1999 (Tese de Doutoramento), policop.;

IDEM, *Palácio almóada da alcáçova de Silves*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2001;

IDEM, “Silves islâmica”, *O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e fronteira - Actas das VII Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp. 93-118;

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (GEPB), XL vols. + N vols. Actualização, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédica, 1929 ss.,

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal - Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III* (ed. José Mattoso), IV tomos, Lisboa, Bertrand, 1980;

HERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Félix,, “El convencional espinazo montañoso, de orientación este-oeste, que los geógrafos atribuyen a la Península”, *Al-Andalus* XXX (1965), pp. 201-216;

HISTORIA DE ESPAÑA (dir. Antonio Dominguez Ortiz) 12 vols., Barcelona, Ed. Planeta, 1989;

HUICI MIRANDA, Ambrosio, “Gharb al-Andalus”, *E.I.2*, t. II, pp. 1032-1033;

JANVIER, Ives, *La Géographie d’Orose*, Paris, 1982;

KAHÎLA, ‘Ibâda ‘Abd al-Rahmân, “Kitâb al-Tawârîkh li-Bawlws Ūrûsyûs wa tarjamatuh al-andalusiyya [O Livro das Histórias de Paulo Orósio e a sua tradução em al-Andalus]”, *RIEEI* XXIII (1985-86), pp. 119-138 (tex. ár.);

KHAWLÎ, Abdallah, “Quelques réflexions sur l’histoire de l’Algarve pendant les premiers siècles de l’islamisation (VIII-XIème siècle)”, *Xarajîb* 2 (2002), CELAS, Silves, pp. 21-40;

KRATCHCOVSKY, J., «Les géographes arabes des XI et XII siècles en occident». Trad. Française de M. Canard, *Annales de l’Institut d’Études Orientales* XVIII-XIX, Alger (1960-61);

KRUS, Luis, *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380). Geografia dos livros de linhagens medievais portuguesas, 1280-1380*, Lisboa, FCG/JNICT, 1995;

IDEM, *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Ensaio*, Redondo, Patrimonia, 1994: “Tempo de Godos e Tempo de Mouros. As Memórias da Reconquista”, pp. 103-127; “Os Heróis da Reconquista e a Realeza Sagrada Medieval Peninsular: Afonso X e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*”, pp. 129-142;

LAPEYRE, Henri, *Géographie de l’Espagne morisque*, s.l., 1959;

LAVAJO, Joaquim Chorão, “A Crónica do Mouro Rasis e a Historiografia Portuguesa Medieval”, *Estudos Orientais II - O Legado Cultural de Judeuse Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental / UNL, 1991, p.127-154;

LÉVI-PROVENÇAL, E., “La «Description de l’Espagne» d’Ahmad al-Râzî - Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”, *Al-Andalus XVIII* (1953), pp. 51-108;

IDEM, *España Musulmana, 711-1031, Historia de España – Menéndez Pidal*, vol. IV, 4.^a ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1976;

IDEM, “Ojeada de conjunto a la historiografia califal”, in «La vida religiosa e intelectual», *HE - MP*, vol. V: *España Musulmana, 711-1031*, Madrid, Espasa-Calpe, 1950-57, p. 293-332, p.321-23;

IDEM, “Al-Andalus”, *E.I.²*, t. I, pp. 501-519 (Toponímia, Geografia e História, pp. 501-511 e Islão andaluz, p. 512);

LOPES, David, “Cousas arabico-portuguesas: 3. A geographia de Ibn Saïde”, *O Archeologo Português*, vol.I, fasc. 10, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895, pp.273-279;

IDEM, “Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”, *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciencias de Lisboa*, vol. III (1909-10), pp.50-84, 198-253, 323-377; e vol. IV (1910-11), pp.321-405;

IDEM, *Páginas Olisiponenses* (com Introdução, Selecção e Notas de Fernando Castelo-Branco), Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1968;

IDEM, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas* (org. J.P. Machado), Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968;

LOTHAM, J. D., “Al-Andalus”, *E.I.*², t. I, pp. 501-519 (Al-Andalus no Norte de África, pp. 511-512);

MACEDO, Joaquim José da Costa de, “*Memória em que se pretende provar que os Árabes não conhecerão as Canárias antes dos Portuguezes*”, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1842;

MACHADO, José Pedro, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa (GDLP)*, Sociedade de Língua Portuguesa e Amigos do Livro - Editores, Lisboa, XIII tomos, 1981;

IDEM, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, III vols., Lisboa, Confluência, s/d.;

IDEM, “Évora Muçulmana”, *A Cidade de Évora XVII-XVIII* (1949), pp. 329-334;

IDEM, *Influência Árabe no Vocabulário Português*, 2 vols., Lisboa, Sept.^a *Revista de Portugal*, 1958-1961;

IDEM, *Vocabulário Português de Origem Árabe*, Lisboa, Ed. Notícias, 1991;

IDEM, “Afonso X, o Sábio, Poeta e Tradutor”, p.85-125; “D. João de Portel e o Algarve”, p. 138-40; “Santarém muçulmana”, p.205-215, in *Ensaios Historico-Literários*, Lisboa, Ed. Notícias, 1996;

IDEM, “Crónica da Conquista do Algarve”, p.195-228; “Sintra em textos árabes”, p. 229-231, in *Ensaios Árabe-Portugueses*, Lisboa, Ed. Notícias, 1997;

MAKKÎ, Muhammad ‘Alî, “Ibn Darrâj al-Kastallî”, *E.I.*², vol. III, pp. 742-744.

MANTRAN, Robert (dir.), *As Grandes Datas do Islão*, Lisboa, Ed. Notícias, 1991;

MANZANO MORENO, Eduardo, “Las Fuentes Árabes sobre la Conquista de al-Andalus: una nueva interpretación”, *Hispania*, LIX / 2, n.º 202 (1999), p. 389-432;

MARQUES, A.H. de Oliveira, “O «Portugal» Islâmico”, *História de Portugal* (dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques), 13 vols., Lisboa, Presença, 1990-....., vol. II (1993), pp. 116-249;

MATOS, José Luís de, *Lisboa Islâmica*, Lisboa, Instituto Camões, 1999;

MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães Ed., 1982;

IDEM, *A Nobreza Medieval Portuguesa - a Família e o Poder*, 4.^a ed., Lisboa, Estampa, 1994;

MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d'al-Andalus - L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII^e- Xv^e siècles)*, Presses Universitaires de Rennes, 1996;

MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo, “Mozárabes y Asturianos en la Cultura de la Alta Edad Media, en relación especial com la historia de los conocimientos geográficos”, *Boletín de la Real Academia de la Historia* 134 (1954), pp.137-291;

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, “Sobre la traducción portuguesa de la «Crónica General de España de 1344»”, *Revista de Filología Española*, vol. 8 (1921), pp. 391-399;

MEOUAK, M., «Observations sur la géographie historique et la toponymie luso-arabe », *Orientalia Lovaniensia Periodica* 30 (1999), pp. 73-81;

MIQUEL, André, *La Géographie Humaine du Monde Musulman jusqu'au milieu du XI^e siècle*, 4 vols., Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales / Mouton, 1988;

MOHEDANO BARCELÓ, José, *Ibn 'Abdûn de Évora (c.1050-1135)*, Universidade de Évora, 1982;

IDEM, “Ibn ‘Abdûn de Évora. Poeta, erudito y hombre de Estado. La crisis espiritual del siglo XI en al-Andalus”, *Bataliús II - Nuevos estudios sobre el Reino Taifa*, Madrid, Letrúmero, 1999, pp. 61-106;

MOLINA LÓPEZ, Emilio, “La historiografía andalusí. Reflexiones, balance, perspectiva”, *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, Lisboa, CEEA-IICT, 2000, p. 35-53;

MOLINA MARTÍNEZ, Luis, “Las dos versiones de la Geografía de al-‘Udhri”, *Al-Qantara III* (1982), pp. 429-460

IDEM, “Sobre la História de al-Râzi. Nuevos datos en el ‘Muqtabis’ de Ibn Hayyân”, *Al-Qantara I* (1980), p. 435-42;

IDEM, “Sobre la procedencia de la Historia Preislamica inserta en la Cronica del Moro Rasis”, *Awraq 5-6* (1982-83), pp.133-139;

IDEM, “Orosio y los Geógrafos Hispanomusulmanes”, *Al-Qantara V* (1984), pp.63-92;

MU’NIS, Husayn, “Al-Jugrâfiya wa-l-jugrâfiyyun fi-l-Andalus [A Geografía e os Geógrafos em al-Andalus]”, *RIEEI VII-VIII* (1959-60), pp. 227-252 (tex.ár.);

IDEM, *Târikh al Jağrâfiya wa-l-Jağrâfiyyûn fi-l-Andalus*, Madrid, IEEL, 1967 (tex.ár.);

MUSTAFÂ, Ibrâhîm *et al.*, *Al-Mu‘jam al-Wasît* [Dicionário da Língua Árabe], II vols., Cairo, 1378 - 81 (1958-61);

NASCIMENTO, Aires Augusto do Nascimento e GOMES, Saul António, *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Didaskalia / CM Lisboa, 1988;

NOVA HISTÓRIA DE PORTUGAL (dir. J.Serrão e A.H. de Oliveira Marques), 13 vols., Lisboa, Presença, 1990-...;

NUNES, José Joaquim, “Textos Arcaicos Portugueses”, *Revista Lusitana XXII* (1919), pp. 138-69;

PACHECO PANIAGUA, Juan Antonio, *Extremadura en los Geógrafos Árabes*, Badajoz, Diputación Provincial, 1991;

IDEM, “La Taifa de Badajoz en los Geógrafos Árabes”, *Bataliús I*, Madrid, Letrú-mero, 1996, pp. 201-207;

PAVÓN MALDONADO, Basilio, *Ciudades y Fortalezas Lusomusulmanas*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional / Instituto de Cooperación con el Mundo Árabe, 1993;

PELLAT, Ch., “The Origin and Development of Historiography in Muslim Spain”, *Études sur l’histoire socio-culturelle de l’Islam (VII^e-XV^e s.)*, Londres, Variorum Reprints, 1976, pp. 118-125;

PEREIRA, Armando de Sousa, “A conquista de Santarém na tradição historio-gráfica portuguesa”, 2.º *Congresso Histórico de Guimarães «D. Afonso Henriques e a sua época»*. Actas, Guimarães, Câmara Municipal / Univ. do Minho, 1997, vol. 5, p. 297-324;

PÉREZ ÁLVAREZ, Maria Ángeles, *Fuentes Árabes de Extremadura*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1992;

PICARD, Christophe, *Histoire du Portugal et de l’Espagne Occidentale à l’Époque Musulmane (début VIII^e siècle - milieu XIII^e siècle)*, Paris, Geuthner, 1991;

IDEM, *L’Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe a l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris, 1997;

IDEM, “Shilb e a Actividade Marítima dos Muçulmanos no Oceano Atlântico”, *III Jornadas de Silves - Outubro 20,21 e 22 de Outubro de 1995*. Actas, A.E.D.P.H.C.S, 1997, p. 31-38;

IDEM, *Le Portugal musulman (VIII^e siècle - XIII^e siècle)*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000;

IDEM, “O Oceano Atântico muçulmano anterior ao Oceano Atlântico português”, *O Mediterrâneo Ocidental. Identidades e fronteira - Actas das VII Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002, pp. 267-278;

IDEM e FERNANDES, Isabel Cristina F., “La défense côtière au Portugal à l’époque musulmane: l’exemple de la presqu’île de Setúbal”, *Archeologie islamique* 8-9 (1999), p. 67-94;

PICOITO, Pedro, “Identidade e Resistência. S. Vicente e os Moçárabes de Lisboa”, *Actas do I Colóquio Internacional sobre Moçárabes / Xarajib* 7 (2009), IEM / CELAS, pp. 21-34;

PONS BOIGUES, Francisco, *Ensayo bio-bibliográfico sobre los historiadores y geógrafos arabigo-españoles*, 2.^a ed. Amesterdão, Philo Press, 1972 (1.^a ed., Madrid, 1898);

PORTUGAL ISLÂMICO. *Os últimos sinais do Mediterrâneo* (Catálogo de Exposição), Lisboa, Ministério da Cultura/ Instituto Português de Museus/ Museu Nacional de Arqueologia, 1998;

REI, António, *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*, FCSH / Univ. Nova de Lisboa, 2007, policop.

IDEM, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De al-Râzi a D. Pedro de Barcelos*, Ed. Colibri, Lisboa, 2008;

IDEM, “A Presença Islamo-Árabe nas terras do actual concelho do Alandroal”, *Carta Arqueológica do Alandroal*, Câmara Municipal do Alandroal, 1993, pp. 159-161;

IDEM, “Nas origens de Estremoz: Qari’at ‘Ukasha - subsídios para a identificação de um topónimo”, *Jornal Brados do Alentejo*, Estremoz, 24 Janeiro 1997, p.11;

IDEM, *Pesos e medidas de origem islâmica em Portugal - Notas para o seu estudo*, Évora, Câmara Municipal de Évora/Projecto Chão/Casa da Balança, 1998;

IDEM, “O Nordeste Alentejano nos Geógrafos Árabes”, *Ibn Maruán* n.º 8 (1998), pp. 247-50;

IDEM, “O Castelo de Valongo - Estudos Métrico-Construtivo e Histórico-Espacial”, *A Cidade de Évora*, II Série, n.º 4 (2000), pp. 199-218;

IDEM, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol. 53: *Actas do II Colóquio Temático - Estudos de Lisboa, (Séculos VIII-XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43;

IDEM, “Os Castelos entre o Odialuicuez e o Odiana (713-1298)”, *Castelo do Alandroal - VII Séculos - 1298/1998*, Alandroal, Junta de Freguesia de N.ª Sr.ª da Conceição, 2001, pp. 9-22;

IDEM, “Outros Espaços do Gharb al-Andalus”, *Al-Furqân*, n.º 124 (2001), pp. 18-19;

IDEM, “Azóias / Arrábidas no *Gharb al-Andalus* e o Movimento dos *Muridîn* - subsídios para a sua identificação espacial”, *Rev. Xarajib* 2 (2002), CELAS- Silves, pp. 53-61;

IDEM, “A fronteira no Sudoeste Peninsular (1234-1242) - novas visões da «Reconquista» a partir do «al-Mughrib...» de Ibn Sa‘id de Granada”, *Arqueologia Medieval* n.º 8 (2003), Mértola/ Porto, CAM/ Afrontamento, pp. 29-41;

IDEM, “Manuscrito inédito atribuído à *Crónica do Mouro Rasis*, em Portugal - o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa -”, *O Arqueólogo Português*, série IV, n.º 19 (2001), pp. 235-245;

IDEM, “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII / XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa‘id al-Maghribî”, in *Medievalista on line*, n.º 1 (2005), Instituto de Estudos Medievais, www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista, 22 pp.

IDEM, “Santarém e o Vale do Tejo na geografia árabe”, *Arqueologia Medieval* 9 (2005), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 61-75;

IDEM, “Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)”, Rev. *Callipole* n.º 9 (2001), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-22;

IDEM, “As revoltas mudéjares no ‘Algarbe’ ibérico em meados do séc. XIII e a divisa dos Násridas de Granada na zona do Médio Guadiana”, *Callipole* 10/11 (2002-2003), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 19-26

IDEM, “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”, Rev. *Callipole* n.º 13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 17-29.

IDEM, “Descrições Árabes do Espaço Algarvio, entre os séculos III h. / IX d.C. e VIII h. / XIV d. C.”, *Promontoria* 2, (2004), DHAP / Univ. do Algarve, pp. 9-34;

IDEM, “Ocupação Humana no Alfoz de Lisboa durante o período Islâmico (714 - 1147)”, *Actas do Encontro ‘A Nova Lisboa Medieval’*, Univ. Nova de Lisboa / NCEM - FCSH, 2004, pp. 25-42;

IDEM, “A legitimação califal do poder almóada na ‘Geografia de Ibn Ghâlib’”, *Xarajib* 5 (2006), CELAS, Silves, pp. 71-77;

IDEM, “Ibn Ghâlib, vida e obra: notas identificativas”, *Arqueologia Medieval* 10 (2008), Mértola / Porto, CAM / Afrontamento, pp. 41-49;

IDEM, “Os Rostos do Poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras”, *Actas do II Colóquio Nova Lisboa Medieval*, IEM/FCSH-UNL / Livros Horizonte, Lisboa, 2007, pp. 60-71;

IDEM, “Coimbra e a sua região, segundo as fontes geográficas árabes”, in *A Cidade e o Campo. Estudos de História Rural e Urbana oferecidos a Iria Gonçalves*, FL-UL / FCSH-UNL, Lisboa, Caleidoscópico, 2009, pp. 493-499;

IDEM, “O Redactor do *Livro de Rasis* ou *Crónica do Mouro Rasis*. Subsídios para a sua identificação”, in *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: «A Guerra e a Sociedade na Idade Média»*, II vols., Campo Militar de S. Jorge (CIBA) / Porto de Mós / Alcobaça / Batalha, 2009, vol. II, pp. 269-276;

IDEM, “Julumânya / Juromenha – memórias do período hispano-árabe (713-1230)”, in *Callipole n.º 17* (2009), C M Vila Viçosa, pp. 15-21;

IDEM, “O actual norte alentejano no período hispano-árabe (711-1230)”, in *Callipole n.º 18* (2010), C M Vila Viçosa, pp. 123-131;

IDEM, “A memória do al-Andalus ‘âmîrî na Crónica do Mouro Rasis e na Crónica Geral de Espanha de 1344”, *Arqueologia Medieval n.º 12*), Mértola/ Porto, CAM/ Afrontamento; no prelo;

IDEM, “Lisbon, Sintra and Santarem during the Islamic period (713-1147)”, in *Islamic Portugal*, East-WestNexus Prota Edition, Cambridge Mss, USA, underpress;

Reportório Toponímico de Portugal, Lisboa, Ministério do Exército, III vols., 1967;

SAAVEDRA, Eduardo, “Fragmentos inéditos de la crónica llamada del Moro Rasis”, *Estudio sobre la invasión de los Árabes en España*, Madrid, 1892, pp.145-154;

SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, “La Crónica del Moro Rasis y la Continuatio Hispana”, *Anales de la Universidad de Madrid - Letras*, III.3 (1934), pp. 229-265;

IDEM, *En torno a los orígenes del feudalismo, II: Fuentes de la historia hispano-musulmana del siglo VIII*. 2ª ed., Buenos Aires, 1977 (1.ª ed. :Mendoza, 1942);

IDEM, “Fuentes Latinas de la História Romana de Rasis”, in *Publicaciones del Instituto Cultural Argentino-Hispano-Árabe*, I , Buenos Aires, 1942;

IDEM, “San Isidoro, Rasis y la Pseudo-Isidoriana”, *Cuadernos de História de España* IV (1946), pp. 73-113;

SANCHEZ MARTINEZ, Manuel, “Râzî, Fuente de al-‘Udhri para la España Preislamica”, *Cuadernos de Historia del Islam* 3 (1971), pp.7-49;

SCHULTEN, Adolf, *Geografía y Etnografía Antiguas de la Península Ibérica*, 2 vols., Madrid, CSIC, vol. I: 1959; vol. II: 1963;

IDEM, *Hispania (Geografia, Etnologia, Historia)*, Barcelona, Tipografia La Académica, 1920;

SIDARUS, Adel, “Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos Movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz”, *A Cidade de Évora* 71-76 (1988-93), p.7-37;

IDEM, “Amaia de Ibn Maruán > Marvão”, *Ibn Maruán* 1, p. 13-26;

IDEM, “Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (712-788)”, *Arquivo de Beja*, III série, vol. 2/3, p. 3-15;

IDEM e REI, António, “Lisboa segundo os Geógrafos Árabes”, *Arqueologia Medieval n.º 7: Actas do Encontro «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos»*, Porto/ Mértola, CAM/ Afrontamento, 2001, p. 37-72;

TERÉS, Elias, “«An-Nâzûr», «al-Manzar» y «an-Nazra» en la toponimia hispanoárabe”, *Al-Andalus* XXXVII (1972), pp. 325-335;

IDEM, “La voz árabe *al-Wâdî*, reflejada en documentos latinos y romances”, *Al-Andalus* XLII (1977), pp. 25-59;

IDEM, *Materiales para el estudio de la toponimia hispanoárabe. Nómima fluvial*, Madrid, Instituto de Filología, Departamento de Estudios Árabes, 1986;

TERRÓN ALBARRÁN, Manuel, “Aproximación à la Prosopografia del Reino Taifa de Badajoz - Las Fronteras y el Território”, *Bataliús I*, Madrid, Letrúmero, 1996, pp. 233-256;

TORRES, Cláudio, “Povoamento no Baixo Alentejo. Alguns problemas de topografia histórica”, *Arqueologia Medieval*, 1, Mértola/Porto, 1992, pp. 189-202;

IDEM e MACIAS, Santiago, “O Garb-Al-Andaluz”, *História de Portugal* (dir. J. Mattoso), 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, vol. I, pp. 361-437;

VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, *La División Territorial de la España Musulmana*, Madrid, CSIC, 1986;

IDEM, “Fuentes Latinas de los Geógrafos Arabes”, *Al-Andalus* XXXII (1967), pp. 241-260;

IDEM, “Notas de Metrologia Hispano-Árabe - El codo en la España musulmana”, *Al-Andalus* XLI (1976), p. 339-54;

IDEM, “La industria en al-Andalus”, *Al-Qantara* I (1980), pp. 209-241;

IDEM, “La agricultura en al-Andalus”, *Al-Qantara* III (1982), pp. 261-297;

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de, “André de Resende e a *Crónica do Mouro Rasis*”, *O Archeologo Português* XXIV (1920), pp. 177-193;

VASCONCELOS, José Leite de, *Textos Arcaicos*, 5.ª ed., [facsim. da ed. 3.ª ed., 1922], Lisboa, Clássica Editora, 1970;

VAZQUEZ DE PARGA, Luis, *La división de Wamba. Contribución al estudio de la historia y geografía eclesiásticas de la Edad Media Española*, Madrid, CSIC, 1943;

VIGUERA MOLÍNS, M.ª Jesús, “Historiografía”, *História de España - Ramón Menéndez Pidal*, VIII / II: *El Retoceso Territorial de al-Andalus - Almorávides y Almohades - Siglos XI al XIII*, Madrid, Espasa-Calpe, 1997, p. 3-40;

IDEM, “El «reino» de Badajoz en el ‘Mugrib’ de Ibn Sa’id”, *Bataliús II - Nuevos estudios sobre el reino taifa* (ed.F.Díaz Esteban), Madrid, Letrúmero, 1999, p.225-248;

IDEM, «Entre Douro e Mondego nas fontes árabes medievais. Estudo de um caso periférico», *Fontes da História de al-Andalus e do Gharb*, Lisboa, CEAA-IICT, 2000, pp. 117-140;

